

ALEXANDRE CABALLERO

A FILOSOFIA ATRAVÉS DOS TEXTOS



Heraclito / Parmênides / Zenão de Eléia
Demócrito / Platão / Aristóteles / Epicuro
Sêneca / Marco Aurélio / Plotino
Agostinho / Maimônides / Tomás de Aquino
Ibn Khaldun / Vives / Montaigne / Suárez
Bacon / Galilei / Hobbes / Descartes
Spinoza / Locke / Malebranche / Leibniz
Berkeley / Voltaire / Hume / Rousseau
Kant / Fichte / Hegel / Schelling
Schopenhauer / Comte / Kierkegaard / Marx
Spencer / James / Nietzsche / Husserl
Bergson / Dewey / Santayana / Scheler
Ortega Y Gasset / Jaspers / Heidegger
Romero / Sartre



CULTRIX

A FILOSOFIA ATRAVÉS DOS TEXTOS

Alexandre Caballero

Esta antologia do pensamento filosófico, que a Cultrix ora oferece à consideração do público leitor, notadamente de alunos e professores do Clássico e dos cursos introdutórios de Filosofia em nível superior, propõe-se a ser, segundas palavras de seu organizador, um "estímulo para conhecer, de maneira mais profunda, os pensadores aqui apresentados." Tendo em vista esse propósito, cuidou o Prof. Alexandre Caballero de organizar uma "antologia leve, fácil. Não muito textos, nem demasiadamente longos, de cada autor em estudo, mas um ou poucos trechos breves e significativos ou já consagrados pela História, sempre que possível. Nunca uma espécie de sucedâneo das obras originais. Antes pelo contrário: um aperitivo."

Util instrumento de trabalho para aluno e professor, A FILOSOFIA ATRAVÉS DOS TEXTOS reúne excertos representativos de 53 filósofos, de Heráclito a Sartre, sendo cada excerto acompanhado de nota biográfica do autor e súmula didática de seu pensamento. Além disso, o volume traz: uma introdução geral, na qual o seu organizador explica as normas por que pautou seu trabalho antológico; uma bibliografia geral sumária de obras gerais, em português, sobre Filosofia; e um texto sobre "O Devir Filosófico", no qual o Prof. Caballero, depois de conceituar o que seja Filosofia, descreve as áreas em que pode ser dividido o campo do pensamento filosófico e aponta os rumos, tendências e destaques pelos quais a reflexão filosófica tem evoluído ao longo dos vinte e cinco séculos abrangidos pelo presente volume.

O organizador de A FILOSOFIA ATRAVÉS DOS TEXTOS é doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Vale dos Sinos (RS) e ocupa atualmente a cátedra de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Preto (SP). Tem vários trabalhos publicados na *Revista Brasileira de Filosofia* e prepara atualmente para a Cultrix um livro sobre Filosofia da Educação.

ALEXANDRE CABALLERO

A FILOSOFIA ATRAVÉS DOS TEXTOS



EDITORA CULTRIX

SÃO PAULO

A FILOSOFIA
ATRAVÉS DOS TEXTOS

MCMLXXI

Direitos Reservados
EDITORA CULTRIX LTDA.
Rua Conselheiro Furtado, 648, fone 278-4811, S. Paulo

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

A minha mulher

BETY

ÍNDICE

Introdução	9
O Devir Filosófico	17
Bibliografia Geral Sumária Vernácula	23
<i>Século VI - A. C.</i>	
Heráclito (aprox. 540-476)	27
Parmênides (aprox. 470)	30
<i>Século V - A. C.</i>	
Zenão de Eléia (aprox. 490-430)	37
Demócrito (aprox. 461-361)	39
Platão (420-348)	44
<i>Século IV - A. C.</i>	
Aristóteles (384-322)	53
Epicuro (aprox. 341-270)	58
<i>Século I</i>	
Sêneca (aprox. 1-65)	63
<i>Século II</i>	
Marco Aurélio (121-180)	69
<i>Século III</i>	
Plotino (204-270)	75
<i>Século IV</i>	
Agostinho (354-430)	81
<i>Século XII</i>	
Maimônides (1135-1204)	89
<i>Século XIII</i>	
Tomás de Aquino (1225-1274)	95
<i>Século XIV</i>	
Ibn Khaldun (1332-1406)	103
<i>Século XV</i>	
Vives (1492-1540)	109

<i>Século XVI</i>	
Montaigne (1533-1592)	115
Suarez (1548-1617)	118
Bacon, F. (1561-1626)	122
Galilei (1564-1642)	127
Hobbes (1588-1679)	131
Descartes (1596-1650)	135
<i>Século XVII</i>	
Spinoza (1632-1677)	141
Locke (1632-1704)	146
Malebranche (1638-1715)	150
Leibniz (1646-1716)	154
Berkeley (1685-1753)	158
Voltaire (1694-1778)	163
<i>Século XVIII</i>	
Hume (1711-1776)	169
Rousseau (1712-1778)	173
Kant (1724-1804)	179
Fichte (1762-1814)	184
Hegel (1770-1831)	188
Schelling (1775-1854)	192
Schopenhauer (1788-1861)	197
Comte (1798-1857)	201
<i>Século XIX</i>	
Kierkegaard (1813-1855)	207
Marx (1818-1883)	211
Spencer (1820-1903)	215
James (1842-1910)	218
Nietzsche (1844-1900)	222
Husserl (1859-1938)	227
Bergson (1859-1941)	231
Dewey (1859-1952)	236
Santayana (1863-1952)	240
Scheler (1874-1928)	243
Ortega y Gasset (1883-1955)	247
Jaspers (1883-1969)	252
Heidegger (1889-)	255
Romero (1891-1962)	260
<i>Século XX</i>	
Sartre (1905-)	267
Índice Onomástico	271

INTRODUÇÃO

I

Na verdade, ao escrever este livro, aconteceu-me algo muito natural e normal na vida dos homens: o imprevisto. Nunca antes cogitara eu de preparar uma antologia filosófica, muito embora meu mister seja filosofar, desde longa data.

É isso mesmo: as mais longas páginas da vida de qualquer um de nós são preenchidas de acontecimentos que nunca dantes prevíramos. E estas páginas aqui provam, mais uma vez, esta verdade.

A idéia nasceu na própria Editôra e chegou a mim através de um bom amigo comum.

Imediatamente, após a preliminar aceitação da idéia, comecei a pensar nas razões que poderiam existir para justificar um livro desta espécie e, naturalmente, também nas objeções e restrições que se costumam fazer a tais livros.

As conclusões desta reflexão decidiram-me a levar adiante o empreendimento proposto que, como supunha, seria bastante cansativo na sua preparação.

Deveria ser uma antologia leve, fácil. Não muitos textos, nem demasiadamente longos, de cada autor em estudo, mas um ou poucos trechos breves e significativos ou já consagrados pela História, sempre que possível. Nunca uma espécie de sucedâneo das obras originais. Antes pelo contrário: um apêritivo. Um estímulo para conhecer, de maneira mais profunda, os pensadores aqui apresentados.

No caso em que o leitor não tenha condições para se utilizar das obras originais, nem tempo disponível para sua lei-

tura integral, justifica-se também uma antologia que traz como que o aroma do contacto direto com as fontes. Contacto êste, de alguma maneira, indispensável e necessário.

Justificar-se-ia também uma obra destas em cursos breves de história das idéias filosóficas, tanto em escolas de nível médio como de nível superior. Ao menos como ponto de partida para ulteriores estudos.

Finalmente, uma antologia assim seria, sempre depois de algum estudo da história do pensamento filosófico, um lembrete válido, uma espécie de recordação de rápido e fácil manuseio, para uma consulta inicial ou de emergência. Quantas vezes experimentamos prazer em rememorar, até com saudosismo, os conhecimentos alguma vez adquiridos e que derramaram luzes sobre o nosso ser e os nossos problemas, mas que o tempo apagou um tanto e sentimos de novo necessidade de reavivar!

Esses motivos pareceram-me bastantes e suficientes para justificar o trabalho que iria empreender e agora está aqui concretizado.

Percebi também durante as minhas reflexões que uma certa repulsa por mim sentida contra as antologias era motivada mais por aquelas coletâneas de longos trechos e que, não chegando a substituir as obras completas para os iniciados, eram entretanto extensas demais para os não iniciados. Isto pode ser, porém, algo muito pessoal e não desejo que se tome como condenação de obras cujos autores merecem da minha parte todo respeito e admiração.

Uma vez que nenhuma antologia pode ser exaustiva, pela própria natureza, entendo que deve ser sugestiva ao máximo. Daí que deva recolher o maior número de dados úteis no menor espaço possível. Não é fácil, mas deve ser tentado.

Desejaria que êste livro fôsse como que uma introdução à filosofia ou à história do pensamento filosófico e que fôsse uma introdução estimulante. Isto é, não para ficar nos dados iniciais aqui recolhidos, mas para filosofar; refletir sobre os mesmos dados. É preciso evitar o historicismo na Filosofia, pois que prejudica sua fecundidade criadora. É preferível a recriação, que implica porém em vivências mais profundas, do que a simples repetição, tão cômoda quanto esterilizante.

II

Precedendo a antologia propriamente dita, pretendo apresentar uma espécie de *cronovisão* do pensamento filosófico, ou como a intitularei: *O dever do pensamento filosófico*. Pois nessas linhas é minha intenção recolher como que o esqueleto, o arcabouço histórico dêsse pensamento. Esqueleto ou arcabouço não rígidos, mas em constante evolução, em constante retôrno, em constante aprimoramento.

Farei essa síntese atendendo a solicitações que me encaminharam; já que de início julgava que tal não seria necessário. Compreendo, entretanto, a utilidade que pode representar um resumo assim, para os não iniciados.

Ao reunir neste volume alguns trechos traduzidos dos escritos de filósofos notáveis, cuja reflexão, conhecida, marcou a evolução do pensamento humano, evitei propositalmente qualquer classificação histórica. Todo agrupamento posterior é algo abstrato e arbitrário. Não há nem pode haver coincidência, nos diversos historiadores, a respeito. Mais ainda, há quadros históricos cujas características repetem-se de forma por vezes sutil, e outras cujo significado é vazio de objetividade.

Dizer, p. e., que determinados filósofos pertencem à Filosofia moderna, ou nova, ou coisa semelhante, é não dizer nada. O que hoje é moderno, amanhã será antigo, e o que hoje é novo, daqui a pouco fica velho, obsoleto, superado.

Dizer que uma filosofia ou umas correntes filosóficas são científicas, é tirar injustamente o valor científico às outras, ou pelo menos diminuí-lo.

Dizer que uma filosofia é cristã, só porque naquele período os filósofos de destaque eram todos abertamente cristãos e teólogos, seria negar o Cristianismo não menos marcante de muitos e muitos outros de outras épocas.

Um enquadramento geográfico ou baseado na história política dos povos, também não deixa de ser arbitrário. O pensamento é humano, de tal ou qual homem, antes ou depois. A filosofia grega não terminou com o domínio da Grécia pelos romanos, para citar um exemplo. A verdadeira Filosofia não é grega nem não grega: é Filosofia, é ciência humana.

Por tudo isso, os Autores e seus textos, que formam esta obra, estão organizados ou ordenados, simplesmente, por sé-

culos, em rigorosa cronologia. Como critério para enquadramento em algum século foi tomada a data de nascimento do pensador, único elemento relativamente fixo; pois ela é o início de todos e cada um. O período de maior produção, de produção mais ou menos valiosa, varia de um para outro e leva a critérios inseguros.

Tal ordenação parece bastante elucidativa. Por ela podemos ver as idades de produção intelectual mais fecunda, bem como aquelas em que quase não houve contribuições para o progresso da inteligência. Por ela podemos também ver que autores influenciaram e quais sofreram influências de seus predecessores, ou até as interdependências existentes entre eles.

Outro problema inevitável foi o da escolha dos autores a serem apresentados. No tempo e no espaço disponíveis não era possível enquadrar um número tão elevado de autores que ninguém sentisse a falta de nenhum deles, como seria o ideal.

Uma vez que a intenção era recolher trechos significativos das obras escritas pelos filósofos, era logo forçada a eliminação daqueles que, embora notáveis, nada deixaram por escrito, como SÓCRATES e outros; ou daqueles cujos escritos perderam-se e só sabemos que existiram por referências não textuais de terceiros.

Dentro das inevitáveis limitações, procurou-se ao máximo, sempre que possível, apresentar pelo menos um representante por século. Como se vê pelo *Índice* do volume, organizado em ordem cronológica, esse pressuposto foi atendido na medida do possível: em todos os séculos, desde o século VI a.C., mencionou-se pelo menos um filósofo de destaque. As únicas exceções são: Fílon (século I, A.C.), João Escoto ou Eurígena (século IX), Avicena (século X) e Abelardo (século XI), dos quais não se recolheu no presente volume nenhum texto, devido à dificuldade de acesso à sua obra original. Os séculos II e III A.C., e os séculos V até VIII da nossa era, constituem verdadeiras lacunas históricas na evolução explícita do pensamento filosófico.

No estudo de cada filósofo foi adotado sempre o mesmo esquema: *Vida e Obras*; *Pensamento*; *Fontes*; e *Textos*. Daremos a seguir alguns esclarecimentos sobre cada um dos itens deste esquema.

II. 1. Quem sabe, um título mais adequado para este livro seria: A Filosofia através das *vidas* e de trechos das *obras* es-

critas de grandes pensadores, ou de alguns dos mais destacados filósofos. Um tanto longo seria, mas explicaria possivelmente melhor o conteúdo.

Sem entrarmos por demais em minúcias, não resumimos excessivamente os dados biográficos, por julgar que eles também têm valor filosófico. A vida dos homens apresenta acontecimentos e particularidades que moldam o espírito dos pensadores, marcando e influenciando seu caráter, sua ideologia. Isso tem significativo valor para a compreensão do pensamento dos autores em estudo. Se os escritos são mensagem e luz, as vidas, sem palavras, falam com fatos. E o seu valor é real mesmo quando os atores agiram erradamente, da mesma forma como valem os erros das suas teorias.

Nos resumos biográficos fizemos questão de ressaltar a idade do pensador em cada passo importante da sua vida. Isto é mais significativo do que o ano do calendário gregoriano ou da era cristã, pois uma vez situados no tempo em relação ao resto do mundo, nada há de mais significativo do que a idade do período vital individual. É fácil compreender isto com um exemplo: Parece que não faz muita diferença se um autor escreveu em 1879 ou em 1889. Significa, entretanto, muito dez anos na vida de um homem, se escreveu jovem ou velho, se em um ou em outro período da sua evolução pessoal.

Na referência aos escritos de cada autor, que são acontecimentos importantes das suas vidas e delas formam parte, tivemos a intenção de indicar somente, em geral, os mais importantes no campo das idéias, deixando de lado obras menos significativas ou que trataram de assuntos não filosóficos.

II. 2. Ao resumirmos a análise do *pensamento* dos autores, seguimos, mais do que outros comentadores, as nossas impressões pessoais, nascidas do contato direto com os mesmos autores. Assumimos, por isso, neste item, o máximo de responsabilidade.

Procuramos, apesar da inevitável subjetividade que implica toda e qualquer apreciação, ser objetivos, evitando quanto possível juízos comparativos de valor, principalmente ideológicos. Que o leitor estudioso veja por si só a validade das proposições e teorias que cada autor sustentou. Não o estamos convidando assim a um ecleticismo, mas a uma crítica, sem influências de outras críticas, que examina com objetividade à luz da razão e das razões. O único preconceito válido

é o de evitar preconceitos e procurar a verdade de maneira autêntica.

É claro que, quanto melhor e mais profundamente conhecer o pensamento filosófico universal, será tanto mais fácil para o leitor analisar e avaliar as afirmações dos diversos filósofos, com a máxima objetividade possível. Aquele que não estiver familiarizado com a filosofia, ser-lhe-á indispensável a ajuda de um mestre para não distorcer, embora de boa fé, o significado das idéias que os textos recolhidos podem revelar.

II. 3. Quanto às fontes de informação e complementação dos dados aqui recolhidos sobre cada autor, assim como na bibliografia geral, demos preferência às edições nacionais. Fizemos isto pensando na maior facilidade por parte dos nossos leitores para as consultas. Nem sempre, porém, foi isto possível e, então, citamos também as fontes estrangeiras.

Não foi nossa intenção declarar donde foram recolhidos os dados do livro, pois isso levaria nossa relação de fontes longe demais, muito embora as fontes que citamos, é claro, foram parte das nossas informadoras.

Facilitar, por um lado, e provocar, por outro, foram nossos critérios bibliográficos. Facilitar, como já dissemos, oferecendo livros em língua pátria ou em línguas mais conhecidas e em edições mais difundidas, sempre que possível. Provocar, não nos restringindo a um livro só, para que o leitor curioso procure diversos comentadores e confira as opiniões.

Pareceu-nos também que, em um livro desta índole, não cabe acumular citações que se tornam, na prática, inúteis e até embaraçosas, mas indicar umas poucas fontes que possam levar os interessados a outras mais extensas bibliografias.

II. 4. Na escolha dos textos procuramos, sempre que isto foi possível, traduzir e apresentar trechos consagrados pela História, pelo uso etc. Autores há entretanto, e muitos, que não se fizeram famosos, nem influenciaram, por tal ou qual trecho, mas pela obra toda, que encerrava uma mensagem, uma teoria etc. Mesmo em tais casos, tentamos recolher e trazer ao leitor trechos que fôsem significativos das idéias mais marcantes do respectivo autor.

Tôda escolha de textos não consagrados será sempre discutível. Evidentemente não queremos impor a ninguém um texto determinado. Queremos, isso sim, estimular o leitor

para uma leitura, a mais completa possível, dos autores cujos textos recolhemos aqui.

Por outro lado, alguns textos apenas não podem dar uma idéia completa do pensamento de cada filósofo, por muito bem selecionados que sejam.

Um outro aspecto que tivemos em mente, foi que os textos pudessem dar idéia do estilo de quem os escreveu.

Desejamos, finalmente, que seu conteúdo possa ser útil para considerações básicas e iniciais no estudo de cada filósofo.

Visamos, pois, nos textos, três aspectos: ideológico, estilístico e didático.

Quanto à tradução dos textos, sempre que não fôr da nossa autoria, indicaremos donde foi tirada. Concretamente, aproveitamos só as traduções publicadas pela Editôra Cultrix e a das obras de IBN KHALDUN.

III

Ao encerrarmos estas linhas introdutórias, queremos deixar aqui expressa constância dos nossos mais sinceros agradecimentos:

Ao Prof. Dr. José Antônio Tobias, colega e amigo, que foi o estimulador inicial dêste trabalho.

A Prof^a. Dr^a. Nilce Aparecida Lodi, pela revisão do manuscrito.

A Prof^a. Maria A. Rocha Bauab, pela valiosa contribuição na coleta de dados biográficos.

A Srta. Sílvia de Mello Lemos, pela ajuda nas transcrições e correções.

O DEVIR FILOSÓFICO

I

Não é fácil tentar resumir em poucas páginas o sentido e o conteúdo mais essencial da evolução do pensamento filosófico dos vinte e cinco séculos representados neste livro.

A dificuldade não está propriamente na tentativa de resumo, na brevidade; ela nasce muito mais da própria natureza da Filosofia.

Em primeiro lugar o “campo”, ou “espaço”, em que se desenvolve o pensamento filosófico é indefinível a rigor; carece de limites. Depois, mesmo quando possam ser definidas certas grandes áreas da problemática submetida à reflexão por parte dos filósofos, elas interrelacionam-se tão estreitamente que, muitas vezes, com a máxima frequência até, aparecem como algo inseparável, principalmente nos grandes sistemas.

Enfim, a própria conceituação do que seja Filosofia é, e sempre foi, um dos grandes problemas com que os pensadores se defrontam.

Assim sendo, começaremos por dar uma noção do que seja Filosofia, na sua mais comum aceitação. Depois, descreveremos as grandes áreas em que pode ser dividido o campo do pensamento filosófico. Finalmente, apontaremos os rumos, tendências, destaques, pelos quais a reflexão filosófica tem evoluído nesses vinte e cinco séculos.

II

Vamos deixar de lado a discussão da possibilidade de uma ciência definir-se a si mesma por si mesma, como seria o nosso

caso. Da mesma forma, não vamos discutir se a Filosofia é ciência ou não, pois para nós ciência é o mesmo que conhecimento certo ou conjunto organizado de conhecimentos certos e não sinônimo de conclusão ou conjunto de conclusões de processos experimentais.

A Filosofia é eminentemente uma ciência metafísica no sentido mais pleno da palavra. Ela vem após e vai além das ciências físicas ou experimentais, muito embora possa ter e tenha na experiência, principalmente na experiência científica, seus principais alicerces ou pontos de partida.

A Filosofia é, como já foi dito de outras formas por outros autores, uma tarefa tipicamente humana. Tarefa humana inadiável, inevitável e evidentemente intransferível. O homem não existe para filosofar, mas filosofa pelo fato de existir como homem. A Filosofia é, assim, a ciência mais humana e também a mais humanizante.

O homem nunca se satisfaz só com as respostas imediatas e experimentais; sempre teve necessidade de ir "além disso". Ele *sabe* que existe êsse "além disso" e nada poderá impedi-lo de procurar compreender melhor sempre êsse além. Quando as outras ciências param, cabe à Filosofia o ônus de continuar adiante na procura da verdade.

A Filosofia é a ciência, não das coisas (no sentido de fenômenos sensíveis) mas do "por-trás-das-coisas". É a ciência, não dos seres como tais, mas dos seres enquanto seres, onde a univocidade experimental desaparece para deixar lugar às analogias ônticas. A "taleidade" dos seres ocupa a Filosofia até que outra ciência encampe êsses aspectos desmembrando-se dela, como tem acontecido tantas vezes, de fato, na história da Ciência.

Parece-nos conveniente distinguir, ainda, entre o filosofar, que é a atividade científica e a Filosofia que é a ciência resultante.

III

Neste esforço supremo da inteligência, qual é o filosofar, nesta procura da verdade e, na verdade, da realidade transcendental, distinguimos três grandes áreas: a filosofia do ser, a filosofia do conhecer e a filosofia do dever.

Em tôdas elas encontramos interpretações monistas, dualistas e pluralistas, dominando porém os dualismos. Isto por uma razão bastante simples: os princípios lógicos da contradição e do terceiro excluído. Quando a inteligência consegue reduzir o problema a um *sim* ou *não*, é ou não é, bem definido, está segura de poder chegar à verdade com certeza. Quando, pelo contrário, não enfrenta um dilema preciso, mas um multidilema, é sinal de que se encontra ante uma complexidade ainda indeterminável, que lhe impede de se firmar em qualquer resposta.

No campo do *ser* o filósofo enfrentou e ainda enfrenta problemas como: inércia e movimento ou dinamicidade; unidade e pluralidade; atualidade existencial e possibilidade; necessidade e contingência; espiritualidade e materialidade; tempo e eternidade; causalidade e indeterminação; e o próprio problema do monismo, dualismo ou pluralismo.

No campo do *conhecer*, o homem auto-analisa sua capacidade intelectual e sua maneira de entender e, assim, defronta as questões: do abstrato e do concreto; do singular e do universal; do real e do ideal; do verdadeiro e do falso; da ciência (como posse da verdade) e do ceticismo; da difícil passagem, enfim, do conhecer ao ser.

No campo do *dever*, examina o filósofo a atividade mais complexa do homem e também a mais humana do mesmo homem, e suas conseqüências práticas. Estuda aqui a liberdade e a predeterminação; o bem e o mal; o normalismo e o relativismo; o valor individual e o social; o belo e o feio; a vida, enfim, e a morte. E mais outros problemas vitais relacionados com êsses, como são os educacionais, políticos, jurídicos etc.

Pela descrição sumária dessas três grandes partes da Filosofia (descrição que pretendeu não ser sistematicamente ordenada) já podemos ver o seu caráter nitidamente antropológico. Nada mais natural do que o homem se preocupar consigo mesmo. É, além do mais, a única coisa possível: o homem só pode conhecer a si mesmo e aos outros seres com relação a ele mesmo. É a única coisa estimulante para o homem: saber quem ele é e o que são as demais coisas para ele.

Nessa ebulição do pensamento humano transcendental há uma indiscutível evolução. Não só um progresso, um aprofundamento, como também uma dialética histórica. E usamos esta palavra com muita discrição, por causa dos abusos de que tem sido objeto. É uma dialética de avanço e de retorno. Retorno, no sentido de retomada, não de recuo ou de volta para trás. É a lei da reflexão intelectual.

Se o movimento dos astros é complexo, o do pensamento humano o é ainda muito mais. Podemos distinguir nêle, nestes vinte e cinco séculos, a título de ensaio, isto é, sem pretensões de algo definitivo, uma direção ou sentido claramente dominante: sentido antropológico ou antropocêntrico. O homem preocupa-se cada vez mais consigo mesmo; cada vez de forma mais explícita. Muito embora consciente de não ser a cúpula do universo, sabe que é uma espécie de síntese importante dêle, e que seu destino é tentar desvendar cada vez mais êsse universo, partindo do homem.

Da mesma maneira que observamos uma direção dominante, notamos também, na reflexão filosófica, retornos (no sentido que já explicamos) ou períodos cíclicos de predominância de área: o filosofar passa do dever ao ser, do ser ao conhecer e, após uma síntese, retorna ao dever.

Há também nesse devir do pensamento uma constante curiosa; uma problemática que, sem ser sempre predominante, sempre está presente com maior ou menor intensidade: é a filosofia do dever ou filosofia moral. O comportamento humano foi, e será sempre, objeto de análise cuidadosa em todos os sistemas e para todos os filósofos.

Mais ainda, os períodos que, na história da Humanidade, são reconhecidos como "humanistas", coincidem com as épocas em que a Filosofia é predominantemente moralista.

Uma análise histórica demonstra claramente a influência do passado no futuro. Por afinidade, um pensador confirma e amplia os conhecimentos dos que o precederam; por antítese, um filósofo esclarece com sua crítica os erros do passado e, embora sendo causa de outros erros no futuro (causa ou pelo menos ocasião), é desbravador de novos caminhos para a posteridade.

Quanto aos ciclos que vislumbramos no devir filosófico, seria exagêro evidente aplicar-lhes categorias de rigor matemático. Êsse rigorismo já preocupou e tentou não poucos filósofos, mas tal preocupação pela exatidão exagerada levou PITÁGORAS, DESCARTES, LEIBNIZ, SPINOZA, COMTE, KANT e outros a racionalismos matematicistas inaceitáveis.

Vejamos, já, como estas leis do pensamento vivem na sua história.

Da filosofia oriental, predominantemente moralista, desembocamos nos séculos VI e V antes de Cristo, onde os filósofos gregos, eleatas e jônios (HERÁCLITO, PARMÊNIDES, ZENÃO, DEMÓCRITO, entre outros) preocupam-se com o ser que permanece e o que passa. Ainda no século V A.C., os pitagóricos, os sofistas e SÓCRATES levantam questões sobre o conhecimento humano, e PLATÃO, por antítese, prepara, de imediato, a grande síntese de ARISTÓTELES.

Retornamos, assim, ainda no século IV A.C., com EPICURO, aos problemas morais com caráter predominante, e nessa linha ética seguem os séculos I A.C. com FÍLON, e os primeiros séculos da era cristã com os filósofos romanos e cristãos (SÊNECA, MARCO AURÉLIO, e depois S. AGOSTINHO, entre muitos outros).

O século XII, após um longo período de gestação, ressuscita, com os árabes (AVICENA, AVERRÓIS, e outros) a metafísica aristotélica e, com os chamados pré-escolásticos (JOÃO ESCOTO, S. ANSELMO, ABELARDO, e outros) levantam-se os problemas decorrentes da harmonização entre fé e Ciência. Tudo isso vai resultar em uma nova grande síntese genial: a de S. TOMÁS DE AQUINO.

Nenhuma fase apaga-se repentinamente. Não há interrupções bruscas, inexplicáveis. Com oscilações, filósofos eminentes continuam analisando a sistemática tomista. Análise que tem um ponto culminante em SUÁREZ. Mas agora, nos séculos XIV e XV o humanismo volta a tomar conta dos pensadores que, deixando num segundo plano os problemas metafísicos, procuram determinar um ideal de comportamento humano. Nesse grupo podemos colocar IBN KHALDUN, VIVES e ainda MONTAIGNE.

Nova crise do conhecimento humano irrompe com DESCARTES e se prolonga com SPINOZA, LOCKE, HUME, e outros, até encontrar em KANT uma grande síntese, muito embora não

mais na linha aristotélico-tomista, mas que também não poderá evitar o confronto com ela.

Cansados, em parte, das divergências intelectualistas do idealismo pós-kantiano, como acontecera antes com o escolasticismo, ROUSSEAU e depois NIETZSCHE, MARX e KIERKEGAARD, para citar só alguns nomes da longa lista de eminentes filósofos que ocupa nossa antologia dos três últimos séculos, retornam com vigor extraordinário aos problemas humanos morais, ao social e ao individual, à liberdade, à autonomia, ao dever, ao sentido da existência consciente, que não tinham encontrado ainda respostas satisfatórias.

Nesse sentido temos de concordar com SARTRE quando disse que o existencialismo (no seu fundo genérico) é um humanismo. Vivemos numa crise de comportamento humano, e a preocupação dos filósofos das últimas gerações gira em torno dos problemas éticos com destaque especialíssimo, muito embora apontando já preocupações ônticas.

É o ser humano analisado em primeiro plano, pesquisado, anatomizado, olhado no conjunto social e na individualidade, tentando dar-lhe um sentido pleno e transcendental.

Eis onde nos encontramos. Para avançar, para obter as respostas almejadas pelo homem, para esclarecer mais a mente humana, mais confusa sempre nas fases de crise, é indiscutível que muito nos ajuda o conhecimento das reflexões que nossos antepassados mais bem dotados nos legaram em seus escritos. Dêsses escritos este livro tenta aproveitar uma pequena e selecionada amostra.

BIBLIOGRAFIA GERAL SUMÁRIA VERNÁCULA

A estas obras referir-nos-emos constantemente nas *Fontes* de informação para introdução ao estudo de cada um dos filósofos analisados neste livro.

BATALHA, A *Filosofia e a Crise do Homem*. Editôra Revista dos Tribunais. São Paulo. 1968.

BRUGGER, *Dicionário de Filosofia*. (Tradução portuguesa de A. Pinto de Carvalho). Editôra Herder. São Paulo. 1962.

CLÁSSICOS CULTRIX, *Os Filósofos Pré-Socráticos*. (Introdução, tradução e notas de Gerd A. Bornheim). Editôra Cultrix. São Paulo. 1967.

CRUZ COSTA, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Editôra Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1967.

DURANT, *História da Filosofia*. (Tradução portuguesa de G. Rangel e Monteiro Lobato). Companhia Editôra Nacional. São Paulo. 1956.

FRANCA, *Noções de História da Filosofia*. Livraria Agir Editôra. Rio de Janeiro. 1965.

HIRSCHBERGER, *História da Filosofia na Antiguidade*. (Tradução portuguesa de A. Correia). Editôra Herder. São Paulo. 1965.

HIRSCHBERGER, *História da Filosofia na Idade Média*. (Tradução portuguesa de A. Correia). Editôra Herder. São Paulo. 1966.

HIRSCHBERGER, *História da Filosofia Moderna*. (Tradução portuguesa de Alexandre Correia). Editôra Herder. São Paulo. 1967.

HIRSCHBERGER, *História da Filosofia Contemporânea*. (Tradução portuguesa de A. Correia. Com um Apêndice de G. Pinheiro Machado: *A Filosofia no Brasil*). Editôra Herder. São Paulo. 1963.

MESSER, *História da Filosofia*. (Tradução portuguesa de A. Casais Monteiro). Editorial Inquérito. Lisboa. 1946.

MONDOLFO, *O Pensamento Antigo*. (Dois volumes). Editôra Mestre Jou. São Paulo. 1946.

PADOVANI-CASTAGNOLA, *História da Filosofia*. Edições Melhoramentos, São Paulo. 1962.

PIRES, *Os Filósofos*. Editora Cultrix. São Paulo. 1963.

SCIACCA, *História da Filosofia*. (Três Volumes). Editora Mestre Jou. São Paulo. 1962.

THOMAS e THOMAS, *Vidas de Grandes Filósofos*. (Tradução portuguesa de Mendes Cajado). Editora Globo. Porto Alegre. 1949.

VITA, *Momentos Decisivos do Pensamento Filosófico*. Edições Melhoramentos. São Paulo. 1964.

SÉCULO VI - A.C.

HERÁCLITO

(Aprox. 540-476 A.C.)

VIDA E OBRAS

Desconhecem-se, realmente, as datas certas do nascimento e da morte de HERÁCLITO. Viveu entre XENÓFANES e PARMÊNIDES, opondo-se ao pensamento do primeiro e sendo contradito no seu pensamento pelo segundo.

Pertencia à aristocracia de Éfeso, cidade da Jônia, colônia grega da Ásia Menor (hoje Turquia). Por convicção, ou por partidarismo ou posição social, combateu a democracia.

Temperamento, ao que parece, solitário, austero e desdenhoso, era tido como pessoa orgulhosa.

Seu estilo como escritor mereceu-lhe o apelido de "o Obscuro". Sua obra *Da Natureza*, onde expôs seu sistema filosófico, é de leitura difícil, tornada mais inteligível pelos modernos editores dos numerosos fragmentos que dela se conservaram.

PENSAMENTO

Pergunta-se qual é o princípio último das coisas e responde que: o fogo. O fogo que é a matéria viva, instável, em constante devir. Ao mesmo fogo ele chama de razão (logos) e de fado.

Apresenta-nos uma doutrina do eterno retôrno. A luta causa as coisas tôdas. Tudo evolui até um conflito geral e então tudo começa de nôvo.

Através de CRÁTILO, mestre de PLATÃO, exercerá HERÁCLITO certa influência sobre este.

Seu ponto de partida encontrá-lo-emos nos milésios (TALES, ANAXIMANDRO e ANAXÍMENES) que apresentam o problema do movimento e tentam as primeiras soluções.

FONTES

SCIACCA, o.c., I, pg. 27-28.

CLÁSSICOS CULTRIX, o.c., pg. 34-46, donde tiramos os textos que se seguem, na versão portuguesa.

TEXTOS

1 — Este Logos, os homens, antes eu depois de o terem ouvido, jamais o compreendem. Ainda que tudo aconteça conforme este Logos, parecem não ter experiência experimentando-se em tais palavras e obras, como eu as exponho, distinguindo e explicando a natureza de cada coisa. Os outros homens ignoram o que fazem em estado de vigília, assim como esquecem o que fazem durante o sono.

2 — Por isso, o comum deve ser seguido. Mas, a despeito de o Logos ser comum a todos, o vulgo vive como se cada um tivesse um entendimento particular.

6 — (O Sol é) novo todos os dias.

8 — Tudo se faz por contraste; da luta dos contrários nasce a mais bela harmonia.

10 — Correlações: completo e incompleto, concorde e discorde, harmonia e desarmonia, em todas as coisas, um, e de um, todas as coisas.

12 — Para os que entram nos mesmos rios, correm outras e novas águas. Mas também almas são exaladas do úmido.

21 — Morto é tudo o que nós vemos acordados; sonho, tudo o que vemos dormindo.

27 — O que aguarda os homens após a morte, não é nem o que esperam nem o que imaginam.

30 — Este mundo, igual para todos, nenhum dos deuses e nenhum dos homens o fez; sempre foi, é e será um fogo eternamente vivo, acendendo-se e apagando-se conforme a medida.

31 — As transformações do fogo: primeiro o mar; e a metade do mar é terra, a outra metade um vento quente. A terra dilui-se em mar, e esta recebe a sua medida segundo a mesma lei tal como era antes de se tornar terra.

32 — O Uno, o único sábio, recusa e aceita ser chamado pelo nome de Zeus.

36 — Para as almas, morrer é transformar-se em água; para a água, morrer é transformar-se em terra. Da terra, contudo, forma-se a água, e da água a alma.

40 — A polimatia não instrui a inteligência. Não fôsse assim, teria instruído Hesíodo e Pitágoras, Xenófanes e Hecateu.

45 — Mesmo percorrendo todos os caminhos, jamais encontrará os limites da alma, tão profundo é o seu Logos.

49a — Descemos e não descemos nos mesmos rios; somos e não somos.

52 — O tempo é uma criança que brinca, movendo as pedras do jogo para lá e para cá; governo de criança.

54 — A harmonia invisível é mais forte que a visível.

56 — Os homens se enganam no conhecimento das coisas visíveis; como Homero, o mais sábio dos helenos. Pois também àquele enganavam os jovens, quando catavam piolhos e diziam: tudo o que vimos e pegamos, nós abandonamos; tudo o que não vimos nem pegamos, levamos conosco.

57 — A maioria tem por mestre Hesíodo. Estão convictos ser o que mais sabe — ele, que nem sabia distinguir o dia da noite. Pois é uma mesma coisa.

64 — O relâmpago governa o universo.

65 — (Fogo:) carência e abundância.

67 — Deus é dia e noite, inverno e verão, guerra e paz, abundância e fome. Mas toma formas variadas, assim como o fogo, quando misturado com essências, toma o nome segundo o perfume de cada uma delas.

76 — O fogo vive a morte da terra e o ar vive a morte do fogo; a água vive a morte do ar e a terra da água.

81 — Pitágoras ancestral dos charlatães.

82 — O mais belo símio é feio comparado com o homem.

83 — O mais sábio dos homens, comparado a Deus, parecer-se-á a um símio, em sabedoria, beleza e todo o resto.

84a — Movendo-se, descansa (o fogo etéreo do corpo humano).

88 — Em nós, manifesta-se sempre uma e a mesma coisa: vida e morte, vigília e sono, juventude e velhice. Pois a mudança de um dá o outro e reciprocamente.

90 — O fogo se transforma em todas as coisas e todas as coisas se transformam em fogo, assim como se trocam as mercadorias por ouro e o ouro por mercadorias.

91 — Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio. Dispersa-se e reúne-se; avança e se retira.

121 — Os efésios deveriam todos enforcar-se, e suas crianças deveriam abandonar a cidade, pois expulsaram a Hermodoro, o mais valoroso dentre eles, dizendo: "Ninguém dentre nós deve ser o mais valoroso; senão (que viva) em outro lugar e com outros".

PARMÊNIDES

(Aprox. 470 A.C.)

VIDA E OBRAS

Nasceu PARMÊNIDES na cidade de Eléia, na colônia grega chamada Magna Grécia (hoje sul da Itália), em data incerta. Entre 500 e 470 A.C. é colocado, aproximadamente, o apogeu da sua vida.

É tido como discípulo de XENÓFANES, o mais antigo dos eleatas. Entretanto, considera-se PARMÊNIDES como o verdadeiro fundador da Escola Eleática.

Foi, sem dúvida, influenciado pelos pitagóricos.

PLATÃO o venera como "o grande".

Foi o primeiro a defender por escrito a descoberta da forma esférica da Terra.

Do seu poema *Sobre a Natureza*, subsistem bastantes fragmentos. Nêle se oferece a doutrina mais profunda de todo o pensamento pré-socrático.

Foram seus discípulos mais famosos ZENÃO de Eléia e MELISO de Samos.

PENSAMENTO

Para PARMÊNIDES, o ser existe e o não-ser não existe. O ser tem de ser sempre, e não pode ter um começo. O ser é uno e imutável. Negação do devir e de todo movimento real.

Tudo o que dizemos das coisas são nomes e opiniões.

O ser é o mesmo que o conhecer.

Em tudo isso opõe-se a HERÁCLITO, cujo pensamento cita, mantendo no entanto o dualismo do entendimento e dos sentidos.

Sua concepção metafísica centraliza-se na unidade rígida do ser. Incide assim no panteísmo.

Sua doutrina, recolhida nos fragmentos, não é de fácil interpretação. Originou, na sua época, vivas polémicas.

FONTES

PADOVANI, o.c., pg. 50.

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 46-50.

CLÁSSICOS CULTRIX, o.c., pg. 53-59, donde tiramos a versão portuguesa dos textos que seguem.

TEXTOS

2 — E agora vou falar; e tu, escuta as minhas palavras e guarda-as bem, pois vou dizer-te dois únicos caminhos de investigação concebíveis. O primeiro (diz) que (o ser) é e o não-ser não é; êste é o caminho da convicção, pois conduz à verdade. O segundo, que não é, é, e que não-ser é necessário; esta via, digo-te, é imperscrutável; pois não podes conhecer aquilo que não é — isto é impossível —, nem expressá-lo em palavra.

3 — Pois pensar e ser é o mesmo.

4 — Contempla como, pelo espírito, o ausente, com certeza, se torna presente; pois êle não separará o ser de sua conexão ao ser, nem para desmembrar-se em uma dispersão universal e total segundo a sua ordem, nem para reunir-se.

5 — Pouco me importa por onde eu comece, pois para lá sempre voltarei novamente.

6 — Necessário é dizer e pensar que só o ser é; pois o ser é e o nada, ao contrário, nada é; afirmação que bem deves considerar. Desta via de investigação, eu te afasto; mas também daquela outra, na qual vagueiam os mortais que nada sabem, cabeças duplas. Pois é a ausência de meios que move, em seu peito, o seu espírito errante. Deixam-se levar, surdos e cegos, mentes obtusas, massa indecisa, para o qual o ser e o não-ser é considerado o mesmo e não o mesmo, e para a qual em tudo há uma via contraditória.

7 — Jamais se conseguirá provar que o não-ser é; afasta, portanto, o teu pensamento desta via de investigação, e nem te deixes arrastar a ela pela múltipla experiência do hábito, nem governar pelo ôlho sem visão, pelo ouvido ensurdecido ou pela língua; mas com a razão decide da muito controvertida tese, que te revelou minha palavra.

8 — Resta-nos assim um único caminho: o ser é. Neste caminho há um grande número de indícios: não sendo gerado, é também imperecível; possui, com efeito, uma estrutura inteira,

inabalável e sem meta; jamais foi nem será, pois é, no instante presente, todo inteiro, uno, contínuo. Que geração se lhe poderia encontrar? Como, donde cresceria? Não te permitirei dizer nem pensar o seu crescer do não-ser. Se viesse do nada, qual necessidade teria provocado seu surgimento mais cedo ou mais tarde? Assim pois, é necessário ser absolutamente ou não ser. E jamais a força da convicção concederá que do não-ser possa surgir outra coisa. Por isto, a deusa da Justiça não admite, por um afrouxamento de suas cadeias, que nasça, ou que pereça, mas mantém-no firme. A decisão sobre este ponto recai sobre a seguinte afirmativa: ou é ou não é. Decidida esta, portanto, a necessidade de abandonar o primeiro caminho, impensável e inominável (não é o caminho da verdade); o outro, ao contrário, é presença e verdade. Como poderia perecer o que é? Como poderia ser gerado? Pois se gerado, não é, e também não é, se devera existir algum dia. Assim, o gerar se apaga e o perecimento se esquece.

Também não é divisível, pois é completamente idêntico. E não poderia ser acrescido, o que impediria a sua coesão, nem diminuído; muito mais é pleno de ser; por isto, é todo contínuo, porque o ser é contíguo ao ser.

Por outro lado, imóvel nos limites dos seus poderosos liames, é sem começo e sem fim; pois geração e destruição foram afastadas para longe, repudiadas pela verdadeira convicção. Permanecendo idêntico e em um mesmo estado, descansa em si próprio, sempre imutavelmente fixo e no mesmo lugar; pois a poderosa necessidade o mantém nos liames de seus limites, que o cercam por todos os lados, porque o ser deve ter um limite; com efeito, nada lhe falta; fôsse sem limite, faltar-lhe-ia tudo.

O mesmo é pensar e o pensamento de que o ser é, pois jamais encontrarás o pensamento sem o ser, no qual é expressado. Nada é e nada poderá ser fora do ser, pois Moira o encadeou de tal modo que seja completo e imóvel. Em consequência, será (apenas) nome tudo o que os mortais designaram, persuadidos de que fôsse verdade: geração e morte, ser e não-ser, mudança de lugar e modificação do brilho das côres.

Porque dotado de um último limite, é completo em todos os lados, comparável à massa de uma esfera bem redonda, equilibrada desde seu centro em todas as direções; não poderia

ser maior ou menor aqui ou ali. Pois nada poderia impedi-lo de ser homogêneo, nem aquilo que é não é tal que possa ter aqui mais ser do que lá, porque é completamente íntegro; igual a si mesmo em todas as suas partes, encontra-se de maneira idêntica em seus limites.

Com isto ponho fim ao discurso digno de fé que te dirijo e às minhas reflexões sobre a verdade; e a partir deste ponto aprende a conhecer as opiniões dos mortais, escutando a ordem enganadora de minhas palavras.

Eles convieram em nomear duas formas, uma das quais não deveria sê-lo — neste ponto enganaram-se; separaram, opondo-as, as formas, atribuindo-lhes sinais que as divorciam umas das outras: de um lado, o fogo etéreo da chama, suave e muito leve, idêntico a si mesmo em todas as partes, mas não idêntico ao outro; e de outro lado, esta outra que tomaram em si mesma, a noite obscura, pesada e espessa estrutura. Participo-te toda esta ordem aparente do mundo, a fim de que não te deixes vencer pelo pensamento de nenhum mortal.

9 — Após terem sido todas (as coisas) denominadas luz e noite, e aquilo que está de acordo com a sua força ter sido atribuído como nome a todas as coisas, tudo, concomitantemente, está pleno de luz e de noite invisível, uma e outra em igualdade; pois nada existe que não participe de um e outro.

10 — Conhecerás a essência do éter e todas as constelações no éter, e a ação consumidora dos puros e lípidos raios do sol, e donde provêm; e aprenderás a circulação e a essência da Lua arredondada; conhecerás também o céu circundante, donde surgiu como a necessidade que o dirige o constringe a manter os limites dos astros.

11 — (...) como a Terra e o Sol e a Lua e o éter universal e a celeste via-láctea e o Olimpo mais extremo e também como a cálida força das estrelas começaram a existir.

SÉCULO V - A.C.

ZENÃO DE ELÉIA

(Aprox. 490-430 A.C.)

VIDA E OBRAS

ZENÃO de Eléia teria vivido entre 490 e 430 A.C. Não deve ser confundido com ZENÃO de Cítio (Chipre), estóico, que viveu muito mais tarde (350-264 A.C.). Pertence à terceira geração eleática.

Segundo PLATÃO, foi vinte e cinco anos mais novo que PAR-MÊNIDES e discípulo predileto deste; diz-se que acabou seus dias herôicamente, depois de malgrado atentado contra o tirano Nearcos de Eléia; apesar das torturas não denunciou seus companheiros de conspiração, morrendo por causa disto. No *Par-mênides* de PLATÃO menciona-se a sua obra em prosa.

As suas argumentações foram conservadas principalmente por ARISTÓTELES na *Física*, IV, I, 3 e VI, 2, 9.

Das suas *Cartas* (*Grámmata*) restam-nos alguns fragmentos.

PENSAMENTO

Foi famoso pelas suas argumentações dialéticas (sofísticas) contra a multiplicidade e especialmente contra o movimento. Demonstrações indiretas da concepção eleática do ser, concebido como uno e imutável.

São argumentos famosos dele, contra o movimento, o de *Aquiles e a tartaruga* e o da *seta*.

FONTES

PADOVANI, o.c., pg. 50.

SCIACCA, o.c., I, pg. 31-32.

CLÁSSICOS CULTRIX, o.c., pg. 60-63, donde tiramos as versões portuguesas dos textos.

TEXTOS

Se o que existe não tivesse grandeza não existiria. Mas se existe, cada (parte) terá necessariamente certa grandeza e

certa espessura e uma deverá estar a certa distância da outra. E o mesmo pode ser dito para a que estiver frente a ela. Também esta terá grandeza e outra (parte) estará frente a ela. O mesmo se pode dizer uma vez e repeti-lo sempre. Pois nenhuma parte dêle será o limite extremo, e nunca estará uma sem relação com a outra. Se, portanto, as coisas existem em multiplicidade, deverão ser concomitantemente grandes e pequenas: pequenas até não possuírem grandezas e grandes até o ilimitado.

2 — (Em seu livro, rico em demonstrações, mostra que quem admite a multiplicidade, cai em contradição. Uma destas demonstrações é a seguinte. Quer mostrar que, se há multiplicidade, esta deve ser grande e pequena, grande até o ilimitado, e pequena até o nada. E com isto tenta dizer que uma coisa, destituída de grandeza, de espessura e de massa, não poderia existir.) Pois se acrescentada a uma outra coisa (assim se expressa), não a aumentaria em nada. Porque se uma grandeza igual a nada fôr acrescentada (a uma outra), esta não poderia resultar aumentada. E o acrescentado seria (igual a) nada. Quando, ao contrário, pela subtração de uma grandeza de outra coisa, esta não se tornar menor, e, por outro lado, quando adicionada a outra coisa, esta não se tornar maior, faz-se evidente que o adicionado, como o subtraído, nada é.

3 — (Zenão escreve, ao mostrar que a multiplicidade traz em si a contradição do limitado e do ilimitado em coisas idênticas, o seguinte:) Se existem muitas (coisas), então deverão existir, necessariamente, tantas quantas existem, nem mais, nem menos. E se existem tantas quantas são, deverão ser limitadas (em número).

Se existem muitas (coisas) são (numéricamente) ilimitadas. Pois há sempre entre elas outras, e entre estas ainda outras. E assim são elas ilimitadas.

4 — (Zenão nega o movimento quando afirma): O móvel não se move nem no espaço no qual se encontra, nem naquele no qual não se encontra.

DEMÓCRITO

(Aprox. 461-361 A.C.)

VIDA E OBRAS

DEMÓCRITO nasceu em Abdera, antiga cidade costeira da Trácia (Grécia), em 461 ou 460 A.C., aproximadamente, caçula dos três filhos de Hegeristrato, homem abastado.

Ao receber a herança paterna resolveu gastá-la em viagens pelo Egito, Pérsia, Caldéia e ainda pela Índia e a Etiópia, sempre levado pelo desejo de saber.

De volta à sua terra natal submeteu aos compatriotas o seu tratado sobre *O Sistema Cósmico*, que lhe valeu uma boa acolhida e dinheiro. Por causa do seu temperamento afável foi conhecido como o filósofo sorridente.

Em Atenas teria conhecido SÓCRATES e PLATÃO.

Discípulo de LEUCIPO, em 420 A.C. fundou uma Escola em Abdera, que seria rival da Academia de Atenas.

Das suas obras restaram bastantes fragmentos, principalmente de conclusões éticas.

Após uma longa vida, morreu em 370 ou 361 A.C.

PENSAMENTO

Atribui-se-lhe a paternidade da doutrina da constituição atômica da matéria, muito embora alguns suspeitem ser original do seu mestre LEUCIPO.

Para êle, pois, a matéria dos corpos é composta de átomos, indivisíveis, infinitos, eternos e imutáveis. Todos êsses átomos, os últimos constituintes da matéria, são essencialmente iguais. Diferenciam-se só na figura, na ordem e na colocação. Além da matéria, admite o vácuo, que identifica como o "não-ser", contra os eleáticos.

O movimento surge da própria natureza dos átomos. Não tem leis êste movimento; é indeterminável. Admite, entretanto, alguma causa e algum efeito.

Os espíritos também se compõem de átomos, mais sutis que os da matéria.

A inteligência contrapõe-se aos sentidos, como a luz às trevas. Os sentidos captam apenas as aparências das coisas e a inteligência as realidades. Os átomos, por exemplo, são inteligíveis e não são sensíveis.

FONTES

H. PIRES, o.c., pg. 87-105.

CLÁSSICOS CULTRIX, o.c., pg. 108 ss.

TEXTOS

35 — Se se ouvirem com entendimento estas minhas sentenças, muitas ações dignas de um homem excelente serão praticadas e muitas más ações serão evitadas.

37 — Escolher os bens da alma é escolher os bens divinos; contentar-se com os bens do corpo é contentar-se com os bens humanos.

40 — Nem o corpo nem o dinheiro fazem o homem feliz, mas a retidão e a prudência.

51 — Muitas vezes, para persuadir, vale mais a palavra do que o ouro.

53a — Muitos que cometem as mais vergonhosas ações, falam honestamente.

54 — Os insensatos tornam-se razoáveis pela desgraça.

57 — As boas qualidades dos animais mostram-se no vigor do corpo; as dos homens na excelência do caráter.

58 — As esperanças dos que pensam corretamente são realizáveis; as dos insensatos irrealizáveis.

59 — Nem a Arte nem a Ciência são atingíveis sem o estudo.

65 — Muito pensar e não muito saber é o importante.

66 — Melhor é pensar antes de agir do que arrepender-se depois.

69 — Para todos os homens, o bem e o verdadeiro são o mesmo; o agradável é uma coisa para uns e outra para outros.

70 — Desejar sem medida é coisa de criança e não de um homem.

77 — Reputação e riqueza sem inteligência não são propriedades seguras.

81 — A eterna hesitação não deixa as ações atingirem a sua perfeição.

82 — Falsos e hipócritas são aqueles que tudo fazem com palavras, mas na realidade nada fazem.

83 — A ignorância do melhor é causa dos nossos erros.

94 — Pequenos benefícios prestados em momento oportuno são os maiores para quem os recebe.

96 — Benfeitor não é aquele que espera retribuição, mas aquele que se determina a bem fazer.

99 — Não vale a pena viver quando não se tem um único bom amigo.

116 — Pois eu vim para Atenas, — e ninguém me conhece.

117 — Em realidade, porém, nada sabemos, pois no abismo está a verdade.

118 — (Demócrito dizia) — preferir encontrar uma única (explicação pelas causas) a possuir o reino da Pérsia.

125 — (Demócrito, após exprimir a sua desconfiança nas impressões dos sentidos na seguinte frase:) conforme a convenção dos homens existem a côr, o doce, o amargo; em verdade, contudo, só existem os átomos e o vazio; (deixa falar os sentidos contra a razão:) Pobre razão! De nós tomaste argumentos e com eles queres nos derrubar. A vitória será tua desgraça.

152 — Nenhum raio enviado por Zeus, que não guardasse o brilho do éter.

155 — Quando um cone é cortado paralelamente na base por um plano, como devem ser representadas as superfícies resultantes? Iguais ou desiguais? Se forem desiguais, tornarão o cone irregular, pois apresentará entradas e saliências escalonadas; se, ao contrário, forem iguais, os cortes (também) serão iguais e o cone oferecerá a aparência de um cilindro, pois será composto de círculos iguais e não desiguais, o que é surpreendente.

156 — O nada existe tanto quanto o "alguma coisa".

157 — A arte política destes homens (como Parmênides, Melisso etc.) deve ser estudada como sendo a mais alta e devem-se consagrar esforços dos quais os homens usufruam o grande e o admirável.

159 — Se o corpo instaurasse um processo contra a alma, devido às dores e aos maus tratos recebidos durante toda a vida, e se (Demócrito) fôsse juiz na queixa, prazerosamente condenaria a alma, com as seguintes razões: que ela destruíra o corpo pela sua negligência, o enfraquecia pela sua embriaguez, o corrompia e rasgava por volúpia. Da mesma maneira como responsabilizaria aquêle que faz uso de um instrumento ou utensílio, deixando-o em mau estado.

164 — Todos os seres vivos associam-se com seres vivos semelhantes; as pombas com as pombas, os groues com os groues, e assim com todos os animais. Também assim com as coisas inertes, como se pode ver ao joeirar as sementes ou nas rochas submetidas à ressaca. Pois, devido ao turbilhão provocado pela peneira, as lentilhas separam-se e unem-se às lentilhas, os grãos de cevada aos grãos de cevada, os grãos de trigo aos grãos de trigo. No outro caso, devido ao movimento da onda, as pedras alongadas rolam ao lugar onde estão as pedras alongadas, as redondas buscam as redondas, como se a semelhança que se encontra nestas coisas exercesse certa força de união.

167 — Um turbilhão de todos os tipos e formas separou-se do Todo.

168 — (Os discípulos de Demócrito chamavam os átomos de:) natureza. (No vazio são) projetados em tôdas as direções.

180 — A educação é um ornamento para os felizes; para os desgraçados é um refúgio.

183 — Ocasionalmente encontra-se compreensão entre os jovens e incompreensão entre os velhos. Pois o tempo não ensina a pensar, mas sim a educação desde a infância e o dom da natureza.

185 — As esperanças dos homens educados valem mais do que as riquezas dos ignorantes.

223 — O que o corpo reclama, encontramos-lo facilmente sem esforço e necessidade. Tudo o que exige esforço e necessidade, enchendo de dores a vida, não vem das exigências do corpo, mas de um espírito mal dirigido.

246 — Viver no estrangeiro ensina a auto-suficiência; pois pão de cevada e um leito de palha são os melhores remédios contra a fome e o cansaço.

247 — Para um homem sábio tôdas as terras são acessíveis; pois a pátria de uma alma virtuosa é o universo.

251 — A pobreza em uma democracia é melhor do que a assim chamada felicidade no paço dos príncipes, assim como a liberdade é melhor do que a escravidão.

256 — Justiça quer dizer: fazer o que é necessário; injustiça: não fazer o que é necessário, esquivando-se.

249 — Fôrça e beleza são os bens da juventude; a prudência é a flor da velhice.

PLATÃO

(420-348 A.C.)

VIDA E OBRAS

Em 428 (ou 427) A.C., nasceu Aristocles, provavelmente em Atenas (Grécia), de família nobre. Recebeu o apelido de PLATÃO por causa da suas largas costas. Passa sua juventude em Atenas, onde é discípulo de SÓCRATES durante quase dez anos.

Em 399 A.C. (com 28 anos de idade), após a morte do seu Mestre, viaja para Mégara e outros lugares da Grécia e diversos países. Vai para Siracusa (Sicília) em 390, permanecendo lá três anos na corte do tirano Dionísio. Ali pretendeu implantar seus ideais políticos, mas foi entregue pelo tirano, como prisioneiro, a um embaixador espartano.

Em 388 A.C., (tinha 39 anos de idade), voltou para Atenas e lá fundou a "Academia", onde durante quarenta anos foi o Mestre.

Em 368 A.C., a convite de Dionísio o Moço, ainda tentou de novo implantar sua "república" em Siracusa, mas fracassa outra vez e volta, desiludido da política, para sua terra natal. Nova viagem fará a Siracusa em 361, para conciliar dois políticos amigos, sem resultado e com perigo da vida.

Em 347 A.C., aos 80 ou 81 anos de idade, morre em Atenas, enquanto assistia a um banquete nupcial.

Quanto a seus numerosos escritos, podemos classificá-los, cronologicamente, assim:

Diálogos da mocidade: *Apologia de Sócrates*, *Crítion*, *Protágoras*, *Ion* e *Lísias*;

Diálogos da juventude: *Górgias*, *Mênon*, *Crátilo* e *Eutidemo*;

Diálogos da maturidade: *Banquete*, *Fédon*, *República* e *Fédro*;

Diálogos da velhice: *Teeteto*, *Parmênides*, *Sofista*, *Timeu*, *Filebo*, *Político* e, finalmente, as *Leis*.

PENSAMENTO

A prova mais evidente do gênio filosófico e literário que foi PLATÃO é o fato de, ainda vinte e quatro séculos após sua morte,

serem suas obras traduzidas em todas as línguas em inúmeras edições.

Seu pensamento sofre as influências de HERÁCLITO, dos Eleatas, de PITÁGORAS e principalmente de SÓCRATES. A sua fidelidade ao Mestre é outro dos rasgos que denotam a grandeza do seu espírito; SÓCRATES é, praticamente, conhecido através de PLATÃO.

O centro de sua concepção filosófica original é a Teoria das Idéias. Teoria de base epistemológica e cosmológica. Tenta conciliar os extremos pré-socráticos do que se move e do que permanece, representados pelos "eleatas" HERÁCLITO e PARMÊNIDES. Aparece o dualismo platônico do mundo das idéias (da alma pré-existente e imortal) e o das coisas (do mundo material, sensível). O problema físico da origem das coisas é transformado no problema lógico-ontológico dos conceitos universais.

O platonismo, considerado por muitos com um idealismo, é, na verdade, um realismo exagerado.

A Ética, a Política e a Estética são outros três campos do saber, nos quais foram notáveis as suas contribuições; sempre de forma assistemática.

FONTES

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 87 ss.

SCIACCA, o.c., pg. 64 ss.

PLATÃO, *Diálogos*. Editora Cultrix. São Paulo. 1957. (3.^a ed.), donde tiramos o texto do *Fédon*.

PLATÃO, *A República*. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1965.

TEXTOS

Sócrates — Não sabes que os olhos, quando se dirigem a objetos não iluminados pela luz do sol, mas pelos astros da noite, parecem cegos e enxergam com dificuldade como se não tivessem capacidade para uma visão clara?

Glauco — É isso mesmo.

— Quando, porém, se dirigem a objetos iluminados pelo sol enxergam perfeitamente. Não prova isto que a visão distinta está nos mesmos olhos?

— Sem dúvida.

— Pois bem, acontece o mesmo com relação à alma. Quando ela fixa sua atenção sobre algo iluminado pela verdade e pelo ser, ela o compreende, conhece-o e manifesta que tem inteligência; quando, porém, vira-se para algo que está envolvido na penumbra, para algo que nasce e perece, então,

não distingue bem, só tem opiniões incertas, parecendo até ter perdido a inteligência.

— É isso mesmo.

— Reconhece, então, que aquilo que proporciona a luz da verdade aos objetos das ciências, aquilo que dá à alma a capacidade de conhecer, é a idéia do bem. A qual, além de ser o princípio da ciência e da verdade, deves considerar como objeto do conhecimento. Desta forma, por mais belas que sejam a ciência e a verdade, julgarás corretamente se considerares a idéia do bem como distinta e mais bela ainda do que aquelas. Assim como no mundo visível temos razões para crer que a luz e a visão são semelhantes ao sol, sendo entretanto falso dizer que elas são o sol, da mesma maneira no mundo inteligível podem ser consideradas a ciência e a verdade como semelhantes ao bem, mas não haveria razão para tomar uma ou outra como se fôsem o bem mesmo, cuja natureza é algo infinitamente mais elevado.

— É inefável a beleza que lhe atribuis. Sendo a fonte da ciência e da verdade, no teu dizer, supera a ambas em beleza. Certamente não estás a dizer que o bem seja o prazer.

— Não digas tolices! Considera, isto sim, sua imagem com maior atenção da seguinte maneira.

— Como?

— Estamos ambos convencidos que o sol, não só dá às coisas visíveis o poder serem vistas, como também a geração, o crescimento e a alimentação, sem ser êle a geração nem o resto.

— De acôrdo.

— Do mesmo modo podes afirmar que os seres inteligentes não só recebem do bem a qualidade de serem inteligentes, como também seu ser e sua essência, muito embora o mesmo bem não seja essência, antes algo que está muito por cima dela em dignidade e poder.

— Por Apolo! (exclamou rindo) Quanta maravilha de superioridade!

— A culpa é tua. Por que me obrigaste a dizer o que eu pensava sobre o assunto?

— Peço-te para não parares aí. Se tens ainda algo a dizer sobre a analogia do sol com o bem, podes continuar.

— Certamente é muito ainda o que me resta.

— Então faz mais um esforço e nada omitas.

— Não um e sim muitos esforços eu farei, e nem por isso conseguirei deixar de omitir muitas coisas.

— Faz, então, o possível para que isso não aconteça.

— Pois bem, tanto o bem quanto o sol imperam, como dissemos: um no gênero e na região do inteligível, o outro na região do visível, e não digo no céu para evitar que penses em jogos de palavras.

— Está certo.

— Toma, por exemplo, uma linha cortada em dois segmentos desiguais. Cada um destes segmentos, que representam o mundo visível e o inteligível, corta-os novamente em outros dois na mesma proporção e terás de um lado a parte clara e de outro a parte obscura de cada um deles. (*) Uma das seções da espécie visível dar-te-á as imagens. (Entendo por imagens em primeiro lugar as sombras e em segundo lugar as figuras que se formam nas superfícies das águas ou sobre a superfície de corpos opacos, polidos e brilhantes). Compreendes-me?

— Compreendo-te.

— A outra seção dar-te-á os objetos que estas imagens representam, quero dizer, os animais, as plantas e tôdas as obras da natureza e da arte.

— Feito.

— Não achas, então, que aplicada esta divisão à verdade e à falsidade resulta que as aparências são para as coisas que representam, como a opinião o é para a ciência?

— Concorde.

— Vejamos, agora, como dividir o segmento do mundo inteligível.

— Como?

— Em duas partes: a primeira das coisas que a alma não pode atingir sem se servir dos dados do mundo visível, como de outras tantas imagens, partindo de certas hipóteses, não rumo ao princípio, mas para chegar a uma conclusão; enquanto a segunda é onde partindo das hipóteses vai até o princípio independente de qualquer hipótese, sem ligar para as imagens como na primeira, unicamente progredindo me-

(*) São hipóteses discutíveis as levantadas por comentadores sobre a correspondência dos segmentos; se o maior é do mundo visível ou o menor. (N. do T.)

diante as idéias consideradas em si mesmas. (*A República*, Livro VI, pelo fim).

Livro VII. Sócrates — No que diz respeito ao estado em que se encontra a natureza humana quanto à ciência e à ignorância, podes fazer a seguinte comparação. Representa-te uma moradia subterrânea em forma de caverna, que tem uma entrada, em tôda sua largura, por onde penetra a luz, e uns homens, que nela se encontram desde a infância, acorrentados dos pés ao pescoço, de maneira que nem se podem mexer nem olhar senão para frente. Atrás dêles arde um fogo distante e elevado, cuja luz os ilumina, e um caminho também elevado atravessa a caverna entre o fogo e os acorrentados. Supõe que ao longo dêsse caminho foi erguido um muro, semelhante aos tabiques que os exibidores de fantoches colocam entre êles e os espectadores para exibir por cima suas maravilhas e esconder por baixo seus truques.

Glauco — Estou vendo isso tal como o descreves.

— Imagina, agora, uns homens que, ao longo do muro, transportam tôda espécie de objetos; objetos que ultrapassam a altura do muro e são figuras de homens e animais de madeira e de pedra. Dentre os portadores alguns param e conversam e outros passam sem dizer nada.

— Que estranhos prisioneiros e que cena estranha!

— Entretanto é, em tudo, semelhante a nós. Em primeiro lugar, acreditas que em tal situação os prisioneiros tenham visto algo de si próprios ou dos seus vizinhos, a não ser as sombras que o fogo projeta no fundo da caverna, que está à sua frente?

— Como poderiam ver outra coisa se desde a infância não podem mover a cabeça?

— E dos objetos transportados, podem ver outra coisa que não as sombras?

— Que mais poderiam ver?

— Se pudessem conversar entre si, não achas que dariam às sombras que vêem os nomes das coisas que a elas correspondem?

— Sem dúvida.

— Se, no fundo da caverna ecoassem as palavras dos portadores que falam, não pensariam estar ouvindo falarem as sombras que passam?

— Sim, por Zeus!

— Não há, pois, qualquer dúvida que para tais homens só seriam realidade as sombras dos objetos.

— De fato.

— Pensa, agora, o que aconteceria se, conforme o natural, êsses homens fôssem libertados das correntes e curados da ignorância. Se um dêles fôr desamarrado, obrigado a se levantar imediatamente, a virar o pescoço, a caminhar e olhar para a luz, faria tudo isso com dificuldade e dor; ofuscado pela luz, não conseguiria distinguir os objetos que até então só conhecera nas suas sombras. O que achas que responderia se alguém lhe dissesse que até então só tinha visto fantasmas e que só agora, voltado para os objetos reais, é que goza de visão mais clara e verdadeira? E se, depois, mostrando-lhe os objetos mesmos, forçado por perguntas, fôsse obrigado a responder o que é cada um dêles, não achas que ficaria perplexo e julgaria ser mais real o que antes via do que aquilo que agora lhe é mostrado?

— Por suposto.

— Esta é, pois, amigo Glauco, a imagem que é preciso aplicar ao que antes foi dito. É necessário comparar o mundo visível com a moradia da caverna, e o poder do sol com o fogo que a ilumina. O cativo que foi libertado e sobe à região superior e a contempla, é a alma que se eleva à região do inteligível. Isto é o que eu penso e tu desejas saber. ... (*A República*, Livro VII, no início).

Aprender é recordar

Sócrates — Não concordamos que acontece o seguinte? Quando uma pessoa, ao ver uma coisa, tem estas idéias: "isto que estou vendo quer identificar-se com outra realidade, mas falta-lhe alguma coisa para que possa igualar-se com ela e, por isso, lhe é inferior", sem dúvida quem assim reflete deve necessariamente ter visto antes a coisa a que diz assemelhar-se com deficiência estoutira.

Simias — Necessariamente.

— E daí? Não é o mesmo que nós experimentamos com relação à igualdade nas coisas e à igualdade em si?

— Absolutamente o mesmo.

— Portanto, necessariamente, nós conhecemos a igualdade antes daquele momento em que, vendo pela primeira vez as igualdades nas coisas, temos a idéia de que tôdas elas querem ser idênticas à igualdade, mas algo lhes falta.

— Assim é.

— Aliás, também nisto concordamos: aquela reflexão não tem outra origem, nem mesmo seria possível concebê-la senão partindo do emprêgo da visão, do tacto ou de um dos outros sentidos; o que digo se aplica a todos os casos.

— Com efeito, Sócrates, são todos iguais, ao menos naquilo que visa a demonstrar o argumento.

— Seja como fôr, através das sensações é que temos de compreender que tôda igualdade sentida aspira à essência da igualdade em si, mas lhe fica aquém. Ou o que devemos dizer?

— Isso mesmo.

— Portanto, antes de começarmos a ver, ouvir, servir-nos dos outros sentidos, devemos dalgum modo ter adquirido o conhecimento da essência da igualdade em si, para podermos remontar das igualdades sentidas a ela, verificando que tôdas se querem com ela identificar, mas que ficam aquém.

— Conclusão necessária, Sócrates, do que foi dito atrás.

— Não é verdade que, mal nascemos, já estávamos usando a vista, o ouvido e os demais sentidos?

— Perfeitamente.

— Mas é preciso, afirmamos, tivéssemos antes disso adquirido o conhecimento da igualdade?

— Sim.

— Portanto, aparentemente, nós o adquirimos necessariamente antes de nascer?

— Aparentemente.

— Não é, pois, verdade que, se o possuíamos ao nascer, tendo-o adquirido antes do nascimento, já sabíamos antes de nascer e logo ao nascer, não só o que é “igual”, “maior” e “menor”, mas todo o conjunto de conhecimentos análogos? Com efeito, agora nossa teoria não se aplica à igualdade mais do que à beleza em si, ao bem em si, à justiça, à piedade e (é onde quero chegar) a tudo que cunhamos como “realidade em si” ao formular perguntas e dar respostas. Portanto, adquirimos necessariamente o conhecimento de tôdas essas coisas antes de nascermos. (*Fédon*, cfr. o.c., pg. 159-160).

SÉCULO IV - A.C.

ARISTÓTELES

(384-322 A.C.)

VIDA E OBRAS

Em 384 A.C., nasce em Estagira (Grécia) ARISTÓTELES, filho de Nicômaco, médico do Rei Amintas III da Macedônia.

Aos 17 anos de idade, entra, como discípulo de PLATÃO, na "Academia" de Atenas, onde permanece até os quarenta anos da idade, ou seja até a morte de seu Mestre (348/7). Durante êsse período escreve *Eudemo* sôbre a imortalidade e *Protréptico* sôbre o valor e objetivo da Filosofia.

Viaja depois com vários discípulos, e casa com a sobrinha de Pítias, rei de Atárnea, morto mais tarde por Atajerjes III. Já então ensina uma filosofia independente da platônica.

Em 342 A.C., (com 42 anos de idade) torna-se educador de Alexandre, que seria depois "o Grande", filho do Rei Filipe da Macedônia, a pedido dêste.

Em 355/4, volta para Atenas, onde funda uma escola própria, que foi chamada "dos peripatéticos" por causa dos passeios que continha ou porque costumava ensinar passeando nêles.

Com a morte de Alexandre, viu-se perseguido pelo partido antimacedônico, e fugiu para Cálcis, na Ilha Eubéia, para não dar — segundo disse — ocasião aos atenienses de pecar segunda vez contra a Filosofia. (A primeira fôra com a morte de SÓCRATES.)

Em 322 A.C., com 62 anos de idade, morre em Cálcis.

Além dos escritos mencionados e diversos outros, suas principais obras foram os escritos lógicos, cinco livros colecionados por seus discípulos com o nome de *Organon*. A *Metafísica*, doze livros, assim chamada porque continha a doutrina dos princípios que vinham após a Física. O tratado *Da Alma*, psicologia. A *Ética a Nicômaco*, dez livros. A *Política*, oito livros. A *Retórica*, três livros. A *Poética*, dois livros. A *Física*, oito livros.

PENSAMENTO

Não é fácil resumir o pensamento daquele que, podemos considerar sem receio, o maior gênio filosófico de todos os tempos.

Sua sistemática e sua terminologia perduram até nossos dias.

Sem desmerecer de outros aspectos da sua obra, os pontos altos são, sem dúvida, a Lógica, a Metafísica e a Ética. Na análise lógica atingiu resultados definitivos.

A sua extraordinária penetração metafísica aparece claramente na teoria do ato e potência, que resolve todo o problema dos filósofos pré-socráticos. Como tudo o que se move passa da potência ao ato, tem de haver um último agente imóvel, que será ato puro. O ato substancial do corpo humano é a alma.

Sua ética é finalista. A felicidade é o objetivo dos atos humanos. O conceito de liberdade não fica bem definido. Praticar a virtude é viver de acordo com a razão.

FONTES

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 165 ss.

W. JAEGER, *Aristóteles*. Fundo de Cultura Econômica. México. 1947.

H. THOMAS, o.c., pg. 23 ss.

ARISTÓTELES, *A Ética*. Antena Editôra. São Paulo. 1962.

ARISTÓTELES, *Organon*. Librairie Philosophique J. Vrin. Paris. 1946.

TEXTOS

As Categorias. São as expressões que sem qualquer ligação significam a substância, a quantidade, a qualidade, a relação, o lugar, o tempo, a posição, o costume, a ação, a passividade. É substância, dita numa palavra, por exemplo, o homem, o cavalo; quantidade, por exemplo, comprimento de dois côvados, comprimento de três côvados; qualidade: branco, gramático; relação: dôbro, metade, maior; lugar: no Liceu, no Fórum; tempo: ontem, no ano passado; posição: deitado, sentado; costume: calçado, armado; ação: corta, queima; passividade: é cortado, é queimado.

Nenhum desses termos afirma ou nega qualquer coisa, em si mesmo; é somente pela ligação destes termos que surge a afirmação ou a negação. Com efeito, toda afirmação e toda negação é, parece-nos, verdadeira ou falsa, entretanto nessas expressões sem qualquer ligação nada há de verdadeiro ou de falso: por exemplo, homem, branco, curto, vencedor.

A substância. A substância na sua significação mais fundamental, primeira e principal da palavra, é aquilo que não é afirmado de um sujeito e nem em um sujeito: por exemplo,

o homem indivíduo ou o cavalo indivíduo. Chamam-se substâncias segundas as espécies, nas quais estão contidas as substâncias tomadas na sua primeira significação, e a tais espécies devem ser anexados os gêneros dessas espécies: por exemplo, o homem indivíduo pertence a uma espécie, que é o homem, e o gênero desta espécie é o animal. Assim, essas últimas substâncias são ditas segundas, a saber o homem e o animal. (*Organon*. *Categorias*, no início).

O Silogismo. O silogismo é o raciocínio no qual, colocadas certas premissas, se conclui necessariamente uma proposição diferente das dadas, por meio delas. Há demonstração quando o silogismo conclui de premissas verdadeiras e primeiras, ou de premissas onde o conhecimento baseia-se em conhecimentos de proposições primeiras e verdadeiras. O silogismo dialético é aquele em que a conclusão segue de premissas prováveis. (*Organon*. *Os Tópicos*. Livro I, início).

A Filosofia. Todos os homens têm, por natureza, o desejo de conhecer; o prazer causado pelas sensações é uma prova, pois que, mesmo deixando de lado sua utilidade, elas nos agradam por elas mesmas, e, mais do que todas, as sensações visuais. ... Os homens que possuem experiência conhecem que uma coisa é, mas não sabem por que; os homens que têm arte sabem ao mesmo tempo o porquê e a causa. ... É, pois, coisa evidente que a Filosofia é ciência das causas certas e dos princípios certos.

Ato e potência. O ato é a existência de uma coisa, não porém da mesma forma que nós falamos da potência. Dizemos, por exemplo, que Hermes está no mato, em potência, e meia linha na linha inteira, porque pode ser dela tirada. Da mesma maneira chamamos de sábio em potência mesmo àquele que nada pesquisa, se tem a capacidade de pesquisar; a situação contrária, em cada um destes casos, existe em ato. O conceito de ato que apresentamos pode ser conhecido por indução, servindo-nos de alguns exemplos particulares; não é necessário procurar definir tudo, basta saber se contentar com entender a semelhança; o ato será pois como o ser que constrói em relação ao ser que pode construir, o ser que vigia em relação ao que

dorme, o ser que vê em relação àquele que tem os olhos fechados, muito embora possua vista, aquilo que foi separado da matéria em relação à matéria, aquilo que foi trabalhado em relação ao que não o foi. Damos o nome de ato ao primeiro termo dessas relações várias, ao outro termo chamamos de potência. Não dizemos, porém, de tôdas as coisas existir em ato no mesmo sentido, e sim por analogia; assim como tal coisa está em tal outra, ou em relação a esta; pois o ato é tomado quase como o movimento em relação à potência, quase como a substância formal em relação a qualquer matéria.

O Primeiro Motor. É possível que seja assim, pois caso contrário seríamos obrigados a dizer que tudo provém da noite, da confusão primitiva, do não-ser; tais dificuldades podem ser, assim, resolvidas. Há qualquer coisa que se move em movimento contínuo, movimento êste que é circular. Não é uma questão que se prova só pelo raciocínio, é um fato mesmo. Há pois, assim, qualquer coisa que move eternamente; e como há três espécies de sêres, o que é movido, o que se move e o termo médio entre o que é movido e o que se move, existe um ser que move sem ser movido, o ser eterno, a essência pura e atualidade pura. (*Metafísica*)

A Felicidade. ... em nossa opinião, a felicidade, sendo a mais bela e a melhor de tôdas as coisas, é ao mesmo tempo a mais doce e agradável. Dentre as muitas considerações que cada espécie e natureza das coisas podem nos provocar e que exigem sério exame, umas só procuram o conhecimento do objeto e outras visam, além disto, sua posse e as utilidades possíveis do mesmo. No que diz respeito a questões puramente teóricas dêstes estudos filosóficos, estudá-las-emos na medida em que forem surgindo, sob o ponto de vista especial desta obra.

Antes de mais nada pesquisamos em que consiste a felicidade e por que meios ela pode ser atingida. Perguntar-nos-emos se todos aquêles que se dizem felizes o são por efeito simples da natureza, da mesma maneira que são grandes ou pequenos, ou como se distinguem pelo semblante ou pelo rosto; ou se são felizes por causa das lições de certa ciência, que seria a ciência da felicidade; ou se devem essa felicidade à prática de determinados exercícios, pois que há inúmeras qualidades que os homens não adquirem nem por natureza, nem pelo

estudo, mas só pelo hábito simplesmente; qualidades estas que são más quando procedem de maus hábitos e boas quando de bons hábitos.

Pesquisamos, finalmente, se, na hipótese de serem falsas tôdas essas explicações, a felicidade resulta exclusivamente de uma das seguintes causas: ou do favor dos deuses, que a outorgam movidos de maneira parecida a como agem os homens, por uma paixão divina, entusiasmados sob a influência de algum gênio; ou acontece por simples acaso, pois são muitos os que confundem a felicidade com a fortuna. (*Ética de Eudemo*, c. I).

EPICURO

(Aprox. 341-270 A.C.)

VIDA E OBRAS

EPICURO nasceu por volta de 342 a 341 A.C., sete anos após a morte de PLATÃO, segundo alguns historiadores em Atenas e segundo outros em Samos. Seu pai Néocles era ateniense e tinha uma escola. EPICURO, porém, foi criado em Samos, onde foi discípulo de PANFÍLIO. Sua mãe praticava a magia e ia de casa em casa oferecendo-se para recitar fórmulas de purificação e atrair as bênçãos dos deuses.

Aos 18 anos, vai para Atenas, no tempo em que XENÓCRATES dirigia a Academia.

Após a morte de Alexandre de Macedônia (323 A.C.), os atenienses caem sob o poder do general macedônico Pérdicas. Nesta altura, EPICURO vai ter com seu pai, estabelecido em Cólofon, e lá funda uma escola e permanece alguns anos.

Quase com 35 anos de idade (307/6), abriu sua famosa Escola em Atenas, nos jardins da sua Vila, que se tornaram centro de reuniões de admiradores e amigos.

Alguns autores supõem que tenha sido após a leitura de DEMÓCRITO que ele se dedicou à Filosofia.

O pensamento de EPICURO foi exposto em grande número de escritos, na maior parte desaparecidos. Segundo DIÓGENES LAÉRTIO, teria escrito trezentas obras. Este mesmo conserva-nos três cartas e o testamento de EPICURO. As cartas são: *Carta a Pitócles*; *Carta a Meneceu*; e *Carta a Heródoto*.

Faleceu em 270 A.C., com 71 ou 72 anos de idade.

PENSAMENTO

Divide a Filosofia em três partes: Canônica, Física e Ética. Toda ela essencialmente prática e orientada para a felicidade.

Na Canônica, o critério máximo de verdade é a clareza. Também são critérios as paixões, as imagens e os sentimentos, principalmente de prazer e de dor.

Na Física, segue DEMÓCRITO. Tira dos deuses qualquer influência nos homens. A morte é a separação da capacidade anímica de sentir.

Na Ética, a felicidade consiste no prazer: positivo que é o gozo, e negativo que é a ausência de dor. Para ele o mais importante é o negativo e um dos seus aspectos principais consiste no repouso. O prazer só é verdadeiro quando ligado à virtude. EPICURO não ensinava a procura do prazer vicioso, muito embora sua doutrina preparasse o caminho para o "epicureísmo" no sentido degradante da palavra.

Sua doutrina atrai inúmeros adeptos, surgindo novos centros de epicureísmo. Difundiu-se rapidamente no mundo romano e, como escola, teve adeptos até o século IV da era cristã.

FONTES

HAMELIN, *Trois lettres*. Rev. de Métaphysique, 1910, XVIII, pg. 397.

H. PIRES, o.c., pg. 131 ss.

TEXTOS

O Universo

O universo está formado de corpos. Sua existência fica abundantemente provada pelas sensações, pois elas, repito, são as que servem de base ao razoamento sobre as coisas invisíveis. Se aquilo que chamamos o vácuo, entendido como "essência intangível" não existe, então não haverá lugar onde os corpos possam se locomover, como nós vemos que de fato se movem.

Afora essas duas coisas, nada se pode compreender, nem por intuição, nem por analogia com os dados da intuição, de tudo o que existe como natureza completa, pois eu não falo dos acontecimentos fortuitos ou acidentais.

Dentre os corpos uns são compostos, os outros são os elementos que servem para fazer os compostos. Esses últimos são os átomos indivisíveis e imutáveis, pois nada pode voltar ao nada e é necessário que tais realidades subsistam, quando os compostos desagregam-se. Estes corpos são compactos por natureza e não há neles lugar por onde, nem meio pelo qual possam ser destruídos. Daí resulta que tais elementos devem, por absoluta necessidade, ser as partes indivisíveis dos corpos. De resto, o universo é infinito. Com efeito, tudo o que é finito tem alguma extremidade e a extremidade descobre-se por comparação. Assim, não existindo extremidade, não há termo, e não tendo termo é necessariamente infinito e não finito.

O universo é infinito sob dois aspectos: pelo número de corpos que contêm, e pela imensidade de espaço que encerra. Se o espaço fôsse infinito e o número de corpos limitado, êstes dispersar-se-iam em desordem no espaço infinito, pois nada haveria que os sustentasse, e nada que os fizesse unir-se formando coisas. E se o espaço fôsse limitado e os corpos infinitos em número, então não haveria lugar onde se colocarem. (*Carta a Heródoto*, nos começos.)

Do bom viver

Quando se é jovem, não é necessário duvidar de filosofar, e quando se é velho, não é necessário deixar de filosofar. Nunca é cedo nem tarde demais para tomar conta da própria alma. Aquêles que dizem que não é ainda tempo ou não é mais tempo para filosofar, assemelha-se àquele que diz que não é tempo ou não é mais tempo de cuidar da felicidade. Deve-se, pois, filosofar quando se é jovem e quando se é velho; no segundo caso para retomar o contato com o bem, ao lembrar os dias passados, e no primeiro para ser, embora jovem, tão forte quanto um velho perante o porvir. É preciso, pois, estudar os meios de atingir a felicidade, já que com ela nós temos tudo e quando ela está ausente fazemos tudo para consegui-la.

Observa, então, e aplica os princípios que constantemente te ensinei, e convence-te que são os elementos necessários para o bom viver.

Pensa, além disso, que o deus é um ser imortal e bem-aventurado, como se segue da noção comum de divindade, e jamais atribui a êle qualquer coisa que se oponha à sua imortalidade e à sua felicidade. Acredita, mesmo contrariando tudo, naquilo que pode conservar-lhe essa felicidade e essa imortalidade. Os deuses existem e nós temos disso um conhecimento evidente. Sua natureza, porém, não é nada disso que o povo leviano pensa. Aquêles que nega os deuses da chusma não é ímpio; ímpio é aquêles que atribui aos deuses as características que lhes atribui a chusma. Pois suas opiniões não são intuições, mas imaginações mentirosas.

A chusma, acostumada a uma idéia particular que tem de virtude, não aceita que os deuses tenham aquela virtude, e rejeita como falso tudo aquilo que dela difere.

Habitua-te, em segundo lugar, a pensar que a morte nada significa para nós, pois o bem e o mal só existem nas sensações. (*Carta a Meneceu*, no início)

SÉCULO I

SÊNECA

(Aprox. 1-65)

VIDA E OBRAS

Lúcio Aneu SÊNECA nasceu, provavelmente, no 1.º ano da Era Cristã, em Córdoba (Espanha). Terceiro filho (caçula) de Marco Aneu Sêneca, famoso orador e escritor, conhecido como "o Retórico".

Bem pequeno ainda, transferiu-se com a sua família para Roma, onde inicia os estudos sob a orientação de seu pai. Seu espírito sentiu-se atraído mais pela filosofia do que pela retórica.

Após os anos da adolescência em que ouviu seus mestres filósofos, entrou para a vida pública. Exerce, então, as duas funções que o preparariam melhor para a carreira senatorial: a magistratura e um cargo militar.

De saúde fraca, aos 25 anos de idade, mais ou menos, afasta-se de Roma e vai para o Egito cuidar da sua saúde, junto da tia materna, espôsa do Prefeito do Egito, C. Galério. Desta época parecem ser seus livros *Sôbre a Superstição* e *Sôbre o Movimento das Terras*.

Volta do Egito para Roma no ano 31. Após a longa ausência deve lutar para se impor na vida política, onde encontra fortes concorrentes. Consegue-o com suas qualidades e brilhante oratória, e também ajudado pelos familiares. Calígula tenta matá-lo, por inveja, pois não admitia que houvesse melhor orador do que ele próprio.

Em 33-34, foi "Questor" e em 36-37 provavelmente "Edil" ou Tribuno do Povo. Casa-se, pela primeira vez, e tem um filho que morre logo, em 41.

Inspirado por Messalina, o Imperador Cláudio condena-o ao destêrro na Ilha de Córsega. Lá escreve as *Questões Naturais* e *Da Consolação*. Morta Messalina, em 48, consegue voltar para Roma ajudado por Políbio, para quem escreve outro livro *Da Consolação ao Políbio*.

Nomeado por Agripina "Pretor", em 49, exerce o cargo um ano depois, ao mesmo tempo que é preceptor de Nero. Êste acusa-o de conspiração e permite-lhe escolher o tipo de morte que mais lhe agrada. SÊNECA opta por cortar as veias durante

o banho. Sua morte acontece em 65, com aproximadamente os mesmos anos de idade.

Suas principais obras filosóficas são: *Epístolas Morais a Lucílio*; *Da Providência*; *Da Constância*; *Do Sábio*; *Da Ira*; *Da Consolação*, antes citada; *Da Vida Feliz*; *Do Ócio*; *Da Tranquilidade do Espírito*; *Da Brevidade da Vida*; *Da Clemência*; *Dos Benefícios*.

PENSAMENTO

É o primeiro dos três representantes do estoicismo romano; os outros são EPÍTETO e MARCO AURÉLIO. Estoicismo mais moralista e menos metafísico do que o de ZENÃO DE CÍTIO e dos outros representantes da Antiga e Média Stoa.

Para ele a Filosofia deve ser Mestra da vida.

Elogia a impassibilidade total, concedendo porém seus direitos à natureza.

Sua moral é humanitária. Defende a igualdade entre os homens, contra a escravatura.

A vida deve ser preparação para a morte, que é a libertação da alma do cárcere corpóreo.

O filósofo deve ser virtuoso, forte, imperturbável, sabendo tirar partido até da adversidade.

FONTES

MONDOLFO, o.c. II, pg. 194 ss.

J. F. VELA, *Sêneca*. Editorial Labor. Barcelona. 1947.

SÊNeca, *Obras: Consolação a Minha Mãe Hélvia; Da Tranquilidade da Alma; Apokolohyntosis*. Antena Editôra. São Paulo. 1957.

TEXTOS

A boa preparação do espírito

3. Eles (os sábios) mandaram-me estar sempre pronto e em guarda, de maneira a me prevenir de longe contra os ataques da fortuna. Ela só é pesada para os desprevenidos; para os que sabem esperá-la é leve. Da mesma maneira que a chegada do inimigo prostrina àqueles que pega de surpresa e facilmente o repelem os que se preparam para uma possível guerra. 4. Nunca acreditei na fortuna, mesmo quando parecia estar de bem comigo; tôdas as coisas que me concedia largamente, como dinheiro, honrarias, favores, coloquei-as em lugar onde poderia retomá-las sem grande esforço. Guardei

sempre distância com relação a ela: assim tirava-me os favores, não mos arrancava. A adversidade só quebranta os homens que se deixaram enganar pela prosperidade. 5. Aquêles que se agarram aos seus bens como a coisa própria e perpétua e porque querem ser objeto de admiração dos outros, caem na prostração e no desespero quando se vêem privados desses deleites tão falsos e fugazes, porque seu espírito vão e pueril não soube o que é um prazer sólido. Aquêles que não se envaidece na prosperidade, também não se abala na adversidade. Contra ambas as situações seu espírito está firme, pois na mesma felicidade experimentou o que lhe valeria na hora da infelicidade. 6. Assim, nas coisas que todos desejam, sempre achei que nada havia de verdadeiro bem, antes eram vazias e cobertas de uma camada aparente e ilusória, nada contendo no seu interior que se parecesse ao bem; pelo contrário, nas coisas que chamam de más, nada encontro de tão terrível ou duro, que nos ameace, como a opinião do vulgo costuma julgar. É mais a palavra que chega aos ouvidos, dos que têm o preconceito de se tratar de algo triste e execrável, do que outra coisa. Assim o povo se impõe, mas o sábio rejeita grande parte dos ditos populares. (*Consolação a Hélvia*, V).

A Filosofia

3. A Filosofia não é um artifício popular, nem uma encenação: não está nas palavras, mas nas coisas. Nem se usa para encher o tempo com alguma satisfação, tirando a náusea do ócio. Ela conforma e forja o espírito, ordena a vida, dirige nossos atos, ensina o que se deve ou não deve fazer, senta-se ao leme e, no meio da agitação das ondas, mantém o roteiro certo. Sem ela ninguém pode viver corajosamente nem com segurança, pois a tôda hora acontecem coisas que reclamam um bom conselho, a ser dela solicitado. (*Carta a Lucílio*, nº 16).

Superioridade do sábio e desprezo da morte

Aos espíritos imperfeitos, aos medíocres e aos tolos, convêm minhas considerações (precedentes), não ao sábio. Este não caminha tímido ou vacilante, pois ele tem grande confiança em si mesmo e não duvida de enfrentar a fortuna, perante a qual jamais recua. Nunca a teme, pois coloca entre

as coisas contingentes seus escravos, suas propriedades, sua dignidade e até seu corpo, seus olhos e suas mãos e tudo o que faz a vida ser mais cara, e vive como se tudo lhe fôsse emprestado e o devolverá sem pesar quando lho exigirem. 2. Nem por isto procede de maneira menos louvável, mas tudo faz com tanta diligência e circunspeção como um homem religioso e santo a cujos cuidados foi tudo confiado. 3. Quando algo lhe é tirado não reclama contra a sorte. ... 4. Retornar para donde viemos, é algo mau? Mal vive quem não sabe bem morrer. (*Da Tranquilidade do Espírito*, XI).

A prática da simplicidade

Outro gênero de inquietação, nada desprezível, é aquele que procede da preocupação de aparentar o que não somos, como muitos que fazem da própria vida hipocrisia e teatro. É-nos um tormento a autocritica, e a descoberta do que realmente somos causa-nos pavor. E nunca nos liberamos dessa preocupação, sempre achando que nos julgam tais quais nos vêem. Pois acontecem muitas coisas que, contra vontade, nos descobrem. Enquanto não nos resolvermos a nos reconhecer sem ilusões, como poderemos viver com alegria e tranquilidade sempre debaixo daquela máscara? 2. Que enlêvo produz, pelo contrário, a simplicidade sincera e sem adornos, que não tenta encobrir seus hábitos! Não está isenta de inconveniente esta maneira de agir, se tudo é descoberto a todos; pois não falta nunca quem despreze o que pode facilmente alcançar. Não faz mal que seja desprezada a virtude pelo fato de ser a todos descoberta, pois é melhor ser desprezado pela simplicidade do que torturado pela constante hipocrisia. Sejamos, entretanto, moderados: é bom ser simples, mas não relaxados. (*Ibid.* XVII).

SÉCULO II

MARCO AURÉLIO

(121-180)

VIDA E OBRAS

Aos 26 de abril de 121, nasceu Ánio Vero, em Roma. Tendo sido adotado por Antonino Pio, de acordo com Adriano (era parente de ambos), passou a chamar-se MARCO AURÉLIO Antonino Vero. Foi educado em Roma e favorecido dos Imperadores reinantes.

Dos 17 aos 40 anos de idade (138-161) viveu no palácio imperial como pressuposto herdeiro. Dedicou-se ao estudo da Retórica, e tomou grande afeição pela filosofia estoica, cujo estudo nunca mais abandonou. Casou com Faustina, filha de Antonino Pio, o qual, no momento da morte, designou-o seu sucessor (161).

Logo depois, nomeou Lúcio Vero como "augusto" associando-o ao governo, até a morte de Lúcio ocorrida em 169. Desde então, até 177, governou só. Em 177, com 59 anos de idade, associou ao governo seu filho Cômodo.

Durante seu reinado, inundações, incêndios e terremotos afligiram o Império. Teve de enfrentar também invasões de bárbaros.

O que se sabe a respeito do seu caráter qualifica-o de humanitário e generoso.

Suas obras não foram destinadas ao público; são íntimas. A correspondência com seu mestre Frontão, escrita em latim, foi descoberta por A. Mai e publicada em Roma no ano de 1823.

Nas "Máximas a Si Mesmo", conhecidas como *Pensamentos*, empregou o grego. São fragmentos de uma espécie de diário espiritual, composto nos últimos anos de sua vida, durante a campanha contra os Marcomanos.

Morreu aos 17 de março de 180, com 69 anos de idade.

PENSAMENTO

Estoico por educação, fez do estoicismo como que sua religião. Foi grande admirador de EPITETO.

Não interessam a MARCO AURÉLIO, como também aos outros estoicos romanos, as questões lógicas e metafísicas da *stoa* grega. Não toca nestes problemas.

São os temas relacionados com a moral, a conduta humana, os que êle aborda com exclusividade.

SÊNECA procurou orientar as consciências dos outros e orientar os atribulados. EPITETO trabalha para conseguir adeptos do estoicismo integral. MARCO AURÉLIO exorta-se a si próprio; não quer fazer homens bons, mas ser homem bom.

Filósofo e imperador, defronta problemas éticos de que muitos não têm qualquer vivência. A Filosofia torna-se para êle remanso e luz; é mãe e mestra; descanso e orientação.

Ê humanista e tolerante. Aceita, como bom estoico, o que de bom e de mau a vida lhe oferece, propondo-se a superar as oscilações do quotidiano e a viver cada instante como se fôsse o último.

FONTES

MONDOLFO, o.c., II, pg. 210 ss.

MARC AURELE ANTONIN, *Pensées*. Librairie Garnier Frères. Paris.

TEXTOS

Da reflexão e da tolerância

Para descansar, procuram-se agradáveis recantos no campo, à beira-mar, nas montanhas. Também tu tens constantemente êste desejo no fundo do coração. Mas isto é um devaneio dos mais comuns: experimenta a te recolheres a tôda hora dentro de ti mesmo. Em nenhuma parte poderás encontrar um retiro mais doce, mais tranqüilo do que na intimidade da tua alma, mormente se possuíres em ti mesmo aqueles dons preciosos que não se podem considerar sem usufruir imediatamente uma perfeita serenidade, e por serenidade entendo a tranqüilidade de uma alma onde tudo está em ordem e no seu lugar. Desfruta, pois, constantemente dessa solidão e nela encontrarás novas forças. Também nela encontrarás máximas de conduta breves e fundamentais, que te ajudem a dissipar tuas inquietações e te predisponham a suportar, sem revolta, tudo aquilo que te acontecer.

Por que te revoltas, de fato? Pela maldade dos homens? Pois bem, inicialmente lembra-te de que todos os seres racio-

nais foram feitos para se suportarem uns aos outros, que esta paciência faz parte da justiça, que êles não fazem o mal porque queiram fazer o mal; lembra-te, também, de quantos homens que tiveram inimizades, desconfianças, ódios, brigas, e hoje estão mortos, reduzidos a cinzas, e deixa de te atormentares.

Pode acontecer que tu estejas descontente com a parcela que te coube na distribuição dos destinos; pois bem, sonha ainda uma vez que, na alternativa do mundo ser obra de uma Providência, ou uma reunião casual de átomos, prova-se claramente que é uma verdadeira moradia.

Ês importunado por sensações do corpo? Sonha que nosso entendimento não se subjugue às impressões doces ou rudes que a alma sensitiva experimenta, uma vez que êle se fecha em si mesmo e lá reconhece suas próprias forças. De resto, lembra-te ainda de tudo o que te foi ensinado sobre o prazer e a dor, doutrina que mereceu o teu consentimento. (*Pensamentos*, IV, 3).

Das ações supérfluas

“Se queres viver tranqüilo — foi dito — despreza os acontecimentos”. Não seria melhor dizer, faz aquilo que é necessário, aquilo que a razão de um ser naturalmente social exige, e da maneira que o exige? Eis o meio mais seguro para desfrutar a tranqüilidade, não só a que se procura no cumprimento das boas obras, mas também aquela que se encontra ao desprezar os acontecimentos. Com efeito, a maior parte das nossas palavras e das nossas ações não são necessárias. Suprimindo-as teremos mais tempo para o descanso e menos confusão. É necessário repetir-se a tôda hora: “Não é isto algo desnecessário?” E devem ser impedidas as ações, e até os pensamentos, desnecessários; pois desta forma êles não serão ocasião de ações supérfluas. (*Ibidem*, IV, 24).

A morte é um dos acontecimentos da vida

Quando cumpres teu dever, não perguntes se tens frio ou calor, se tens necessidade de dormir ou não, se és repreendido ou aplaudido, se vais morrer ou correr algum perigo. O fato de morrer é um dos acontecimentos da vida, e na morte, como em tudo mais, o essencial é fazer bem aquilo que se faz no momento presente. (*Ibidem*, VI, 2).

A Filosofia é uma mãe

Se tu tens uma madrasta e com ela tua mãe, poderás testemunhar à primeira o teu respeito, irás porém constantemente ao encontro de tua mãe. Isto exemplifica o que é para ti a côrte e a filosofia: procura amiúde esta última e descansa nos seus braços, que ela far-te-á suportável a côrte, e te faz suportável à côrte. (*Ibidem*, VI, 12).

Amor aos homens

Dobra-te aos acontecimentos que a sorte te destinar e, sejam quais forem os homens com quem és chamado a viver, ama-os de verdade. (*Ibidem*, VI, 39).

Da beleza do mundo

Tôdas as coisas, entrelaçadas umas às outras, formam uma corrente divina; não há qualquer coisa que seja independente de uma outra. Tôdas são subordinadas e seu encadeamento constitui a beleza do mesmo mundo. Pois existe um único mundo que abraça tudo, um único Deus que está em tôda parte, uma única matéria elementar, uma única lei que é a razão comum de todos os seres inteligentes e uma única verdade, da mesma forma que há um único estado de perfeição para as criaturas do mesmo gênero e para os seres que participam da mesma razão. (*Ibidem*, VII, 9).

Da sociedade humana

A relação de união que existe entre os membros de um mesmo e único corpo, existe também entre os seres racionais, por mais distantes que estejam uns dos outros, pois eles foram organizados para cooperarem na mesma obra. Compenetra-te do alcance dêste pensamento, repetindo-te constantemente: "sou um membro do corpo formado pelos seres racionais". Se porém disseres, simplesmente, que fazes parte da sociedade humana, isto significa que não amas ainda, do fundo do coração, todos os homens; e que não experimentas ainda uma verdadeira alegria ao fazer-lhes bem; e que fazes isto ainda por pura benevolência; e que não consideras ainda cada um deles como se fosses tu mesmo. (*Ibidem*, VII, 13).

SÉCULO III

PLOTINO

(204-270)

VIDA E OBRAS

Nasceu em Licópolis (Egito) em 204.

Com 28 anos de idade freqüenta, em Alexandria, as aulas de filosofia de AMÔNIO SACAS, o que fará durante onze anos.

Desejoso de conhecer diretamente os filósofos orientais, alistou-se na expedição do Imperador Gordiano à Pérsia. Tinha então 39 anos de idade. Conseguiu fugir com vida da derrota de Gordiano, refugiando-se em Antioquia, durante algum tempo.

Aos 40 anos, dirige-se para Roma, onde funda sua Escola, no mesmo estilo que tinha aprendido de seu Mestre AMÔNIO.

Contava já 59 anos de idade e 21 de residência em Roma, quando PORFÍRIO começou a freqüentar suas aulas. Este discípulo, autor mais tarde das famosas *Isagogê* sobre as Categorias de ARISTÓTELES, será quem conservará os dados biográficos do seu Mestre e quem reunirá, corrigirá e intitulará seus escritos. Já então PLOTINO escrevera 21 tratados. Estimulado por seus discípulos PORFÍRIO e AMÉLIO escreveu até 54 tratados. Geralmente não lia seus escritos, segundo PORFÍRIO, por causa da debilidade visual, que lhe dificultava a leitura. Assim surgiram as *Enéadas* em número de seis, contendo cada uma nove dos 54 tratados.

Com 66 anos de idade, faleceu em Roma, no segundo ano do reinado de Cláudio, em 270.

PENSAMENTO

A rigor não é PLOTINO o restaurador do platonismo, mas seu mestre AMÔNIO SACAS, que nada deixou por escrito.

Defende um dualismo lógico-ontológico. Os seres ordenam-se de maneira contínua, mediante as três hipóstases divinas: 1.^a) O "Uno", que é o primeiro, o supremo e também o Bem, mas que nada conhece. 2.^a) O "Nous" (Inteligência) que procede do "Uno" permanecendo imanente a este, e no qual já há

conhecedor e conhecido. Nêle estão tôdas as idéias e é também a causa. 3.^a) A "Psique" (Alma), que procede do "Nous" e que é a alma única e universal, que de um lado liga-se ao mundo do conhecimento e de outro ao da matéria.

Todo o sistema plotiniano tem um objetivo fundamentalmente ético ou ascético. O corpo é cárcere ou sepultura da alma.

Primeiro o "Nous" deve descer para a "Psique" e depois, mediante um processo ético-ascético, a "Psique" deve ser levada e elevada ao "Nous". Os três degraus da elevação são: a "praxis", ou prática das virtudes; a teoria, que é contemplação e discurso; e o êxtase, que é a identificação com o "Nous".

FONTES

E. BRÉHIER, *La Filosofia de Plotino*. Editorial Sudamérica. Buenos Aires. 1953.

H. PIRES, o.c., pg. 153-164.

PLOTINO, *El alma, la belleza y la contemplación*. Espasa-Calpe Argentina. Buenos Aires. 1950.

TEXTOS

Da contemplação

7. Tôdas as verdadeiras realidades nascem da contemplação e são elas mesmas atos da contemplação; as coisas produzidas por esta contemplação são objetos a serem contemplados, seja pela sensação, seja pelo conhecimento, seja pela opinião. As atividades têm como objetivo a contemplação e todo desejo é desejo de conhecer. A geração parte de um ato de contemplação e termina numa forma que é objeto da contemplação.

8. Sobre o assunto isto é suficiente.

A contemplação segue uma ordem progressiva: vai da natureza para a alma (psique) e da alma para a inteligência (nous); cada vez mais intimamente unida ao ser que contempla. Na alma sábia os objetos conhecidos identificam-se com o sujeito que conhece, porque ela aspira à inteligência. Na inteligência, sujeito e objeto são uma coisa só, evidentemente não por uma união íntima, como na melhor das almas, mas por uma unidade substancial: "ser e pensar é a mesma coisa". (*Enéada*, III, 6).

Da essência da alma

1. Ao pesquisarmos na essência da alma (psique) demonstramos que ela não é um corpo, nem também é a harmonia entre os seres corpóreos. Que a alma seja uma inteligência (nous) tampouco é verdade como costuma ser explicado, nem provaria isto o que seja a alma; por isso rejeitamo-lo. Dizer que a alma é de natureza inteligível e uma parte da divindade é, sem dúvida, afirmar algo bastante claro sobre a sua essência; devemos no entanto ir mais longe.

Na nossa pesquisa dividimos as coisas em sensíveis e inteligíveis, colocando a alma entre estas últimas. Admitamos agora que ela pertence ao mundo do inteligível e prossigamos, por outro caminho, na procura do que seja sua natureza.

Dissemos, pois, que há coisas por natureza divididas e desagregadas desde seus começos. São aquelas onde nenhuma parte se identifica com qualquer outra nem com o conjunto delas. Cada parte é necessariamente menor que o todo; tais são as grandezas sensíveis e as massas materiais, onde cada uma ocupa seu lugar próprio e nenhuma delas pode estar ao mesmo tempo em vários lugares. A estas coisas contrapõe-se outro tipo de essência que não admite qualquer divisão; indivisa e indivisível, não comporta qualquer dimensão, nem sequer para ser pensada; não tem necessidade de lugar e não se encontra em qualquer ser particular nem total nem parcialmente. Ela tem como veículo todos os outros seres ao mesmo tempo, não porque ela procure nos outros um suporte, mas porque as outras coisas não podem, nem querem ficar sem ela. Sempre idêntica a ela mesma, é como um ponto comum a tôdas as coisas que precede. (*Enéada* IV, 2, 1).

Como os seres que vêm depois do Primeiro derivam do primeiro: sobre o Uno.

Se existem seres depois do Primeiro, é necessário que, ou eles derivem imediatamente dêle, ou através de intermediários, que se chamam de segunda ou terceira categoria, conforme o caso, os de segunda diretamente ligados ao Primeiro, e os de terceira aos de segunda. É necessário que, antes de tôdas as coisas, exista uma, simples e diferente de tôdas elas, que é antes delas. Ela é ela mesma e não se mistura com as que vêm depois e é capaz de estar presente de maneira diferente

AGOSTINHO

(354-430)

VIDA E OBRAS

Aos 13 de novembro de 354, nasce Aurélio AGOSTINHO, em Tagasta, cidade da Numídia (zona norte da atual Argélia). Seu pai Patrício era pagão. Sua mãe Mônica que era cristã, muito mais jovem que o marido, exerceu grande influência no filho.

Com 12 anos de idade (366), abandona Tagasta para dirigir-se a Madaura, a 30 km. de distância mais ou menos, que era então um centro intelectual. Seu 16.º ano de vida foi um período de vida desregrada. Auxiliado financeiramente pelo pai, viaja para Cartago (antiga cidade mediterrânea da atual Tunísia) onde vive com uma mulher de condição humilde, da qual nasce seu filho Adeodato, que será seu discípulo predileto e cuja morte prematura (aos 18 anos) causar-lhe-á profunda dor.

A leitura do *Hortensius* de Cícero impressiona-o profundamente. Depois, os escritos de Mani o satisfarão quanto ao problema do bem e do mal. Deixa Cartago e volta a Tagasta onde seus conhecimentos e eloquência prometem-lhe uma situação brilhante.

Aos 20 anos de idade (374), já tem muitos discípulos em Cartago, aonde retornara. Neste tempo escreve o *Tratado do Belo e do Conveniente*. Aconselhado por amigos, parte para Roma onde permanece pouco tempo. Em 384 (com 30 anos de idade) obtém o cargo de professor de Retórica em Milão. Lá conhece e admira o Bispo AMBRÓSIO que influenciará grandemente na sua conversão ao cristianismo.

Renunciando ao cargo que tinha em Milão, retira-se a Cassiciaco com seu filho, sua mãe e seus discípulos, iniciando uma vida monacal. Deste tempo são os *Soliloquios*.

Após seu batismo em Milão, resolve retornar para a África, mas antes de embarcar em Óstia falece sua mãe. Vai então para Roma onde escreve *Costumes dos Maniqueus* e *Costumes da Igreja Católica* e ainda *Sobre o Livre Arbítrio*, que será publicado só dez anos mais tarde.

Volta para África e, das suas conversações com Adeodato, nasce *O Mestre*. Os cidadãos de Hipona (hoje Bône, cidade da

atual Argélia) solicitam seu auxílio na luta contra os donatistas e, quase à força, é ordenado sacerdote em 391 (com 37 anos de idade). Dois anos mais tarde participa do Concílio de Hipona (393) e três anos depois (396) sucede ao Bispo Valério, permanecendo no episcopado 34 anos, isto é, até sua morte.

Das suas numerosas obras, destacam-se as *Confissões*, onde condena os erros da sua juventude, e *A Cidade de Deus* onde contrapõe a vida celestial a vida temporal, obra na qual trabalhou 15 anos.

Sitiada Hipona por Genserico, AGOSTINHO, que já estava doente, falece aos 28 de agosto de 430, com 76 anos de idade.

PENSAMENTO

É difícil resumir o pensamento de Santo AGOSTINHO, pois modifica-se constantemente, e sua exposição é mais espontânea do que analítica. Calor e desordem podiam definir seu estilo.

O que lhe interessa como objeto da Filosofia é Deus e a alma humana. É sua preocupação ou sua tendência integrar conhecimento sobrenatural e natural. Ele mesmo escreve: "Se queres entender, começa por crer" (*Sobre o Livre Arbitrio*, L. 2, c. 2).

Parece precursor de DESCARTES quando combate o ceticismo afirmando que não podemos duvidar de tudo, pois duvidando pensamos e disto não podemos duvidar.

Aceitou primeiro a solução maniqueia do problema do mal. Depois, entusiasmado pelo platonismo, coloca o mundo das idéias no Verbo de Deus.

Nosso conhecimento intelectual, supra-sensível, é uma iluminação divina, que não coincide com o relembrar platônico das idéias, nem com certo inatismo.

A vontade ocupa para ele a primazia entre as potências humanas.

Grande foi sua influência na filosofia posterior.

FONTES

L. FRANCA, o.c., pg. 78-80.

PADOVANI, o.c., pg. 155-161.

S. AGUSTIN, *Obras* (edição bilingüe em XVII volumes). Biblioteca de Autores Cristãos. Madrid. 1950-1958. Principalmente o VIII — *Obras Filosóficas*.

TEXTOS

Capítulo VI — Necessidade de um auxílio divino para conhecer a verdade.

Quem pode mostrar-nos a verdade a não ser tu, Alípio, como foi dito, de quem farei todo o possível para não me

afastar. Pois disseste, com tanta brevidade como religiosidade, que só uma luz divina pode manifestar ao homem o que seja a verdade. Nesta nossa conversa nada ouvi tão agradável, tão ponderado, tão provável, nem tão verdadeiro, se, como espero, esta luz divina está nos ajudando. Pois aquele Proteu, que com tanta elevação de espírito recordaste, assim como no melhor estilo filosófico; aquele Proteu é apresentado como uma imagem da verdade para que vocês jovens não pensem que a filosofia despreza os poetas. Proteu nos seus versos ostenta e sustenta a verdade que ninguém pode conseguir se não se libertar dos laços com que as falsas imaginações o prendem e enganam. São estas imaginações que, pelo hábito de usar as coisas corpóreas para as nossas necessidades da vida, através dos sentidos, mesmo quando temos e quase tocamos a verdade com as mãos, nos iludem e enganam. (*Contra os Acadêmicos*).

Capítulo XX — Conclusão da obra. O divino Platão é caminho para Cristo.

Para ninguém é duvidoso que uma dupla força nos impele para aprender: a autoridade e a razão. Para mim é coisa certa que jamais deverei afastar-me da autoridade de Cristo; não encontro outra mais firme. Naqueles assuntos que exigem sutis raciocínios (já estou acostumado a não só acreditar naquilo que é verdadeiro, mas a procurar impacientemente entendê-lo) encontro nos Platônicos o pensamento mais conforme com o da nossa religião. (*Ibidem*).

Livro I. Capítulo I. É Deus o autor do mal?

Evódio — Peço-te que me respondas: pode ser Deus o autor do mal?

Agostinho — Responder-te-ei com a condição de antes me dizeres sobre que mal perguntas. Pois que de duas maneiras costumamos chamar algo de mal: uma quando alguém faz algo mau; outra quando dizemos que alguém sofreu um mal.

— Desejo saber de ambas.

— Sendo Deus bom, como tu sabes e acreditas, nem é possível ser de outra forma, não pode fazer o mal. Mais ainda,

se declararmos que Deus é justo, e o contrário seria blasfêmia, de tal maneira que assim como premia os bons condena os maus; condenação que para os que a sofrem é um mal. Entretanto, se ninguém é castigado injustamente, como necessariamente devemos crer, uma vez que acreditamos ser a Providência quem governa o mundo, de nenhuma forma poderá ser Deus o autor da primeira espécie de mal, muito embora o seja da segunda.

— Há, então, outro autor daquela espécie de mal, que Deus, evidentemente, não faz?

— Certamente, uma vez que tem de ser causado por alguém. Se me perguntas, entretanto, quem seja, não poderei dizer; pois não é um único autor determinado, mas cada um é o malfeitor de si mesmo. Se ainda duvidas, lembra-te do que dissemos antes, que Deus é o vingador justo das más ações. E não haveria vingança justa se elas não fôsem feitas voluntariamente. (*Sobre o Livre Arbítrio*).

.....

Capítulo XIII — Vivemos uma vida feliz ou miserável por nossa própria vontade.

Agostinho — Observa outra coisa, pois creio estarás lembrado do que falamos a respeito do que era boa vontade: acho que dissemos que ela era aquela com a qual desejamos viver reta e honestamente.

Evódio — Lembro-me.

— Se com a mesma boa vontade amarmos e abraçarmos esta vontade e a antepusermos a todas as outras coisas que podemos ter, não porque as quisermos, seguir-se-á que morarão em nossa alma aquelas virtudes, possuídas as quais é o mesmo que viver reta e honestamente, como ensina a razão. Onde segue-se que aquêle que quer viver reta e honestamente, se preferir isto aos bens fugidios da vida, consegui-lo-á com tanta facilidade, que não haverá diferença entre querer e ter o que quer.

— Em verdade te digo que quase não consigo me conter sem gritar de alegria ao encontrar-me repentinamente com um bem tão grande e tão fácil.

— Exatamente esta mesma alegria que nasce da consecução dêste bem e que eleva o espírito suave, sossegada e

constantemente, é o que se chama de vida feliz; a não ser que penses que a vida feliz é outra coisa do que gozar dos bens verdadeiros e certos.

— Eu penso da mesma maneira. (*Ibidem*).

.....

Livro II — Capítulo I — Por que Deus nos deu a liberdade com a qual pecamos?

Agostinho — Evidentemente se as coisas são assim, já está resolvida a questão proposta. Pois que se o homem é alguma coisa boa e não pode agir corretamente a não ser quando quer, deve ter uma vontade livre, pois sem ela não poderia agir corretamente. Isto não significa que, pecando com ela, Deus a tenha dado para isto. É suficiente razão para justificar por que deveria dar a liberdade, o fato de sem ela o homem não poder viver corretamente.

Deu-se-nos a liberdade, como se pode bem entender, para tal fim e de tal maneira que, se alguém a usar para pecar, será vingado por Deus. Isto seria uma injustiça se a vontade livre nos fôsse dada não só para viver bem, como também para pecar. Como poderia ser castigado justamente aquêle que usasse a vontade para aquilo que lhe foi dada? Ora, quando Deus castiga o pecador, não te parece que está dizendo: por que não usaste tua vontade livre para aquilo para o que Eu te a dei, isto é, para agir corretamente? Ainda mais, como poderia ser bom o ato pelo qual a justiça condena os pecados e louva as boas ações, se o homem carecesse de livre arbítrio? Não seria pecado ou boa ação aquilo que não se fizesse voluntariamente. E por isto, tão injusto seria o castigo quanto o prêmio, se o homem não tivesse vontade livre. É necessário entretanto que haja justiça, assim no castigo como no prêmio; pois ela é um dos bens que emanam de Deus. Por conseguinte, Deus teve que dar necessariamente ao homem uma vontade livre. (*Ibidem*).

SÉCULO XII

MAIMÔNIDES

(1135-1204)

VIDA E OBRAS

Aos 30 de março de 1135, nasce em Córdoba (Espanha), Moisés Bem Maimon, mais conhecido como MAIMÔNIDES, de família judia. Sua mãe morre ao dar-lhe a luz. Seu pai foi juiz, matemático e astrônomo, e membro do Colégio rabínico de Córdoba; nestas ciências e na religião (bíblica e talmúdica) inicia seu filho. Na filosofia é iniciado pelos mestres árabes AVERRÓIS e IBN TUFAIL.

Aos 13 anos (1148), teve de abandonar a cidade natal, junto com os seus, para fugir à perseguição dos Almoadas. Refugiam-se em Almeria (Espanha). Com 24 ou 25 anos (1159 ou 1160), deixa definitivamente a Espanha para se instalar em Fêz, no norte da África.

Em Fêz, desenvolve grande atividade como escritor e como polemista, bem como demonstra notáveis conhecimentos médicos, de grande aceitação na corte do sultão Saladino.

Suas interpretações, tanto do judaísmo como da doutrina muçulmana, foram consideradas heréticas pelos seus contemporâneos. Escreve seus trabalhos em árabe. Só depois são traduzidos para o hebraico e mais tarde para o latim.

Aos 30 anos de idade (1165), vai para o Cairo (Egito) onde permanece até o fim da sua vida.

Sua obra filosófica principal é o *Guia dos Extraviados*, que terminou com a idade de 55 anos (1190). Teve então notável repercussão entre os sábios da época.

Com 70 anos de idade, morre no Cairo, aos 13 de dezembro de 1204. Foi chorado tanto pelos judeus como pelos muçulmanos. A comunidade de Jerusalém decretou um dia de jejum geral e assistiu inteira aos funerais celebrados na sua honra. Muitos anos depois seu corpo é transportado para a Palestina e enterrado em Tiberíade, como tinha sido seu desejo em vida.

PENSAMENTO

Espanhol de nascimento e judeu de raça e religião, foi alcunhado como o "santo Tomás de Aquino dos judeus".

Com a intenção de ajudar os que periclitavam na fé por causa da Filosofia, tenta a reconciliação da fé, do aristotelismo e da Filosofia.

Ao contrário do seu mestre AVERRÓIS, que defendia a eternidade da matéria ou a sua não criatividade, MAIMÔNIDES sustenta a criação do nada, isto é partindo do nada, por parte de Deus, da matéria e da forma.

FONTES

SCIACCA, o.c., I, pg. 251.

MAIMÔNIDES, Collection "Philosophes". Presses Universitaires de France. Paris.

TEXTOS

Eternidade ou criação do mundo

Sobre a questão de saber se o mundo é eterno ou criado, aqueles que admitem a existência de Deus sustentam três opiniões diferentes:

A *primeira opinião*, abraçada por todos os que seguem a Lei de Moisés, nosso mestre, é esta: Que o universo na sua totalidade, isto é, tudo o que é afora Deus, foi produzido pelo mesmo Deus do mais puro e absoluto nada; que nada existiu antes de Deus a não ser Ele mesmo e mais nada fora d'Ele, nem anjo, nem esfera, nem qualquer coisa contida na esfera celeste; que logo Ele produziu todos estes seres, tais como são, livremente e não de alguma coisa; enfim, que o próprio tempo faz parte das coisas criadas, pois que é função do movimento que, por sua vez, foi criado e nasceu depois, sem ter antes existido.

A *segunda opinião* é a de todos os filósofos que conseguimos ouvir ou ler. É inadmissível, dizem, que Deus produza qualquer coisa do nada, tão impossível é isto como, segundo eles, o é reduzir qualquer coisa ao nada absoluto; isto quer dizer que é impossível que um ser qualquer, tendo matéria e forma, exista sem ter nunca existido a matéria, nem que pereça de maneira a ficar reduzida ao nada absoluto a própria matéria.

A *terceira opinião* é a de Aristóteles, dos seus seguidores e dos comentadores das suas obras. Defende ele, com os

adeptos do grupo de que falei, que nenhuma coisa material pode ser produzida sem a preexistência da matéria, e mais, que o céu não é objeto de geração e corrupção.

Aquilo que desejo fazer, para mim, é mostrar que o fato do mundo ser coisa recente, conforme a opinião já exposta da nossa Lei, não é impossível, e que todas as argumentações filosóficas, das quais parece resultar uma conclusão diferente da nossa, todas têm um ponto fraco por onde podem ser destruídas e obstadas quando usadas como argumentos contra nós. (*Guia dos Extraviados*, II, 104-112 e 129).

O conhecimento de Deus pelos seus atributos negativos

Cada um de nós terá compreendido que, mesmo tendo recebido de Deus a faculdade de conhecer, não há como posarmos conhecê-Lo senão pelas negações, e não fazendo as negações que conheçamos algo da realidade da coisa à qual as aplicamos, todos, antigos e modernos, são contestes ao declarar que as inteligências não poderão conhecer Deus, e que só Ele se conhece *como Ele é*, e que o nosso conhecimento d'Ele já é reconhecimento da impossibilidade de conhecê-lo de forma plena. Todos os filósofos dizem: nós ficamos deslumbrados pela sua perfeição e Ele esconde-se para nós pela força mesma de sua manifestação, como o Sol se esconde aos olhos fracos para enxergá-lo. (*Guia dos Extraviados*, I, 252).

SÉCULO XIII

TOMÁS DE AQUINO

(1225-1274)

VIDA E OBRAS

Em 1225, nasce TOMÁS DE AQUINO, no Castelo de Roccasecca, na Campânia (Itália) de uma das mais ilustres e antigas famílias do reino de Nápoles.

Recebeu sua primeira educação no mosteiro dos Beneditinos de Montecassino, passando logo depois sua adolescência em Nápoles, onde cursa a Universidade.

Aos 19 anos de idade, (1244), contra a vontade da família, veste o hábito dos Dominicanos, renunciando a todos seus bens e títulos. Neste mesmo ano vai com seu mestre ALBERTO MAGNO, da mesma Ordem, para Paris onde moram no convento Saint Jacques. Juntos vão depois para Colônia, onde havia sido fundado um "Studium Generale", ALBERTO como Regente e TOMÁS (apesar da pouca idade) como leitor. Lá permanece quatro anos, e escreve suas primeiras obras: *De ente et essentia* e *De principiis naturae*.

Em 1251, com 26 anos, encontram-lo de novo em Paris, onde explica as "Sentenças", fundamentais na época, e cujas lições redigidas constituem os *Comentários às Sentenças de Pedro Lombardo*. Seis anos depois recebe o título de Mestre. Em seguida leciona em Anagni (1259); em Orviedo (1261); em Roma (1265); em Viterbo (1267).

Aos 44 anos de idade, regressa a Paris (1269) para assumir as funções de Regente. Escreve, então, entre outras obras: *De Virtutibus*; *Comentários ao Evangelho de S. João*; *Comentários às Epístolas de São Paulo*; *De unitate intellectus*; *De aeternitate mundi*; *Quaestiones Disputatae*; e *Quaestiones Quodlibetales*.

Em 1273, leciona em Nápoles, Teologia, a pedido do rei das Duas-Sicílias. Continua a redação da sua grande obra *Summa Theologica*, começada em 1265 e cuja terceira parte ficou inacabada, e publica: *Parva Naturalia*; *De memoria et reminiscencia*; etc.

Em 1274, com apenas 49 anos de idade, viajando para tomar parte no Concílio de Lião, por ordem de Gregório X, faleceu no Mosteiro de Fossanova, entre Nápoles e Roma.

PENSAMENTO

Com Santo TOMÁS DE AQUINO completa-se a assimilação cristã de ARISTÓTELES, empreendida por ALBERTO MAGNO. Significa para a Escolástica o seu ponto culminante.

Para ele, como para alguns dos seus predecessores, vale a norma da distinção clara entre fé e razão, filosofia e teologia. Em teoria e como método, pois na realidade é nítida a influência dos problemas da fé nos da razão.

O eixo metafísico é a teoria aristotélica do ato e potência; nos graus do ser, porém, haverá uma distância infinita entre o primeiro ser criado e Deus.

Paralelamente ao ato e potência, evidencia um dualismo rígido entre forma e matéria. Os seres espirituais são pura forma. A matéria é o princípio de individuação e de multiplicabilidade.

Tudo o que se move é movido por outro. Nova aplicação do ato e potência ao movimento.

No homem, a forma é a alma. Na inteligência, o inteligível é a forma separada da matéria, por isso é universal. Há dois entendimentos: o agente e o possível (outra aplicação do ato e potência).

Quanto à existência de Deus, é demonstrável pela razão *a posteriori*.

FONTES

L. FRANCA, o.c., pg. 103-109.

S. TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, tradução de Alexandre Correia. Livraria Editôra Odeon. S. Paulo.

S. TOMÁS DE AQUINO, *De ente et essentia*. Tradução castellana da Editorial Losada. Buenos Aires. 1945.

TEXTOS

Relacionam-se de tal maneira a matéria e a forma, que a forma dá o ser à matéria; donde é impossível que exista a matéria sem alguma forma; entretanto não é impossível que exista alguma forma sem matéria. Pois a forma, enquanto forma, não depende da matéria; se encontrarmos, porém, algumas formas que não podem existir sem a matéria, isto é devido a elas distarem tanto do primeiro princípio, que é o ato primeiro e puro. Onde, aquelas formas que são muito próximas do primeiro princípio, são formas por si subsistentes sem a matéria. Pois não todo e qualquer gênero de forma precisa de matéria, como já foi dito; e dêste tipo de forma são as inte-

ligências e assim não é necessário que as essências ou quiddidades destas substâncias sejam outra coisa do que forma. (*De ente et essentia*, c. V, no meio)

Em tais substâncias, muito embora sejam só formas sem matéria, não há uma simplicidade tão total, pela qual sejam atos puros, mas têm uma mistura de potência; e isto é evidente. Pois aquilo que não se entende ser da essência ou quiddidade, sobrevém-lhe de fora e faz composição com a essência; pois que nenhuma essência pode ser entendida sem alguma das coisas que dela fazem parte. Ora, toda essência ou quiddidade pode ser entendida sem aquilo que se entenderia ser do seu existir: posso, pois, entender o que seja o homem ou a fênix, ignorando entretanto se existem ou não na natureza. É evidente, por conseguinte, que o existir é outra coisa do que a essência ou a quiddidade, a não ser que exista alguma coisa cuja quiddidade seja o seu mesmo existir; e esta coisa não pode ser senão uma e primeira, pois que é impossível que se faça a multiplicação de algo, a não ser pelo acréscimo de alguma diferença, como se multiplica a natureza do gênero na espécie, ou pelo fato da forma ser recebida em diversas matérias, como se multiplica a natureza de espécie nos diversos indivíduos; ou por aquilo que um abstrato e outro é recebido em outro: assim como, se existisse algum calor separado, existisse outro ser não separado do calor, por força da sua mesma separação. (*Ibidem*).

Se Deus existe?

Respondo dizendo que a existência de Deus pode ser provada por cinco vias. A primeira e mais evidente é a que se baseia no movimento. É certo, e consta da experiência, que alguma coisa se move neste mundo. Tudo aquilo que se move é movido por outro. Pois nada se move se não estiver em potencialidade para aquilo para o que se move: quem move, entretanto, deve estar em ato para aquilo. Já que mover não é outra coisa do que tirar algo da potência para o ato; ora nada pode passar da potência para o ato senão por um ser que já está em ato: assim como o quente em ato, tal qual o fogo, faz a madeira, que é quente em potência, quente em ato e por isso move-a e altera-a. É impossível que a mesma coisa seja

simultaneamente em potência e em ato para o mesmo, mas só em relação a diversas coisas: o que é atualmente quente não pode ser simultaneamente possivelmente quente. É impossível que no mesmo sentido e maneira algo seja movente e movido, ou que se mova a si mesmo. Tudo, pois, que se move é preciso que seja movido por outro. Se, ainda, aquilo pelo qual é movido move-se, é indispensável que o mesmo seja também movido por outro; e assim sucessivamente. Se não houvesse algum primeiro movente, cairíamos num processo indefinido e, não sendo assim, em algo que não seria movido, pois os segundos moventes não movem a não ser movidos pelo primeiro movente: como a bengala nada move se não fôr movida pela mão. Logo é necessário chegar a um primeiro movente que não seja movido por nenhum outro: e êste todos entendem ser Deus.

A segunda via baseia-se na causa eficiente. Encontramos nas coisas sensíveis uma ordem de causas eficientes: nada se encontra, nem é possível, que possa ser causa eficiente de si mesmo; pois que assim sendo existiria antes dêle mesmo, o que é impossível. Também não é possível proceder indefinidamente nas causas eficientes. Em tôdas as causas eficientes ordenadas, em primeiro lugar está a causa do que está no meio, e o que está no meio é causa do que está no último lugar, tanto se os intermediários forem muitos como se fôr um só; tirada a causa, tira-se o efeito; logo se não fôr primeiro nas causas eficientes, não será nem último nem meio. Se, porém, procedermos de forma indefinida nas causas eficientes, não haverá primeira causa eficiente: e assim também não haverá nem efeito último, nem causas eficientes intermediárias: o que é evidentemente falso. Logo é necessário admitir alguma causa eficiente primeira: à qual causa todos chamam de Deus.

A terceira via é tirada do possível e do necessário, que é tal. Encontramos nas coisas algumas que podem ser ou não ser: já que encontramos algumas que são geradas e se corrompem, e por isso mesmo podem ser e não ser. É impossível que tôdas essas coisas existam sempre: pois que o que pode não ser, alguma vez não é. Se tôdas as coisas podem não ser, alguma vez nada existiu. Se assim fôsse na verdade, também agora nada existiria; pois que o que não existe, não começa a existir senão por algo que já existe; se, entretanto, nada existia, seria impossível que algo começasse a existir, e assim nada absolutamente existiria: o que é evidentemente falso. Por

consequente, não todos os sêres são possíveis, mas é indispensável que algum ser seja necessário. Todo necessário ou tem a causa de sua necessidade de fora ou não a tem. É impossível, porém, que procedamos indefinidamente nos sêres necessários, que têm uma causa de sua necessidade, como também nas causas eficientes, da forma que provamos. Logo é necessário admitir algo que seja necessário por si, não tendo fora dêle a causa da sua necessidade, antes pelo contrário, que seja êle mesmo a causa da necessidade dos outros: a êste ser todos chamam de Deus.

A quarta via é tomada dos graus que se encontram nas coisas. Encontramos, com efeito, nas coisas algo mais ou menos bom, verdadeiro, nobre etc. O "mais" e o "menos" é dito dos diversos sêres conforme se aproximam de forma diferente daquilo que é o máximo: como o mais quente é o que mais se aproxima do quentíssimo. Existe algo que é o verdadeiríssimo, ótimo, nobilíssimo e, por consequente, o ser máximo: pois as coisas que são verdadeiras ao máximo, são os maiores sêres, como foi dito no "II Metaphys.". O que é máximo em algum gênero é a causa de tudo o que é daquele gênero: como o fogo, que é o máximo do quente, é a causa de todos os quentes, como foi dito no mesmo livro. Logo existe algo que é a causa da existência de todos os sêres, e da bondade e de qualquer perfeição: e a êste chamamos de Deus.

A quinta via tira-se do govêrno das coisas. Vemos que as coisas que não têm inteligência, como por exemplo os corpos naturais, agem para uma finalidade: o que se mostra pelo fato de sempre ou freqüentemente agirem da mesma forma, para conseguirem aquilo que é ótimo: donde segue-se que não é por acaso, mas intencionalmente, que êles atingem seu objetivo. Aquelas coisas, entretanto, que não têm inteligência só podem procurar um objetivo dirigidas por alguém que conhece e é inteligente, como a flecha dirigida pelo arqueiro. Logo existe algum ser inteligente, que ordena tôdas as coisas da natureza para seu correspondente objetivo: a êste ser chamamos Deus. (*Summa Theologica*, 1, q. 2, a. 3).

SÉCULO XIV

IBN KHALDUN

(1332-1406)

VIDA E OBRAS

Aos 27 de maio de 1332, nasce em Tunes, Abu Zaid Ad'ul-Rahman, conhecido como IBN KHALDUN, nome de um antepassado. Seu pai, de origem espanhola (Sevilha), foi primeiro militar e homem público e depois jurista e religioso, falecido em 1349, quando KHALDUN tinha 17 anos de idade.

Em Tunes faz seus primeiros estudos e cursa também Direito, sob a orientação de seu pai e dos melhores mestres da época e da região.

Em 1354, com 22 anos de idade, é chamado para a Córte do Sultão em Fêz, para realizar trabalhos diplomáticos. Um ano depois cai na desgraça do Sultão e fica prisioneiro até 1358, após a morte do mesmo Sultão. Libertado obtém novamente as graças da côrte.

Com 40 anos de idade (1372), viaja para Espanha, onde continua suas atividades diplomáticas junto à côrte do rei de Castela. Gozando de favores e sofrendo perseguições, leva uma vida pública bastante agitada.

O ano de 1375 (43º de idade) encontra-o levando uma vida retirada, perto de Tunes, e dedicado a escrever suas obras: a *Autobiografia* e o *Livro dos Exemplos*. Este último composto de três partes: I. *Os Prolegômenos*, onde estuda a civilização e seus resultados; II. *História dos Arabes*; e III. *História dos Berberes e dos Zanota*.

Em 1383, encontra-se na Cidade do Cairo (Egito). E, quatro anos depois, 1387, com 55 anos de idade, vai como peregrino a Meca. Retorna ao Cairo, onde exerce as funções de Cádi (1399).

Em 1400, ainda faz uma viagem a Damasco, retornando ao Cairo no ano seguinte (1401), onde, cinco anos depois, aos 15 de março de 1406, morre com a idade de 74 anos.

PENSAMENTO

Na decadência do império islâmico surge ainda um gênio do pensamento humano (permita-se-nos a redundância): historiador, filósofo, jurista e sociólogo.

É considerado por alguns críticos como um precursor das Ciências Sociais, particularmente da própria Sociologia e da Economia. Na filosofia inspira-se em AVERRÓIS.

A obra de IBN KHALDUN é, como foi dito, "um monumento solitário do pensamento islâmico medieval". Filho de um século, precursor do renascimento, em que tampouco os outros países do ocidente nos oferecem grandes pensadores.

Os Prolegômenos fazem-nos lembrar um pouco, considerada a distância dos tempos e das circunstâncias, o *Contrato Social* de ROUSSEAU, ou *O Capital* de MARX.

Proveitoso será, pois, lembrar suas lições e suas análises dos problemas humanos. Mais ainda quando temos o privilégio de dispor de uma excelente tradução brasileira de *Os Prolegômenos*.

FONTES

H. PIRES, o.c., pg. 185 ss.

IBN KHALDUN, *Os Prolegômenos*. Instituto Brasileiro de Filosofia. (2 vols.). São Paulo. 1959. Desta tradução tiramos os textos que seguem.

TEXTOS

Influência da abundância e da penúria na sociedade

Os habitantes das regiões em que se vive na abundância e que abundam em cereais, em rebanhos, condimentos e frutas, têm a reputação de possuírem um espírito pesado e o corpo grosseiramente feito. Que se comparem os Bereberes, que têm trigo e condimentos em abundância, com os povos da mesma raça que, como os Masmuda, os habitantes de Sous e os Gomara, levam uma vida de privações e só contam para sua alimentação, com aveia (ou sorgo)! Como inteligência, como beleza de corpo, estes últimos são muito superiores aos primeiros.

Acontece o mesmo com os povos do deserto, acostumados como estão a suportar a fome e as privações. Não apresentam seus corpos nenhum traço de humores, quer espessos, quer sutis. Nos países onde predomina a abundância, a religião e o espírito de devoção ressentem-se de sua influência. Entre a gente do campo e da cidade, os que levam uma vida frugal, os que padecem fome e se privam de prazeres, são mais religiosos,

mais inclinados à vida devota que os homens que vivem na opulência e no luxo. Nas capitais e nas grandes cidades encontra-se pouca gente religiosa, porque, nestas aglomerações, impera geralmente uma insensibilidade de coração e um espírito de indiferença provenientes do uso muito abundante de carne, dos condimentos e da farinha, razão pela qual os homens devotos e austeros se encontram principalmente entre os habitantes do campo, acostumados à vida frugal. (*Os Prolegômenos*, I, pg. 138-139).

Para aprender qualquer arte é preciso um mestre

A arte é uma faculdade adquirida pela qual se age sobre uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. O que fôr objeto de trabalho é corporal e sensível, e o que é corporal e sensível se transmite de uma pessoa para outra muito melhor e de modo mais completo quando feita a transmissão diretamente. É, pois, pela transmissão direta que se obtêm estes objetos da maneira a mais vantajosa. Pelo termo *faculdade adquirida* entendemos uma qualidade inerente, resultando do ato repetido tantas vezes que a sua forma se fixou definitivamente na alma. A faculdade adquirida depende da natureza de sua origem. Compreende-se melhor e de modo mais completo o que se transmite ao espírito por intermédio dos olhos que o que se recebe por via do ensino e de instrução. A faculdade adquirida do primeiro modo é, pois, mais completa e mais sólida que a faculdade cuja aquisição fôsse feita pela segunda via. A habilidade do indivíduo que aprendeu uma arte e a faculdade que tem de bem exercê-la, dependem dos bons ensinamentos que recebeu e do talento de quem o instruiu. (*Os Prolegômenos*, II, pg. 313).

Da reflexão

Deus distinguiu o homem de todos os outros animais dotando-o de reflexão, faculdade que marca o início da perfeição humana e que perfaz a nobreza da espécie, assegurando-lhe a superioridade sobre quase a totalidade dos seres. Para compreender-lhe a natureza é preciso saber que a percepção é o ato pelo qual o ser perceptivo percebe em si mesmo o que está fora dêle. De todos os seres criados, os animais são os únicos que gozam desta faculdade: percebem os objetos exteriores

por meio dos sentidos externos de que Deus os dotou. São em número de cinco: o ouvido, a vista, o olfato, o paladar e o tato. Possui o homem a mais, a faculdade da reflexão, que, colocada por detrás dos sentidos, possibilita-lhe a percepção do que está fora d'êles. Esta percepção se faz por meio de certas potências que, colocadas nos ventrículos do cérebro, apreendem as formas das coisas sensíveis, retornam-nas para o entendimento e dão-lhes, por abstração, outras formas. A reflexão operando atrás dos sentidos, age sobre estas formas. É esta reflexão e o ato do entendimento que as fazem voltar para decompô-las e combiná-las. (Os Prolegômenos, II, pg. 379-380).

A arte é uma faculdade adaptada para que se possa fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. O que for objeto de trabalho é material e sensível e o que é corporal e sensível se transforma de uma forma para outra muito melhor e de modo mais completo quando feita a tarefa missão discriminada. É, pois, pela transmissão desta que se obtém estes objetos da natureza a mais perfeitos. Pelo tanto, faculdade adaptada para transformar uma qualidade sensível, sendo tanto do ato repetido tantas vezes que a sua forma se torna definitivamente na alma. A faculdade adaptada depende da natureza de sua origem. Comparando-se melhor se de modo mais completo o que se transmite ao espírito por intermédio dos olhos que o que se recebe por via do ouvido e de intermédio. A faculdade adaptada do tímpano modo é, pois, mais completa e mais sã do que a faculdade cuja atividade é mais baixa e mais sensível. A habilidade do indivíduo que aprende pela segunda via. A habilidade do indivíduo que aprende uma arte e a faculdade que tem de bem exercê-la, desenvolvem nos bons ensinamentos que recebem e do ensino de quem é instruído. (Os Prolegômenos, II, pg. 379).

Da reflexão

Deus distinguia o homem de todos os outros animais pelo tanto de reflexão, faculdade que nasce o início da vida humana e que pertence a natureza da espécie, distinguindo-a de superioridade sobre quase a totalidade dos seres. Esta superioridade a natureza é preciso saber que a percepção é o ato pelo qual o ser perceptivo percebe em si mesmo o que está fora d'êles. De todos os seres criados os animais são os que por gozam desta faculdade: desenvolvem os objetos externos

SÉCULO XV

Este século é o século da arte e da ciência. A arte e a ciência são as duas grandes faculdades do homem. A arte é a faculdade que se ocupa de fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. A ciência é a faculdade que se ocupa de conhecer a natureza e de transformar a natureza.

A arte e a ciência são as duas grandes faculdades do homem. A arte é a faculdade que se ocupa de fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. A ciência é a faculdade que se ocupa de conhecer a natureza e de transformar a natureza.

A arte e a ciência são as duas grandes faculdades do homem. A arte é a faculdade que se ocupa de fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. A ciência é a faculdade que se ocupa de conhecer a natureza e de transformar a natureza.

A arte e a ciência são as duas grandes faculdades do homem. A arte é a faculdade que se ocupa de fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. A ciência é a faculdade que se ocupa de conhecer a natureza e de transformar a natureza.

A arte e a ciência são as duas grandes faculdades do homem. A arte é a faculdade que se ocupa de fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. A ciência é a faculdade que se ocupa de conhecer a natureza e de transformar a natureza.

A arte e a ciência são as duas grandes faculdades do homem. A arte é a faculdade que se ocupa de fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. A ciência é a faculdade que se ocupa de conhecer a natureza e de transformar a natureza.

A arte e a ciência são as duas grandes faculdades do homem. A arte é a faculdade que se ocupa de fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. A ciência é a faculdade que se ocupa de conhecer a natureza e de transformar a natureza.

A arte e a ciência são as duas grandes faculdades do homem. A arte é a faculdade que se ocupa de fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. A ciência é a faculdade que se ocupa de conhecer a natureza e de transformar a natureza.

A arte e a ciência são as duas grandes faculdades do homem. A arte é a faculdade que se ocupa de fazer uma coisa que está sendo objeto de um trabalho e de reflexão. A ciência é a faculdade que se ocupa de conhecer a natureza e de transformar a natureza.

VIVES

(1492-1540)

VIDA E OBRAS

Aos 6 de março de 1492, nasce Juan Luis VIVES, na cidade de Valência (Espanha), filho de nobre família. Na mesma cidade inicia seus estudos, que leva até o curso superior no "Estudo Geral".

Em 1509, com 17 anos de idade, vai a Paris para continuar, na Sorbone, seus estudos. Dedica-se à Filosofia e à Teologia.

Em 1517, com apenas 25 anos de idade, já eram bem conhecidos seu engenho e talentos, e assim foi nomeado preceptor do Príncipe Guilherme de Croy. Um ano depois (1518), fixa sua residência em Lovaina e escreve sua primeira obra filosófica: *Das Origens, das Escolas e dos Louvores da Filosofia*.

Em 1519, é professor da Universidade de Lovaina. Neste ano conhece ERASMO de Rotterdam, com quem faz amizade, e a quem substitui como preceptor do infante Don Fernando. Escreve então *Contra os Pseudodialéticos*, criticando os escolásticos parisienses.

De 1520 a 1523, viaja pela França, Bélgica e Holanda, e publica diversos trabalhos didáticos e filosóficos.

Aos 31 anos de idade (1523), anda procurando uma melhor situação financeira e assim vai para Londres onde consegue ser nomeado, pelo Rei Henrique VIII, preceptor da Princesa Mary, e a Universidade de Oxford confia-lhe a cátedra chamada *Corpus Christi*.

Um ano depois, faz uma nova viagem a Bruges para casar com sua ex-aluna Margarida Valldama. Publica, então, em Amberes, uma das mais notáveis obras pedagógicas: *Sobre a Educação da Mulher Cristã*.

Em 1527, surge a questão do divórcio de Henrique VIII, e VIVES coloca-se do lado da Rainha Catarina de Aragão, o que lhe acarreta uma breve prisão e a expulsão da Inglaterra.

De 1528 até o fim da sua vida, passará seus dias parte em Paris, parte em Amberes e parte em Bruges. Escreve numerosos trabalhos, sempre em latim, ensaiando vários temas, principalmente morais, filosóficos e pedagógicos. Caracteriza-se o

período de 1530 a 1535 pelos seus estudos religiosos. Destacam-se *Das Obrigações do Marido, Da Ajuda aos Pobres ou das Necessidades Humanas*, e sua grande obra filosófico-educacional: *Das Disciplinas*.

Aos 6 de maio de 1540, morre em Bruges. Tinha então 48 anos de idade.

PENSAMENTO

É, junto com NICOLAO DE CUSA e ERASMO DE ROTTERDAM, uma das três figuras destacadas do pensamento humano na época conhecida como do Humanismo Renascentista.

Caracteriza-se muito mais como pedagogo e estilista do que como filósofo, muito embora estude e analise diversos problemas filosóficos e aplique bastante a Filosofia aos temas educacionais.

Ideologicamente permanece dentro das linhas da filosofia cristã da época, condenando entretanto os métodos escolásticos e preconizando um tratamento mais vivencial e humano de todos os problemas.

Mais do que uma escola filosófica ou um sistema, representa uma época bem peculiar na história do pensamento.

FONTES

J. L. VIVES, *Obras Completas*. (2 vols.). M. Aguilar. Madrid, 1948.

TEXTOS

Necessidades dos homens

Pois que não sem razão muitos disseram, já na antiguidade, que nossa vida não é vida mas morte, os gregos designaram nosso corpo com a palavra "soma", que vale tanto como dizer "sema", termo com que designava a sepultura. Tinha o Senhor ameaçado Adão de morte, qualquer que fôsse o dia em que comesse do fruto proibido. Comeu, e a morte rondante caminhou em seu redor. Realmente, que outra coisa é esta vida senão uma morte contínua, que se completa no ponto em que a alma se liberta totalmente do corpo? "Ao nascermos — disse um poeta — já morremos, e no mesmo princípio inicia-se o termo."

Não há ninguém, ou de corpo tão robusto, ou de engenho tão penetrante, que se baste a si só, se tem de viver segundo

o costume e a maneira dos homens. Por isto acrescenta a companhia de uma espôsa para ter descendência e conservar o que adquiriu, pois êste sexo, embora medroso, é cuidadoso e conservador tenaz. Depois procura companheiros para seus afazeres, aos quais quer bem e, conforme pode, procura beneficiar; insinua-se assim o amor e, a pouco e pouco, forma-se o núcleo da sociedade, que logo se expande. (Da *Ajuda aos Pobres*, c. II, no início)

A falta de espírito crítico é causa dos erros

O que vou dizer, se os autores antigos, a cuja liderança submetemo-nos confiantes, enganaram-se com freqüência sendo a causa de que nós, que seguíamos suas pegadas, errássemos fatalmente? Em primeiro lugar, não foram poucos os de inteligência pouco perspicaz e sutil, que não conseguiram penetrar na essência das coisas, envolvidos por tantas nebulosidades; enquanto outros, que puderam presenciar novos fenômenos, tidos então como a virgindade de nascimento, não os puderam estudar nem avaliar. E isto aconteceu ao ponto de, nos mais dêles, a dedicada admiração ter anulado suas faculdades críticas; algo assim como acontece quando um espetáculo monumental, raro, maravilhoso, desaparece antes de que, os que o contemplam, possam tomar conta do acontecimento, do que foi e de como se passou.

Condenarei eu aqueles que algumas vezes erraram? Não; não mais do que àqueles que com grande esforço descobriram fontes de grande utilidade para o povo, ou arrancaram das minas muitos metais, mas não conseguiram limpá-los da escória.

A vida não é suficiente para tantas coisas, nem a força do engenho humano que é limitada e fraca. "Feliz aquele — diz Platão — a quem, mesmo que só na velhice, lhe é dado possuir opiniões verdadeiras das coisas." (Das *Disciplinas*, I P., L. I, c. V, no início).

O humanista deve sempre estudar e aprender

Transborda de penetrante verdade aquela sentença de Sêneca, a saber: que muitos poderiam ter chegado facilmente

à sabedoria, se não estivessem convencidos de que já tinham
chegado. E o mesmo Sêneca numa das suas cartas a Lucílio
diz: "Deves ir aprendendo enquanto tua ignorância perdurar";
e de acreditarmos no provérbio, "enquanto tua vida durar".
Na realidade, não há na natureza conhecimento tão fácil e
atingível que não possa entreter todo o tempo de uma vida
mortal. Não se acanhará o homem desejoso de saber, de apren-
der de quem quer que tenha algo para ensinar.

.....
"Primeiro enriquecer, costumam dizer, e depois filoso-
far." De maneira alguma! Pelo contrário: filosofar primeiro
e enriquecer depois. Se antes enriqueceres não vás filosofar
depois, já que andarás solícito e apressado atrás da riqueza e
distráido em mil vícios, desconhecendo o modo correto de usar
as riquezas, e vazio de qualquer filosofia. Pelo contrário, se
uma vez filosofares, ser-te-á depois fácil o caminho para te
enriqueceres o bastante. Ninguém pode se escusar de interêsse
pela sabedoria. Tem de filosofar o pobre, porque não tem
posses e para que saiba sobrelevar a pobreza. Tem de filosofar
o rico, por ter posses, e para administrar ajuizadamente os seus
bens. Filosofará o feliz para dirigir acertadamente sua fortuna.
Filosofará o infeliz para suportar conformado seu infortúnio.
(*Das Disciplinas. O Humanista*, c. I, no início e no meio).

SÉCULO XVI

MONTAIGNE

(1533-1592)

VIDA E OBRAS

Aos 28 de fevereiro de 1533 nasceu Michel de MONTAIGNE, no castelo de Montaigne, nos limites dos departamentos de Dordogne e de Gironde, na França. Seu bisavô Ramon Eyquiem enriquecera-se em Bordéus como comerciante de vinhos e peixe seco, e pouco antes de morrer comprara a terra de Montaigne em Périgord. Seu avô, Guinon Eyquiem, foi apenas negociante. Seu pai, Pierre Eyquiem, renunciou a essa profissão, tomou parte nas guerras de Itália e instalou-se depois nas terras herdadas, onde mandou construir o castelo e viveu como gentil-homem. Michel é o primeiro a trocar o nome familiar de Eyquiem pelo da sua terra, Montaigne.

Sua mãe Antoinette pertencia a rica família de judeus procedentes da Espanha. Convertida ao catolicismo, passou depois para o protestantismo com dois dos seus filhos, permanecendo os outros católicos como o pai.

Seu pai trouxe da Itália novas idéias pedagógicas e de acordo com elas procurou educar o filho. Seu princípio fundamental era elevar a alma do aluno com ternura e liberdade. Como o latim era uma língua básica na cultura, foi-lhe dado um mestre alemão que só falava latim. Todos os da casa aprenderam essa língua para conversar com o pequeno. Assim, MONTAIGNE só ouviu falar em latim até os seis anos de idade.

A partir dos seis anos (1539), freqüentou o Colégio de Guynne. O ambiente escolar, inteiramente oposto ao familiar, levou-o à revolta contra seus professores e os métodos por eles usados.

Aos 13 anos (1546), começou a estudar Direito. Aos 22 anos (1555), foi provido no cargo de Conselheiro na corte de "Aises du Perigueux" e três anos depois consegue tornar-se conselheiro do Parlamento de Bordéus. Função que exerceu durante quinze anos.

Em 1565, com 32 anos de idade, contraiu matrimônio. Casamento, segundo confessa, sem amor. Teve vários filhos mortos no berço. Sobreviveu só a filha Léonore.

Em 1559 e 1561, vai em missões a Paris. Em 1570, dois anos após a morte do seu pai, vende as terras e instala-se em

Paris. Tinha então 37 anos de idade e reconhecia não ter capacidade nem gosto pela vida rural. Recebe, então, o título de gentil-homem da Câmara do Rei.

Sua obra escrita, os *Ensaio*s, iniciou-a em 1572, e parece tê-la concluído em 1580, com 47 anos de idade.

Faleceu em setembro de 1592, com 59 anos de idade.

PENSAMENTO

Destaca-se não só como filósofo, mas também como pedagogo. Suas opiniões exerceram bastante influência sobre LOCKE e ROUSSEAU. Ainda hoje têm grande aceitação, como o provam as reedições, em diversas línguas, dos seus *Ensaio*s.

Sua obra tem muito de autobiográfica.

Seu pensamento enquadra-se perfeitamente dentro da chamada "douta-ignorância", nova forma de ceticismo.

Não importa tanto o saber como o agir corretamente.

É um humanista que nos faz lembrar os estoicos romanos. O homem é o centro e a conduta moral, que leva a viver e morrer com segurança, é a verdadeira sabedoria.

FONTES

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 84-85.

MONTAIGNE, *Ensaio*s — 3 vols. — Editôra Glôbo. Pôrto Alegre, 1961.

TEXTOS

Filosofar é aprender a morrer

Cícero diz que filosofar não é outra coisa do que se preparar para a morte. E é mesmo, pois de alguma forma o estudo e a contemplação tiram nossa alma de nós e separam-na do corpo, o que constitui um aprendizado para a morte e é algo a ela semelhante; ou dito de outra maneira, toda a sabedoria e raciocínio do mundo desemboca, no fim, neste ponto: aprendermos a não temer a morte. Em verdade, ou nossa razão falha, ou ela não deve procurar nosso desprêzo, e todo seu trabalho deve ser para bem vivermos e para nossa alegria, como diz a Sagrada Escritura. Todas as opiniões do mundo coincidem em dizer que o prazer é o nosso objetivo, muito embora sejam diversos os meios que sugerem. Se assim não fôsse, não as escutaríamos. Quem dará ouvidos àqueles que nos propõem a dor e o sofrimento como objetivo da nossa existência?

As discrepâncias das escolas filosóficas, neste particular, são apenas verbais. *Transcurramus solertissimas nugas* (Passe-

mos por cima dessas miudezas). Nelas há muito de teimosia e picuinha, coisas que não condizem com uma profissão tão respeitável. Muito embora seja inevitável que o homem ponha algo de si em qualquer papel que pretenda representar.

Digam o que disserem, a verdade é que, na própria virtude, nosso último objetivo é a volúpia. Agrada-me repetir esta palavra que para eles é forte e constrangedora. Se ela significa uma espécie de prazer supremo ou de excessiva satisfação, é muito mais devido à própria virtude do que a qualquer outra coisa. Essa volúpia por ser mais ousada, nervosa, forte e viril, é só mais seriamente voluptuosa. Deveríamos chamá-la de prazer, que é uma expressão mais agradável, mais doce e natural, e não como a designamos de maneira mais enérgica. Quanto à outra volúpia inferior, se merecer tão belo nome, dê-se-lhe não como um direito, mas como um favor. Considere-a menos livre de inconvenientes e de obstáculos do que a própria virtude. E ainda mais, o agrado que traz é mais momentâneo, mais frágil e caduco, e ainda exige suas vigílias, seus jejuns, seus esforços e suor e sangue. Paixões incômodas de toda espécie acompanham-na tornando sua saciedade tão pesada, que equivale a uma penitência.

.....

A meta da nossa corrida é a morte; alvo inevitável da nossa mira. Se ela nos apavorar, como poderemos dar um passo para a frente sem temor? A saída dos simples é não pensar nisto. De que brutal estupidez lhes pode vir cegueira tão ordinária? É necessário frear o asno pelo rabo. Nada há de estranho se tais pessoas caem com facilidade nas armadilhas. Apavora-as só o fato de falar em morte, e a maior parte das pessoas santiguam-se como se se nomeasse o diabo. E como ela é mencionada nos testamentos, eles não se atrevem a fazê-los senão quando o médico os condena; e Deus sabe, então, em que estado mental se encontram, entre a dor e o pavor.

.....

A morte nos espreita, e não sabemos quando chegará; aguardemo-la em todo lugar. Meditar sobre a morte é meditar sobre a liberdade. Quem aprendeu a morrer, aprendeu a não mais ser escravo. Nada atingirá a quem soube compreender que morrer não é um mal. Saber morrer liberta-nos de toda sujeição e constrangimento. (*Ensaio*s)

SUÁREZ

(1548-1617)

VIDA E OBRAS

Aos 5 de janeiro de 1548, nasce, em Granada (Espanha), Francisco SUÁREZ. Cursa seus primeiros estudos em Salamanca e, com apenas 16 anos de idade, ingressa na Companhia de Jesus (1564).

Estuda Teologia em Salamanca e é ordenado sacerdote em 1572, com 24 anos de idade. Três anos depois (1575), é nomeado professor de Teologia, lecionando a matéria em Segóvia. De 1580 a 1585 (dos 32 aos 37 anos) permanece em Roma como professor de Teologia no Colégio Romano, voltando novamente para Espanha por motivos de saúde. Fica então em Alacalá, como professor, de 1585 a 1593 (dos 37 aos 45 anos). Neste período publica seus primeiros comentários da obra de Santo Tomás de Aquino e *Os Mistérios da Vida de Cristo*.

Em 1593, vai de novo a Salamanca para ser professor assistente de Teologia. Lá permanece quatro anos. Em 1595, publica o tratado *Dos Sacramentos*, e em 1597, entrega sua obra-prima de filosofia: as *Disputas Metafísicas*.

Vai então para Coimbra, onde ocupará a cátedra de Prima durante 18 anos (1597-1615). Antes de tomar posse da cátedra, doutora-se em Évora.

Em 1604, viaja para Roma, para defender-se das acusações que se lhe faziam ante o Santo Ofício, relativas à absolvição de penitentes. É-lhe feita justiça e regressa a Coimbra.

Em 1606, publica o tratado *De Deus Uno e Trino*. Em 1608 e 1609: *Da Religião*. Em 1612 empreende a publicação da sua grande obra jurídica: *Das Leis*. Além destes tratados, muitos outros escreveu que foram editados após sua morte. A última edição das suas obras completas é formada por vinte e oito volumes *in folio*.

Aos 25 de fevereiro de 1617, morre em Lisboa, com 69 anos de idade.

PENSAMENTO

Conservando o sentido cristão, teológico, tradicional na Escolástica, fez uma revisão crítica do pensamento dos outros Auto-

res da Escola, não se limitando ao simples comentário, e demonstrando um conhecimento vastíssimo dos filósofos que o precederam o até dos seus contemporâneos.

No exame dos problemas clássicos na Filosofia, apresenta soluções próprias e originais. Muito embora respeite os Mestres e a sua autoridade, o que às vezes o prejudica, é o bastante independente para tentar novos caminhos.

Modifica o conceito da analogia entre os seres contingentes e o ser necessário. Este o é por essência e os outros são por participação. Tal o eixo fundamental do sistema suareziano.

Nega a distinção real entre essência e existência, defendida pelos tomistas. Sendo todo existente indivíduo, não é a "matéria selada pela quantidade" o princípio de individuação. Os seres imateriais existentes também são indivíduos, não espécies.

A importância do pensamento de SUÁREZ fica muito bem resumida com as palavras de HEIDEGGER: "a ontologia grega, reformulada pela escolástica, passa, no essencial, através das *Disputationes Metaphisicae* de SUÁREZ, para a "metafísica" e a filosofia transcendental da Idade Moderna". (*)

FONTES

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 90-96.

SUÁREZ, *Disputationes Metafísicas*. (Edição bilingüe: latim-espanhol, em 6 volumes). Editorial Gredos. Madrid. 1960-1964.

TEXTOS

O que existe é indivíduo

Explicado assim o sentido do ente individual ou singular, é preciso dizer que tôdas as coisas, que são entes atuais ou que existem ou podem existir imediatamente, são singulares e individuais. Digo *imediatamente*, para excluir os conceitos comuns dos seres que, como tais, não podem existir imediatamente, nem têm entidade atual, mas só existem nas entidades singulares ou individuais, tiradas as quais é impossível que algo possa permanecer na realidade, como disse Aristóteles falando das substâncias primeiras nos Predicamentos c. das Substâncias. E assim explicado, o assunto é evidente, como Aristóteles prova contra Platão no I Livro da Metafísica c. 6 e no livro VII, text. 26 e 27 e em outros lugares. Muito

(*) *El ser y el tiempo*. Edição castelhana do Fondo de Cultura Económica. México. pg. 32.

embora muitos pensem que Aristóteles interpretava mal a teoria das idéias de Platão, dizendo que ou as colocava na mente divina ou somente as distinguia formalmente dos indivíduos e não como coisas realmente separadas, isto não interessa muito a nós agora e disso trataremos na disputa seguinte. Agora provamos nossa afirmação: pois que tudo o que existe tem uma entidade certa e determinada; ora todas essas entidades levam consigo uma negação; logo são unidades singulares e individuais. A menor é evidente, pois toda entidade, pelo fato de ser determinada entidade não se pode separar de si mesma; por conseguinte também não pode dividir-se em muitas outras entidades como ela mesma; pois se assim fôsse toda aquela entidade estaria em cada uma das subdivisões, e então teríamos o absurdo de ser ela mesma uma e ser várias. Toda entidade, pois, pelo fato de ser uma entidade na realidade, é necessariamente uma, como foi dito, e por isso mesmo singular e individual. (D.M. 5, s. 1, n. 4).

A matéria selada pela quantidade não pode ser o princípio da individuação.

Toda esta opinião é de alguma maneira provável e algum tempo agradou-me; temo entretanto que segundo ela não fique explicado satisfatoriamente o pensamento de Aristóteles e S. Tomás, tanto pelo fato de nos transmitir um princípio de individuação bastante diminuído e equívoco, pois esquecido o verdadeiro princípio constitutivo da individuação, nos apresentam só os sinais posteriores a ela, ou as circunstâncias para distinguir ou causar a individuação; como também, e mais ainda, porque de tal princípio parecem concluir que nos seres separados da matéria não há diversos indivíduos, já que nêles não haveria o tal princípio de individuação.

Assim, dos argumentos apresentados contra esta opinião exposta de outras formas, conclui-se definitivamente que não pode ser a matéria selada pela quantidade tal princípio. (D.M. 5, s. 3, n. 34).

Da analogia do ser de Deus e das criaturas

11. *A analogia de proporcionalidade propriamente dita não se dá entre Deus e as criaturas.* Pois para tal analogia é

necessário que um dos membros seja absolutamente tal pela sua própria forma e o outro não absolutamente, mas só enquanto é capaz de tal proporção ou comparação com o primeiro. Mas, no caso, isso não procede, tanto se considerarmos a coisa mesma como se considerarmos a imposição do nome. A criatura é um ser, por razão do seu ser, absolutamente e sem considerar tal proporcionalidade, pois ele existe fora do nada e tem algo de atualidade; o nome de ser é dado à criatura, não por ter certa proporção ou proporcionalidade com relação a Deus, mas simplesmente por ser algo em si e não nada; ainda mais, como diremos, pode ser entendido primeiro o nome de ser dado ao ser criado do que ao ser incriado. Finalmente, toda analogia de proporcionalidade inclui alguma metáfora ou impropriedade, como *sorridente* quando dito de um ambiente por transferência metafórica; na analogia do ser, entretanto, não há qualquer metáfora ou impropriedade, pois a criatura é verdadeira, própria e simplesmente ser; logo não o é por analogia de proporcionalidade somente, nem junto com uma analogia de atribuição; resta, pois, que, sendo uma analogia, seja uma analogia só de atribuição. (D.M. 27, s. 3, n. 11).

Essência e existência não são coisas realmente diferentes

Resta, pois, que provemos a outra parte que é a principal para nós, isto é, que, além da atual entidade da essência e do ser que nela se constitui e não se distingue realmente dela e além do modo da subsistência ou inerência, não há outro ser qualquer de existência realmente diferente dêsses. Parece ser demonstração suficiente desta verdade o fato de, qualquer outra entidade ou modo real, ser supérfluo e uma ficção sem qualquer comprovante. (D.M. 31, s. 5, n. 10).

BACON (Francis)

(1561-1626)

VIDA E OBRAS

Aos 22 de janeiro de 1561, nasce Francis BACON, em Londres, na Casa de York, de nobre família. De constituição delicada, mas de notável capacidade intelectual, matriculou-se aos 13 anos de idade (1574) na Universidade de Cambridge, onde permanece três anos.

Depois de passar algum tempo em Paris, voltando para a Inglaterra consagra-se ao estudo do Direito, fazendo grandes progressos. Por causa do seu tio Cecil, então Primeiro Ministro, vê-se privado, por algum tempo, de qualquer pôsto preeminente e de salário público.

Em 1590 (com 29 anos de idade), é nomeado Conselheiro Extraordinário da Rainha. Dois anos depois, entra no Parlamento como membro representante de Middlesex. A política não o absorve por completo e assim, em 1597 publica um volume de *Ensaio*, que teria bastado para lhe dar lugar de destaque na literatura inglesa.

Com a subida ao trono de Jaime I (1603), inicia-se sua rápida carreira ascensional. No mesmo ano, com 42 anos de idade, é elevado à Ordem da Cavalaria e no ano seguinte começa a receber salário de Conselheiro Real. Em 1605, publica *O Progresso da Ciência*. Em 1613, é nomeado Procurador Geral e em 1617 (com 56 anos de idade), ocupa o cargo de Guardador do Grande Selo da Inglaterra e é feito Barão de Verulam. Dêse período é sua utopia *Nova Atlântida*, escrita em 1614 a 1617.

Em 1618, é designado Lorde Chanceler Superior, cargo que muito ambicionara. Em 1620, escreve o *Novum Organum*, segunda parte da grande obra que projetava *Instauratio Magna* e que teria seis partes. Em 1621, foi feito Visconde de Santo Albano. Em seguida, porém, convicto e confesso de crime de suborno, é condenado a uma enorme multa e à prisão na Torre de Londres. O Rei, que não era inocente dos crimes do seu Chanceler, indulta-o dois dias depois.

Os cinco anos que lhe restaram de vida, passou-os na pobreza, morrendo aos 9 de abril de 1626, com 65 anos de idade.

PENSAMENTO

Encontramos em BACON as raízes do empirismo moderno.

Com seu *Novum Organum* pretende substituir o *Organum* de ARISTÓTELES e sua interpretação escolástica.

Propugna um método indutivo, tirando da experiência os conceitos e as leis. Conhecer a natureza para dominá-la é o alvo da Ciência.

Alerta contra quatro gêneros de tabus que perturbam e impedem a pesquisa científica objetiva: *idola tribus*, *specus*, *fori et theatri* (tabus da raça, da caverna, do forum e do teatro). Após a libertação destes tabus, devem ser aplicadas as quatro tábuas: da ausência, da presença, da comparação e da eliminação. De maneira romanceada exemplifica na *Nova Atlântida* como deveria funcionar a pesquisa. Certamente êsse caminho teria retardado bastante o progresso da Ciência.

Tentou também uma nova classificação das ciências, de acordo com as faculdades humanas, que resulta bastante confusa.

FONTES

SCIACCA, o.c., pg. 60-63.

F. BACON, *La Nueva Atlantida*. Editorial Losada. Buenos Aires. 1941.

F. BACON, *Novum Organum*. Encyclopaedia Britannica, Inc. Chicago. 1952.

TEXTOS

Os tabus da raça (Idola tribus)

Os tabus da raça têm seu fundamento na própria natureza do homem; é um mal inerente à raça humana, um verdadeiro mal de família. Nada há mais destituído de fundamento do que êstes princípios: "O sentido humano é a medida de todas as coisas". Torna-se necessário afirmar o contrário, que todas as percepções sejam dos nossos sentidos, sejam do nosso espírito, são simplesmente coisas relacionadas com o homem e não com o universo. O entendimento humano parece ser um espelho falso, lançando os raios que recebeu dos objetos misturando sua própria natureza à das coisas, e assim estraga, torce por assim dizer, e desfigura as imagens que reflete. (*Novum Organum*, Livro I, 41).

O entendimento, uma vez familiarizado com certas idéias que lhe agradam, seja por serem comumente aceitas, seja porque são agradáveis em si mesmas, agarra-se a elas obstinadamente. Relaciona então tudo a estas idéias da sua predileção:

quer que tudo esteja de acôrdo com elas; faz delas os juízes de tudo; e os fatos que contradizem estas idéias favoritas, mesmo apresentando-se em quantidade não as podem sequer enfraquecer no seu espírito: ou êste não toma conhecimento dêsses fatos, ou os despreza, ou dêles se liberta com ajuda de qualquer interpretação frívola. (*Ibidem*, 46).

Os tabus da caverna (Idola specus)

Êstes tabus têm sua origem na própria natureza, na alma e no corpo de cada indivíduo. É preciso incluir neste capítulo a educação, os hábitos, e uma infinidade de outras causas e circunstâncias fortuitas. (*Ibidem*, 53).

A diferença mais característica e mais marcante que se observa entre os espíritos, diferença realmente radical, é esta: uns têm mais fôrça e aptidão para observar as diferenças das coisas; os outros para captar as analogias. Estas duas espécies de espírito caem igualmente no excesso quando querem, ou perceber uma infinidade de minúcias, ou se entusiasmar com grandes aparências. (*Ibidem*, 55).

Os tabus do forum (Idola fori)

De todos os tabus os mais incômodos são aquêles que se favorecem da relação existente entre as palavras e as idéias, e desta forma insinuam-se no nosso entendimento. Os homens imaginam que sua inteligência comanda as palavras; estas porém voltam-se, por assim dizer, contra o entendimento devolvendo-lhe os erros que têm recebido, e tal é a causa principal que faz as ciências e a filosofia sofísticas e inoperantes. Ao dar-se nomes às coisas tem-se em vista comumente a curta inteligência do vulgo. Com a ajuda dos sinais classificamos os objetos por traços grosseiros e sensíveis às vistas mais fracas. E se aparecer um espírito mais penetrante, um observador mais exato, que quiser mudar estas classificações, as palavras opor-se-lhe-ão com grande aparato. O que acontece? Que as maiores e mais imponentes disputas dos sábios degeneram, quase tôdas, em disputas de palavras. (*Ibidem*, 59).

Os tabus do teatro (Idola theatri)

Quanto aos tabus do teatro, não se insinuam na inteligência de forma clandestina, antes pelo contrário; nascendo de

teorias fantásticas e falsos métodos de demonstração, êles entram, por assim dizer, em pleno dia e públicamente. (*Ibid.*, 61).

Os tabus do teatro, ou das teorias, são numerosos e não só podem como devem ser cada vez mais silenciados. (*Ibidem*, 62).

O método científico

Êstes são, meu filho, os tesouros da Casa de Salomão.

No que diz respeito aos diversos empregos e ofícios dos nossos membros, dir-te-ei que temos doze que viajam pelos países do estrangeiro ocultos sob o nome das outras nações — pois nós escondemos o nome da nossa — os quais nos trazem livros, resumos e modelos das experiências realizadas em todos os outros países. A êstes nós chamamos de mercadores da luz.

Há três que colecionam as experiências de todos os livros. A êstes chamamos de solicitantes.

Outros três colecionam as experiências de tôdas as artes mecânicas e das ciências liberais e práticas que não pertencem às artes. A êste chamamos de caçadores.

Temos três que tentam novas experiências, conforme acham conveniente. São chamados de bandeirantes ou batedores.

Três relatam as experiências dos quatro anteriores, ordenando-as por títulos e assuntos, com o objetivo de facilitar a observação das mesmas e a conclusão de axiomas partindo delas. A êstes chamamos de compiladores.

Outros três fazem o trabalho de refletir, pesquisando nas experiências dos seus companheiros e tentando tirar delas coisas úteis e práticas para a vida e o conhecimento humanos, tanto no que diz respeito às obras, como à simples demonstração de causas, meios de adivinhação natural, descobrimento de virtudes e componentes dos corpos. A êstes chamamos de doadores ou benfeitores.

Após várias reuniões e consultas de todos os membros, para reconsideração dos trabalhos anteriores, outros três membros cuidam da direção de novos experimentos mais luminosos e que penetram mais profundamente na natureza. A êstes chamamos de lâmpadas.

Temos três que executam as experiências decididas e delas prestam conta. Estes recebem o nome de inoculadores.

Finalmente, há três membros que recolhem as descobertas realizadas pelas experiências, reunindo-as com maior número de observações, axiomas e aforismos. A estes chamamos de intérpretes da natureza. (*A Nova Atlântida*, no fim)

GALILEI

(1564-1642)

VIDA E OBRAS

Aos 15 de fevereiro de 1564, nasce Galileu GALILEI, em Pisa (Itália) de família nobre mas sem recursos. Seu pai que é matemático e músico, orienta a educação do filho. Leva-o, primeiro ao mosteiro de Vallombrosa, onde aprende Grego, Latim e Lógica; depois, reconhecendo sua aptidão para as ciências, envia-o à Universidade de Pisa, para estudar Medicina.

Em 1583, com 19 anos de idade, descobre as leis do pêndulo, após observar as oscilações de uma lâmpada. Resolve então estudar Matemática. Dois anos depois (1585) deixa Pisa, sem se ter formado, e vai para Florença onde leciona e pronuncia conferências na Academia. Lá estuda as obras de Arquimedes.

Com apenas 21 anos de idade (1586) inventa a balança hidrostática, e sua fama expande-se pela Itália toda. Dois anos depois (1588), escreve em latim o tratado *Teoremas Sobre o Centro de Gravidade dos Sólidos* que o faz merecedor do título de professor da universidade de Pisa.

Em 1590 (com 25 anos de idade), demonstra, na torre inclinada de Pisa, que os corpos caem com igual velocidade, independentemente do seu peso. Demonstra também a trajetória parabólica dos projéteis. Sua reação irônica contra as críticas que lhe fazem, torna-o impopular. Um ano depois (1591) renuncia a cátedra e retorna a Florença.

Em 1597, em carta a Kepler afirma estar de acordo com a teoria de Copérnico sobre o sistema solar, mas tem medo da perseguição se falar nisso de público.

Aos 36 anos de idade (1609) aperfeiçoa o telescópio e ele mesmo fabrica os binóculos que lhe encomendam de toda a Europa. Um ano depois (1610) publica suas observações telescópicas no tratado *Sidereus Nuntius* (Mensageiro Sideral).

Em 1611, realiza novas descobertas sobre o movimento dos astros. Em 1613, publica suas *Cartas Sobre as Manchas Solares* onde se manifesta abertamente favorável às teorias copernicanas. É denunciado à Inquisição, condenada sua doutrina e avisado que deverá renunciar a ela de público.

Em 1623, publica *Il Saggiatore*, que é bem recebido. No

mesmo ano (tinha então 59 anos de idade), animado pelo fato de seu protetor Maffeo Barbieri ter-se tornado Papa Urbano VIII, atreve-se a defender abertamente a doutrina de Copérnico no seu *Diálogo Sobre os Dois Maiores Sistemas do Mundo*, trabalho que o ocupou seis anos. Desencadeia-se nova perseguição, que culmina com a abjuração das doutrinas por parte de GALILEI.

Em 1636, com 72 anos de idade, publica o *Diálogo das Novas Ciências*, recolhendo suas descobertas no campo da Mecânica. Dois anos depois (1638) fica cego, mas continua trabalhando, até 1642, ano em que a morte o acolhe, aos 8 de janeiro, na vila de Arcetri (Siena), onde vivia numa espécie de liberdade condicional. Contava então 78 anos de idade.

PENSAMENTO

Destaca-se muito mais como cientista físico e astrônomo do que como filósofo, muito embora nos tenha deixado o seu modo de ver os problemas atinentes à Filosofia.

A enorme transcendência de suas descobertas fará que os filósofos tenham de modificar muitas das suas idéias relacionadas principalmente com a Cosmologia ou Filosofia da Matéria e dos seres corpóreos.

Prevalencia, então, o sistema de ARISTÓTELES e Ptolomeu, segundo os quais a Terra era o centro do universo. GALILEI, junto com Kepler, sustenta a teoria de Copérnico, que faz da Terra um planeta móvel, em um sistema cujo centro é o Sol.

FONTES

H. DONATO, *Os Cientistas* — Editôra Cultrix, São Paulo. 1961. pgs. 127-154.

SCIACCA, o.c., II, pgs. 48-51.

GALILEO GALILEI, *Opere* — Riccardo Ricciardi Editore. Milano. 1953.

TEXTOS

Limitação do conhecimento humano e perfeição da ciência matemática

Simplicio — Ou eu sou um daqueles homens que não entendem, ou no vosso discurso há uma evidente contradição. Considerais um grande elogio, pode-se dizer até que o maior de todos, o fato de a natureza ter dado ao homem a capacidade de entender; e não faz muito dizíeis, seguindo SÓCRATES, que sua inteligência era nula; será, pois, necessário dizer que nem a natureza foi capaz de fazer um entendimento que entenda.

Salviati — Muito argutamente estais levantando uma dificuldade e, para responder à objeção, convém recorrer a uma distinção filosófica, dizendo que o entender pode ser tomado de dois modos: *intensive* (intensivamente) ou *extensive* (extensivamente). Extensivamente, pôsto que a multidão das coisas inteligíveis é infinita, o entender humano é quase nulo, pois mesmo que entendesse mil proposições, estas mil comparadas com o infinito é como um zero. Considerando o entender intensivamente, enquanto tal termo significa entender intensivamente uma proposição, isto é, perfeitamente, digo que o entendimento humano entende algumas coisas tão perfeitamente, e delas tem certeza tão absoluta, quanto é possível pela sua natureza. Tais são as ciências matemáticas puras, como a Geometria e a Aritmética, das quais o entendimento divino não sabe só muitas proposições mais, pois as sabe tôdas; naquelas porém o entendimento humano conhece iguala-se à inteligência divina na certeza objetiva, pois que chega a compreender a necessidade, acima da qual não parece que possa existir maior segurança.

Simpl. — Esta maneira de falar é muito resoluta e atrevida.

Salv. — Estas proposições são comuns e estão longe até da sombra da temeridade ou atrevimento, e em nada diminuem a majestade da divina sabedoria, como em nada diminui-se sua onipotência ao dizer que Deus não pode fazer que o que foi feito não tenha sido feito. Temo, porém, senhor Símplicio que vós tendes interpretado minhas palavras equivocadamente. Assim, para melhor esclarecer o assunto, digo que em relação à verdade que nos oferecem as demonstrações matemáticas, é a mesma que conhece a sabedoria divina; concordo, entretanto, que a maneira como Deus conhece as infinitas proposições, das quais nós só conhecemos umas poucas, é imensamente superior à nossa. Nós conhecemos raciocinando e passando de uma proposição para outra, enquanto Deus atinge tudo isso por uma simples intuição. (*Diálogo dos Dois Maiores Sistemas* — Primeira Jornada, no fim).

Argumentos pró doutrina copernicana e relatividade do movimento

Salviati — Mui razoável vossa dúvida. Quando passarmos a tratar do outro movimento vereis quão longe Copérnico superou Ptolomeu em acêrto e perspicácia de engenho,

já que êle viu o que êste não conseguiu ver: a correspondência admirável com que tal movimento reflete-se em todo o resto dos corpos celestes. Deixemos, entretanto, de lado, por ora, esta parte e retomemos a primeira consideração. Sobre ela apresentarei razões, a começar pelas mais gerais, que favorecem o movimento da Terra, pois acho que nisto tem grande dificuldade o senhor Simplício. A primeira é que, mesmo considerando só a massa imensa da esfera estrelada em comparação com a pequenez do globo terrestre, que caberia naquela milhões de vêzes, se depois pensarmos na velocidade do movimento que deveria ter para fazer um percurso completo em um dia e uma noite, não posso me convencer que alguém tenha como mais razoável e acreditável que a esfera celeste seja a que dá a volta e o globo terrestre permaneça quieto.

.....
Salv. — Sendo pois evidente que o movimento comum a muitos móveis é inútil enquanto à relação existente entre êsses mesmos móveis, pois que entre êles nada muda, e só influencia na relação existente entre êsses móveis e aquêles que não têm tal movimento, com respeito aos quais muda tal relação. Tendo nós dividido o universo em duas partes, uma das quais é necessariamente móvel e a outra não; não faz, realmente, qualquer diferença em tudo o que depender dêsse movimento, que seja a Terra só a que se move ou o resto do mundo; pois tal movimento só atua na relação existente entre os corpos celestes e a Terra, única coisa a mudar com êsse movimento. Ora, se para conseguir o mesmo resultado *ad unguem* (exatamente) tanto faz que se mova só a Terra, permanecendo quieto o resto do universo, como se ficar quieta só a Terra e todo o universo se mover com o mesmo movimento, quem poderá crer que a natureza (que segundo o sentir comum nada faz com muitas coisas que possa fazer com poucas) tenha escolhido fazer mover-se um imenso número de enormes corpos, com uma velocidade incalculável, para conseguir o mesmo que poderia obter com o movimento medíocre de um só corpo ao redor do seu próprio centro? (*Ibidem*, Segunda Jornada, perto do começo).

HOBBS

(1588-1679)

VIDA E OBRAS

Aos 5 de abril de 1588, nasce Thomas HOBBS em Westport (hoje Malmesbury) na Inglaterra. É filho do vigário da paróquia. Um dia o pai desapareceu deixando seus três filhos aos cuidados de um seu irmão. Este procurou dar educação esmerada a Thomas, primeiro na mesma localidade e depois em Oxford.

Com 20 anos (1608), já graduado, é preceptor na família Cavendish. Dois anos depois (1610) viaja pela Europa com seu amo e pupilo. Estudam os autores clássicos e combatem a escolástica.

Em 1629, aos 31 anos de idade, com a morte de seu patrão, passa a servir na família Clinton e com ela viaja. Dois anos depois volta aos Cavendish e acompanha o jovem Conde de Devonshire.

Em 1634, com 36 anos de idade, viaja pela França e Itália e frequenta o círculo de amigos de DESCARTES, e conhece GASSENDI. Dois anos mais tarde (1636) conhece também GALILEI em Florença. Relaciona-se com BACON, como seu empregado.

Em 1640, com 42 anos de idade, escreve um trabalho, cuja primeira parte *Natureza Humana* circula privadamente, e a segunda *Do Corpo Político* só é publicada dez anos depois. Vai, então, para Paris por causa das perseguições políticas contra seus amigos na Inglaterra, e lá permanece onze anos. Critica nessa época as *Meditações* e a *Dióptrica* de DESCARTES e indisputa-se com êle.

Em 1642, escreve o *Do Cidadão*, onde defende que a Igreja deve subordinar-se ao Estado. Circula manuscrito, e é impresso só em 1647.

Em 1651, com 53 anos de idade, publica sua obra-prima: *Leviatã*, onde encara o Estado como um monstro. As idéias nêle expressas acarretam-lhe forte oposição política. Retorna à Inglaterra, onde deve declarar-se submisso à *Commonwealth* para poder permanecer em Londres.

Em 1655, publica a primeira parte dos *Elementos de Filosofia*, sobre *O Corpo*, e em 1658 a segunda parte sobre *O Homem*.

Neste tempo polemiza com alguns professores de Matemática de Oxford. Os assuntos destas polêmicas publica-os em Amsterdam, pois em Londres não lhe é permitido. Outros só verão a luz após sua morte.

Em 1678, um ano antes de morrer, publica sua última obra: *Decameron Filosófico*, sobre questões de Física. Morre em Hardwick Hall, aos 4 de dezembro de 1679, com 91 anos de idade.

PENSAMENTO

É influenciado pela formação humanística e escolástica que recebeu.

Toda sua preocupação científica tem uma orientação prática, para a vida humana social e política.

Seu método é empírico-matemático.

Reage contra as idéias inatas de DESCARTES, já que tudo é deduzido da experiência.

No campo da Lógica é nominalista.

O ideal da Ciência é atingir tal cabedal de idéias que possamos com elas reconstruir os processos corpóreos.

A Filosofia tem como objeto específico os corpos. Tudo o que não é redutível ao empírico e ao matemático não é filosófico. O raciocínio não é mais do que uma operação de somar e subtrair.

No social, o estado é uma instituição artificial e o homem é o lobo do homem (*homo homini lupus*). Por isso impera entre os homens o egoísmo e a briga. Os indivíduos cedem da sua independência para dar origem à autoridade, mas o fazem de tal forma que não mais recuperam essa independência. Isso leva-o a um absolutismo estatal completo.

FONTES

SCIACCA, o.c., II, pg. 91 ss.

T. HOBBS, *Leviatán*. Fondo de Cultura Económica. México. 1940.

TEXTOS

Os universais

Dentre os nomes, alguns são próprios e peculiares de uma única coisa, como *Pedro, João, este homem, esta árvore*; alguns comuns a diversas coisas, como *homem, cavalo, animal*. Embora cada um deles seja um nome, é nome de diversas coisas particulares; consideradas todas no conjunto constituem o que se chama de *universal*. Não há nada universal no mundo afora

os nomes, pois as coisas por eles designadas são individuais e singulares.

O nome universal aplica-se a várias coisas que se assemelham em determinadas qualidades ou acidentes. Enquanto um nome próprio relembra somente uma coisa, os universais relembam cada uma dessas diversas coisas. (*Leviatã*, Parte I, cap. 4).

O que é a razão

Da mesma maneira que os aritméticos ensinam a somar e subtrair nos *números*, os geômetras ensinam a mesma coisa com relação às *linhas, figuras* (sólidas e de superfície), *ângulos, proporções, tempos, graus de aceleração, força, potência* e outros termos semelhantes; por sua vez, os lógicos ensinam o mesmo com relação às *conseqüências das palavras: somam dois nomes*, um com o outro, para *compor uma afirmação; duas afirmações*, para fazer um *silogismo*, e *vários silogismos*, para fazer uma *demonstração*; e, da *soma* ou *conclusão* de um *silogismo*, subtraem uma proposição para encontrar a outra.

Baseando-nos nisso tudo podemos definir (isto é, determinar) o que é e o que significa a palavra *razão*, ao incluir esta entre as faculdades mentais. Pois *razão*, neste sentido, outra coisa não é senão *cômputo* (isto é, soma e subtração) das conseqüências dos nomes gerais convencionados para a *caracterização e significação* dos nossos pensamentos. (*Ibidem*, Cap. 5, no início).

Da igualdade entre os homens nasce a luta

Desta igualdade (entre os homens) quanto à capacidade deriva-se a igualdade na esperança com relação à consecução dos nossos objetivos. Esta é a causa pela qual, se dois homens desejam a mesma coisa, e de nenhum jeito podem ambos desfrutá-la, tornam-se inimigos, e no caminhar para atingir seu objetivo (que é, principalmente, sua própria conservação e às vezes somente seu prazer) tratar de aniquilar-se ou de subjugar um ao outro. Daí que um agressor só teme o poder singular de um outro homem; se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, cabe-lhe, provavelmente, esperar que outros venham, com as suas forças reunidas, para despossuí-lo e privá-lo, não só do fruto do seu trabalho mas também da vida

e da liberdade. E o invasor, por sua vez, encontra-se no mesmo perigo, com relação a outros. (*Ibidem*, Cap. 13, no início).

A lei fundamental da natureza

A condição do homem (tal como foi explicada no capítulo precedente) é uma condição de guerra de todos contra todos, na qual cada um governa-se pela sua própria razão, nada existindo que não possa fazer, que lhe sirva para proteção de sua vida, contra seus inimigos. Donde se segue que cada homem tem direito a fazer qualquer coisa, inclusive nos corpos dos outros. E assim, enquanto perdure esse direito natural de cada um com relação às demais coisas não há segurança para ninguém (por forte e sábio que seja) de poder sobreviver o tempo que, normalmente, a *Natureza* permite aos homens viverem. Daí o preceito ou regra geral da razão, pela qual: *cada homem deve procurar a paz com esforço, enquanto tiver esperança de conseguí-la; e quando não, deve procurar e usar todos os auxílios e vantagens da guerra.* (*Ibidem*, Cap. 14, no início).

O Estado

O único caminho para conseguir semelhante poder comum, que os possa defender contra as invasões dos estrangeiros e contra as injúrias dos outros, garantindo-lhes que poderão viver com seu próprio esforço e alimentar-se com os frutos da terra e ficarem satisfeitos, é conferir todo seu poder e força a um homem ou a uma assembléia de homens, onde pelos seus votos reduzem suas vontades a uma única vontade.

Isto é algo mais do que um consentimento ou uma concordância; é uma unidade real numa mesma e única pessoa, instituída pelo convênio de cada homem com os demais, assim como se cada um dissesse aos outros: *autorizo e transfiro a este homem ou assembléia de homens meu direito de governar-me a mim mesmo, com a condição de vós fazerdes o mesmo, autorizando seus atos da mesma maneira.* Feito isto, a multidão assim unida numa pessoa denomina-se *Estado*, no latim *Civitas*. Esta é a geração daquele grande *Leviatã*, ou melhor (falando com maior respeito) daquele *deus mortal*, ao qual devemos, sob o *Deus imortal*, nossa paz e nossa defesa. Pois, em virtude da autoridade que lhe foi conferida, possui e usa tamanho poder e força, que pelo terror que inspira é capaz de dobrar as vontades de todos para a paz interna e para a união contra os inimigos do estrangeiro. (*Ibidem*, Cap. 17, no meio).

DESCARTES

(1596-1650)

VIDA E OBRAS

Aos 31 de março de 1596, nasceu René DESCARTES, em La Haya (França), quarto filho de uma família nobre, mas com a qual ele não se entenderá. Daí suas contínuas viagens pelo estrangeiro.

Com oito anos de idade (1604), entra no Colégio de La Flèche, dirigido pelos Jesuítas. René é um aluno modelar. Entretanto as disputas formais escolásticas levá-lo-ão à desconfiança da Filosofia e ao seu ceticismo.

Em 1612 (com 16 anos de idade), deixa o Colégio e se dirige a Poitiers, onde cola grau de bacharel e licenciado com louvor em Direito.

Quatro anos depois (1616), vai a Paris por indicação do seu pai que queria vê-lo abraçar a carreira militar. Entra na milícia sob as ordens do Príncipe Maurício de Nassau. Fica três anos na Holanda. Depois viaja pela Dinamarca, Alemanha, Polônia e coloca-se às ordens de Maximiliano de Baviera. Deixa a milícia em 1621 e continua suas viagens por quase toda a Europa, instalando-se, no fim, em Paris até 1628. Durante esse tempo sua preocupação principal era o estudo da Metafísica e da Filosofia, assim como dar forma escrita às suas reflexões.

Para conseguir melhor seus objetivos deixa Paris e se retira para a Holanda, onde vai ficar até 1649. Nesse período, escreve as *Regras para a Direção do Espírito*. Em 1633, termina seu *Tratado do Mundo*. Em 1637 (com 41 anos de idade), publica vários ensaios de ciência com um prefácio que intitula *Discurso do Método para conduzir bem sua razão e buscar a verdade nas ciências e mais a Dióptrica, os Meteoros e a Geometria que são ensaios desse método.* É sua obra-prima.

Em 1641 (aos 45 anos de idade) publica suas *Meditações da primeira filosofia nas quais se demonstram a existência de Deus e a imortalidade da alma humana*, que foram objeto de polêmica e perseguição. Três anos depois aparece sua obra *Princípios de Filosofia*, onde expõe suas idéias sobre Física e Cosmologia.

Em 1649, publica ainda o *Tratado das Paixões*. No mesmo ano vai para Estocolmo (Suécia) a convite da Rainha Cristina. A morte o acolhe lá, pouco depois, aos 11 de fevereiro de 1650, com 54 anos de idade.

É inegável a influência marcante de DESCARTES na Filosofia posterior. É considerado o pai da racionalismo moderno. Em verdade, da sua obra, o mais transcendente foi o método crítico, cético, racional, que pregou.

Grande matemático, colocou as bases da Geometria Analítica e inventou as coordenadas. Como a Matemática é uma "ciência" sem dúvidas, pretende fazer das outras ciências algo semelhante. É o mesmo mal que ataca diversos filósofos.

Na sua reflexão filosófica parte de uma dúvida universal, embora deixe fora desta dúvida as verdades da fé. Uma coisa se lhe impõe superando a dúvida: "penso, logo existo". É a saída do seu ceticismo. Daí, a alma será identificada com a consciência pensante e o corpo ver-se-á reduzido a pura extensão. É o dualismo cartesiano irreduzível e cujas consequências outros filósofos tirarão.

Como temos idéia de Deus, Ele existe.

Pensamento e extensão serão a síntese de tudo.

FONTES

H. PIRES, o.c., pg. 201 ss.

DESCARTES, *Obra Escolhida*. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1962.

TEXTOS

O Método — Como a multidão das leis fornece frequentemente desculpas para os vícios, de tal forma que um Estado é bem melhor regido quando, não tendo senão poucas leis, elas são estritamente observadas; assim, em lugar dêsse grande número de preceitos de que se compõe a lógica, pareceu-me que teria bastante com os quatro seguintes, contanto que tomasse uma firme e constante resolução de não deixar de observá-los uma única vez.

O primeiro era de jamais aceitar qualquer coisa como verdadeira que não soubesse ser tal com evidência: isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e nada compreender nos meus juízos que se não apresentasse tão clara e distintamente ao meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, dividir cada uma das dificuldades que viesse examinar em tantas parcelas quantas possíveis e que fôssem exigíveis para melhor resolvê-las.

O terceiro, conduzir ordenadamente meus pensamentos começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer,

para subir a pouco e pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais complicados; supondo mesmo uma ordem entre aqueles que naturalmente não se precedem uns aos outros.

E o último, fazer tantas enumerações tão completas e revisões tão gerais, que estivesse certo de nada omitir.

Estas longas cadeias de razões tôdas simples e fáceis, de que os geômetras costumam se servir para chegar às suas mais difíceis demonstrações, tinham sido ocasião para eu imaginar que tôdas as coisas, que podem ser objeto de conhecimento dos homens, sucedem-se da mesma forma e que, cuidando sòmente de nos abster de aceitar como verdadeira alguma que não o seja, e observando sempre a ordem necessária para deduzir uma de outras, nenhuma pode ser tão distante que a ela não se chegue finalmente, nem tão oculta que não se descubra.

E não me foi muito difícil procurar por quais seria necessário começar, pois que já sabia que deveria ser pelas mais simples e fáceis de conhecer; e considerando que todos os que anteriormente tinham procurado a verdade nas ciências, só os matemáticos tinham conseguido encontrar algumas demonstrações, isto é, algumas razões certas e evidentes, não podia duvidar que eu deveria começar pelas mesmas que êles tinham examinado; embora eu não esperasse nenhuma outra utilidade, exceto que elas habituariam meu espírito a se alimentar de verdades e a não se contentar com falsas razões. (*Discurso do Método*, Segunda Parte, no meio).

Após ter-me assim assegurado destas máximas (*) e de tê-las pôsto à parte com as verdades da fé, que têm sido sempre as primeiras na minha crença, julguei que, quanto ao resto das minhas opiniões, podia livremente tentar delas me desfazer. E como esperasse atingir melhor meu objetivo conversando com homens do que ficando mais tempo naquela estufa onde tivera eu todos êstes pensamentos, tornei a viajar quando o inverno ainda não tinha bem acabado. E em todos os nove anos seguintes, não fiz outra coisa do que rolar de cá para lá pelo mundo, procurando ser mais espectador do que ator em tôdas as comédias que nêle se representam; e, refletindo particular-

(*) Refere-se a quatro máximas de conduta moral que estipulou um pouco acima nesta parte do seu *Discurso*. [N. do T.]

mente em cada matéria que podia tornar-se suspeita e ser ocasião de enganarmo-nos, erradicava ao mesmo tempo do meu espírito todos os erros que até então tinham podido se infiltrar nêles. Não que imitasse por isso os céticos, que duvidam só por duvidar, e afetam estar sempre irresolutos, pois todo meu propósito era, bem pelo contrário, tendente a me garantir e a rejeitar a terra movediça e a areia para encontrar a rocha ou a argila. (*Ibidem*, Terceira Parte, quase no fim).

Quarta Parte. Não sei se devo falar-vos das primeiras meditações que fiz, pois elas são tão metafísicas e pouco comuns que é bem possível não sejam do agrado de todo o mundo. Entretanto, a fim de que se possa julgar se os fundamentos que aceitei são tão firmes assim, sinto-me de alguma maneira compelido a falar. De longa data observei que, nos costumes, é necessário às vezes seguir opiniões, que se sabe serem bastante incertas, como se fôsem invariáveis, como já ficou dito acima; como então, porém, eu desejava ocupar-me somente na procura da verdade, pensei que seria necessário fazer eu todo o contrário, rejeitando como absolutamente falso tudo aquilo em que pudesse imaginar a menor dúvida, no intuito de verificar se, após isso, nada restava de qualquer coisa da minha crença, que fôsse inteiramente invariável. Desta forma, por causa de nossos sentidos enganarmo-nos algumas vezes, quis supor que nada havia tal como eles nos faziam imaginar. E como há homens que se enganam ao raciocinar, mesmo tratando das coisas mais simples da Geometria, e cometem nela paralogismos, pensando que eu estava sujeito a me enganar tanto quanto qualquer outro, rejeitei como falsas tôdas as razões que tinha admitido antes como demonstrações. Enfim, considerando que todos aquêles mesmos pensamentos que temos estando acordados, podemos também ter quando estamos dormindo, nenhum dêles sendo então verdadeiro, resolvi fingir que tudo quanto tinha entrado no meu espírito não era mais verdadeiro que as ilusões dos sonhos. Logo a seguir, porém, adverti que enquanto eu queria pensar assim, que tudo era falso, era necessário que eu, que pensava, fôsse alguma coisa. E observando que esta verdade: *penso, logo existo*, era tão firme e segura, que tôdas as mais extravagantes hipóteses dos céticos não eram capazes de a abalar, julguei que a podia aceitar, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia, que eu procurava." (*Ibidem*).

SÉCULO XVII

SPINOZA

(1632-1677)

VIDA E OBRAS

Aos 24 de novembro de 1632, nasceu em Amsterdã (Holanda), Baruch (Bento) SPINOZA, filho de modestos hebreus portugueses imigrados. De acordo com o desejo de seus pais, recebeu educação na Academia Israelita de Amsterdã. Por causa de sua inteligência, destinaram-no a ser rabino e o iniciaram na filosofia hebraica.

Aos 24 anos de idade (1656), porém, foi excomungado pela Sinagoga, em razão de sua independência de atitudes. Também as autoridades protestantes o desterraram como blasfemador contra a Sagrada Escritura. Retira-se, assim, para Leida primeiro e depois para a Haia. Um ano depois sua situação nada tinha para ser invejada: sem pátria, sem saúde, sem família, sem religião. Quem tinha influído grandemente no seu espírito fora o seu mestre Van den Enden, enforcado mais tarde. Com ele aprendera doutrinas e princípios bastante diferentes daqueles que recebera na sua preparação para rabino. Com ele também conheceu DESCARTES cujas idéias lhe servirão como ponto de partida.

Dedicou a vida à meditação filosófica e à preparação de suas obras. Preparava lentes óticas para microscópios e telescópios a fim de atender às suas necessidades materiais.

Recusou a cátedra universitária de Heidelberg para não comprometer sua independência.

Em 1670 (com 38 anos de idade), publicou anonimamente em Hamburgo seu *Tratado Teológico-Político* onde expõe sua filosofia religiosa e política.

A vida de SPINOZA foi curta. Não deixou economias nem mesmo para o funeral. Possuía, porém, uma notável biblioteca. A tuberculose causou-lhe a morte aos 44 anos de idade (1677), em Haia. Sua obra filosófica principal, a *Ética*, foi publicada no ano da sua morte.

PENSAMENTO

Influenciam na sua ideologia: o neoplatonismo, o estoicismo, o escolasticismo e principalmente DESCARTES. Predomina na sua filosofia a problemática moral.

Usa na sua exposição uma terminologia matemática: axiomas, proposições, demonstrações, corolários e escólios. Pretende, assim, seguir um método mais racional e seguro.

Estipula quatro classes de conhecimentos: 1) o testemunho externo; 2) a experiência própria e incerta; 3) a dedução; 4) o reconhecimento no mesmo ser. Esta última é o ideal.

Estabelece definições de conceitos básicos, para depois deduzir o resto. Assim, acontece, que da definição que ele dá de substância, conclui que ela é única etc.; daí o monismo panteísta típico de SPINOZA. Monismo que pretende ser a solução do dualismo cartesiano: pensamento e extensão.

Existe uma relação íntima entre idéias e afetos. Seremos livres dominando com o entendimento os afetos e as idéias inadequadas. Estas são as que nos fazem ver as coisas como contingentes. As idéias adequadas, que são de certo modo as idéias claras e distintas de DESCARTES, nos fazem ver tudo em Deus, ou *sub specie aeternitatis*.

FONTES

DURANT, o.c., pg. 154 ss.

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 143 ss.

SPINOZA, *Ética*. Atena Editôra. São Paulo. 1957.

TEXTOS

ÉTICA. — Primeira Parte. — De Deus. — Definições.

I. Entendo por causa de si mesmo aquilo cuja essência inclui a existência; dito de uma outra maneira: aquilo cuja natureza não se pode conceber a não ser como existente.

II. Chama-se finita no seu gênero a coisa que pode ser limitada por outra da mesma natureza. Por exemplo, chama-se um corpo de finito, quando pode ser concebido um outro maior. De maneira semelhante uma idéia é limitada por outra idéia. Entretanto, um corpo não é limitado por uma idéia, nem uma idéia limitada por um corpo.

III. Entendo por substância aquilo que é em si e concebe-se por si; isto é, aquilo cujo conceito não precisa de um outro conceito para formar-se.

IV. Entendo por atributo aquilo que o entendimento percebe duma substância, como constituindo sua essência.

V. Entendo por modo tudo aquilo que afeta a uma substância; ou de outra maneira: tudo o que existe em outra coisa e por cujo intermédio é também concebida.

VI. Entendo por Deus um ser absolutamente infinito, isto é, uma substância constituída por uma infinidade de atributos dos quais cada um exprime uma essência eterna e infinita.

VII. Chamar-se-á livre aquela coisa que existe por exclusiva necessidade da sua natureza e é determinada a agir por si só; necessária será, ou até forçada, aquela coisa que é determinada por outra para existir e para produzir qualquer efeito numa condição certa e determinada.

VIII. Entendo por eternidade a existência mesma, enquanto se concebe como consequência necessária pelo fato de definir uma coisa eterna. (*Ética*).

Proposição XIV

“Nenhuma substância pode existir ou ser concebida fora de Deus”.

Demonstração

Deus é um ser absolutamente infinito, do qual não se pode negar qualquer atributo, que exprima uma essência de substância (“Definição 6”), e existe necessariamente (“Proposição 11”); por isso, se existisse alguma substância fora de Deus, deveria ser explicada por algum dos atributos de Deus, e então existiriam duas substâncias com o mesmo atributo, o que (“Proposição 5”) é absurdo; por conseguinte, não pode existir fora de Deus qualquer substância, nem sequer pode ser pensada. Pois que se pudesse ser pensada o deveria ser necessariamente como existente: e isto (segundo a primeira parte desta Demonstração) é absurdo. Logo, fora de Deus não pode ser pensada, nem existir qualquer substância. C.Q.D.

Corolário I

Deduz-se, bem claramente, disso: 1º que Deus é único, isto é (“Definição 6”), que há na natureza uma única substân-

cia e a mesma é absolutamente infinita, conforme dissemos já no "Escólio da Proposição 10".

Corolário II

Deduz-se: 2º que a coisa pensante e a coisa extensa são, ou atributos de Deus, ou ("Axioma 1") algo que aos mesmos atributos de Deus afeta. (*Ibidem*).

ÉTICA. — Segunda Parte.

Da natureza e da origem da alma

Vou explicar agora as coisas que devem ter decorrido necessariamente da essência de Deus, ou do Ser eterno e infinito. Não tratarei, entretanto, de tôdas, pois que temos demonstrado (Proposição 16 da 1ª Parte) que deviam seguir-se desta essência uma infinidade de coisas numa infinidade de modos; explicarei sòmente aquilo que nos possa conduzir, como que pela mão, ao conhecimento da alma humana e da sua felicidade suprema.

Definições

I. Entendo por corpo um modo que exprime a essência de Deus, enquanto considera-se como coisa extensa de uma certa e determinada maneira: veja-se o Corolário da Proposição 25, da I Parte.

II. Digo que algo pertence à essência de uma coisa quando é suficiente que exista para que a coisa também exista necessariamente, e é suficiente que seja destruído para que a coisa também o seja necessariamente; ou também, aquilo sem o que a coisa não pode existir nem ser pensada, e que vice-versa não pode existir sem a coisa, nem ser pensado sem ela.

III. Entendo por idéia um conceito da Alma, que a Alma forma por ser uma coisa pensante.

Explicação

Prefiro dizer conceito do que percepção, pois a palavra percepção parece indicar que a Alma é passiva com relação a um objeto, e o conceito, pelo contrário, parece exprimir uma ação da Alma.

IV. Entendo por idéia adequada uma idéia que, considerada em si mesma sem relação ao objeto, tem tôdas as propriedades ou denominações intrínsecas de uma idéia verdadeira.

Proposição I — "O pensamento é um atributo de Deus, ou seja: Deus é uma coisa pensante."

Proposição II — "A extensão é um atributo de Deus, ou seja: Deus é uma coisa extensa." (*Ibidem*).

LOCKE

(1632-1704)

VIDA E OBRAS

Aos 28 de agosto de 1632, nasce John LOCKE, em Wrington, Bristol (Inglaterra), filho de um político. Estuda no Colégio em Westminster, em Londres.

Aos 20 anos (1652), passa para a Universidade de Oxford, bacharelando-se três anos depois (1655). Pretende, primeiro a carreira eclesiástica; depois estuda Medicina; mais tarde Ciências Naturais; e, finalmente, Filosofia. Conhece a obra de DESCARTES, que posteriormente criticará.

Com 33 anos de idade (1665), vai para a Alemanha, como secretário do embaixador da Inglaterra em Berlim. Dois anos depois (1667), conhece, na França, Lorde Ashley, que o encarrega da educação de seu filho.

Em 1670, aos 38 anos de idade, começa a preparar sua obra principal: *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, que publicará vinte anos depois (1690).

Em 1679, volta para Londres a chamado do seu protetor Lorde Ashley. Ao cair este na desgraça da corte, em 1682, leva consigo LOCKE para a Holanda, que também se vê perseguido e punido com extradição, sendo obrigado a ocultar-se.

Em 1689, com a subida ao trono de Guilherme III de Orange, pode sair do seu refúgio e retornar para Inglaterra.

Publica diversas obras de tipo político ou circunstancial.

Em 1693, com 61 anos de idade, escreve *Alguns Pensamentos Sobre a Educação das Crianças*, que o colocam entre os pedagogos notáveis.

Um livro sobre as Sagradas Escrituras, publicado em 1694, merece-lhe a acusação de ateísmo e dá origem a forte polêmica.

Ainda em vida pôde ver suas obras reeditadas e traduzidas.

Aos 28 de outubro de 1704, com 72 anos de idade, morre no castelo de Lorde Masham, em Oates, Essex (Inglaterra).

PENSAMENTO

Segue uma direção empírico-analítica no desenvolvimento das suas idéias. Aliás toda a problemática gira em torno da origem das mesmas idéias.

Combate a teoria inatista cartesiana. As idéias são todas adquiridas pela experiência. Esta experiência é dupla: interna e externa. A externa é o campo das sensações. A interna, o da reflexão. Com a reflexão a mente volta sobre os primeiros materiais adquiridos pela experiência externa.

As idéias sensíveis são primárias (extensão, resistência etc.) ou secundárias (qualidades). Estas últimas não são cópias da realidade, mas modificações subjetivas provocadas pela realidade desconhecida exterior.

As faculdades internas da reflexão são: a percepção, a comparação, a abstração, a recepção, a composição e a nomeação.

Nas idéias simples a alma é puramente passiva, receptora. As idéias complexas são resultado de atividades da alma, e são de três tipos: modos, substâncias e relações.

O conhecimento pode ser intuitivo, demonstrativo e sensitivo. O intuitivo é o mais certo, pois é imediato. O demonstrativo é certo nas verdades matemáticas ou que a elas podem ser reduzidas. O sensitivo só oferece um conhecimento provável.

FONTES

SCIACCA, o.c., II, pg. 93-101.

LOCKE, *Ensaio sobre el entendimiento humano*. Fondo de Cultura Económica. México. 1956.

TEXTOS

A pesquisa sobre o entendimento humano é útil e agradável. Uma vez que o entendimento humano é o que coloca o homem acima dos demais seres sensíveis e confere-lhe todas as vantagens e o poder que tem sobre eles, é com certeza um assunto que, até pela sua dignidade, torna ameno o trabalho de pesquisá-lo. O entendimento, como o olho, enquanto nos permite ver e perceber as demais coisas, não se percebe a si mesmo, e é necessário esforço e habilidade para distanciá-lo e torná-lo objeto de si próprio. Sejam quais forem, porém, as dificuldades que tal pesquisa oferecer; seja o que for que nos mantém a nós mesmo na escuridão; estou convencido de que tudo o que de luz possamos irradiar sobre as nossas próprias mentes, todo contato que possamos estabelecer com o nosso próprio entendimento, não só será bem agradável, como também

acarretar-nos-á grandes vantagens para a direção do nosso pensamento na procura das outras coisas. (*Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, L. I, C. I, § 1).

A maneira como adquirimos qualquer conhecimento basta para provar que não é inato. Alguns homens aceitam a opinião de que há no entendimento certos princípios inatos; certas noções primárias (*κοινὰ ἔννοια*), caracteres como que impressos na mente humana, que a alma recebe logo que existe e traz consigo para o mundo. Bastaria, para convencer um leitor sem preconceitos da falsidade de semelhante hipótese, mostrar simplesmente (como espero fazer nas outras partes que seguem desta obra) de que maneira os homens, só com o emprêgo das suas faculdades naturais, podem atingir todo o conhecimento que possuem sem ajuda de qualquer impressão inata, e de como podem ter certeza sem tais noções ou princípios inatos. Imagino que será fácil concordar na impertinência que seria supor que são inatas as idéias de côr, tratando-se de uma criatura à qual Deus dotou de vista e de poder para receber as côres diretamente dos objetos externos por meio dos olhos. E não seria menos absurdo pretender que certas verdades procedam de impressões da natureza ou de certos caracteres inatos, quando podemos verificar em nós a existência de capacidades adequadas para atingir as mesmas verdades com a mesma facilidade e segurança que se tivessem sido originariamente impressas na nossa mente. (*Ibidem*, L. I, C. II, § 1).

Tôdas as idéias originam-se da sensação ou da reflexão. Suponhamos que a mente seja, como costuma dizer-se, um papel em branco, limpo de qualquer escrita, sem nenhuma idéia; como chega então a tê-las? Donde a mente consegue essa prodigiosa quantidade de idéias que a imaginação humana, na sua ilimitada atividade, cria com uma variedade quase infinita? Donde tira todo êsse material da razão e do conhecimento? A tudo isso respondo com uma palavra só: da *experiência*. Eis o fundamento de todo nosso saber e donde, em última análise, todo êle procede. Nossas observações dos objetos sensíveis externos, ou das atividades internas da nossa mente, que percebemos e sobre as quais nós mesmos refletimos, são as que aprovizionam nosso entendimento de todos os materiais de pensar. Estas são as duas fontes donde dimanam tôdas as idéias que temos ou que podemos naturalmente ter. (*Ibidem*, L. II, C. I, § 2).

As operações da mente com relação a suas outras idéias. A mente, tendo recebido do exterior as idéias de que falamos nos capítulos anteriores, ao dirigir seu olhar para dentro, sobre si mesma, e ao observar suas atividades próprias em relação às idéias que já possui, tira de lá outras idéias, que podem ser objeto da sua contemplação tanto quanto aquelas que recebeu das coisas exteriores.

Temos a idéia de percepção e a idéia de volição pela via da reflexão. (*Ibidem*, L. II, C. IV, § 1 e § 2).

Nosso conhecimento diz respeito às nossas idéias. Pois que a mente, em todos os seus pensamentos e raciocínios, não tem outro objeto imediato a não ser suas próprias idéias, as quais somente ela contempla ou pode contemplar, é evidente que o nosso conhecimento ocupa-se exclusivamente de tais idéias.

O conhecimento é a percepção da concordância ou discrepância de duas idéias. Parece-me, pois, que o conhecimento não é senão a percepção do nexo e concordância ou da discrepância e repulsa entre duas idéias nossas quaisquer. Nisto consiste exclusivamente. Onde há uma tal percepção, há conhecimento; onde não, mesmo que possamos imaginar, vislumbrar ou acreditar, sempre ficaremos aquém do conhecimento. Pois quando conhecemos que o branco não é o negro, que outra coisa percebemos senão que essas duas idéias não estão de acôrdo? Quando estamos convencidos da demonstração de que os três ângulos de um triângulo somam dois retos, que outra coisa percebemos senão que a igualdade de dois ângulos retos convém necessária e inseparável aos três ângulos de um triângulo? (*Ibidem*, L. IV, C. I, § 1 e § 2).

MALEBRANCHE

(1638-1715)

VIDA E OBRAS

Aos 5 de agosto de 1638, nasce Nicolas MALEBRANCHE, em Paris, filho caçula dentre dez irmãos, de uma família tradicional de parlamentares, da burguesia católica. Seu pai chegou a ser secretário do Rei.

De constituição física enfermiga, aleijado, foi objeto de grandes cuidados. Desenvolveu-se, entretanto, psiquicamente forte e inclinado para a solidão.

Com 22 anos (1660), após o curso de Teologia na Sorbone, entrou para a Congregação do Oratório. Inclinado aos estudos históricos e críticos, a leitura casual de DESCARTES revelou-lhe sua vocação filosófica.

Após dez anos de profundo estudo do sistema cartesiano, apresenta sua obra-prima: *A Procura da Verdade*, publicando seu primeiro volume em 1674. Contava, então, 36 anos de idade. Essa obra, além do valor filosófico, possui valor literário e estilístico.

Em 1680, com 42 anos de idade, publica seu *Tratado da Natureza e da Graça*, onde a liberdade humana fica bastante reduzida e manifesta-se seu ocasionalismo.

Três anos depois (1683), publica as *Meditações Cristãs e Metafísicas* e o *Tratado do Mal*.

Em 1687, publica suas *Palestras Sobre a Metafísica e a Religião*.

Em 1692, escreve seu *Tratado Sobre a Comunicação do Movimento*. Em 1697 o *Tratado Sobre o Amor de Deus*. E em 1699, com 61 anos de idade, ingressa na Academia de Ciências de Paris.

Publica, ainda, outros trabalhos, insistindo sempre nas suas idéias filosóficas peculiares, às vezes com caráter polêmico.

Aos 13 de outubro de 1715, contando 77 anos de idade, faleceu na sua cidade natal, Paris.

PENSAMENTO

Inspira-se em Santo AGOSTINHO e DESCARTES, chegando a imaginar uma síntese de ambos.

Sobre a origem das idéias que formamos e temos em relação aos corpos, rejeita as hipóteses de que sejam causadas em nós pelos próprios corpos, ou pela alma ou por Deus. As duas primeiras, pela impossibilidade de passar do corpo para a alma e vice-versa. A terceira, porque tendo as idéias certa infinitude não poderiam estar em nós. Propõe então uma quarta hipótese: nossas idéias são as mesmas que as de Deus. Da mesma maneira que o espaço é o lugar dos corpos, Deus é o lugar dos espíritos. Deus seria "como uma extensão" inteligível e infinita. Solução ontologista.

Na casualidade é ocasionalista extremo. Só Deus pode ser causa de qualquer coisa; pois não só não há interação entre o corpo e a alma (cartesianismo) como entre qualquer ser criado.

FONTES

PADOVANI-CASTAGNOLA, o.c., pg. 247 ss.

MALEBRANCHE, *La Recherche de la Vérité*. Librairie Philosophique J. Vrin. Paris. 1946.

MALEBRANCHE, *Traité de la Nature et de la Grace*. Librairie Philosophique J. Vrin. Paris. 1958.

TEXTOS

Natureza das idéias

Acredito que todo o mundo esteja de acordo que nós não percebemos absolutamente os objetos que estão fora de nós por si mesmos. Vemos o sol, as estrelas e uma infinidade de objetos fora de nós, mas é inverossímil que a alma saia do corpo e, voando por assim dizer, passeia pelo céu para contemplar lá todos esses objetos. Ela não os vê, pois, absolutamente por si mesmos; e o objeto imediato do nosso espírito, quando por exemplo é o Sol, não é o Sol, mas qualquer coisa que está intimamente unida a nossa alma, e a isto é que chamo de "idéia". Assim, por esta palavra, idéia, não entendo outra coisa a não ser aquilo que é o objeto imediato, ou o mais próximo, do espírito quando este percebe qualquer objeto.

É preciso notar que no momento em que o espírito percebe qualquer objeto, é absolutamente necessário que a idéia dêste objeto esteja presente naquele momento ao mesmo espírito. Disto não é possível duvidar. Não é necessário porém que ele

tenha à sua frente qualquer coisa de semelhante à respectiva idéia, pois freqüentemente o espírito apercebe-se de coisas que não existem mais, e mesmo que jamais existiram. Desta forma há no espírito freqüentemente idéias reais de coisas que jamais existiram. Quando um homem, por exemplo, imagina uma montanha de ouro, é absolutamente necessário que a idéia desta montanha esteja realmente presente ao seu espírito. (*A Procura da Verdade*, L. III, 2ª P., Cap. I).

A alma não tem capacidade para produzir idéias

A segunda opinião é a daqueles que acreditam que nossas almas têm a capacidade de produzir as idéias das coisas nas quais êles querem pensar, e que são excitadas a produzi-las por causa da impressão que os objetos provocam no corpo, mesmo que estas impressões não sejam imagens parecidas aos objetos que as causaram. Pretendem que isto acontece porque o homem foi feito à imagem de Deus e participe do seu poder; que da mesma maneira que Deus criou tôdas as coisas do nada e as pode aniquilar e criar outras totalmente novas, assim o homem pode criar e aniquilar as idéias de tôdas as coisas conforme lhe agradar. É preciso ter coragem para desconfiar de tôdas as opiniões que enaltecem o homem; comumente tais pensamentos nascem da vaidade e do orgulho, e o Pai das luzes certamente não lhes deu.

Esta participação no poder de Deus que os homens pretendem ter para representar-se os objetos e para fazer muitas outras ações particulares, é uma participação que parece ter qualquer coisa de independência, como se diz comumente; mas é também uma participação quimérica, que a ignorância dos homens lhes faz imaginar. Êles dependem muito mais do que pensam da bondade e da misericórdia de Deus; não é porém aqui o lugar para explicar isto. Cuidemos sòmente de fazer ver que os homens não têm o poder de formar idéias das coisas que percebem. (*Ibidem*, Cap. III).

Nós vemos tôdas as coisas em Deus

Para entender bem isto é preciso lembrar aquilo que dissemos no capítulo anterior, que é absolutamente necessário que Deus tenha em si mesmo as idéias de todos os seres que criou, já que de outra forma não os poderia ter produzido, e desta maneira, também vê todos os seres considerando as per-

feições que n'Ele se encontram e às quais dizem respeito. É preciso ainda saber que Deus está tão estritamente unido às nossas almas pela sua presença, ao ponto que se pode dizer que Ele é o lugar dos espíritos, da mesma forma que os espaços são, em certo sentido, o lugar dos corpos. Isto suposto, é certo que o espírito pode ver o que está em Deus e o que representa os seres criados, pois lá é mais espiritual, mais inteligível e mais presente ao espírito. Não sòmente isto é mais conforme à razão mas ainda, por um princípio de economia da natureza, Deus não fará nunca por caminhos mais difíceis aquilo que se pode fazer por caminhos mais simples e fáceis; pois Deus não faz nada inútilmente e sem razão. E já que Deus pode fazer ver aos espíritos tôdas as coisas pelo simples fato de querer que vejam aquilo que está no meio dêles mesmos, isto é, aquilo que está nêles mesmo e que diz respeito às coisas e que as representa, não há motivo para que o faça de outra maneira, obrigando-se a produzir infinidade de idéias quanto são os infinitos espíritos criados. (*Ibidem*, Cap. VI).

LEIBNIZ

(1646-1716)

VIDA E OBRAS

No dia 1º do mês de julho de 1646, nasce Gottfried Wilhelm LEIBNIZ, em Leipzig (Alemanha), eslavo de origem. Seu pai era jurista e professor de Moral na Universidade de Leipzig. Lendo livros da biblioteca paterna em latim e grego é que LEIBNIZ inicia sua cultura.

Aos 15 anos de idade (1661), já lê BACON, HOBBS, GALILEU e DESCARTES, mostrando tendência para a Matemática.

Em 1663 (com 17 anos de idade), forma-se em Filosofia na Universidade de Leipzig. Três anos depois vai para Altdorf perto de Nurembergue, onde cola grau de Doutor em Direito; grau que não tinha conseguido em Iena.

Em 1670, com 24 anos de idade, é nomeado conselheiro da Côte Suprema de Mayence. Por causa deste cargo, viaja em missão diplomática a Paris, em 1672, onde tenta convencer Luís XIV a conquistar o Egito e a Turquia.

Aos 30 anos de idade (1676), realiza a genial descoberta que o coloca entre os grandes matemáticos: o cálculo diferencial. Nesta mesma época regressa para Alemanha passando por Londres e Amsterdã.

Em 1695, escreve *O Novo Sistema da Natureza e da Comunicação das Substâncias*, um dos seus notáveis trabalhos filosóficos, entre mais de cem, que desde sua formatura vinha elaborando.

Em 1711, passa a residir em Viena (Austria), favorecido da alta nobreza. Três anos depois (1714), com 68 anos de idade, escreve sua obra-prima de Filosofia *A Monadologia. Principios da Natureza e da Graça*. Nesse ano já estava perdendo os favores da Côte, e a gôta acabará por imobilizá-lo.

Em 1716, aos 14 de novembro, com 70 anos de idade, falece em Hanôver (Alemanha).

PENSAMENTO

Gênio universal e espírito aberto. E, sem dúvida, o otimismo sua mais notável característica. Tentou harmonizar tôdas as

doutrinas filosóficas que conhecia. Não chegou a realizar uma obra teórica de conjunto. Seus escritos são mais esboços do que algo acabado. Vê-se influenciado primeiro pelo escolasticismo, depois pelos racionalistas e os empiristas. Concebeu a ciência geral como uma espécie de matemática universal, onde prima o processo dedutivo e racional.

O ponto alto do seu pensamento filosófico foi, certamente, a "monadologia". Imagina o mundo como um conjunto de unidades últimas da substância que chama de "mônadas". Em cada "mônada" vê como que um reflexo do mundo todo: uma cosmo-síntese. Não há duas "mônadas" iguais. Há uma pluralidade infinita e contínua nos seus graus. A "mônada" é o princípio da atividade, mas de uma atividade imanente. As unidades macroscópicas são compostas de infinitas "mônadas" dirigidas por uma delas.

O seu otimismo manifesta-se plenamente na sua teologia, onde Deus faz sempre aquilo que é o melhor, dentre os possíveis.

FONTES

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 161 ss.

PADOVANI-CASTAGNOLA, o.c., pg. 249 ss.

LEIBNIZ, *Discurso de Metafísica*. Aguilar. Buenos Aires. 1962.

LEIBNIZ, *Principes de la Nature et de la Grace*. Presses Universitaires de France. Paris. 1954.

TEXTOS

(1) *A Mônada*, de que vamos falar aqui, outra coisa não é senão uma substância simples, que constitui as compostas; simples, quer dizer sem partes.

(2) É necessário que haja substâncias simples, uma vez que há compostas; pois que a composta não é senão um amontoado ou *aggregatum* das simples.

(3) Ora, onde não há partes, não há extensão, nem figura, nem divisibilidade possível. Tais Mônadas são os verdadeiros átomos da natureza; numa palavra os elementos das coisas.

(4) Também não é para temer delas qualquer dissolução, nem se pode conceber como possa perecer naturalmente uma substância simples.

(5) Pela mesma razão nada há pelo qual uma substância simples possa começar naturalmente, pois que não pode ser formada por composição.

(6) Pode-se dizer, assim, que as Mônadas não podem começar nem terminar senão de um golpe, isto é, elas só podem começar

por criação e terminar por aniquilação; ao contrário dos compostos que começam e terminam pelas partes.

(7) Não há meio de explicar como uma Mônada possa ser alterada, ou mudada no seu íntimo por qualquer outra criatura; não seria possível transportar nela qualquer coisa, nem conceber nela qualquer movimento interno pelo que possa ser excitada, dirigida, aumentada ou diminuída interiormente; o que acontece nos compostos, onde há trocas entre as partes. As mônadas não tem janelas pelas quais possa entrar ou sair qualquer coisa. Os acidentes não se podem destacar, nem passear fora das substâncias, como faziam em tempos idos as espécies sensíveis dos escolásticos. Assim, nem substância, nem acidente pode entrar em uma Mônada vindo de fora.

(8) É necessário, entretanto, que as Mônadas tenham algumas qualidades; caso contrário não seriam mesmo seres. Se as substâncias simples em nada se diferenciavam pelas suas qualidades, não haveria meio de captar qualquer mudança na coisas; pois o que está no composto só pode lhe advir dos seus ingredientes simples; e as Mônadas não tendo qualidades, não seriam distinguíveis uma de outra, já que tampouco podem se diversificar pela quantidade: e, por conseguinte, suposto o espaço cheio, no movimento cada lugar receberia o equivalente do que tinha antes, e seria impossível distinguir uma situação de outra.

(9) É necessário que cada Mônada seja diferente de qualquer outra. Pois não há na natureza dois seres que sejam perfeitamente iguais e onde não seja possível encontrar alguma diferença interna, ou pelo menos fundamentada em alguma denominação intrínseca.

(18) Pode ser dado o nome de *Enteléquia* a todas as substâncias simples, ou Mônadas criadas, pois elas têm uma certa perfeição (*ἔχονσι τὸ ἐντελές*), uma suficiência (*ἀυταρκεια*) que as torna princípio das suas ações internas e, por assim dizer, autômatos incorpóreos.

(19) Se quisermos chamar de *Alma* tudo aquilo que tem percepções e apetites, no sentido geral que estamos dando, todas as substâncias simples ou Mônadas criadas poderão ser chamadas de Almas; como, porém, o sentimento é algo mais que uma simples percepção, concordo que a denominação geral de Mônadas e Enteléquias é suficiente para as substâncias simples que não possuam aquêle; e que se chamem Almas só às que

possuem uma percepção mais distinta e acompanhada de memória. (*Monadologia*, no início).

I. *Da perfeição divina e que Deus faz tudo da melhor maneira.* O conceito de Deus mais admitido e significativo que temos, fica bem definido nestes termos: Deus é um ser absolutamente perfeito; não costumam, porém, ser suficientemente ponderadas suas conseqüências e para aprofundar nelas é conveniente notar que na Natureza há diversas e bem diferenciadas perfeições, sendo que Deus as possui todas juntas e cada uma no grau mais sublime. É necessário também entender o que seja a perfeição, e algo que a caracteriza com bastante segurança é o seguinte: que as formas ou naturezas incapazes de último grau, não são perfeições; como, por exemplo, a natureza do número ou da figura. Pois o número maior de todos (ou o número de todos os números), assim como a maior de todas as figuras, implica contradição, o que não acontece com a maior ciência e a onipotência absolutamente possíveis. Por conseguinte, o poder e a ciência são perfeições e, enquanto pertencem a Deus, não têm qualquer limite. Donde segue-se que, possuindo Deus a máxima e infinita sabedoria, age da forma mais perfeita, não só no sentido metafísico mas também no moral, e quanto a nós, na medida em que formos mais ilustrados com relação às obras de Deus, mais estaremos inclinados a reconhecê-las excelentes e conformes por inteiro ao que se poderia desejar. (*Discurso de Metafísica*, início).

BERKELEY

(1685-1753)

VIDA E OBRAS

Nasceu George BERKELEY em Dyset (Irlanda), no ano de 1685, de família inglesa.

Aos 15 anos (1700), concluiu brilhantemente seus estudos no Colégio Kilkenny, ingressando então na Universidade do Trinity College de Dublin. Nesta Universidade permaneceu 13 anos, primeiro como discípulo e depois como mestre de Grego, Hebraico e Teologia.

Em 1709, com 24 anos de idade, foi ordenado na igreja anglicana, à qual pertencia. No mesmo ano publica sua primeira obra famosa: *Ensaio Sobre Uma Nova Teoria da Visão*, onde nega valor objetivo aos conhecimentos visuais. Um ano depois (1710) publica a primeira parte do *Tratado Sobre os Princípios do Conhecimento Humano*, obra que ficou inacabada, por ter o Autor perdido o manuscrito da segunda parte.

Em 1713, com 28 anos de idade, deixa Dublin e sua Universidade, passando a morar em Londres, onde logo publica os *Diálogos*. Começa uma vida agitada por polêmicas intelectuais e religiosas, e freqüentes viagens. Em 1721, regressando da Itália pela França, publica o tratado *Do Movimento*. Tinha então 36 anos e é nomeado deão de Derry, cargo que conseguiu após vencer muitas dificuldades. Mesmo assim, dois anos depois solicita a dispensa para poder viajar às Bermudas, onde sonha instalar uma escola missionária.

Em 1728, aos 43 anos de idade, casa-se com Ana Forster e parte para a América. Carecendo do auxílio que lhe fora prometido pelo Governo, volta para Inglaterra abandonando seu projeto missionário. Dessa época são seus sete diálogos intitulados *Alcifrão ou o Pequeno Filósofo*, combatendo os livre-pensadores.

Durante a grave epidemia que grassa na Irlanda em 1740, BERKELEY, então bispo de Cloyne, aplica aos doentes, com êxito, água de alcatrão, remédio americano que conhecera na sua viagem por aquele continente. Quatro anos depois publicou sua última e mais estranha obra: *Síris, corrente de reflexões e pes-*

quisas filosóficas sobre a água de alcatrão, bem como outros assuntos relacionados que nascem uns dos outros. Esta obra teve mais êxito no aspecto médico do que no filosófico.

Em 1750 sua saúde, já abalada, agrava-se devido à morte do seu filho William. Viaja então para Oxford no intuito de ficar perto do seu outro filho George. Lá falece, atacado de paralisia geral, aos 68 anos de idade, no dia 20 de janeiro de 1753.

PENSAMENTO

Inicia seu *Tratado do Conhecimento Humano* (Introdução) atacando a teoria das idéias abstratas, influeciando, possivelmente, pela leitura de LOCKE, sobre cujas obras tece comentários e críticas.

Os dois pólos da sua filosofia são: antiabstracionismo (negação das idéias abstratas) e acosmismo (o ser dos corpos é "ser percebido").

Para ele só têm existência real (contraposta à ideal) os espíritos e as atividades destes. Os corpos, na hipótese de existirem, seriam inúteis.

As idéias existem no ser pensante, mas ele não é a causa total das mesmas; nem tampouco são causadas pelos corpos, que são irrealidades; são causadas por um espírito superior, Deus.

As coisas corpóreas são as idéias que temos delas. Geralmente são coleções de idéias representadas por nomes ou palavras.

O ponto de partida da sua filosofia é a análise empírica das próprias idéias.

FONTES

H. PIRES, o.c., pg. 221 ss.

G. BERKELEY, *Teoria de la visión y Tratado sobre el conocimiento humano*. Espasa-Calpe Argentina. Buenos Aires. 1948.

G. BERKELEY, *Três Diálogos*. Biblioteca Filosófica. Coimbra. 1948.

TEXTOS

Das idéias abstratas

XVIII. Agora consideraremos a "fonte deste conceito tão espalhado", a qual, ao meu entender, não é outra do que a "linguagem". Fica bem manifesta esta verdade, independentemente de outras razões, pela confissão pura e simples do mais esperto patrocinador das idéias abstratas, ao reconhecer que estas são feitas para poder designar as coisas. Donde temos que deduzir

com evidência que se não existissem tais coisas como a língua ou os sinais universais, jamais teria existido a idéia de abstração (Cfr. LOCKE, *Essay on Human Understanding*, livro III, Cap. IV, seq. 39 e noutras partes). Verifiquemos, então, de que maneira as palavras contribuíram para o nascimento desse erro. Em primeiro lugar, acredita-se que qualquer nome tem ou deve ter “uma única” significação exata e rígida, e isto faz que o homem pense que há certas “idéias abstratas, determinadas”, que constituem a verdadeira e única significação imediata de cada nome geral, e de maneira semelhante pensa que é por intermédio dessas idéias abstratas que um nome geral chega a significar alguma coisa particular. Sendo que, realmente, não existe tal significação exata e determinada unida a todo nome geral, antes pelo contrário cada um deles significa um grande número de idéias particulares. Tudo isto segue-se evidentemente do que foi dito, e basta um pouco de reflexão para que todo o mundo perceba isto com clareza. “Objetar-se-á” que qualquer nome já tem uma definição e por isso limita-se a um certo significado. Um “triângulo”, por exemplo, define-se como uma “superfície plana limitada por três linhas retas”, o que equivale a dizer que este nome se limita a significar determinada idéia e não outra. A esta objeção respondo que, na definição nada diz se a superfície é pequena ou grande, preta ou branca, ou se os seus lados são curtos ou longos, iguais ou desiguais, nem qual seja o ângulo de inclinação de uns em relação aos outros; e uma vez que nisso tudo pode existir grande diversidade, não há “nenhuma idéia determinada” que limite o significado da palavra “triângulo”. Uma coisa é manter sempre um nome ligado a uma definição e outra querer que signifique a mesma idéia; o primeiro é necessário, o segundo inútil e inviável. (*Tratado do Conhecimento Humano*, Introdução, XVIII).

Dos princípios do conhecimento humano

I. *Os objetos do conhecimento humano.* — É evidente, para quem fizer um inventário dos objetos do conhecimento humano, que estes são: ou a) idéias impressas com caráter atual nos sentidos, ou b) idéias tais quais são percebidas observando o que faz e recebe a mente, ou, finalmente, c) idéias formadas com o auxílio da memória e imaginação, seja juntando ou separando, seja representando simplesmente aquelas outras adquiridas originariamente pelos caminhos anteriores. Através da visão adquire as idéias da luz e das cores com seus diferentes

graus e variantes. Pelo tato percebo, por exemplo, a dureza ou a moleza, o calor ou o frio, o movimento e a resistência, e tudo isto em maior ou menor grau e quantidade conforme a proporção. O olfato proporciona-me os odores; o gosto, os sabores; e a audição leva para a mente os sons na sua variedade de tons e harmonias. Como muitas de tais idéias acompanham-se mutuamente, chega-se a identificá-las por um nome e, assim, a considerá-las como alguma coisa. Por exemplo: certo cheiro, gosto, cor, figura e consistência, são observados simultaneamente, então tal conjunto é tomado como algo diferente, ao que se dá o nome de “maçã”. Outro conjunto de idéias constitui a pedra, a árvore, o livro, e assim outras coisas sensíveis, as quais, por sua vez, sendo agradáveis ou desagradáveis excitam as paixões do amor, do ódio, do prazer, da dor etc.

II. *Mente, espírito, alma.* — Junto com toda essa infinita variedade de idéias ou objetos do conhecimento, existe algo que as conhece e percebe, e que realiza com elas diversas operações como a de pretender relembrá-las ou imaginá-las. Este ser ativo e percebido é o que chamo de “mente, espírito, alma ou meu eu”. Com tais palavras não significo nenhuma das minhas idéias, mas algo inteiramente diferente “onde elas existem”, ou onde são percebidas, pois a existência de uma idéia consiste em ser percebida.

III. *Até onde se pode concordar com a opinião vulgar.* — É coisa com a qual “todo o mundo concordará” que nossos pensamentos, nossas paixões ou as idéias formadas pela imaginação, não existam “sem” a mente. Para mim ainda há outra coisa não menos evidente e é que, as diversas sensações ou idéias impressas nos sentidos só podem existir numa mente que as perceba, mesmo quando apareçam misturadas entre si, ou sejam quais forem os objetos que as componham. Ao meu ver, quem examinar com atenção o que se quer dizer com o termo “existir” aplicado às coisas sensíveis, chegará a um conhecimento intuitivo disso. Digo que existe a mesa em que escrevo, e isto significa só que a vejo e a sinto; se estivesse fora do meu gabinete, diria que existiria, significando com isto que, se eu estivesse no meu gabinete a perceberia, ou que algum outro espírito a percebe neste momento. Existe algum cheiro é dizer cheirou-se; existe um som, é dizer, ouviu-se; existe uma cor ou figura, é dizer, foi percebida pela vista ou pelo tato. Isto é tudo o que eu posso entender com estas ou semelhantes

expressões. No que diz respeito, efetivamente, à existência absoluta das coisas não pensadas e sem nexo algum com o ser-percebido, para mim é algo absolutamente ininteligível. Seu *esse é percipi*, e não é possível que tenham existência de qualquer forma fora das mentes ou dos seres pensantes que as percebem. (*Ibidem*).

VOLTAIRE

(1694-1778)

VIDA E OBRAS

Aos 21 de novembro de 1694, nasce François Marie Arouet. Dos 24 anos em diante, passou a ser chamado Senhor de VOLTAIRE, nome de um pequeno domínio da sua mãe.

Educou-se no Colégio Louis-le-Grand, dos Jesuítas. O Abade de Châteneausseuf lançou-o no grande mundo. Duas vezes foi enviado à Bastilha: uma por causa de um panfleto contra o Regente que lhe atribuíram, a outra por causa de uma briga com o Senhor de Hohan.

Para conseguir a liberdade, retirou-se à Inglaterra dos 32 aos 35 anos (1726-1729). Este estágio foi decisivo na sua formação. Lá pôde contrastar LOCKE com DESCARTES e NEWTON com LEIBNIZ.

Retornando a Paris, conquista grande fama pelas suas *Cartas Filosóficas*, publicadas em Amsterdã em 1734, e pelas suas obras trágicas teatrais. Por prudência, estabeleceu-se em Cirey-sur-Blaise, onde tentou Física, sem resultado, e Metafísica, de acordo com a moda. No mesmo ano de 1734 publica seu *Tratado de Metafísica*. Tinha então 40 anos de idade.

Em 1738, consegue autorização para publicar os *Elementos da Filosofia de Newton*.

Em 1746, com 52 anos de idade, é admitido pela Academia. Logo depois, porém, sofre um declínio na sua fortuna e resolve colocar-se a serviço de Frederico de Prússia. Sua amizade com o rei durou apenas três anos, durante os quais permaneceu em Berlim. Uma das causas da ruptura foi sua obra *A Diatribe do Doutor Akakia* (1752) contra Maupertius.

Retira-se, então, para sua vila de Fernex (França) onde permanece até quase o fim da vida.

Em 1761, publica *O Filósofo Ignorante*. Além dos já citados e de outros trabalhos filosóficos, escreve diversas obras literárias, nas quais também expõe suas idéias filosóficas.

Resume seu pensamento, agressivo as mais das vezes, na *Enciclopédia do Dicionário Manual*.

Em fevereiro de 1778, com quase 84 anos de idade, retorna a Paris, onde é acolhido triunfalmente, e onde a morte acolhe-o, por sua vez, poucos meses depois.

PENSAMENTO

É indiscutível o gênio literário de VOLTAIRE. De estilo tão brilhante quanto sarcástico. Mais do que construir, demoliu.

O racionalismo de DESCARTES e o otimismo de LEIBNIZ encontram nêle um inimigo declarado. Em contraposição defendeu a filosofia de LOCKE e a ciência de NEWTON.

Nada é poupado pela sua pena feroz. Ridiculariza o antropocentrismo reinante na Ciência e todos os ideais religiosos e os valores morais.

Atrás dessa sua ironia e mordacidade, porém, esconde-se sempre uma preocupação séria e profunda, e um pessimismo desolador.

FONTES

SCIACCA, o.c., II, pg. 160 ss.

VOLTAIRE, *Ouvres* (72 vols.) — Chez Lefèvre, Librairie. Paris. 1831. Clássicos Garnier (Paris) publicou mais recentemente algumas das obras filosóficas de VOLTAIRE.

TEXTOS

A Primeira Questão

Quem és? Donde vens? O que fazes? O que serás? Eis uma pergunta que deve ser feita a todos os seres do universo, à qual porém ninguém responde coisa alguma. Pergunto às plantas que virtude as faz crescer e como é que a mesma terra produz frutos diversos. Êsses seres insensíveis e mudos, ainda que ricos possuidores de uma faculdade divina, deixam-me na minha ignorância e nas minhas conjeturas vãs.

Pergunto a essa multidão de animais que se movem e comunicam o movimento, que gozam das mesmas sensações que eu, que têm certa quantidade de idéias e de memória com tôdas as paixões. Êles sabem ainda menos do que eu, quem são, por que existem, e o que virão a ser.

Suponho, e até posso acreditar, que os planêtas, os inumeráveis sóis que enchem o espaço, são povoados de seres sensíveis e pensantes; uma barreira eterna, porém, nos separa e nenhum dêstes habitantes das outras esferas comunica-se conosco. (*O Filósofo Ignorante*, I, no início).

Como posso pensar?

Os livros escritos após dois mil anos confirmaram-me em alguma coisa? Êles nos suscitam freqüentemente o desejo de saber como pensamos, raramente nos estimulam para saber como assimilamos, como andamos. Tenho perguntado à minha razão; tenho-a questionado sobre o que ela seja: tal assunto sempre vira uma confusão.

Tentei descobrir se as mesmas forças que me fazem assimilar, que me fazem caminhar, são as que me fazem pensar. Jamais consegui entender como e por que as idéias desvanecem-se quando a fome faz languidecer meu corpo e como elas reaparecem quando estou alimentado.

Via uma tão grande diferença entre o pensamento e o alimento sem o qual não conseguiria pensar, que acreditei existir em mim uma substância que raciocinava e uma outra que assimilava. Entretanto, tentando sempre provar-me que somos dois, senti estupidamente que eu sou um só; e esta contradição sempre me tem penalizado. Tenho perguntado a diversos dos meus semelhantes dentre os que cultivam a terra, nossa mãe comum, se êles sentiam que eram dois, se tinham descoberto com a sua filosofia que possuíam uma substância imortal e feita do nada, existente sem extensão, agindo sobre seus nervos sem o tocar, colocada especialmente no seio da sua mãe seis semanas antes do parto: êles pensaram que eu estava a caçar e continuaram a trabalhar seu campo sem me responder. (*Ibid.*, III).

Desespêro profundo

Assim, embaraçados desde o primeiro passo, recolhendo-nos inútilmente em nós mesmos, somos obrigados a nos procurar sempre e a não nos encontrar nunca. Nada tem explicação.

Sabemos bem logo, com a ajuda dos triângulos, que há aproximadamente trinta milhões dos nossos lugares geométricos da Terra ao Sol; mas que coisa é êsse Sol? Por que êle gira sobre seu eixo? E por que gira em um sentido e não em outro? E por que Saturno e nós giramos em torno dêsse astro do ocidente para o oriente e não do oriente para o ocidente? Não só não nos responderão satisfatoriamente a estas questões, como não teremos nunca a possibilidade de imaginar uma causa

física que seja. Por quê? Eis que o nó da dificuldade está já no primeiro princípio de tôdas as coisas.

Não se trata só do que acontece dentro de nós, como também do que acontece nos espaços imensos da natureza. Há no arranjo dos astros, e na formação do carrapato e de um homem um primeiro princípio ao qual nos é interdito todo e qualquer acesso. Pois se nós pudéssemos conhecer nosso primeiro princípio, nós seríamos os mestres, seríamos os deuses. (*Ibid.* XI).

Um só o artista supremo

Grande parte da Humanidade, considerando o mal físico e o mal moral que se estendem sobre a Terra, imagina dois seres poderosos, um produtor de tudo o que é bom e o outro causador de todo o mal. Se existissem seriam necessários; seriam eternos, independentes e ocupariam todo o espaço; existiriam assim os dois no mesmo lugar; penetrar-se-iam mutuamente; isto é absurdo. A idéia de dois poderes inimigos só pode surgir de exemplos terrestres; pois conhecemos homens bondosos e homens maus; animais úteis e animais perniciosos; bons chefes e tiranos. Daí imaginamos também dois poderes contrários que governem a natureza; isto porém não passa de um romance oriental. Há, na natureza tôda, uma unidade de destino manifesta; as leis do movimento e da gravidade são invariáveis; é impossível que dois artistas antagônicos em tudo tenham escolhido as mesmas leis. (*Ibid.* XIII).

SÉCULO XVIII

HUME

(1711-1776)

VIDA E OBRAS

Em 1711, nasceu David HUME, em Edimburgo, na Escócia. Sempre conservou grande amor pela terra natal, enquanto não simpatizava com a Inglaterra. Com apenas três anos de idade, perdeu o pai.

Com 12 anos de idade (1723), entrou na Universidade de Edimburgo. Sua paixão dominante será sempre a literatura.

Aos 22 anos (1733), desentende-se com a família e, entediado, procura um emprêgo numa casa comercial de Brístol. Logo, porém, afastou-se à procura de independência e de condições para continuar seus estudos. Assim, um ano depois (1734) chega a França pela primeira vez, e lá permanece três anos. Período frutífero, pois é então que escreve sua obra filosófica principal, o *Tratado Sobre a Natureza Humana*, publicado em 1739, quando ele já estava de novo na Inglaterra. Este tratado estava dividido em três ensaios, publicados separadamente mais tarde: *Pesquisa Sobre o Intelecto Humano*; *Sobre as Paixões*; e *Pesquisa Sobre o Princípio da Moral*.

Resolveu depois dedicar-se à Historiografia. Trabalhou vários anos (1754-1762) na *História da Inglaterra*, seu trabalho principal nesta área do saber.

Viaja pela Holanda, Áustria e Itália. Em 1763 (com 52 anos de idade) convidado por Lorde Hertford, embaixador na França, acompanha-o a Paris. Conhece, então, a fama e a popularidade. Estabelece amizade com os nomes mais famosos da época: ROUSSEAU, DIDEROT, e outros. Viaja junto com ROUSSEAU para a Inglaterra, mas lá mesmo rompe logo com essa amizade.

Após curto período no Foreign Office, em Londres, retorna a Edimburgo, onde sua casa fica sendo centro da sociedade culta de então. Corrige suas próximas edições e completa seu testamento filosófico, *Diálogos Sobre a Religião Natural*, publicado após sua morte, em 1779.

Em 1776, com 65 anos de idade, sendo então Bibliotecário da Faculdade de Direito, falece na sua cidade natal, Edimburgo.

PENSAMENTO

HUME divide o campo do conhecimento em "impressões" e "idéias". Distinguem-se pelo grau de intensidade com que as percebemos. As "impressões" são tôdas as nossas sensações, afetividades, paixões. As "idéias" são imagens débeis das impressões.

O trabalho da mente é associar as imagens. Faz isto seguindo três normas ou leis: da semelhança, da contigüidade e da causalidade.

A região das idéias é intramental. Lá temos conhecimentos verdadeiros, muito embora não tenham realidade extramental.

A região dos fatos é experimental. A relação das idéias aos fatos dá-se pela causalidade. O nexos causal, entretanto, é experimental e gera o hábito de pensarmos na relação causa-efeito. Relação incerta. Cada fato concreto pode ser o contrário sem implicar contradição. Daí sua posição cética com relação às leis naturais.

Seu sistema empirista segue a linha analítica de LOCKE; de maneira semelhante segue, também, o nominalismo de BERKELEY.

FONTES

A.-L. LEROY, *David Hume*. Presses Universitaires de France. Paris. 1953.

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 231-251.

HUME, *An Enquiry concerning Human Understanding*. P. F. Collier & Son Corporation. Nova Iorque. 1956.

TEXTOS

Seção II — Da origem das idéias.

Aqui já posso dividir tôdas as percepções da mente em duas classes ou espécies, que se distinguem pelo seu diverso grau de força ou intensidade. Ao menos fortes e intensas são chamadas comumente de "pensamentos" ou "idéias". A outra espécie carece de nome na nossa língua e na maior parte das outras. Penso, então, que para fins filosóficos, não sendo isso obrigatório para ninguém, poderei classificá-la sob um termo ou denominação geral. Por isso, enfim, usando uma certa liberdade, resolvi chamá-las de "impressões"; empregando esta palavra num sentido um tanto diferente do usual. Pela palavra "impressão" quero significar tôdas as percepções mais fortes, que temos ao ouvir, ou ver, ou tocar, ou amar, ou odiar, ou desejar,

ou querer. E as impressões distinguem-se das idéias, que são as mais fracas percepções de que temos consciência, quando refletimos sobre qualquer uma das sensações ou movimentos de que temos falado. (*Pesquisa Sobre o Entendimento Humano*).

Seção III — Da associação das idéias.

É evidente que há um princípio de associação entre os diversos pensamentos ou idéias da mente e que, ao apresentar-se à memória ou imaginação, uns trazem os outros com um certo grau de método ou regularidade. Pensando ou discorrendo com seriedade nisto, observamos que, qualquer pensamento particular, que tente quebrar a normal ligação ou elo das idéias, é imediatamente notado e rejeitado. E mesmo nas nossas mais extravagantes errabundas fantasias, ou até mesmo nos nossos sonhos, encontramos, se refletirmos, que a imaginação não corre sempre atrás de aventuras, mas que descansa na associação mantida entre as diversas idéias, que se sucedem umas às outras. Se transcrevêssemos a conversa mais vaga e livre, observaríamos imediatamente que alguma coisa a interliga em cada uma das suas passagens. Mesmo não conseguindo isto, a pessoa poder-nos-ia informar que, quando interrompia a linha do seu discurso, havia no íntimo da sua mente uma associação de pensamentos que a tinha levado gradativamente para longe do assunto inicial da conversa. Nas mais diversas línguas, mesmo naquelas em que não podemos suspeitar a menor relação ou comunicação, é coisa assentada que, as palavras, expressão das idéias, correspondem-se estreitamente entre si: prova certa de que as idéias mais simples, compreendidas nas complexas, estão interligadas por algum princípio universal, que exercia a mesma influência em tôda a Humanidade.

Apesar de ser tão óbvio, que não possa escapar à observação o fato das diversas idéias estarem interligadas, não sei se algum filósofo tentou enumerar ou classificar todos os princípios de associação; assunto, de qualquer modo, que parece digno de curiosidade. Para mim, existem apenas só três princípios de associação entre as idéias, a saber: a "semelhança", a "contigüidade" no tempo e no espaço, e a "causa" ou o "efeito". (*Ibidem*).

Seção IV — Dúvidas céticas relativas à operação do entendimento.

.....

Numa palavra, todo efeito é um acontecimento diferente da sua causa. Não poderia, pois, ser descoberto na causa, e sua primeira invenção ou concepção deve ser inteiramente arbitrária, *a priori*. E, mesmo depois de sugerida, a ligação dêle com a causa, deverá aparecer arbitrária da mesma forma, já que há outros muitos efeitos que se apresentarão para a razão com a mesma consistência e naturalidade. Em vão pretendemos, por conseguinte, determinar algum acontecimento singular, ou inferir alguma causa ou efeito sem o auxílio da observação e da experiência. (*Ibidem*).

.....

Seção V — A solução cética das dúvidas.

.....

O hábito, pois, é o grande guia da vida humana. É êle o único princípio que nos torna útil a experiência, e faz-nos esperar para o futuro uma série de acontecimentos semelhantes aos que tinham aparecido no passado. Sem a influência do hábito, seríamos inteiramente ignorantes de todos os fatos que não estivessem imediatamente presentes na nossa memória ou nos nossos sentidos. Não saberíamos nunca como adaptar os meios aos fins, ou como empregar nossas forças naturais na produção de qualquer efeito. Seria o fim imediato de toda atividade tanto quanto da maior parte das especulações. (*Ibidem*).

ROUSSEAU

(1712-1778)

VIDA E OBRAS

Aos 28 de junho de 1712, nasce Jean-Jacques ROUSSEAU em Genebra (Suíça). Sua mãe faleceu pouco depois do parto. Estimulado por seu pai, pobre relojoeiro, aprendeu muito cedo a ler.

Dos 10 aos 12 anos de idade foi aluno do Pastor Lambercier, em cuja casa recebeu os primeiros corretivos físicos. Foi depois empregado em um armazém onde os maus tratos do proprietário e maus companheiros o desencaminharam. Aos 16 anos (1728), de regresso de um passeio, encontrou as portas da cidade fechadas. Resolveu não entrar e sair pelo mundo à procura de aventuras.

Em Annecy, Mme. de Warens acolheu-o maternalmente e o levou aos Catecúmenos de Turim para convertê-lo ao catolicismo. Tendo acusado uma camareira de um pequeno furto por êle praticado e atendendo mais uma vez ao seu espírito volúvel, pôe-se a vagar pelo mundo à procura de novas emoções.

Em 1732 (com 20 anos) volta, pela segunda vez, para Mme. de Warens que se encontrava em Chambéry, tornando-se seu amante por oito anos, que foram fecundos em estudos de Música e Filosofia. Em 1740 vai para Lyon como preceptor na Casa de Mably, onde esboça a primeira idéia do *Emílio*. Um ano depois retorna para Mme. de Warens, que tem novo amante e está em péssimas condições financeiras. Resolve, então, tentar a sorte em Paris (1741) com um novo sistema de conotação musical que havia inventado. Torna-se amigo de DIDEROT e, a seu pedido, escreve na *Enciclopédia* sobre Música. Uma das suas óperas *O Adivinho da Vila* obtém em 1752 um grande êxito.

Tinha-se ligado a Teresa Lavasseur, uma costureira, com a qual teve cinco filhos que abandonou sucessivamente num asilo, sem maiores escrúpulos. Vive lutando com dificuldades financeiras.

Em 1749, para participar de um concurso da Academia de Dijon, escreve um *Discurso* que o torna famoso. Em 1753, para novo concurso da mesma Academia, escreve o *Discurso Sobre a Origem e Fundamento da Desigualdade Entre os Homens*, que é continuação do anterior e prelúdio de suas duas obras-primas,

publicadas em 1762, *O Contrato Social* e o *Emílio*. Tinha então 50 anos de idade. Logo foi obrigado a abandonar a França acusado de irreligiosidade e subversão, sendo proibida a venda dos seus livros. Vai para Genebra, Berna e Neuchatel, sentindo aumentar seu delírio de perseguição.

Em 1770, volta a Paris, buscando meios de sobrevivência na cópia de músicas, e escreve as *Confissões*, respondendo a certas acusações de VOLTAIRE.

Aos 2 de julho de 1778, com 66 anos de idade, morre no castelo de Ermenonville, onde foi hospedado no seu último mês de vida.

PENSAMENTO

Pode ser considerado, sem qualquer dúvida, o maior pensador de língua francesa do século XVIII.

Prega o retorno à natureza. Ao contrário de HOBBS (para quem o homem natural era o lobo do homem), para ROUSSEAU a civilização é a causa de todos os males que afligem o homem e a Humanidade. Esse retorno à natureza não significa volta a um estado selvagem, mas a uma natureza pura, sem artificios, não deturpada, dentro da própria civilização, cujas vantagens positivas e indispensáveis ao homem não podem ser negadas.

Levado deste pensamento fundamental, aplica-o à educação, nascendo a obra-prima pedagógica que é o *Emílio*. Aplica-o também à vida da sociedade e dos povos e gera outra obra-prima, *O Contrato Social*.

As suas idéias pedagógicas irão produzir efeitos duradouros e transcendentais, combatendo o artificialismo e levando em consideração a natureza do homem nas suas diversas idades.

As idéias sociais despertarão as consciências para um sentido democrático dos direitos.

Ao lado da sua obra (onde também não faltam contradições), sua vida é um paradoxo.

FONTES

SCIACCA, o.c., II, pg. 165 ss.

J. J. ROUSSEAU, *Obras Políticas* (2 volumes). Editora Globo. Porto Alegre. 1958 e 1962.

J. J. ROUSSEAU, *Emílio ou da Educação*. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1968.

J. J. ROUSSEAU, *As Confissões*. Atena Editora. São Paulo. 1959.

J. J. ROUSSEAU, *O Contrato Social*. Editora Cultrix. São Paulo. 1965. Desta edição tiramos as traduções dos textos referentes ao *Contrato Social*.

TEXTOS

I — Assunto deste primeiro livro.

O homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros. De tal modo acredita-se senhor dos outros, que não deixa de ser mais escravo que eles. Como é feita essa mudança? Ignoro-o. Que é que a torna legítima? Creio poder resolver esta questão.

Se eu considerasse tão-somente a força e o efeito que dela deriva, diria: Enquanto um povo é constrangido a obedecer e obedece, faz bem; tão logo ele possa sacudir o jugo e o sacode, faz ainda melhor; porque, recobrando a liberdade graças ao mesmo direito com o qual lha arrebataram, ou este lhe serve de base para retomá-la, ou não se presta em absoluto para subtraí-la. Mas a ordem social é um direito sagrado que serve de alicerce a todos os outros. Esse direito, todavia, não vem da natureza; está, pois, fundamentado sobre convenções. Mas antes de chegar aí, devo estabelecer o que venho de avançar.

II — Das primeiras sociedades.

A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a família. As crianças apenas permanecem ligadas ao pai o tempo necessário que dele necessitam para sua conservação. Assim que cesse tal necessidade, dissolve-se o laço natural. As crianças, eximidas da obediência devida ao pai, o pai isento dos cuidados devidos aos filhos, reentram todos igualmente na independência. Se continuam a permanecer unidos, já não é naturalmente, mas voluntariamente, e a própria família apenas se mantém por convenção.

Esta liberdade comum é uma consequência da natureza do homem. Sua primeira lei consiste em proteger a própria conservação, seus primeiros cuidados os devidos a si mesmo, e tão logo se encontre o homem na idade da razão, sendo o único juiz dos meios apropriados à sua conservação, torna-se por aí seu próprio senhor.

É a família, portanto, o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo a imagem dos filhos, e havendo nascido todos livres e iguais, não alienam a liberdade a não ser em troca da sua utilidade. Toda a diferença consiste em que, na família, o amor do pai pelos filhos o

compensa dos cuidados que êstes lhe dão, ao passo que no Estado, o prazer de comandar substitui o amor que o chefe não sente por seu povos. (*O Contrato Social*, Livro I)

VI — *Do pacto social.*

Eu imagino os homens chegados ao ponto em que obstáculos, prejudiciais à sua conservação no estado natural, os arrastam, por sua resistência, sôbre as fôrças que podem ser empregadas por cada indivíduo a fim de se manter em tal estado. Então êsse estado primitivo não mais tem condições de subsistir, e o gênero humano pereceria se não mudasse sua maneira de ser.

Ora, como é impossível aos homens engendrar novas fôrças, mas apenas unir e dirigir as existentes, não lhes resta outro meio, para se conservarem, senão formando, por agregação, uma soma de fôrças que possa arrastá-los sôbre a resistência, pô-los em movimento por um único móbil e fazê-los agir de comum acôrdo.

Essa soma de fôrças só pode nascer do concurso de diversos; contudo, sendo a fôrça e a liberdade de cada homem os primeiros instrumentos de sua conservação, como as empregará êle, sem se prejudicar, sem negligenciar os cuidados que se deve? Esta dificuldade, reconduzida ao meu assunto, pode ser enunciada nos seguintes têrmos:

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de tôda a fôrça comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se ao todo, não obedeça portanto senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente.” Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social.

As cláusulas dêste contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato, que a menor modificação as tornaria vãs e de nenhum efeito; de sorte que, conquanto jamais tenham sido formalmente enunciadas, são as mesmas em tôdas as partes, em tôdas as partes tácitamente admitidas e reconhecidas, até que, violado o pacto social, reentra cada qual em seus primeiros direitos e retoma a liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual êle aqui renunciou.

Tôdas essas cláusulas, bem entendido, se reduzem a uma única, a saber, a alienação total de cada associado, com todos

os seus direitos, em favor de tôda a comunidade; porque, primeiramente, cada qual se entregando por completo e sendo a condição igual para todos, a ninguém interessa torná-la onerosa para os outros. (*Ibidem*).

O homem é naturalmente bom

Por grande que seja o número de malfeitores sôbre a Terra, são poucos os espíritos raquíticos que sejam insensíveis, fora do seu interesse, para tudo o que é justo e bom. A iniquidade só agrada enquanto aproveita; em tudo o mais deseja-se que o inocente seja protegido. Se vemos numa rua ou numa estrada qualquer ato de violência ou injustiça, imediatamente surge do fundo do nosso coração um movimento de cólera e indignação, que nos impele a tomar a defesa do oprimido. Um dever mais forte, entretanto, segura-nos e as leis nos tiram o direito de proteger o inocente. Pelo contrário se qualquer ato de clemência ou generosidade fere nossas vistas, quanta admiração e quanto amor nos inspira! Quem é que não diz: gostaria de ter feito o mesmo? Interessa-nos certamente muito pouco que um homem tenha sido malfeitor ou justo faz dois mil anos, e no entanto interessa-nos o que aconteceu na história antiga como se estivesse acontecendo nos nossos dias. Que tenho eu com os crimes de Catilina? Tenho mêdo de ser sua vítima? Por que então tenho o mesmo horror que se fôsse meu contemporâneo? Não odiamos os malfeitores porque êles nos prejudicam, mas porque são malfeitores. Não queremos sômente ser felizes, queremos também a felicidade dos outros, e quando esta felicidade nada custa à nossa, aumenta-a.

Olhai para tôdas as nações do mundo, percorrei tôdas suas histórias; no meio de tantos cultos desumanos e estranhos, no meio desta prodigiosa diversidade de costumes e caracteres, encontrareis por tôda parte as mesmas idéias de justiça e honestidade, por tôda parte os mesmos princípios de moral, por tôda parte as mesmas noções do bem e do mal.

As mais desprezíveis divindades foram servidas pelos maiores homens. A santa voz da natureza, mais forte que a

daqueles deuses, fazia-se respeitar sobre a Terra, e parecia relegar ao céu o crime com os culpados.

Há pois no fundo das almas um princípio inato de justiça e de virtude, com o qual, apesar das nossas próprias normas, julgamos nossas ações e as dos outros como boas ou más, e é a este princípio que dou o nome de consciência. (*Emílio*, Livro IV, "Profissão de fé de um vigário saboiano", no meio).

KANT

(1724-1804)

VIDA E OBRAS

Aos 22 de abril de 1724, nasce Immanuel KANT, em Königsberg (Alemanha), onde viverá e morrerá. Recebe no lar educação pietista. Temperamento metódico, mais tarde suas atividades em horários certos terão para seus conhecidos o valor de um relógio.

Dos nove aos dezesseis anos, estuda no Colégio, entrando a seguir na Universidade (1740). Ainda estudante universitário publica um tratado: *Pensamento Sobre a Verdadeira Estima das Forças Vitais* (1746). Logo começa sua atividade docente: durante nove anos será preceptor na Casa do Conde Heyserling.

Aos 30 anos de idade (1754), escreve o trabalho *Se a Terra girando em torno do eixo sofreu algumas mudanças desde a origem*, premiado pela Academia de Berlim. Um ano depois doutora-se com a tese *De igne*. Já professor universitário escreve a *História Natural e Teoria do Céu, Das Causas dos Terremotos e Novas Anotações Para Explicar a Teoria dos Ventos*.

Tenta a cátedra até 1758, mas a Guerra dos Sete Anos o impede. Em 1763, sendo Sub-Bibliotecário, escreve *A Única Razão Possível Para Demonstrar a Existência de Deus* e um ano depois *Observações Sobre o Sentimento do Belo e do Sublime e Exame Sobre a Clareza dos Princípios da Teologia Natural e da Moral*. Finalmente, em 1770 (com 46 anos de idade), conquista a Cátedra de Filosofia da Universidade de Königsberg, com a dissertação *De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*.

De 1776 a 1778 (52 a 54 anos de idade), é Reitor Magnífico.

Aos 56 anos de idade (1780), escreve a obra que o tornará célebre *Crítica da Razão Pura*. Três anos depois, *Prolegômena a Toda Metafísica que Puder Apresentar-se Como Ciência*. Em 1785 escreve *Fundamentos da Metafísica dos Costumes* e em 1788 a *Crítica da Razão Prática*.

Até 1790 (66 anos de idade), foi catedrático brilhante. Durante 40 anos lecionou Matemática, Física, Lógica, Metafísica, Ética, Teodicéia, Direito Natural, Geografia Física e Antropologia.

Aos 72 anos de idade (1796), abandona a cátedra. Dois anos depois escreve ainda *A Luta das Faculdades*, sobre problemas da Universidade.

Aos 12 de fevereiro de 1804, com oitenta anos de idade, falece em Königsberg, onde sempre tinha vivido.

PENSAMENTO

O criticismo de KANT (fundador do idealismo moderno) tem, sem dúvida, como principal objetivo histórico retificar o empirismo cético de HUME. A Ciência não é tirada totalmente da experiência, mas também de princípios próprios. O máximo da Ciência está exatamente no *a priori*, que não é experimental e por isso é universal e necessário. A expressão correta da Ciência está nos "juízos sintéticos *a priori*".

A metafísica tradicional fracassou (segundo KANT) por ter colocado seu objetivo além da razão.

Torna-se necessária a criação de uma nova ciência que esclareça as possibilidades da nossa razão. Essa ciência seria a Crítica Transcendental.

A Matemática é a ciência por excelência. Esta conclusão de KANT lembra-nos bastante a de outros pensadores como DESCARTES, LEIBNIZ, para os quais o matematicismo seria a solução dos erros das outras ciências...

Indiscutivelmente, a influência de KANT nos filósofos que o seguiram é válida ainda nos nossos dias, embora um pouco apagada.

FONTES

E. H. DREHER, *A Impossibilidade da Metafísica na Crítica da Razão Pura*. Edições Paulinas. Curitiba. 1960.

H. PIRES, o.c., pg. 239 ss.

KANT, *Crítica da Razão Pura*. Edições e Publicações Brasil. São Paulo. 1958. (*)

KANT, *Crítica da Razão Prática*. Edições e Publicações Brasil. São Paulo. 1959.

KANT, *Polegômenos a Tôda Metafísica Futura*. Comp. Ed. Nacional. São Paulo. 1959.

(*) Tradução incompleta, faltando partes importantes da obra, embora o tradutor omita este esclarecimento.

TEXTOS

II. *Possuímos certos conhecimentos a priori e o próprio bom senso não pode deles prescindir.*

É necessário agora um critério que permita distinguir com segurança um conhecimento puro de um conhecimento empírico. Mostra-nos bem a experiência que uma coisa é desta ou daquela maneira, nada porém nos diz sobre a possibilidade de ser diferente. Em primeiro lugar pois, se encontramos uma proposição onde o pensamento implica na "necessidade", temos um juízo *a priori*; se, por outro lado, tal proposição não é derivada de qualquer outra que tenha valor, por sua vez, de proposição necessária, então ela é absolutamente *a priori*. Em segundo lugar, a experiência nunca dá aos seus juízos uma verdadeira e estrita "universalidade", mas somente uma "universalidade" suposta e relativa (por indução), que não tem outro sentido senão este: nossas observações, por mais numerosas que elas sejam até agora jamais encontraram uma exceção a tal ou qual regra. Por conseguinte, um juízo pensado com estrita universalidade, não deriva absolutamente da experiência, é porém válido de forma absoluta *a priori*. A universalidade empírica é só uma supervalorização arbitrária da mesma; faz-se, de uma regra válida na maior parte dos casos, uma lei que se aplica a todos, como, por exemplo, na proposição: Todos os corpos são pesados. Quando, pelo contrário, um juízo possui essencialmente uma universalidade estrita, reconhece-se que ela provém de uma fonte peculiar do conhecimento, de um poder de conhecer *a priori*. Necessidade e universalidade são, pois, os sinais certos de um conhecimento *a priori* e estão indissolúvelmente unidos um ao outro. Como, entretanto, na aplicação destes, é às vezes mais fácil mostrar a limitação empírica do que a contingência dos juízos, e às vezes também faz-se ver de maneira mais convincente em um juízo a universalidade ilimitada que lhe atribuímos do que a sua necessidade, convém empregar separadamente êsses dois sinais pois cada um por si é infalível.

Ora, juízos desta espécie, necessários e universais no sentido estrito e, por conseguinte, puros, *a priori*, encontram-se realmente no conhecimento humano e é fácil demonstrar isto. Se quisermos um exemplo tomado das ciências, basta um passar de olhos em tôdas as proposições da Matemática; se quisermos tomar um exemplo dos mais comuns do conhecimento, pode-se

citar a proposição: Toda mudança deve ter uma causa. Temos ainda, neste último exemplo, que a noção de causa contém claramente o conceito de ligação necessária com o efeito e por isso a estrita universalidade da lei, muito embora tal conceito de causa careceria totalmente de valor, se tivéssemos de derivá-lo, como faz HUME, de uma associação freqüente do que segue com o que precede e de um hábito (de uma necessidade, por conseguinte, simplesmente subjetiva) de ligar certas representações. (*Crítica da Razão Pura*, Introdução).

IV. Diferença entre os juízos analíticos e os juízos sintéticos.

Em todos os juízos onde é relacionado um sujeito a um predicado (considero só os juízos afirmativos; pois o que direi destes será fácil de aplicar aos juízos negativos), esta relação é possível de duas formas: Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo contido (implicitamente) neste conceito A, ou B é completamente estranho ao conceito A, mesmo que, na verdade, esteja ligado a ele. No primeiro caso, chamo o juízo de "analítico", no segundo de "sintético". Desta maneira os juízos (afirmativos) são analíticos quando a ligação do predicado ao sujeito é concebida por identidade; e devem ser chamados juízos sintéticos aqueles em que esta ligação é concebida sem identidade. (*Ibidem*).

V. 1) Os juízos matemáticos são todos sintéticos.

Esta proposição parece ter escapado até aqui às observações dos analistas da razão humana e parece mesmo contrário às suas suposições, muito embora seja incontestavelmente certa e de conseqüências muito importantes.

É preciso advertir ainda que as proposições verdadeiramente matemáticas são sempre juízos *a priori* e não empíricos, pois eles implicam na necessidade que não se pode concluir da experiência. (*Ibidem*)

VI. Problema geral da Razão Pura.

Adiantamos bastante ao poder reduzir uma infinidade de questões sob a formulação de um único problema: pois isto não

só facilita o próprio trabalho, determinando-o com precisão, como também o faz mais cômodo para todos os que o quiserem examinar, para julgar se atingimos ou não suficientemente nosso objetivo. O verdadeiro problema, pois, da razão pura está contido nesta pergunta: Como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*? (*Ibidem*).

Lei fundamental da razão prática.

Age de tal forma que a máxima de tua vontade possa sempre valer como princípio de lei universal. (*Crítica da Razão Prática*, I P., L. I, § 7).

FICHTE

(1762-1814)

VIDA E OBRAS

Aos 19 de maio de 1762, nasce Johannes Theophil FICHTE, em Biscofswerda, na Lusácia (Alemanha), filho de um tecelão de origem sueca.

Protegido por um nobre, deixa o trabalho manual pelos estudos. Em 1780 (com 18 anos de idade), ingressa na universidade de Iena, para cursar Teologia. Estuda depois Filosofia e Literatura na Universidade de Leipzig. Faz amizade com SPINOZA. Com a morte de seu protetor, a miséria bate de novo à sua porta.

Em 1788 (com 26 anos de idade), leciona particularmente em Munique. Faz amizade com PESTALOZZI e conhece aquela que seria mais tarde sua esposa. Procura emprego em Stuttgart, Weimar e Leipzig. Vai a Königsberg para conhecer KANT, cujas obras tinha estudado. Apesar de friamente recebido, oferece-lhe um *Ensaio de Uma Crítica de Toda Manifestação*, que desperta o interesse do grande filósofo. Publicado anonimamente é atribuído ao próprio KANT, mas este declara que se trata de uma obra de FICHTE, já então seu amigo.

Em 1793, casa-se em Zurique. Tinha então 31 anos de idade. Um ano depois (1794) é catedrático de Filosofia na Universidade de Iena; publica então sua obra-prima, *Doutrina da Ciência*, da qual elaborou pelo menos quatro redações, sem ter escrito nunca a definitiva.

Em 1797, publica a *Primeira e Segunda Introdução à Doutrina da Ciência*. Um ano depois (1798) o *Sistema Moral*.

Em 1798 (com 36 anos de idade), é acusado de ateísmo, como cinco anos antes o tinha sido de demagogia e jacobinismo. É obrigado a abandonar sua cátedra. Expulso de Weimar, refugia-se em Berlim, continuando lá a publicar seus trabalhos. O *Estado Mercantil Fechado* e *A Missão do Homem* aparecem em 1800.

Em 1805, é professor na universidade de Erlangen e depois em Königsberg. Dois anos depois (1807), retorna a Berlim, após ter fugido dos soldados napoleônicos, e lá é encarregado

de reorganizar o ensino. Seu plano encontra opositores em HUMBOLDT e SCHLEIERMACHER.

Em 1810, é professor na universidade de Berlim e no ano seguinte (1811), é nomeado Reitor da mesma universidade. Tinha então 49 anos de idade.

Em 1814, sua mulher, atendendo soldados doentes, contrai uma enfermidade letal e contagia seu marido. Assim, aos 28 de janeiro desse ano, morre FICHTE, com apenas 53 anos de idade.

PENSAMENTO

Segue a linha idealista de KANT, mas criticando seu dualismo: pensamento-coisa. Tudo, até a matéria, depende do sujeito pensante, que não é um eu individual, mas um eu universal e absoluto; explicação de tudo.

Estabelece três princípios ou momentos da lei dialético-metafísica, que correspondem à tese, antítese e síntese.

O primeiro princípio é o da identidade do "eu" com ele mesmo. É identidade lógica e atitude prática. É o "eu" individual.

No segundo princípio o "não eu", que é todo o objeto material do conhecimento. Não se identificam o "eu" e o "não eu", mas relacionam-se estreitamente, pois o "não eu" (coisa conhecida) esclarece o "eu".

Daí o terceiro princípio, de síntese, do "eu" com o "não eu". É uma unidade transcendental que constitui o "eu absoluto".

Com essa teoria dialética tenta uma explicação para a ciência. Na realidade é uma análise reflexa sobre os próprios conceitos e com uma terminologia estranha.

No campo ético o "não eu" é o material sobre o qual o "eu" exercita sua atividade moral, ou cumpre seu dever. O aspecto ético caracteriza o idealismo fichteano.

FONTES

SCIACCA, o.c., III, pg. 20 e ss.

FICHTE, *Dottrina della scienza*. Gius. Laterza & Figli. Bari.

FICHTE, *La destination de l'homme*. Aubier. Paris. 1942.

TEXTOS

O problema da Filosofia

Dirigi vossa atenção sobre vós mesmos; afastai vosso olhar de tudo quanto nos rodeia e voltai-o para o vosso interior; eis a primeira exigência que a Filosofia impõe aos seus aprendizes. Nunca falar daquilo que está fora de vós, mas somente de vós mesmos.

Desta maneira a introspecção mais ligeira permitirá a cada um captar uma diferença fundamental na diversidade das determinações imediatas da consciência, aquilo que podemos chamar também de nossas representações. Umam parecem-nos como que inteiramente subordinadas à nossa liberdade, sendo-nos impossível acreditar que a elas corresponda qualquer coisa de fora de nós, independente de nós. Nossa imaginação, nossa vontade apresentasse-nos como livre. Quanto ao resto, referimo-lo a uma verdade a ser estabelecida, independente de nós, como a um modelo; e sob a condição de tudo concordar com tal verdade, submetemo-nos à determinação de tal representação. No conhecimento não nos consideramos livres no que diz respeito ao seu conteúdo. Resumindo, podemos dizer que nossas primeiras representações nascem do sentimento da liberdade, as segundas do sentimento da necessidade.

Racionalmente não podemos perguntar por que as representações que dependem da nossa liberdade são determinadas de tal forma e não de outra; pois pressupondo que elas dependem da liberdade, afastam-se do princípio comum aos conceitos; são tais porque assim as fiz, e poderia tê-las feito de outra forma se tivesse querido.

Eis um problema que deve ser bem pensado: qual é o fundamento das representações derivadas do sentimento de necessidade, e o que é o próprio sentimento de necessidade? Responder a esta questão é o problema da Filosofia; e não há, no meu entender, outra ciência que possa resolver este problema a não ser a Filosofia. O sistema de representações nascidas do sentimento de necessidade é o que se chama de *experiência* tanto interna como externa. A filosofia deve, pois, indicar — para usar outra expressão — o fundamento de toda experiência. (*Primeira Introdução à Teoria da Ciência*, 1797, § 1).

A consciência do "eu"

Tenho profunda consciência de mim mesmo como de um ser independente em si e livre nas diversas circunstâncias da minha vida; esta consciência, porém, é perfeitamente explicável partindo dos princípios que estabeleci e está inteiramente de acôrdo com as conseqüências que constantemente tenho tirado de tais princípios. Minha consciência imediata, a percepção propriamente dita, não ultrapassa meu eu nem minhas determinações; sòmente eu sou o objeto imediato da minha consciência;

aquilo que sou, de acôrdo com o conhecer de fora, só o sei por *dedução*, — assim como constantemente concluo pela existência de forças naturais primitivas, que não pertencem, sob qualquer título, ao campo das minhas percepções. Mas eu, aquilo que chamo de meu eu, minha pessoa, não sou a força natural produtora dos homens, mas simplesmente uma das suas manifestações, e é sòmente desta manifestação que tenho consciência como do meu próprio eu, e não daquela força da qual se segue a necessidade de explicar meu eu. (*O Destino do Homem, A Dúvida*, no meio).

HEGEL

(1770-1831)

VIDA E OBRAS

Aos 27 de agosto de 1770, nasce Georg Wilhelm Friedrich HEGEL em Stuttgart (Alemanha). Filho de funcionário público, aprende com sua mãe as primeiras noções de latim.

Aos 18 anos (1788), estuda Teologia no seminário protestante de Tübingen. Lá tem como colega SCHELLING e ambos estudam com afinco KANT e FICHTE. Doutora-se em Filosofia.

Aos 24 anos (1794), vai para Berna ganhar a vida como preceptor. Três anos depois (1797), resolveu-se pela carreira do magistério em Francfort.

Em 1801, com 31 anos de idade, estabelece-se em Iena, onde reencontra SCHELLING como catedrático de Filosofia. Apresenta a tese *De orbitis planetarum* (Sobre as Órbitas dos Planetas) e escreve outras obras filosóficas, entre as quais um estudo *Sobre as Diferenças dos Sistemas Filosóficos de Fichte e Schelling*.

Em 1802, inicia com SCHELLING a publicação do *Jornal de Crítica Filosófica*.

Em 1805, o Governo ofereceu-lhe a vaga deixada por SCHELLING, em caráter de extranumerário. Sem a influência deste, forma seu próprio sistema e publica, em 1807, uma de suas obras principais: *A Fenomenologia do Espírito*.

Dos 38 aos 46 anos (1808-1816), ocupa o cargo de Diretor do Seminário de Nurembergue. Neste período prepara a *Ciência Filosófica*.

Em 1816, é professor na universidade de Heidelberg. Em 1817, publica a obra que resume toda a sua doutrina filosófica: *Enciclopédia das Ciências Filosóficas, em Compêndio*.

Em 1818, o Governo oferece-lhe uma cátedra na universidade de Berlim, porém, pouco depois, aos 14 de novembro, sucumbe à cólera, verdadeira epidemia na época. Tinha 61 anos de idade.

PENSAMENTO

Como para FICHTE o "eu" e para SCHELLING o "absoluto", para HEGEL a "idéia", a "razão absoluta", é o ponto de partida donde tudo deverá seguir-se.

Todo o real é racional e vice-versa. O real inclui-se dentro do ideal; é uma manifestação do ideal.

A natureza não se opõe à idéia, mas sai da idéia. Desaparecem os extremos para deixar lugar à continuidade natureza-idéia.

No desenvolvimento da realidade e da Ciência segue o esquema de FICHTE: tese, antítese e síntese. O primeiro passo é o da idéia absoluta ou "razão"; o segundo é um sair de si da idéia, que é a natureza; neste passo há como que uma degradação; o terceiro é uma regeneração, a recuperação da idéia no "espírito".

Segundo isto, também a Ciência dividir-se-á em: 1º) Lógica (identificada como Metafísica); 2º) Filosofia da Natureza; 3º) Filosofia do espírito.

O esquema dos três ciclos aplica-se a tudo. Assim, no espírito, temos o espírito subjetivo, o objetivo, projeção do primeiro no mundo, e o espírito absoluto que é contemplação do seu agir e viver.

Na evolução histórica humana vale também o mesmo esquema.

A conclusão geral do seu sistema é que a realidade é a realização da idéia.

Exerceu enorme influência nos filósofos posteriores.

FONTES

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 399 ss.

HEGEL, *Enciclopedia de la Ciencia Filosófica*. Ediciones Libertad, Buenos Aires. 1944.

HEGEL, *Ciência de la Lógica* (2 vols.). Librería Hachette. Buenos Aires. 1956.

TEXTOS

Divisão da Ciência

Assim como não se pode dar uma imagem geral preliminar da Filosofia, pois o todo da Ciência resulta da exposição do desenvolvimento sucessivo da idéia, assim também sua divisão deve ser resultado do mesmo desenvolvimento. A divisão é, por conseguinte, neste caso, uma antecipação.

Manifesta-se a idéia, em primeiro lugar, como pensamento idêntico a si mesmo e, ao mesmo tempo como atividade que se opõe-se a si mesma, com o objetivo de ser para si e, ainda que se opondo a si mesma, não sai de si mesma. Donde a ciência deve ser dividida em três partes:

1ª. Lógica ou ciência da idéia em si e para si.

2ª. Filosofia da natureza ou ciência de idéia em sua existência exterior a si mesma.

3ª. Filosofia do espírito ou ciência da idéia que, após sua exteriorização, volta a recolher-se em si mesma.

Desta forma as diversas ciências filosóficas são outras tantas determinações da idéia, sendo esta a que se desenvolve decompondo-se nos seus elementos. Na natureza, como no espírito, o que encontramos é a idéia; na natureza porém reveste-se da forma de uma existência exterior, enquanto no espírito é a idéia que existe em si e para si.

Cada uma destas determinações, nas quais manifesta-se a idéia, são outros tantos momentos que ela percorre sem se deter; por conseguinte, uma ciência particular consiste tanto no conhecimento do seu conteúdo, como objeto que é, quanto no conhecimento imediato nêle da sua passagem para uma esfera superior.

Representar as coisas numa divisão tem o inconveniente de pôr as partes da ciência umas ao lado das outras, como algo rígido, e como se entre elas não houvesse qualquer nexo íntimo, separadas que ficam por uma diferença substancial qual é a diferença específica. (*Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, Introdução, § 18).

A idéia absoluta

A *idéia absoluta*, tal como resultou, é a identidade da idéia teórica e da prática, cada uma das quais, embora unilateral, contém a idéia mesma, somente que nelas está como em algo longínquo a ser procurado e como um objetivo jamais atingido. Por isso, cada uma é uma *síntese de esforço*, que, ao mesmo tempo, possui e *não possui* a idéia em si, e que transpõe de um pensamento a outro sem unir ambos, mas permanece na contradição dos mesmos. A idéia absoluta, como conceito racional que na sua realidade coincide só consigo mesmo, constitui, de um lado, a causa desta sua imediação da sua identidade objetiva, o retorno à *vida*; havendo eliminado porém igualmente esta forma da sua imediação e tendo em si a maior oposição. O conceito não é somente *alma*, mas também livre conceito subjetivo, existente por si e que, por conseguinte, tem a *personalidade* — é conceito objetivo prático, determinado em si e

por si, que, como pessoa, é subjetividade impenetrável, indivisível (atômica) — não é entretanto individualidade exclusiva e sim *universalidade* e *conhecimento* por si, e tem no seu outro *sua própria* objetividade como objeto. Tudo o mais é erro, turvamento, opinião, esforço, arbítrio e caducidade; somente a idéia absoluta é *ser, vida* imorredoura, *verdade que se conhece a si mesma, e toda a verdade*.

A idéia absoluta é o único objeto e conteúdo da Filosofia. Pois contém em si *toda determinação* e a sua essência consiste em retornar a si através da sua autodeterminação ou particularização, contendo diversas configurações, e a tarefa da Filosofia é reconhecê-la nestas. (*A Ciência da Lógica*. Livro III, Cap. III, no início).

A dialética

A *dialética* é uma daquelas velhas ciências, que foram negligenciadas demais pela Metafísica dos modernos, e muito mais ainda, é claro, pela filosofia popular, tanto dos antigos como dos modernos. Diógenes Laércio diz de *Platão* que, assim como Tales foi o pai da filosofia natural e Sócrates o pai da filosofia moral, êle foi o pai da terceira ciência filosófica, isto é, da *dialética*, merecimento que na antiguidade foi-lhe atribuído como o mais alto, mas que amiúde ficou totalmente esquecido por aqueles que mais citam Platão. Frequentemente foi considerada a dialética como uma *arte*, como se se baseasse em algum *talento* subjetivo e não pertencesse à objetividade do conceito. A forma e o resultado atingido pela dialética na filosofia kantiana é coisa bem comprovada pelos exemplos em que aparece seu ponto de vista. Muito mais importante ainda é o fato de a dialética ter sido reconhecida novamente como necessária à razão, muito embora disso deva tirar-se um resultado oposto àquele surgido com o dito reconhecimento. (*A Ciência da Lógica*, Livro III, Cap. III, no meio).

SCHELLING

(1775-1854)

VIDA E OBRAS

Aos 27 de janeiro de 1775, nasce Friedrich Wilhelm Joseph SCHELLING em Wurtemberg (Alemanha).

Em 1788, com 13 anos de idade, é companheiro de HEGEL no Seminário de Tübinga. Dedicar-se à Filosofia desde a juventude. Em 1794 vai para Leipzig, trabalhando lá como preceptor.

É discípulo e amigo de FICHTE, em Iena, e depois seu opositor intelectual. Sob a influência do seu mestre, publica em 1795 (com apenas 20 anos de idade), sua primeira obra: *O Eu Como Princípio da Filosofia ou o Incondicionado no Saber Humano*. Dois anos depois (1797) publica um novo ensaio: *Idéias de Uma Filosofia da Natureza*.

Com 23 anos de idade (1798), é professor da universidade de Iena. No mesmo ano casa-se com Carolina, mulher de forte personalidade, divorciada de Augusto Schlegel, de cujo círculo romântico também SCHELLING fazia parte.

Em 1799, publica uma das suas obras principais: *Sistema do Idealismo Transcendental*.

Em 1801, HEGEL vem lecionar também na universidade de Iena, tornando a ser assim colegas.

Em 1802, escreve o diálogo que chama de *Bruno ou do Princípio Natural e Divino das Coisas*. Um ano depois (1803), após ter rompido com FICHTE, abandona Iena, passando para a universidade de Würzburg.

Em 1804, publica: *Filosofia e Religião*. Dois anos depois (1806), está lecionando em München e ingressa na Academia de Ciências.

Em 1809, publica outra obra importante: *Sobre a Essência da Liberdade Humana*, onde já aparece sua tendência teosófica.

Em 1820, (com 45 anos de idade) é professor em Erlangen, retornando a München sete anos depois (1827).

Com a morte de HEGEL (1831), sucede-lhe, dez anos depois (1841), na Universidade de Berlim, onde leciona até os 72 anos

de idade (1847). Dedicar-se, especialmente, neste período à filosofia da religião.

Aos 20 de agosto de 1854, com 85 anos de idade, falece em Ragaz, na Suíça.

PENSAMENTO

O "absoluto" é o princípio indiferenciado *a priori* entre os extremos: natureza e espírito. Conhecemos o "absoluto" por uma intuição intelectual.

O subjetivo ou ideal e o objetivo ou real presumem-se mutuamente e resolvem-se no "absoluto". Este absoluto não coincide com o "eu puro ou absoluto" de FICHTE, mas é uma identidade, uma unidade indiferenciada.

O sentido unitário e panteísta caracteriza o sistema de SCHELLING.

O "eu absoluto" na sua atividade inconsciente produz o objeto, e na sua atividade consciente, reflexa, conhece o objeto como oposto em si.

A natureza morta é uma inteligência imatura. Há uma mistura do natural e do espiritual, na concepção de SCHELLING, que culmina para ele no "belo", pois o universo é uma obra de arte.

FONTES

SCIACCA, o.c., III, pg. 27 ss.

SCHELLING, *Sistema dell'Idealismo Trascendentale*. Gius. Laterza & Figli. Bari. 1926.

SCHELLING, *Bruno*. Editorial Losada. Buenos Aires. 1957.

SCHELLING, *La esencia de la libertad*. Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. 1950.

TEXTOS

Idéia da filosofia transcendental

Todo conhecimento baseia-se na adequação de dois elementos, um deles subjetivo e o outro objetivo. Pois conhece-se somente o que é verdadeiro, e a verdade é situada geralmente na adequação da representação com seu objeto.

Podemos chamar de Natureza à totalidade dos elementos objetivos do nosso saber, enquanto ao conjunto dos elementos subjetivos chamamos de *Eu*, ou *inteligência*. Estes dois conceitos são antitéticos. Na origem, é considerada a inteligência como pura representação e a natureza como puro representável;

aquela como o consciente, esta como o inconsciente. Assim mesmo, em qualquer espécie de ciência é necessário o concurso mútuo de ambos os dois (do consciente e daquilo que em si mesmo é inconsciente); permanecendo ainda a questão desse concurso.

No mesmo fato de saber algo — *enquanto* eu sei — o subjetivo e o objetivo estão de tal maneira unidos que não se pode dizer a qual deles corresponde o ser primeiro; são ambos simultâneos e formam um todo único. Se quiser analisar esta identidade, tenho que suprimi-la antes. Para poder analisá-la, uma vez que não tenho outro elemento externo a esses fatores do conhecer (como início da análise) sou obrigado a *antepor* um ao outro, a partir de um deles para chegar ao outro; não está porém determinado qual seja o ponto de partida.

Temos, então, duas possibilidades:

A) *Ou é colocado em primeiro lugar o fator objetivo, e pergunta-se: como se consegue um elemento subjetivo que possa adequar-se a ele.*

B) *Ou é colocado em primeiro lugar o subjetivo e, então, o problema é: como achar um objetivo que seja adequado a ele.*

Colocar como primeiro o *objetivo* e deduzir dele o subjetivo é, como já indicamos, o assunto da filosofia da natureza.

Por conseguinte, se existe uma *filosofia transcendental*, não lhe resta outro caminho a seguir que o contrário, isto é, *partir do subjetivo* como algo *primeiro* e *absoluto* e *fazer derivar dele o objetivo*. Desta maneira a filosofia da natureza e a do espírito são diferentes conforme as duas possíveis direções da filosofia; e se toda filosofia deve procurar fazer da natureza uma inteligência ou da inteligência uma natureza, segue-se que a filosofia transcendental, à qual corresponde este último trabalho, será uma *outra parte necessária e fundamental da filosofia*. (*Sistema do Idealismo Transcendental*, Introdução, § 1).

A identidade absoluta

Bruno — O sujeito-objeto puro, esse conhecimento absoluto, o eu absoluto, a forma de todas as formas, é o filho unigênito do absoluto, tão eterno quanto ele, não diferente mas um só na essência. Quem possuir este, possui o pai; somente

por intermédio dele chega-se ao pai e a doutrina de um é a mesma que a do outro.

Conhecer essa indiferença existente no absoluto, equivale a dizer que, por relação a ele, a idéia é a substância (o real simplesmente) e a forma é também a essência, e a essência é a forma: uma inseparável da outra, cada uma não só completa e perfeita imagem da outra, como também a outra mesmo. Conhecer essa indiferença, repito, é tanto como conhecer o centro de gravidade absoluto e, de certa maneira, o metal primitivo da verdade, cuja matéria entrosa tudo o que é verdadeiro particular, e sem a qual nada é verdadeiro.

Esse centro de gravidade é o mesmo no idealismo que no realismo. Qualquer oposição entre eles acontece mais por falta de conhecimento ou de perfeita exposição do mesmo conhecimento em um deles ou em ambos.

No que diz respeito à forma da ciência e à exigência de cultivar a semente arraigada daquele princípio até o seu mais elevado desenvolvimento e até a mais perfeita harmonia com a forma do universo — da qual a filosofia deve ser uma perfeita reprodução — não há norma melhor a ser adotada e a ter sempre diante dos olhos, ou para ser recomendada a outros, do que aquela que um filósofo (*) do passado nos deixou com as seguintes palavras: “Para penetrar nos profundos segredos da natureza não nos devemos fatigar estudando os últimos fins, opostos e contraditórios, das coisas; pois não é a maior vitória encontrar o seu elo, e sim desenvolver, partindo dele, seu contrário. Este é o segredo autêntico e mais profundo da arte.” (*Bruno*, C, pelo fim).

A liberdade humana

As pesquisas filosóficas sobre a essência da liberdade humana podem atingir, em parte, o próprio conceito, pois o fato da liberdade, por mais intimamente que seja sentido por cada um de nós, não é em absoluto algo tão de superfície que não exija maior pureza e profundidade de significação do que é comum, ao menos para poder exprimi-lo com palavras, pois que, ao menos parcialmente, este conceito relaciona-se com o todo de uma cosmovisão científica. Como nenhum conceito é

(*) Refere-se a Giordano BRUNO.

determinável isoladamente e ainda é só pela relação com o todo que conseguimos sua perfeição científica mais acabada, assim acontece, muito particularmente, com o conceito de liberdade; pois se tem alguma realidade o é como algo principal e dominante em um sistema e não como algo subordinado e acessório. Uma antiga lenda, ainda não superada, pretende entretanto que o conceito de liberdade é algo incompatível com o sistema e que toda filosofia que pretende ter unidade e totalidade acaba negando a liberdade. (*A Essência da Liberdade*, no início).

SCHOPENHAUER

(1788-1861)

VIDA E OBRAS

Aos 22 de fevereiro de 1788, nasce Arthur SCHOPENHAUER, na cidade livre de Danzigue. Filho de próspero comerciante, seu pai desejava que Arthur fôsse um "cidadão do mundo". Quando contava apenas 5 anos de idade (1793), seu pai abandona Danzigue, ameaçada de invasão pelos prussianos, e instala-se em Hamburgo, outra cidade livre.

Para que aprendesse o francês e os costumes da França, seu pai enviou-o ao Havre, confiando-o à família de Grégoire de Elésimare. Ali permanece dos 9 aos 11 anos de idade. Dois anos que reputará muito felizes.

Regressa então (1799), para Hamburgo e entra numa escola particular que frequenta até os 15 anos (1803). Teve de aprender o alemão.

Morto seu pai (1804), abandona a carreira comercial para dedicar-se aos estudos. Frequenta a Universidade de Göttingen.

Em 1811, com 23 anos de idade, assiste em Berlim às lições de FICHTE e SCHLEIERMACHER, que não o satisfazem. Dois anos depois doutora-se em Iena, com a tese *As Quatro Raízes do Princípio de Razão Suficiente*.

Em 1816, publica seu trabalho *Sobre a Visão e as Côres*.

Viaja pela Europa. Incompatibiliza-se com sua mãe. Torna-se amigo de GOETHE.

Em 1819 (com 31 anos de idade), publica sua obra principal *O Mundo Como Vontade e Representação*. Um ano depois instala-se em Berlim, onde fracassa como mestre e conferencista, pois suas idéias não combinam com as do ídolo da época: HEGEL. Viaja de nôvo, voltando a Berlim em 1825.

Desde 1831, instala-se em Francfort, (com apenas um ano de ausência em Mannheim) onde permanecerá até o fim da vida.

Em 1836 (contava então 48 anos de idade), publica seu livro sobre *A Vontade na Natureza*, complemento da obra principal, antes citada. Em 1844, publica *Os Dois Problemas Fundamentais da Ética*, e em 1851 recolhe seus trabalhos menores num livro que intitula *Parerga e Paralipômena*.

Permaneceu sempre solteiro e levou uma vida modesta e retraída. Aos 21 de setembro de 1861, com 73 anos de idade falece em Francfort, vítima de uma congestão pulmonar.

PENSAMENTO

Voluntarismo e pessimismo são dois tópicos que caracterizam o pensamento de SCHOPENHAUER. Confere à vontade o primado sobre a inteligência. Seu pessimismo poder-se-ia caracterizar como um desespero romântico.

Dentro da linha do idealismo, apesar de tudo, o mundo é para ele um fenômeno intelectual apenas.

O homem, perante o enigma do mundo e do seu destino, cai na incerteza e vive uma tragédia dolorosa.

Sua posição antiintelectualista pode ser um esboço precursor de tendências posteriores que se manifestam p.e. em NIETZSCHE e nos existencialistas.

É um filósofo preocupado principalmente com os problemas morais.

FONTES

PADOVANI, o.c., pg. 340-344.

A. SCHOPENHAUER, *Obras* (dois volumes). Librería El Ateneo. Buenos Aires. 1950.

TEXTOS

L.I. — *O mundo como representação.*

§ 1º. "O mundo é minha representação": esta verdade é aplicável a todo ser que vive e conhece, muito embora só ao homem seja possível ter consciência dela; chegar a conhecê-la é possuir senso filosófico. Quando o homem conhece esta verdade, fica para ele claramente provado que não conhece um sol ou uma terra mas unicamente um olhar que vê o sol e uma mão que sente o contato com a terra; que o mundo que o circunda existe só como representação, isto é, em relação a outro ser: aquele que o percebe, ou seja ele mesmo. Se há alguma verdade *a priori* é esta, pois exprime a forma geral da experiência, a mais geral de todas, incluindo as de tempo, espaço e causalidade, que pressupõem aquela. Cada uma destas formas, que são outros tantos modos diferentes do princípio de razão, aplica-se somente a uma classe de representações, o que não acontece com a divisão sujeito e objeto, que é a forma comum a

tôdas aquelas classes e a única forma sob a qual é possível qualquer representação abstrata ou intuitiva, pura ou empírica. Nenhuma verdade mais certa, mais independente e que precise menos de provas do que esta: tudo o que pode ser conhecido, isto é, o universo todo, é objeto só para um sujeito, percepção daquele que percebe; numa palavra: representação. (*O Mundo Como Vontade e Representação*).

Vemos imediatamente que este sujeito tem suas raízes no mundo, isto é, encontra-se nele como indivíduo; seu conhecimento, suporte indispensável do mundo todo, pois que este é representação, tem como intermediário um corpo, cujos afetos, como ficou provado, são para a inteligência o ponto de partida da intuição do referido mundo. Para o puro sujeito do conhecimento como tal, este corpo é uma representação entre muitas outras, um objeto entre objetos; os movimentos, as ações deste corpo não lhe são conhecidas, a não ser como as demais mudanças dos objetos intuitivos, e ser-lhe-iam tão estranhos e incompreensíveis quanto eles se não lhes penetrasse o sentido por outra via inteiramente diferente. (...) Ao sujeito do conhecer, que por sua identificação com o corpo apresenta-se como indivíduo, dá-se-lhe este corpo de duas maneiras diferentes: de uma feita como representação na intuição do entendimento, como objeto entre objetos e submetido ao princípio da razão; imediatamente, porém, de outra feita, isto é: como aquilo que cada um de nós conhece imediatamente e que exprime com uma palavra: vontade. (*Ibidem*, L. II, § 18, no início).

Reconhecemos, faz tempo, que o núcleo e essência de cada coisa é aquela aspiração que em nós chamamos de vontade, onde manifesta-se mais claramente e com a consciência mais perfeita. Chamamos de dor sua compreensão, por um obstáculo que se eleva entre ela e o seu objetivo atual; pelo contrário, chamamos de bem-estar e felicidade à consecução desse objetivo. As mesmas denominações podemos aplicar a outros fenômenos de grau inferior mas da mesma índole, no mundo inconsciente e, então, verificaremos que também é presa da dor e carece de felicidade duradoura. Todo esforço e aspiração nasce de uma necessidade, de descontentamento com a situação atual e é, por conseguinte, uma dor enquanto não se lhe der satisfação. A satisfação verdadeira, porém, não existe, já que seu ponto de partida é um novo desejo, obstaculizado e origem de novas dores. Jamais há um descanso final; por isso, jamais há limites nem termos para a dor.

O que descobrimos com grande esforço na natureza inconsciente e na consciente, revela-se-nos com tãda evidência na vida animal, cuja dor eterna é fácil de demonstrar. Não queremos, entretanto, determo-nos nesse degrau intermediário, queremos dirigir a nossa atenção para aquela esfera onde reina a maior claridade, isto é: a vida humana. Pois na medida em que a vontade se torna mais intensa, revela-se-nos a dor de forma mais evidente. No sentido mais rigoroso, não encontramos sensibilidade nem dor nas plantas. Os animais inferiores, os infusórios e os radiários são incapazes da dor mais insignificante; nos insetos, até, a capacidade de sentir e padecer é bastante limitada. No sistema nervoso dos vertebrados, porém, chega ao seu máximo e desenvolve-se na proporção em que cresce a inteligência. Na medida em que o conhecimento se torna mais claro e se desenvolve a consciência, a dor aumenta, culminando no homem. Quanta maior lucidez possui o homem no seu conhecer e mais elevada fôr sua inteligência mais violentas serão suas dores. O gênio é o que mais padece. A sentença do Eclesiastes: *qui auget scientiam, auget et dolorem*, deve ser interpretada como referida ao conhecimento geral e não à ciência. Tischbein, pintor filósofo e filósofo pintor, exprimiu de forma admirável, em um desenho seu, a exata relação entre a consciência e a dor. A metade superior do desenho representa umas mulheres às quais foram tirados os filhos e que, em grupos diversos e de formas diferentes, exprimem o desespero materno em todos os seus graus; na parte inferior apresenta várias ovelhas às quais também foram tirados seus filhotes; cada atitude no desenho superior corresponde a uma dos animais no inferior, evidenciando a grande diferença da dor entre a consciência obtusa do animal e o desespero com que a mesma dor se apresenta na consciência humana.

Por isto queremos ver qual é, na existência humana, o destino reservado à vontade. Cada um de nós encontrará na vida dos animais isto mesmo, em graus diferentes e atenuados, podendo-nos assim convencer plenamente, pelos sofrimentos dêsses seres inferiores que, na sua essência, "tãda a vida é dor". (*Ibidem*, L. IV, § 56, na parte final).

COMTE

(1798-1857)

VIDA E OBRAS

Aos 19 de janeiro de 1798, nasce Auguste COMTE em Montpellier (França), de família católica e monarquista. Estuda, como interno, no Ginásio da sua cidade natal.

Com 16 anos de idade (1814), ingressa na Escola Politécnica, onde permanece só dois anos, começando logo depois a lecionar em Paris, para atender ao seu sustento.

Em 1818, liga-se ao positivista social SAINT-SIMON, como discípulo, mas esta ligação dura apenas seis anos; não podendo suportar a direção do mestre, rompe com êle de forma ostensiva, começando a expor, então, sua filosofia positiva. Em 1819 publicou uns opúsculos com as idéias que mais tarde recolherá no *Tratado de Política Positiva*.

Tinha 32 anos de idade (1830), quando publicou o primeiro volume de sua obra principal, o *Curso de Filosofia Positiva*, cujos seis volumes terminará de publicar quatorze anos depois.

Em 1832, com 34 anos de idade, é nomeado professor da Escola Politécnica de Paris. Para ajudar-se financeiramente, leciona Matemática em Laville. No meio de dificuldades econômicas e desentendimentos conjugais termina sua obra principal, antes mencionada.

Aos 46 anos de idade (1841), publica o *Tratado Filosófico de Astronomia Popular*. No ano seguinte, perde seus cargos de professor e examinador na Escola Politécnica, tentando inutilmente reavê-los. Publica, então, o *Tratado Elementar de Geometria de Três Dimensões* e um *Discurso Sobre o Espírito Positivo*, bem como o *Tratado de Política Positiva* de que falamos antes.

Em 1851, adere ao Golpe de Estado. Escrevendo nos seus últimos anos de vida suas obras de menor importância, tais como *Catecismo Positivista*, *Apêlo aos Conservadores* e *Síntese Subjetiva*.

Em 1857, com 59 anos de idade, falece em Paris.

PENSAMENTO

É chamado de Fundador do Positivismo, pela importância e influência da sua obra nesse sentido, pois a consideração da expe-

riência como critério único da verdade era uma tendência geral da época. A Ciência Positiva acaba sendo, literalmente, a deusa e a religião de COMTE, e é também sua "filosofia". Na realidade nada vai sobrar da metafísica na sua obra, onde se preconizam e teorizam de forma sistemática as ciências experimentais. O impulso que deu ao estudo experimental atinge também a Sociologia.

FONTES

MESSER, o.c., pg. 541 ss.

SCIACCA, o.c., pg. 155 ss.

COMTE, *Cours de Philosophie Positive*. Paris, 1934.

TEXTOS

Primeira lição — Exposição da finalidade deste Curso, ou considerações gerais sobre a natureza e a importância da filosofia positiva.

Para explicar de forma conveniente, a verdadeira natureza e o caráter próprio da filosofia positiva, é indispensável que seja antes lançado um olhar geral sobre a marcha progressiva do espírito humano, encarado no seu conjunto; pois que uma concepção, qualquer que seja, não pode ser bem conhecida senão pela sua história.

Estudando, assim, o desenvolvimento total da inteligência humana em suas diversas esferas de atividade, desde o seu primeiro aparecimento, o mais simples, até os nossos dias, creio ter descoberto uma grande lei fundamental, à qual ele se submete por uma necessidade invariável, e que me parece pode ser sólidamente estabelecida, seja na base de provas racionais fornecidas pelo conhecimento da nossa organização, seja na base de verificações históricas resultantes de exame atento do passado. Esta lei consiste em que cada uma das nossas concepções principais, cada ramo dos nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício; o estado metafísico, ou absoluto; o estado científico, ou positivo. Noutras palavras, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente em cada uma das suas pesquisas três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: após o método teológico, segue o método metafísico e, finalmente, o método positivo.

Daí, três espécies de filosofia ou de sistemas gerais de concepções sobre a aparência dos fenômenos, que mutuamente se excluem; a primeira é o ponto de partida necessário para a inteligência humana; a terceira é seu estado estável e definitivo; a segunda destina-se unicamente a servir de transição.

No estado teológico, o espírito humano dirigindo essencialmente suas pesquisas para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e últimas de todos os efeitos que lhe chamam a atenção, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, representa os fenômenos como produtos da ação direta e constante de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as aparentes anomalias do universo.

No estado metafísico que, em última análise, é uma simples modificação geral do primeiro, os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e conhecidas como capazes de engendrar por si mesmas todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste, assim, em designar para cada um a entidade correspondente.

Finalmente, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções abstratas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, e a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, restringindo-se exclusivamente a descobrir, mediante o uso bem dosado de raciocínio e observação, as leis reais, isto é, as relações invariáveis de sucessão e semelhança. A explicação dos fatos, reduzida agora a seus termos reais, não será daqui para frente outra coisa do que a ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, que o progresso da ciência tende a diminuir sempre mais no seu número.

Segunda lição — Exposição do plano deste Curso, ou considerações gerais sobre a hierarquia das ciências positivas.

.....

Temos, pois, determinado exatamente nesta lição, não após várias especulações arbitrárias, mas considerando-o como assunto de um verdadeiro problema filosófico, o plano racional que nos deve guiar constantemente no estudo da filosofia positiva. Ei-lo no seu resultado definitivo: a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Fisiologia e a Física Social; tal é a fórmula

enciclopédica que, no meio do grande número de classificações que admitem as seis ciências fundamentais, é o único logicamente de acôrdo com a hierarquia natural e invariável dos fenômenos. Não preciso chamar a atenção sobre a importância dêste resultado, que o leitor deve tornar bem familiar, para fazer uma aplicação constante durante todo o desenvolvimento dêste Curso.

A consequência final desta lição, reduzida a sua expressão mais simples, consiste, pois, na explicação e justificação do grande quadro sinótico colocado no início desta obra, e em cuja construção esforcei-me por seguir, tão rigorosamente quanto possível, na distribuição interna de cada ciência fundamental, o mesmo princípio de classificação que nos forneceu a série geral das ciências. (*Cours de philosophie positive*).

SÉCULO XIX

KIERKEGAARD

(1813-1855)

VIDA E OBRAS

Aos 5 de maio de 1813, nasce Sören Aabye KIERKEGAARD, em Copenhage (Dinamarca), último dos sete filhos do segundo casamento de seu pai Mikael Pedersen; do primeiro não teve filhos.

Com 8 anos (1821), entra para o Colégio de Borgerdyskole, e com 17 anos (1831), matricula-se na Universidade.

Aos 23 anos (1838), publica sua primeira obra *Extrato dos Papéis de um Desconhecido que Ainda Vive e Publica Contra Sua Vontade*. A esta altura já tinha visto morrer seus pais e mais duas irmãs e dois irmãos bastante moços.

Dois anos depois (1840), obtém o certificado de Teologia que lhe permite exercer o ministério pastoral. No ano seguinte rompe definitivamente seu noivado com Regina Olsen, e obtém o grau de *Magister artium* com a tese *Sobre o Conceito de Ironia*. Vai então para Berlim, retornando cinco meses depois a Copenhague, Repetirá essa viagem várias vezes na sua vida.

Na publicação dos seus trabalhos utilizou-se de até nove pseudônimos diferentes. Em 1843, com 28 anos de idade, publicou *A Alternativa, Fragmento de Uma Vida*, em dois volumes. A partir deste ano publicará uma série de "discursos edificantes". No ano seguinte, 1844, publica *O Conceito da Angústia*.

Da leitura de ADLER, que começou em 1846, resultou um livro sobre Adler, que ficou inédito.

Em 1849, com 34 anos de idade, tenta uma cátedra no Seminário Pastoral. No mesmo ano publica um dos seus trabalhos mais notáveis: *Tratado do Desespêro Humano*.

Muitos dos seus artigos e trabalhos são polêmicos. Só não publicou nada em 1853, pois nos dez anos anteriores foi fecundo em publicações, e nos dois anos seguintes continuou até o mês da sua morte.

Aos 2 de outubro de 1855, cai desmaiado na rua e é transportado para o hospital, morrendo nove dias depois, com somente 42 anos de idade.

PENSAMENTO

De maneira semelhante a NIETZSCHE, KIERKEGAARD é considerado um dos geradores do existencialismo.

O problema central de sua filosofia é a pessoa, o indivíduo humano concreto, existente e ainda atormentado pela culpa (ou pecado).

Combate HEGEL por ser sua filosofia alienada da existência. O objetivo da ciência e da verdadeira filosofia deve se encontrar, não a verdade especulativa, mas aquela que possa ser vivida. Todo conhecimento essencial deve dizer relação à existência.

A Filosofia (identificada com a filosofia hegeliana) anula a pessoa e a religião. Pela fé, e particularmente pela fé cristã, é que se realiza a "cura radical".

Considera a existência sob três aspectos: estético, moral e religioso. E o homem é uma síntese do temporal e do eterno.

Seu sucesso como pensador teve início na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial.

FONTES

SCIACCA, o.c., III, pg. 87 ss.

KIERKEGAARD, *Temor e Tremor*. Guimarães Editores. Lisboa. 1959.

KIERKEGAARD, *O Desespêro Humano*. Livraria Tavares Martins. Porto. 1961.

TEXTOS

O homem síntese

O homem é espírito. O que é, porém, o espírito? É o eu. E então, o que é o eu? O eu é uma relação que se relaciona consigo mesma ou, de outra forma, é a orientação interior da relação na relação; o eu não é a relação, mas a reflexão sobre si mesma da relação.

O homem é uma síntese de infinito e finito, de temporal e eterno, de liberdade e necessidade, em suma, uma síntese. Uma síntese é a relação de dois termos. Sob este ponto de vista o eu ainda não existe.

Em uma relação entre dois termos a relação entra no meio como unidade negativa e os dois termos dizem respeito à relação, cada um existindo na sua relação à relação; assim, referindo-nos à alma, a relação da alma e do corpo é uma simples relação. Se, pelo contrário, a relação diz respeito a si mesma, então esta última relação é um terceiro termo positivo e temos: o eu.

Uma tal relação que se refere a si mesma, um eu, não pode ter sido estabelecida mais que por si mesma ou por um outro.

Se a relação que se refere a si mesma foi estabelecida por um outro, esta relação é com certeza um terceiro termo, mas este terceiro é ainda, ao mesmo tempo, uma relação, isto é, a relação com aquele que estabeleceu toda a relação.

Tal relação derivada ou colocada desta maneira é o eu do homem: é uma relação que se refere a si mesma e, ao mesmo tempo, a um outro. Segue-se daí que há duas formas de verdadeiro desespêro. Se o nosso eu se tivesse colocado a si mesmo, só existiria uma, que seria não querer ser mais si mesmo, querer desembaraçar-se do seu eu, e não existiria esta outra: a vontade desesperada de ser si mesmo. Tal é o significado desta expressão: a dependência do conjunto da relação que é o eu, isto é, a incapacidade do eu, por suas próprias forças, atingir o equilíbrio e o repouso. Ele não pode, na sua relação para consigo mesmo, fazer outra coisa do que se referir àquele que estabeleceu o conjunto da relação. (*Tratado do Desespêro*, L. I, Cap. I, no início).

O desespêro

A idéia de "doença mortal" deve ser tomada com uma significação especial. Literalmente significa um mal cujo termo e saída é a morte, sendo ainda sinônimo de doença da qual se morre. Mas não é apenas neste sentido que se pode falar em desespêro; pois, para um cristão, a mesma morte é passagem para a vida. Neste sentido nenhum mal físico é para ele uma "doença mortal". A morte põe um termo às doenças, e não é um termo em si mesma. Uma "doença mortal", no sentido rigoroso da palavra, quer dizer um mal que termina com a morte sem nada restar após ela. Eis o verdadeiro desespêro.

Em outro sentido, ainda mais categórico, ele é a "doença mortal". Pois longe de poder falar em morrer, ou do mal terminar com a morte física, sua tortura consiste, pelo contrário, em não poder morrer, como na agonia o moribundo luta com a morte sem poder morrer. Estar "mortalmente doente" é, assim, não poder morrer, pois então a vida impede a esperança, e o desespêro é a ausência da última esperança, a ausência da morte. Enquanto ela é o último perigo, confia-se na vida,

quando porém descobre-se a infinitude do outro perigo, confia-se na morte. E quando o perigo cresce tanto que a morte é a última esperança, o desespero é a desconfiança de não poder, ao menos, morrer.

Neste sentido o desespero é a "doença mortal", êsse suplício contraditório, êsse mal do eu: eternamente morrer, morrer sem todavia morrer, morrer a morte. Pois morrer significa que tudo terminou, mas morrer a morte quer dizer viver sua morte; e vivê-la um só instante é vivê-la eternamente. (*Ibidem*, C. III, no início).

O pecado

Peca-se quando, diante de Deus ou com a idéia de Deus, não se quer mais ser um mesmo, ou se quer ser outro. O pecado é, assim, fraqueza ou desafio, elevados à máxima potência. O pecado é, pois, desespero condensado. A acentuação recai aqui sobre o fato de ser *perante* Deus ou de ter a idéia de Deus; o que faz do pecado, que os juristas chamam de "desespero qualificado", ter natureza dialética, ética e religiosa, é a idéia de Deus.

Muito embora não seja esta segunda parte, nem êste o lugar ou momento, e ainda mais neste Livro IV, para uma descrição psicológica, digamos aqui, entretanto, que os mais dialéticos confins do desespero e do pecado são aquilo que se poderia chamar de existência poética perante a orientação religiosa, existência que, embora tenha pontos comuns com o desespero e a resignação, não deve faltar nela a idéia de Deus. Considerando-se as categorias estéticas, é esta a mais elevada imagem da vida de poeta. Mas (não obstante toda a estética) esta vida é sempre pecado para o cristão, o pecado de sonhar em lugar de ser, de ter somente uma relação estética da imaginação para o bem e o mal, em lugar de uma relação real, em lugar de um esforço de criar algo por sua própria vida. (*Ibidem*, L. IV, no início).

MARX

(1818-1883)

VIDA E OBRAS

Aos 5 de maio de 1818, nasce Karl MARX em Trêves, no Palatinado (Alemanha), na província chamada hoje de Rinlândia, filho de um advogado judeu, convertido ao cristianismo.

Terminados seus primeiros estudos com 17 anos (1835), na escola de Trier, foi matriculado por seu pai na Universidade de Bonn, onde, um ano depois (1836), começa os estudos de Direito. Mais propenso para a História e a Filosofia, transferiu-se no ano seguinte para a Universidade de Berlim, onde sofre a influência indireta de HEGEL.

Com 23 anos (1841), doutora-se pela universidade de Iena. Não consegue ser professor universitário, apesar de pretendê-lo. Neste ano passa a colaborar, como escritor e diretor, na *Gazeta Renana*, jornal de orientação socialista radical. Nessa atividade permanece três anos, isto é, até 1844.

Em 1843, casa com Jenny von Westphalen, sua amiga da infância.

Em 1844, aceita o convite de se transferir para Paris, pois não havia segurança para ele na Alemanha. Lá inicia sua amizade com ENGELS, que durará a vida toda, e que muito o auxiliará intelectual e economicamente.

A pedido do Governo Prussiano é expulso de Paris no ano seguinte (1845), dirigindo-se então para Bruxelas. Lá escreve, em colaboração com ENGELS, *A Sagrada Família*, obra polêmica contra Bruno Bauer, onde defende a idéia do comunismo como o novo estado ideal social.

Aos 29 anos (1847), escreve *Miséria da Filosofia*, contra-réplica à *Filosofia da Miséria* de PROUDHON.

No ano seguinte (1848) funda com ENGELS a "liga dos comunistas" cujo programa filosófico e político determinam no seu *Manifesto do Partido Comunista*. No mesmo ano foi preso por participação em movimento revolucionário e, apesar de absolvido, foi expulso do país.

Desde então, até a morte, vive em Londres, lutando contra a pobreza e escrevendo artigos para a imprensa. Apesar das dificuldades financeiras, passava seu tempo estudando no Museu

Britânico. Mantinha também contato com a organização dos revolucionários e deu o principal impulso à "1ª Internacional".

Com 40 anos (1858), iniciou sua grande obra de economia *O Capital*, cujo primeiro volume publicou nove anos depois (1867). Os volumes 2º e 3º só viram a luz em 1885 e 1895 respectivamente, após revisão dos manuscritos feita por ENGELS. Em 1859 publica a *Crítica da Economia Política*.

Em 1881, morre sua mulher e pouco depois sua filha mais velha. Dois anos mais tarde (1883), aos 14 de março, após uma vida de luta e agitação, e após lenta doença, morre com a idade de 65 anos.

PENSAMENTO

Com FEUERBACH é MARX um dos expoentes máximos da chamada "esquerda hegeliana".

Interpreta a história em função das necessidades materiais humanas, não para constatar os fatos ou interpretá-los, mas para modificá-los.

Não é a contemplação o pensamento filosófico marxista, mas a ação, a interferência da idéia na transformação da situação injusta da realidade socioeconômica. Daí receber a teoria social de MARX o nome de socialismo científico, ou também, por aplicar a dialética hegeliana aos problemas materiais, junto com a negação da religião como necessidade real natural, ser chamada de materialismo dialético.

O resultado é algo anti-hegeliano, partindo de HEGEL.

Uma vez que o homem não passa de um ser material, é nas necessidades materiais onde deve estar o problema e onde deve ser dada a solução. A moral e a religião são superestruturas.

O fim da sociedade capitalista é inevitável pela dialética histórica. Com a destruição do capitalismo também desaparecerá o proletariado. Chega-se, assim, à sociedade homogênea, que encerrará a história da Humanidade e será a última síntese dialética.

FONTES

H. PIRES, o.c., pg. 261 ss.

MARX, *O Capital*. Edições e Publicações Brasil. São Paulo. 1962. (3ª ed.). É uma tradução resumida de uma edição francesa.

TEXTOS

O método dialético

É claro que o método expositivo e o de investigação devem distinguir-se formalmente. A investigação tem de procurar

assimilar, nos seus pormenores, a matéria investigada, tem de analisar as diversas formas do seu desenvolvimento e descobrir suas relações internas. Só depois de superado êsse trabalho, pode o investigador proceder à exposição adequada do movimento real. E, se êle o souber fazer direito, conseguirá refletir de maneira ideal, na exposição, a vida da matéria, cabendo então a possibilidade de causar a impressão de estar perante uma construção *a priori*.

Meu método dialético não só é fundamentalmente diferente do método de Hegel, como até a antítese total do mesmo. Para Hegel o processo do pensamento, que chega a converter inclusive em sujeito com vida própria, sob o nome de idéia, é o demiurgo do real, que por sua vez é a forma externa em que se corporifica. Para mim, pelo contrário, o ideal é só o material transferido e traduzido para a cabeça do homem.

Faz perto de trinta anos, numa época em que ainda era moda aquela filosofia, tive oportunidade de criticar tudo o que havia de mistificação na dialética hegeliana. Coincidindo, porém, precisamente com os dias em que escrevia o primeiro volume do *Capital*, êsses grunhidores, petulantes e medíocres epígonos que hoje sentam cátedra na Alemanha culta, resolveram arremeter contra Hegel, de maneira semelhante a como o bom de Moses Mendelson tinha feito contra Spinoza no tempo de Lessing: tratando-o como "cachorro morto". Foi isto que me levou a tomar a decisão de declarar-me abertamente discípulo daquele grande pensador, e cheguei inclusive até a presumir disto de quando em vez, como por exemplo no capítulo consagrado à teoria do valor, usando sua linguagem típica. O fato de a dialética ter sofrido nas mãos de Hegel uma mistificação, não impede que seja considerado êste filósofo o primeiro que soube expor de modo amplo e consciente as formas gerais do seu movimento. O que acontece é que a dialética aparece nêle invertida, de cabeça para baixo. É só, então, virá-la, ou melhor, pô-la em pé e descobrir-se-á logo, sob a capa mística, a semente racional. (*Posfácio* à 2ª edição do *Capital*, pelo fim).

A evolução histórico-econômica

No capítulo do meu livro, onde se trata da acumulação originária, o propósito é simplesmente mostrar o caminho pelo qual na Europa ocidental nasceu o regime feudal capitalista, partindo do regime econômico feudal. Expõe-se a evolução

histórica através da qual os produtores foram separados dos seus meios de produção para converter-se em operários assalariados (proletários, no sentido moderno da palavra), enquanto os possuidores daqueles meios transformavam-se em capitalistas. . . . No fim do capítulo, resume-se a tendência histórica da produção dizendo que ela gera sua própria negação, com a fatalidade característica das mutações naturais, encarregando-se ela mesma de criar os elementos para um novo regime econômico.

Ao meu crítico parece-lhe pouco. A qualquer preço quer converter meu esboço histórico sobre as origens do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria filosófico-histórica sobre a trajetória geral a que todos os povos estão fatalmente submetidos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontram, para concretizar-se finalmente naquela contextura econômica, na qual, além do maior impulso às forças produtoras e ao trabalho social, assegura-se o desenvolvimento do homem em todos e cada um dos seus aspectos. (Isto é honra demais para mim e, ao mesmo tempo, escárnio demais). (Da carta à redação da revista russa *Fôlhas Patrióticas*, de 1877, no meio).

SPENCER

(1820-1903)

VIDA E OBRAS

Aos 27 de abril de 1820, nasce Herbert SPENCER em Derbe (Inglaterra), de família de metodistas e quacres, de modestos recursos. Não aceitou o auxílio de parentes para seus estudos, conseguindo, quase sozinho, chegar a engenheiro. Após a formatura trabalhou na estrada de ferro Londres-Birmingham. Tornou-se, mais tarde, subdiretor do *Economist*, função da qual demitiu-se ao herdar 500 libras de um tio.

Pertencente a uma família de inconformistas, cedo revelou certo desprezo pela autoridade e plena confiança na sua capacidade intelectual. Durante vários anos sua vida foi desorganizada, sem objetivo fixo: engendrava idéias, invenções e enchia cadernos com "planos de apaga-velas, saleiros patenteados, cadeiras de rodas e outros aparelhos engenhosos".

Os primeiros frutos de seus estudos foram cartas endereçadas ao *The Non-conformist*, sobre problemas sociais em 1842. Tinha, então, 24 anos de idade.

A leitura dos *Princípios de Geologia* de Lyell teve enorme importância na formação de SPENCER, graças à oposição que, no seu espírito, se levantou a respeito das idéias expressas nesse trabalho.

Como subdiretor do *Economist* (1848-1853) conheceu pessoas importantes, como HUXLEY, TYNDALL, George ELLIOT e John STUART MILL. Nesse período escreveu sua primeira obra importante *Estática Social* (1851).

Dedicou-se depois à tarefa de desenvolver a teoria da evolução no campo da Sociologia e da Psicologia, de cuja tentativa nascem seus *Princípios de Psicologia* (1855).

Com 37 anos (1857), publica os *Ensaios*. Três anos depois (1860) anuncia sua dedicação à Filosofia, propondo-se a apresentar uma *Filosofia Sintética*, que deu origem a uma subscrição entre admiradores norte-americanos para prover o custo dos volumes a editar. Essa obra, em três volumes, veio a ser completada em 1896, quando o autor tinha já 76 anos de idade.

Faleceu em Brighton, aos 8 de dezembro de 1903, com 83 anos de idade.

PENSAMENTO

Pode ser resumida sua filosofia nestes dois termos: positivismo evolucionista. Apesar da sua recusa a ser considerado seguidor de COMTE, é indiscutível sua afinidade ideológica e até terminológica com o positivista francês, cujas obras conhecia.

Quanto ao evolucionismo, segue-o à risca, generalizando a teoria biológica da evolução aos campos social, moral, psíquico etc.. A evolução é para ele a causa de todo o progresso cósmico. E a Filosofia é apenas teoria da evolução.

Para conciliar Ciência e Religião refugia-se em um certo agnosticismo: admite o Absoluto como real, mas também como Incognoscível.

É considerado um pensador de destaque no campo educacional, muito embora para ele a educação fôsse apenas uma necessidade secundária.

FONTES

W. DURANT, o.c., pg. 327 ss.

SPENCER, *Classification des Sciences*. Librairie Félix Alcan. Paris. 1930. (11ª ed.).

SPENCER, *Essays Scientifiques*. Librairie Félix Alcan. Paris. 1889. (2ª ed.).

TEXTOS

As leis da natureza

A conclusão de que a lei é universal, seguir-se-á com uma evidência incontestável após ter compreendido que *o progresso na descoberta das leis é por sua vez objeto de uma lei*, e por isso mesmo compreende-se por que certos grupos de fenômenos foram relacionados com sua lei enquanto outros não o foram até agora. Após ter visto que a ordem na qual as leis são reconhecíveis deve depender da frequência com que os fenômenos se renovam aos nossos olhos, e da impressão mais ou menos viva que eles produzem em nossos sentidos e na nossa consciência; após ter visto que de fato os fenômenos mais comuns, os mais importantes, os mais marcantes, os mais concretos e os mais simples, são aqueles para os quais foram descobertas as primeiras leis, porque eles se oferecem mais seguidamente e mais distintamente à observação, concluir-se-á que, muito depois ainda de que se tenha encontrado as leis da grande maioria dos fenômenos, permanecerão sempre fenômenos cujas leis não serão comuns, por serem raros, ou pouco marcantes, ou pouco importantes na aparência, ou complexos

ou abstratos. Desta forma temos a resposta a uma dificuldade que se costuma apresentar. Quando perguntarem por que a universalidade de uma lei não foi totalmente estabelecida, pode-se responder que os fenômenos para os quais ainda não foi encontrada a validade de uma lei são aqueles que só podem ser entendidos por último. O estado das coisas cujo retorno nós podemos predizer é precisamente aquele que vemos atualmente existir. Se os fenômenos simultâneos ou sucessivos da Biologia e da Sociologia não puderam ainda ser relacionados com suas leis, é necessário concluir, não que tais leis não existem, mas que até o momento elas escaparam aos nossos recursos de análise. Tendo depois de muito tempo constatado a uniformidade reinante nos grupos inferiores dos fenômenos, e tendo constatado também essa mesma uniformidade nos grupos superiores, se nós não conseguimos ainda descobrir as leis dos fenômenos de ordem mais elevada, não temos o direito de negar a existência de tais leis; podemos simplesmente concluir que a fraqueza das nossas faculdades nos tem impedido essa descoberta; e, ao menos que não queiramos chegar ao absurdo de pretender proceder a uma generalização, com uma rapidez cada vez maior, sem cuidar das limitações, para chegar ao fim de uma só vez, temos que inferir que o gênero humano acabará por descobrir uma ordem constante de manifestação até nos fenômenos mais complexos e obscuros. (*Classificação das Ciências. Das Leis em Geral*, no fim).

A hipótese da evolução

Contou-me um amigo que, em uma discussão sobre a hipótese do desenvolvimento universal, um dos interlocutores utilizou-se, ao que parece, do seguinte argumento: nos limites da nossa experiência, não temos um único exemplo de mutação de espécies; assim sendo, em sã filosofia, não é possível admitir a existência de tais mutações. Se eu estivesse lá, sem me lançar a levantar as críticas que tal tese está merecendo, teria replicado assim, penso eu: nos limites da nossa experiência não temos um único exemplo de *criação* de espécies, donde, como o senhor falou, em sã filosofia, não é possível admitir nenhuma criação de espécies.

Certas pessoas descansam a cavaleiro da teoria da evolução, porque os fatos que a apóiam não são suficientes: esquecem que em apoio da teoria deles não existe um único fato. (*Ensaio Científicos*, I, no início).

JAMES

(1842-1910)

VIDA E OBRAS

Aos 9 de janeiro de 1842, nasce William JAMES em Astor House, na cidade de Nova Iorque, de família procedente da Irlanda.

Seus pais preocuparam-se com dar-lhe e ao seu irmão Henry, a melhor educação e, assim, os levaram a diversas escolas em Londres, Paris, Boulogne-sur-Mer, Genebra e Bonn. Passaram, desta forma, sua meninice em diversos países europeus.

Entre os 18 e 19 anos (1860-1861), dedicou-se à pintura. Depois, em Harvard (Estados Unidos) estudou sucessivamente: Química, Anatomia, Fisiologia e Medicina. Desistiu ainda da Medicina para empreender uma viagem de exploração no Amazonas (Brasil) acompanhando o naturalista Louis Agassiz (1865-1866).

Com 34 anos (1876), torna-se professor assistente de Fisiologia em Harvard. Quatro anos mais tarde (1880), deixa a Medicina para passar definitivamente para a Filosofia, como professor assistente desta matéria, na mesma Universidade de Harvard. E, cinco anos depois, com 43 anos de idade (1885), assume o cargo de professor de Filosofia.

Sua primeira obra, em dois volumes, *Princípios de Psicologia*, é publicada em Nova Iorque no ano de 1890, quando contava 48 anos de idade. Dois anos depois (1892), publicava: *A Vontade de Crer e Outros Ensaios de Filosofia Popular*.

Por motivos de saúde faz diversas viagens breves a Europa nos anos de 1892 e de 1899 a 1902. Neste último ano publica: *As Variedades da Experiência Religiosa*.

Em 1905, viaja novamente para a Europa como participante de um Congresso Internacional de Psicologia. Em 1907, publica: *Pragmatismo: Um Nome Novo Para Certos Velhos Caminhos do Pensar*. Neste mesmo ano, com 65 anos de idade, demitiu-se do seu cargo de docente da Universidade de Harvard, por motivos de saúde. Dois anos depois (1909), publica: *Um Universo Pluralista*.

Fêz ainda mais uma viagem à Europa, onde foi muito bem recebido. Ao regressar seu coração demonstrou grave enfraquecimento, falecendo em Chocorua (New Hampshire) a 26 de agosto

de 1910, com 78 anos de idade. Após sua morte foram publicados mais alguns trabalhos seus.

PENSAMENTO

Incontestavelmente sua fonte de inspiração filosófica inicial foi o "pragmatismo" de Carlos S. PEIRCE, de quem ouvira uma palestra sem conseguir apreender bem então seu significado. A JAMES muito mais do que a PEIRCE deve o pragmatismo sua repercussão mundial. É claro que não se trata mais do pragmatismo originário, mas de uma variante empírico-espiritualista.

A ação é o principal objetivo do filosofar. Daí que a vontade seja muito mais importante que a razão. A crença, mesmo não comprovada racionalmente, é motivo válido. Ao agir devemos aceitar os riscos da escolha. O importante é a utilidade, em função da qual existe a própria verdade.

O universo é uma pluralidade da qual o próprio Deus é simplesmente uma parte.

FONTES

W. DURANT, o.c., pg. 450 ss.

JAMES, *Pragmatismo*. Daniel Jorro, Editor. Madrid. 1923.

TEXTOS

O absoluto no pragmatismo

As verdades sempre possuem um instinto de conservação desesperado e um anseio de aniquilar seus contraditores. Minha crença no Absoluto, fundamentada na bondade do Mesmo para comigo, pode ser o centro de atração de tôdas as demais crenças minhas. Garante-me que pode ser verdade e oferece-me uma sustentação. Entretanto, como eu a imagino (e para esta confissão deposito minha confiança em algo exclusivamente pessoal) conflita com outras verdades, que apesar de benéficas deixo agora de lado. É possível que ela esteja relacionada com uma espécie de lógica da qual sou inimigo, e isto conduz-me a paradoxos metafísicos inaceitáveis etc. Como já tenho complicações demais com a vida, sem precisar acrescentar mais umas incongruências intelectuais, no que me diz respeito, digo-vos que eu prescindo do Absoluto. Passo muito bem sem Ele, embora como filósofo seja obrigado a justificar-me recorrendo a um outro princípio.

Se fôsse possível limitar minha idéia do Absoluto a um simples valor de condescendência não entraria em choque com

outras verdades minhas; mas não podemos limitar assim as nossas hipóteses pois elas implicam em outras questões conexas e com ela não se harmonizam. O fato de eu não acreditar no Absoluto supõe que também naquelas outras questões eu não acredito, já que acredito firmemente na legitimidade de prevalecer-se de certas liberdades morais.

Entende-se agora o que eu quis dizer quando chamei o pragmatismo de mediador e reconciliador e quando repeti — usando palavras de Papini — que ele vem suavizar as nossas teorias. Carece de preconceitos e dogmas; não tem cânones rígidos aos quais possa apelar; examina tôdas as hipóteses e leva em consideração tôdas as provas, e por causa disto leva vantagem, no campo religioso, sobre o empirismo positivista com sua tendência antiteológica e sobre o racionalismo religioso com a sua preocupação pelo distante, o nobre, o simples, o abstrato.

Em resumo: alarga o campo da pesquisa sobre Deus. O racionalismo apegase à lógica e ao celestial. O empirismo firma-se nas sensações. O pragmatismo dá-se bem com tudo; segue a lógica ou os sentidos e toma nota da mais humilde e pessoal das experiências. Não despreza as experiências místicas, se trazem consigo conseqüências práticas. Admite um Deus que viva no fato privado mais humilde, na hipótese de precisar encontrá-lo lá.

O único critério de verdade provável é aquêle que melhor sirva para nos orientar, que melhor se adapte à vida e se combine com o conjunto das exigências da experiência, sem nada deixar de fora. Se as idéias teológicas satisfazem tais requisitos, se a idéia de Deus particularmente pode provar tudo isso, como negaria o pragmatismo a existência de Deus? Não teria sentido recusar a “veracidade” de uma idéia tão vantajosa pragmáticamente. Que outra verdade pode existir para o pragmatismo do que toda essa concordância com a realidade concreta? (*Pragmatismo, Segunda Conferência, no fim*).

O universo pluralista

Para o pragmático só existe uma edição inacabada do Universo, crescente por toda parte, particularmente naqueles lugares onde os seres agem constantemente.

Para o racionalista há muitas edições do universo, um real, outro em fólio infinito e edição de luxo, eternamente completo;

e além disso diversas edições finitas, cheias de erros os mais variados e mutilados de diversas maneiras.

Retornam, assim, para nós as diversas hipóteses metafísicas rivais do pluralismo e do monismo, ao exame das diferenças entre ambas dedicarei o restante deste estudo.

Digo, em primeiro lugar, que para a escolha de grupo é necessário ver uma diferença temperamental. A mentalidade racionalista, radicalmente considerada, é de complexão doutrinária e autoritária; sempre tem nos lábios a palavra “*deve ser*”. O invólucro do seu Universo tem de estar tenso. O pragmático radical, por sua vez, seria um anarquista que caminha feliz à toa. Se, como Diógenes, tivesse de viver numa barrica, não se preocuparia se os arcos estavam frouxos ou as aduelas ameaçando soltar-se.

Tenho para mim que a idéia de um Universo folgado afeta a mentalidade racionalista quase como a liberdade de imprensa a um veterano oficial da censura russa, ou como o “deletrear simplificado” a uma velha mestra, ou como a atividade das seitas protestantes ao espectador apostólico romano. O pragmatismo aparece como algo invertebrado e falto de princípios, como o oportunismo político ao legalista francês ou ao crente fanático nos direitos divinos do povo.

Para pragmatismo pluralista, a verdade desenrola-se dentro de toda experiência finita. Firmam-se umas verdades nas outras, mas no conjunto, se tal existe, a nada se inclina. (*Pragmatismo, Sétima Conferência, no meio*).

NIETZSCHE

(1844-1900)

VIDA E OBRAS

Aos 15 de outubro de 1844, nasce Friedrich-Wilhelm NIETZSCHE, em Röcken, perto de Leipzig (Alemanha). Seu pai e seus avós eram pastores protestantes. Teve dois irmãos: Joseph e Elizabeth, a qual muito o ajudou na difusão das suas idéias.

Quando tinha 5 anos (1849), faleceu seu pai e seu irmão. Sua mãe resolve, então, partir para Naumburg, pequena cidade onde ele cresce e inicia seus estudos, caracterizando-se pela sua calma e docilidade. Funda com seus pequenos colegas uma sociedade literária e artística, onde escreve seus primeiros versos e também melodias.

Com 13 anos de idade (1857), ingressa, como pensionista, na célebre escola de Pforta, onde estuda Grego e Latim, e onde são mestres FICHTE (filho), SCHLEGEL e RANK. A música constitui sua paixão, como testemunha a correspondência mantida com sua irmã.

Não continua a tradição familiar, nem segue os desejos da mãe, de se tornar pastor. Entra na Universidade de Bonn, interessando-se pela Filologia e seguindo seu mestre, o filólogo RITSCHL de Bonn para Leipzig.

Por acaso lê *O Mundo Como Representação e Como Vontade* de SCHOPENHAUER, que o enche de entusiasmo, de forma semelhante a como, na música, o entusiasmava R. WAGNER. Sua tese de Filosofia *Os Esquemas Fundamentais da Representação* é rejeitada pela Faculdade.

Quando a Universidade de Basileia (Suíça) procurava um professor de Filologia, RITSCHL consegue para NIETZSCHE o título de doutor, sem defesa de tese, e o recomenda dizendo: "É um gênio". Assim, aos 24 anos de idade (1868), toma posse da cátedra, onde permanece até os 34 anos de idade (1878).

Em 1870, na guerra contra a França, alista-se como enfermeiro voluntário no exército alemão, pois era suíço por naturalização. Dois anos depois, publica o *Nascimento da Tragédia*.

Dos 35 aos 44 anos de idade (1879-1888), escreve e publica a maior parte das suas obras: *Pensamentos e Sentenças* (1879);

O Viajante e Sua Sombra e Aurora (1880); *O Eterno Retorno*, 1ª parte de *O Gay Saber* (1883); *Assim Falava Zaratustra*, livros I-III (1884); *Para Além do Bem e do Mal*, 5º livro de *O Gay Saber*, e *A Genealogia da Moral* (1886); etc.. *Ecce Homo*, *Ditirambos Dionisiacos* e *A Vontade Como Poder* só aparecem após sua morte.

Aos 25 de outubro de 1900, com apenas 46 anos de idade, morre em Weimar, numa casa transformada depois pela sua irmã em museu das obras de NIETZSCHE.

PENSAMENTO

Não é fácil resumir o pensamento filosófico de NIETZSCHE, que corre solto nos espaços livres em que como poeta se exprime.

Nêle encontram inspiração os "valoristas" éticos, os "existencialistas" da angústia, da irracionalidade e do absurdo, e os "super-humanistas" ateus e racistas, entre outros.

Sua visão filosófica geral poder-se-ia resumir na idéia do "eterno retorno" e sua concepção antropológica na idéia do "super-homem", com as decorrências da negação de Deus e do próprio homem, até as mais chocantes contradições.

Perspicácia e profundidade caracterizam suas análises do homem e dos seus problemas transcendentais. Junto com isso, porém, há uma dose respeitável de subjetivismo e até de desvario. Não sem fundamento foi definida por alguém como uma "filosofia da loucura". Avaliação que seria errado tomar no sentido de negar-lhe qualquer valor ou mesmo de diminuí-lo indiscriminadamente.

FONTES

SCIACCA, o.c., pg. 187-191.

NIETZSCHE, *Obras Completas*. Aguilar. Buenos Aires. Diversas edições depois de 1932, quando foi publicada a primeira edição em castelhano, em Madri.

TEXTOS

O eterno retorno

I. Exposição e fundamentação da doutrina

1. A quantidade de força que opera no universo é determinada, não "infinita". Acautelemo-nos contra tais excessos conceituais! Por conseguinte, o número das posições, variações, combinações e desenvolvimentos desta força é, certamente, enorme e praticamente "incalculável", sempre porém determinado e jamais infinito. O tempo, entretanto, no qual esta força se de-

senvolve é infinito, isto é, esta força é eternamente a mesma e eternamente ativa; até o momento presente, um infinito tem transcorrido, isto é, verificaram-se já todos os possíveis desenvolvimentos dessa força. Logo também todos os desenvolvimentos momentâneos devem ser repetições; assim, pois, tanto o que dela nasce, como o que ela produz, sucessivamente, para frente para trás. Tudo já foi infinito número de vezes, no conjunto de todas as forças reproduzindo suas evoluções. Ora, deixando isso de lado, é impossível determinar se alguma coisa idêntica tem-se reproduzido. Parece ser que, o conjunto das forças, até nas coisas mínimas produz sempre novas qualidades, de forma que não é possível que existam duas combinações de forças exatamente iguais. Poderia haver em um sistema de forças duas coisas iguais, como por exemplo, duas folhas? Duvido: seria necessário supor que tinham uma origem idêntica e, ao mesmo tempo, teríamos de supor que desde toda a eternidade teria existido algo idêntico, apesar de todas as variações do conjunto e da criação de novas qualidades; hipótese inadmissível. (*O Eterno Retorno*).

Do super-homem

1. Quando estive pela primeira vez entre os homens cometi a loucura do solitário, a grande loucura: atirei-me à praça pública.

E como falasse para todos, não falava para ninguém. A noite meus companheiros eram os funâmbulos e os cadáveres, sendo eu mesmo quase um cadáver.

No dia seguinte, porém, uma verdade nova veio ao meu encontro: soube dizer então: Que interessa a praça pública, nem a plebe, nem o barulho da plebe, nem as compridas orelhas da plebe!

Super-homens, aprendei isto de mim: nos logradouros públicos ninguém acredita em super-homem. Se quiserdes falar nas praças, seja. A plebe, porém, pisca o olho e diz: "Todos somos iguais".

"Super-homens! — assim pisca olho a plebe — não há super-homens: todos somos iguais, um homem vale quanto outro: perante Deus todos somos iguais."

Perante Deus! Mas Deus já morreu. Perante a plebe não queremos ser iguais. Super-homens, fugi da praça pública!

2. Perante Deus! Mas Deus já morreu! Super-homens, esse Deus tem sido vosso maior perigo.

Não ressuscitastes até que ele baixou para a sepultura. Agora só volta o grande Meio-dia, agora o super-homem é o senhor.

Compreendestes esta frase, meus irmãos? Atemoriza-os? Vosso coração sofre vertigens? Abre-se aqui o abismo para vós? O cão infernal rosna contra vós?

Ótimo! Adiante, super-homens! É a hora da montanha do provir humano dar a luz. Deus morreu: agora queremos "nós" que viva o super-homem.

3. Os mais matutadores perguntam-se hoje: "Como é que o homem se mantém?" Zaratustra, entretanto, pergunta, de maneira original e única: "Como é que será "superado" o homem?"

Preocupa-me o super-homem, é para mim uma idéia fixa, e "não" o homem, nem o próximo, nem o pobre, nem o aflito, nem o melhor. (*Assim Falou Zaratustra*, IV Parte, no meio).

705. *Do valor do devir.* Se o movimento do mundo tivesse um alvo, este deveria ser atingido. Mas o único fato fundamental é este: tal movimento não tem qualquer alvo, e toda filosofia ou hipótese científica (por exemplo o mecanicismo), na qual um alvo torna-se necessário, é repelida por esse fato fundamental.

Procuró uma concepção do mundo que esteja de acordo com esse fato. O devir deve ser explicado sem recurso a tais alvos finais: o devir deve aparecer como justificado a qualquer momento (ou então deve aparecer como incapaz de valor: o que nos leva à mesma conclusão); não podemos de maneira nenhuma justificar com um porvir, nem o passado com o presente. A "necessidade" não tem o aspecto de uma força avassaladora, dominante, ou de um primeiro motor; ainda menos deve ser entendida como algo capaz de condicionar necessariamente algo de valor. É indispensável negar uma consciência compreensiva do devir, um "Deus", para não colocar tudo sob o ponto de vista de um ser que tem em comum conosco sentimentos e sabedoria, mas que não quer nada com nada: "Deus" é inútil, nada querendo. Por outro lado, admitindo Deus admitimos um máximo de desgosto e de ilogismo, que rebaixa o valor compreensivo do "devir"; ... não deve ser aumentado

nenhum ser, em geral, pois, isto admitido, o devir perde seu valor, apresentando-se como carecido de sentido e supérfluo.

Temos de nos perguntar: como pode ter surgido a ilusão de ser? E também: como se desvalorizaram todos os juízos de valor que se apóiam em hipóteses do ser?" (*A Vontade Como Poder*, L. III, no fim).

HUSSERL

(1859-1938)

VIDA E OBRAS

Aos 8 de abril de 1859, nasce Edmund HUSSERL em Pressnitz, na Morávia (Boêmia). Estuda no Ginásio de Olmütz e depois cursa Filosofia nas Universidades de Leipzig, Berlim, Viena e Halle.

Em 1887, com 28 anos de idade, é professor em Halle. Desta época são suas *Investigações Lógicas* (1900), onde já aponta sua teoria fenomenológica. Quatro anos depois (1901), é professor extraordinário em Göttingen, onde, cinco anos mais tarde (1906) passa a ser titular da cadeira de Filosofia. Tinha nesta data 37 anos de idade.

Em 1913, com 44 anos de idade, publica sua obra fundamental: *Idéias Para Uma Fenomenologia Pura e Uma Filosofia Fenomenológica*.

Com 47 anos (1916), radica-se definitivamente em Friburgo, como professor de Filosofia.

Além das obras citadas, publicou muitos outros trabalhos e deixou bastante coisa inédita.

Após uma vida dedicada à docência e à pesquisa filosófica, morreu em Friburgo, em 1938, contando 79 anos de idade.

PENSAMENTO

O ponto de partida de HUSSERL é uma crítica ao psicologismo de BRENTANO. Não consegue, entretanto, libertar-se de certo sentido psicológico.

É pela consciência pura ou vivência psíquica que chegamos ao "ser ideal", que é intuição da essência do ser. Para fixar porém esse "ser ideal" temos que fazer aquilo que chama de "redução fenomenológica", isto é, despojar os dados de tudo o que não pertence ao "ser ideal", deixando esses elementos como entre parênteses.

Esta "redução fenomenológica" tem diversos graus: o 1º é a "redução histórica", que deixa fora as doutrinas filosóficas; o 2º é a "redução eidética", que põe entre parênteses o sujeito,

o "eu", a existência individual; o 3º) é a "redução transcendental", que abstrai de tudo o que não é pura consciência. No "resíduo fenomenológico" fica só "o que é dado ao sujeito", sem o sujeito e sem a existência. Este ser ideal reduz-se, assim, a uma idéia abstrata, muito embora intencionalmente presente.

FONTES

SCIACCA, o.c., III, pg. 285 ss.

E. HUSSERL, *Ideas relativas a uma fenomenologia pura y una filosofia fenomenológica*. Fondo de Cultura Económica. México. 1949.

TEXTOS

Intuição essencial e intuição individual

Antes de mais nada chamo de "essência" aquilo que está no ser autárquico de um indivíduo constituindo *aquilo que êle é*. Mas tudo *aquilo que pode transpor-se numa idéia*. Uma *intuição empírica* ou individual pode converter-se em *intuição essencial (ideação)*, possibilidade que, por sua vez, não deve ser considerada empírica, mas essencial. O intuído, neste caso, é a correspondente essência *pura* ou *eidos*, seja na suprema categoria, seja numa divisão da mesma, até descer à concretização total.

Seja qual fôr a índole da intuição individual, adequada ou não, pode ter a característica da intuição essencial, e esta (seja também adequada ou não), de maneira semelhante, pode ter caráter de um ato no qual algo *é dado*. Isto, porém, implica no seguinte:

A essência (eidos) é um objeto de índole nova. Assim como o dado na intuição individual ou empírica é um objeto individual, o dado na intuição essencial é uma essência pura.

Não estamos aqui perante uma analogia superficial, antes perante uma comunidade radical. *A intuição essencial é também rigorosa intuição*, da mesma forma que o objeto eidético é rigorosamente objeto. A generalização do par de conceitos correlatos "intuição" e "objeto" não é uma ocorrência casual; é necessariamente exigida pela natureza das coisas. A intuição empírica, e particularmente a experiência, é consciência de um objeto individual e, enquanto consciência intuitiva "faz que se

dê"; enquanto percepção faz que se dê originariamente, que a consciência acelere o objeto "originariamente" na sua identidade pessoal. (*Idéias Relativas a Uma Fenomenologia* ..., Seção I, Cap. I, § 3).

A "consciência pura" ou "transcendental" como resíduo fenomenológico

Procedemos, inicialmente, assinalando de forma direta e contemplando, pois que o ser que se trata de assinalar outra coisa não é do que aquilo que chamaremos, por razões essenciais, de "vivências puras", "consciência pura", com seus "correlatos puros" e, de outro lado, seu "eu puro", desde o eu, desde a consciência, as vivências que se nos dão na atitude natural. Eu sou-eu, o homem real, um objeto real no sentido exato, como outros do mundo natural. Eu levo a cabo *cogitationes*, "atos da consciência" no sentido amplo e restrito, e tais atos são, enquanto pertencentes a êste sujeito humano, acontecimentos da mesma realidade natural.

Mantemos, pois, o olhar dirigido com firmeza ao campo da consciência e estudamos o que encontramos nela de imanente. Antes de mais nada, antes ainda de concluir a desconexão fenomenológica dos juízos, submetemo-la a uma análise essencial e sistemática, muito embora não exaustiva. O imprescindível é uma certa visão geral da essência da *consciência em geral* e em particular da consciência enquanto é por essência consciência da realidade "natural". Nestes estudos vamos até onde é necessário para obter a visão que nos propusemos, isto é, a visão de que *a consciência tem de por si um ser próprio, que, naquilo em que é absolutamente próprio, não é atingido pela desconexão fenomenológica*. Donde resta êste ser como "resíduo fenomenológico", como uma região do ser, inicialmente *sui generis*, que pode ser, de fato, o campo de uma nova ciência: a fenomenologia. (*Ibidem*, Seção II, Cap. II, § 33).

As reduções fenomenológicas

Desligar a natureza foi, para nós, a forma metódica de possibilitar um olhar para a consciência pura transcendental em geral. Será útil, agora que a temos no campo da nossa intuição,

considerar inversamente o que deveria ficar desligado, para uma investigação pura da consciência atingir seus objetivos, e se o desligamento necessário atinge só ao campo da natureza. Do ponto de vista da ciência fenomenológica que queremos criar, quer isto dizer também *de quais ciências* pode *beber* sem lesar a pureza do seu sentido, quais pode utilizar *como previamente dadas* e quais não; ou seja, quais devem ser "colocadas entre parênteses".

Para o método fenomenológico é de suma importância (e depois também para o método de investigação filosófico-transcendental em geral) ter uma doutrina sistemática de tôdas as reduções fenomenológicas, como a que intentamos esboçar até aqui. Seu múltiplo e constante "pôr entre parênteses" tem a função metódica de nos lembrar constantemente que os campos do ser e do conhecimento afetados por êle estão, *de início*, fora daqueles que se devem estudar como fenomenológico-transcendentes e que tudo o que seja infiltração de premissas pertencentes aos domínios colocados entre parênteses é sinal de uma mistura significativa, de um contra-senso ou de uma verdadeira $\mu\epsilon\tau\acute{\alpha}\beta\alpha\sigma\iota\varsigma$. (*Ibidem*, Seção II, Cap. IV, § 56 e 61).

BERGSON

(1859-1941)

VIDA E OBRAS

Aos 18 de outubro de 1859, nasce Henri-Louis BERGSON, em Paris. Aos nove anos, começa seus estudos no Liceu Condorcet. É um aluno brilhante, tanto nas Ciências quanto nas Letras. Já então encontra uma solução original ao problema dos três círculos de Pascal, que os "Anais das Matemáticas" publicarão. Sente-se, no entanto, atraído pela Filosofia, e ingressa na Escola Normal Superior aos 19 anos (1878).

Nomeado professor para o Liceu de Angers, aos 22 anos de idade, permanecerá lá de 1881 a 1883, quando lhe oferecem a cadeira de Filosofia do Liceu de Clermont-Ferrand, que ocupará até os 29 anos (1888).

Conhecido pelos seus trabalhos é chamado a Paris para lecionar no Colégio Rollin e depois no Liceu Henrique IV. Sua tese *Ensaio Sobre os Dados Imediatos da Consciência* causará sensação no mundo filosófico.

Conferencista exímio é sempre procurado e designado para pronunciar discursos nas solenidades.

Em 1897, com 38 anos de idade, publica *Matéria e Memória, Ensaio Sobre a Relação Entre o Corpo e o Espírito*. Três anos depois (1900), irá ocupar a Cadeira de Filosofia Antiga no Colégio da França. Neste mesmo ano publica *O Riso, Ensaio Sobre o Significado do Cômico*. E quatro anos mais tarde (1904), tomará conta também da Cadeira de Filosofia Moderna. Suas aulas das sextas-feiras são concorridíssimas.

Em 1907 aparece sua obra *A Evolução Criadora*. Escreve também numerosos artigos em revistas filosóficas.

Em 1912, enviado em missão aos Estados Unidos, ministra um Curso na Universidade Colúmbia de Nova Iorque sobre espiritualidade e liberdade.

Com a idade de 62 anos (1921), renuncia à Cadeira que tinha ocupado por mais de 20 anos. Um ano depois publica o trabalho *Duração e Simultaneidade*. Onze anos mais tarde (1932), publica *As Duas Fontes da Moral e da Religião*. E dois anos depois

(1934) reúne em um volume diversas memórias inéditas e artigos já publicados, sob o título *O Pensamento e o Movente*.

Apesar de todos os cuidados a doença paralisa-o mais e mais e, aos 4 de janeiro de 1941, com 82 anos de idade, uma congestão pulmonar ocasiona sua morte.

PENSAMENTO

Caracteriza-se, sem dúvida, pelo seu "intuicionismo". É uma genial reação ao cientifismo positivista, empirista e evolucionista da época. Em última análise, também contra o racionalismo exagerado, dominante após DESCARTES.

Da mesma forma que o positivismo e o racionalismo assim o intuicionismo bergsoniano é um método.

Com seu método intuitivo (que não exclui a razão, mas revaloriza a consciência direta) pretende penetrar a realidade de forma tão imediata e concreta quanto profunda.

A realidade é um "devir" constante. O conhecimento intuitivo desta realidade (uma espécie de contemplação) não a destrói, como o faria uma análise racional. Pela intuição obtemos um conhecimento da essência interna dos seres; é a verdadeira ciência metafísica.

O "impulso vital" é a fonte donde tudo o mais emana; principalmente todas as formas de atividade, das mais elementares até as mais superiores.

Dinamismo e realidade suprema identificam-se.

Como na ciência a intuição, na religião será a mística a sua forma perfeita.

FONTES

SCIACCA, o.c., pg. 201 ss.

BERGSON, *La pensée et le mouvant*. Presses Universitaires de France, Paris, 1950.

BERGSON, *L'évolution créatrice*. Presses Universitaires de France, Paris, 1954.

TEXTOS

A intuição de que falamos tem por objeto, acima de tudo, a duração interior. Ela compreende uma sucessão que não é justaposição, um crescimento do íntimo, o prolongamento ininterrupto do passado no presente que invade o futuro. É a visão direta do espírito no espírito. Nada interposto; nada de refração através de um prisma onde uma face é espaço e a outra linguagem. Em lugar de situações contíguas a situações, que

se transformarão em palavras justapostas a palavras, temos a continuidade indivisível, e por isso substancial, do fluxo da vida interior. Intuição significa acima de tudo consciência, mas consciência imediata, visão que com dificuldade se distingue do objeto visto, conhecimento que é contato e até coincidência. (*O Pensamento e o Movente*, II Introdução, no início).

Nós designamos, pois, para a metafísica um objeto limitado, o espírito principalmente, e um método especial, a intuição acima de tudo. Por isso distinguimos nitidamente a metafísica da ciência. Por isto mesmo, porém, atribuímos-lhes um valor igual. Acreditamos que elas podem, tanto uma quanto a outra, atingir o fundo da realidade. Rejeitamos as teses defendidas por alguns filósofos, aceitas por alguns sábios, sobre a relatividade do conhecimento e a impossibilidade de alcançar o absoluto. (*Ibidem*).

Sem dúvida a intuição comporta muitos graus de intensidade e a filosofia muitos graus de profundidade; o espírito, porém, que tenha chegado à duração real, viverá então da vida intuitiva e seu conhecimento das coisas será então filosofia. Em lugar de uma descontinuidade de momentos substituindo-se em um tempo infinitamente dividido, captará a fluidez contínua do tempo real que desliza indivisível. Em lugar de estados superficiais que viriam alternadamente descobrir uma coisa indiferente e que manteriam com ela a misteriosa relação do fenómeno para com a substância, captará uma única mudança que se estende sempre mais, como em uma melodia onde tudo é devir, mas onde o devir, sendo substancial não precisa de suporte. Chega de estados inertes e coisas mortas: basta, pois que a mobilidade é a estabilidade da vida. Uma visão assim, onde a realidade apresenta-se como contínua e indivisível é, com certeza, o caminho que leva à intuição filosófica.

Não é necessário, para chegar à intuição, sair fora do domínio dos sentidos e da consciência. O erro de KANT foi acreditar nisso. Depois de provar com argumentos decisivos que nenhum esforço dialético nos introduziria no além e que uma metafísica eficiente seria necessariamente uma metafísica intuitiva, acrescentou que carecemos dessa intuição e que tal metafísica é impossível. Seria assim, com efeito, se não houvesse outro tempo e outra mudança que os que KANT percebeu e que nós em outro lugar temos combatido; pois nossa percepção comum não saberia sair do tempo nem captar outra

coisa do que a mudança. O tempo, porém, onde nós estamos naturalmente situados, a mudança que nos oferecemos a nós mesmos como espetáculo, são um tempo e uma mudança que nossos sentidos e nossa consciência reduziram a pó para facilitar nossa ação sobre as coisas. Desfaçamos aquilo que eles fizeram, voltemos nossa percepção às suas origens e teremos um conhecimento de novo gênero sem ter tido a necessidade de recorrer a novas faculdades.

Se este conhecimento se generalizar, não será só a especulação que aproveitará. A vida de cada dia poderá ser reanimada e iluminada. Porque o mundo onde nossos sentidos e nossa consciência nos introduzem não é mais que uma sombra dele mesmo, é frio como a morte. Tudo está arrumado para nossa maior comodidade, mas tudo está em um presente que parece recomeçar sempre sem cessar; e nós mesmos artificialmente habituados a uma imagem do universo não menos artificial, nos reconhecemos na instantaneidade, falamos do passado como de coisa acabada, vemos no futuro um fato estranho ou pelo menos estrangeiro, um recurso emprestado pela matéria ao espírito. Retomemo-nos, pelo contrário, tais quais somos, em um presente denso e, ainda mais, elástico, que podemos dilatar indefinidamente para trás removendo cada vez para mais longe o pano que nos oculta de nós mesmos. Retomemos o mundo exterior tal como é, não somente na superfície, no momento atual, mas em profundidade, com o passado próximo que o comprime e lhe imprime seu impulso; habituemo-nos, numa palavra, a ver todas as coisas *sub specie durationis*: logo, o rígido se distende, o amortecido se reaviva, a morte ressuscita na nossa percepção galvanizada. As satisfações que a arte só oferece aos privilegiados pela natureza e pela fortuna, e ainda a eles só de vez em quando, a filosofia, entendida assim, oferecer-no-las-á a todos, a qualquer momento, insuflando vida aos fantasmas que nos circundam e revivificando-nos a nós mesmos. Desta forma ela será o complemento das ciências tanto na prática como na teoria. Com suas aplicações, que só visam o conforto da existência, a ciência promete-nos o bem-estar, e quando mais o prazer. A filosofia, porém, poderia já dar-nos a felicidade. (O.c., IV, *A Intuição Filosófica*, no fim).

Voltemos, assim, após um longo rodeio, à idéia donde partimos, isto é, ao "impulso original" da vida, passando de uma geração de germes à geração seguinte de germes pelo intermédio de organismos desenvolvidos que constituem o traço

de união entre os germes. Este impulso, mantendo-se dentro das linhas da evolução entre as quais se divide, é a causa profunda das variações, pelo menos das que se transmitem regularmente, que se somam, que criam as novas espécies. Em geral, quando as espécies começam a divergir partindo de um tronco comum, acentuam mais sua divergência na medida em que progredem pela evolução. Por conseguinte, em pontos bem definidos, podem e devem evoluir idênticamente, se aceitamos a hipótese de um impulso comum. É isto que nos falta demonstrar de maneira mais precisa, no mesmo exemplo que tomamos, a formação do ôlho nos Moluscos e nos Vertebrados. A idéia de um "impulso original" poderá tornar-se assim também mais clara. (*A Evolução Criadora*, c. I, perto do fim).

DEWEY

(1859-1952)

VIDA E OBRAS

Aos 20 de outubro de 1859, nasce John DEWEY em Burlington, Vermont (U.S.A.).

Com 20 anos (1879) diploma-se pela Universidade de Vermont, e três anos depois (1882), faz sua primeira publicação no *Jornal de Filosofia Especulativa*. Alguns anos depois continuará publicando até atingir uma longa lista de trabalhos. Neste mesmo ano diploma-se também pela Faculdade John Hopkins, pois não estava satisfeito com os estudos anteriores.

Aos 25 anos (1884), doutora-se em Filosofia. Após o que vai para a Universidade de Michigan, onde leciona até 1888, quando aceita o convite da Universidade de Minnesota, permanecendo lá apenas um ano. Retorna a Michigan, assumindo, então, a direção do Departamento de Filosofia.

Com 35 anos (1894), vai para Chicago, em cuja Universidade leciona Filosofia e Pedagogia durante dez anos. É este um período importante da sua vida, no qual já atinge renome mundial.

Em 1897, publica: *Meu Credo Pedagógico*. Em 1889: *Psicologia e Método Filosófico*. Enquanto escreve e leciona, dirige também (1902-1904) a Escola de Educação da Universidade de Chicago, desenvolvendo nela seu *método experimental*. Deste período, ainda, são seus *Estudos Sobre a Lógica* (1903).

Com 45 anos (1904), deixa Chicago e vai para a Universidade de Colúmbia, continuando lá a lecionar Filosofia até 1931.

Em 1916, publica *Educação e Democracia*. Em 1920, *Reconstrução em Filosofia*. Em 1928, aproveita umas férias para viajar pela Rússia. Em 1931, publica *Filosofia e Civilização*. Seu último livro publicado em vida aparece três anos antes da sua morte.

Após uma longa vida dedicada à docência e à pesquisa filosófica e educacional, faleceu no dia 1º de junho de 1952, com 93 anos de idade.

PENSAMENTO

Instrumentalismo e *experimentalismo* são dois dos nomes com que ficou conhecido o pragmatismo de DEWEY.

O ponto de partida do conhecimento é a *experiência*, que não é só fonte da verdade mas também do erro. As idéias, por sua vez, são o *instrumento* de organização da experiência futura. Assim, a idéia é válida tanto quanto fôr sua experiência instrumental.

Os homens só pensam quando estimulados pela necessidade.

Com DEWEY o pragmatismo americano de PEIRCE e JAMES consegue sua máxima difusão. A influência de DEWEY no campo da educação foi notória e sensível em diversos países.

Sua contribuição pedagógica para o sentido do concreto, não isenta o pragmatismo das internas contradições e da pobreza filosófica de que é portador.

FONTES

W. DURANT, o.c., pg. 459 ss.

DEWEY, *Como Pensamos*. Companhia Editôra Nacional. 1959 (3ª ed.).

DEWEY, *Reconstrução em Filosofia*. Com. Ed. Nacional. 1959 (2ª ed.).

DEWEY, *Democracia e Educação*. Comp. Ed. Nacional. 1959 (3ª ed.).

TEXTOS

Experiência e Razão

Torna-se necessário repetir aqui o que tantas vezes foi dito, isto é, que o saber experimental capacita o homem para exercer o contróle intencional sobre o meio. Como, entretanto, costuma ser esquecido o impacto que este contróle causa na idéia tradicional de experiência, convém salientar aqui que ocorreu algo bastante significativo ao deixar a experiência de ser *empírica* para se tornar *experimental*. Os antigos utilizavam-se dos resultados da experiência apenas para estabelecer costumes que deveriam ser, desde então, cegamente seguidos e cegamente violados. Agora, porém, a experiência anterior é utilizada para sugerir métodos e propósitos que conduzam a novas e melhores experiências. Desta forma a experiência torna-se ela própria construtiva e auto-reguladora. O que Shakespeare disse, de maneira tão sugestiva, a respeito da natureza: "melhor feita não pode, mas a natureza faz o poder", é

válido aplicado à experiência. Não devemos repetir simplesmente o passado ou aguardar acontecimentos que nos obriguem a mudar. Valemo-nos das nossas experiências passadas para construir outras novas e melhores no futuro. Assim, o fato mesmo da experiência inclui o processo pelo qual ela caminha no seu próprio aperfeiçoamento.

Desta forma, a ciência, a "razão", não é algo vindo do além para introduzir-se na experiência, mas algo que nasce e é verificado na própria experiência e que é utilizado depois com novas descobertas para expandir e enriquecer de muitas maneiras a experiência.

Bastam-nos as sugestões concretas nascidas das experiências anteriores, desenvolvidas e amadurecidas à luz das necessidades e falhas presentes, utilizadas com objetivos e métodos de reconstrução específica, e avalizadas através do êrro e acêrto na realização dessa atividade de ajustamento: chamamos de inteligência a essas sugestões empíricas, utilizadas de maneira construtiva para novas finalidades. (*Reconstrução em Filosofia*, C. IV, perto do fim).

O pensar reflexivo

Poder-se-ia resumir o que foi dito afirmando que a origem do pensamento é alguma perplexidade, confusão ou dúvida. Pensar não é algo que aconteça espontaneamente: não sobrevém em obediência às "regras gerais". Algo há que o ocasiona e provoca. Dizer de maneira geral para uma criança (ou um adulto) que pense, abstraindo da existência na sua própria experiência, de alguma dificuldade que o atrapalhe ou perturbe seu equilíbrio, é tão inútil como exigir que se levantem no ar a si mesmos puxando dos cordões dos seus sapatos.

Ainda é possível não pensar reflexivamente, mesmo estando em um estado de perplexidade e tendo uma experiência prévia da qual possam nascer sugestões. Pois pode acontecer que a nossa crítica dos pensamentos que nos ocorrem não seja suficiente; podemos ser precipitados na conclusão, sem ponderar os argumentos em que se apóia; podemos querer renunciar à pesquisa, à investigação, ou abreviá-las indevidamente, podemos querer adotar a primeira "resposta" ou solução que nos vier à

cabeça, por preguiça mental, frouxidão ou impaciência de chegar ao fim. Somente estamos aptos para pensar reflexivamente quando nos dispomos a suportar a suspensão do juízo e a superar a labuta da pesquisa. Tanto a suspensão do juízo quanto a pesquisa intelectual desagradam a muitos: querem ver tudo pronto o mais depressa possível. Cultivam um hábito mental excessivamente positivo e dogmático ou temem talvez que a condição de dúvida seja tomada como sinônimo de inferioridade mental. É precisamente no momento da pesquisa, do exame e da verificação que ressalta a diferença entre o pensamento reflexivo e o mal orientado. (*Como Pensamos*, C. I, no fim).

SANTAYANA

(1863-1952)

VIDA E OBRAS

Aos 16 de dezembro de 1863, nasce Jorge SANTAYANA em Madrid (Espanha). Sua mãe, ao casar, já era viúva de um norte-americano e tinha deixado três filhos nos Estados Unidos. Algum tempo depois de seu nascimento, seus pais separam-se, voltando a mãe para a América do Norte.

Com nove anos de idade (1872), é levado por seu pai para Boston (E.E.U.U.) onde fica aos cuidados da mãe, pois assim teria mais recursos para estudar. Lá conclui seus estudos médios.

Aos vinte anos (1883), faz uma viagem a Espanha, onde discute com seu pai sua carreira e seu futuro. Regressa logo para os Estados Unidos e, em Harvard, forma-se em Filosofia, sendo um dos seus mestres W. JAMES. Aperfeiçoa seus estudos em Berlim (Alemanha). Na Universidade de Harvard será professor por alguns anos.

Com 33 anos de idade (1896), vai para a Inglaterra estagiar um ano, estudando Platão e Aristóteles no "Trinity College" de Cambridge. No mesmo ano escreve seu primeiro ensaio filosófico, *O Senso da Beleza*.

A sua grande obra, *A Vida da Razão*, em cinco volumes, escrevê-la-á aos 43 anos (1905-1906). Seis anos depois (1912) abandonará o magistério.

Em 1916, escreve *O Egotismo na Filosofia Alemã*. E aos 60 anos de idade (1923) publicará um dos seus trabalhos mais significativos *Ceticismo e Fé Animal*. Dos 67 aos 79 anos de idade (1930-1942) ainda escreverá *Os Reinos do Ser*.

Em 1952, com 89 anos de idade, falece em Roma (Itália), onde já estava residindo desde alguns anos.

PENSAMENTO

Considerado realista crítico, é platônico e estóico ao mesmo tempo. Para ele o mundo da ciência é o das essências. O mundo da existência é só conhecido pela fé. Poeta e ensaísta, mais do que filósofo sistemático. Tem-se a impressão de que não sente o mundo seu, mas sente-se, de alguma forma, como um desterrado no mundo.

FONTES

CLÁSSICOS CULTRIX, *A Filosofia de Santayana*. Editora Cultrix. São Paulo. 1967. Desta obra tiramos o texto que anexamos.

DURANT, o.c., pg. 435 ss.

SCIACCA, o.c., pg. 294.

TEXTOS

VII. *Nada dado existe*. O ceticismo não é sono e, ao lançar dúvidas sobre qualquer crença, ou provar o absurdo de qualquer idéia, o cético não estará de maneira alguma perdendo o seu senso do que lhe é apresentado. Estará apenas duvidando ou negando a *existência* de tal objeto. No ceticismo, portanto, tudo gira em torno do significado da palavra existência, e valerá a pena parar um momento aqui para considerá-la melhor.

Já indiquei aproximadamente a maneira por que estou usando a palavra existência, a saber, para designar um ser, em fluxo, determinado por relações externas e empurrado por acontecimentos irrelevantes. Naturalmente isto não é uma definição. O termo existência é apenas um nome. Ao usá-lo, estou meramente mostrando ao leitor, como por meio de um gesto, o que tal palavra designa em meu vocabulário, como se, ao dizer César, apontasse o meu cachorro, para que ninguém supusesse estivesse eu me referindo ao imperador romano. O imperador romano, o cachorro e o som César são todos indefiníveis; mas poderiam ser descritos mais particularizadamente pelo uso de outros nomes indicativos e indefiníveis, para marcar-lhes características ou os acontecimentos em que figurassem. Destarte, o domínio total do ser que designo ao dizer existência, poderia ser mais pormenorizadamente descrito; sua descrição seria Física ou talvez Psicologia; mas a exploração desse domínio, franqueado apenas à fé animal, não preocuparia o cético.

O cético se volta, de tais objetos indefinidos e confusos, para o imediato, para o dado, e talvez por um momento possa imaginar que encontrou aí a existência verdadeira; mas se for um bom cético, logo se libertará do engano. Certamente encontrará no imediato a ausência de luta entre afirmação e contra-afirmação: não encontrará aí nenhuma informação, nenhuma hipótese, nenhuma fantasmagórica reduplicação do óbvio, nenhuma fantasmagórica iminência do não-dado. Não será o óbvio,

poderia êle perguntar, o verdadeiramente existente? Contudo, o óbvio é apenas o aparente; e isso em ambos os sentidos dessa ambígua palavra. O dado é aparente no sentido de ser evidente por si e luminoso; e é aparente também no sentido de ser mera aparição e ser não-substancial. Neste último sentido, o aparente ameaça tornar-se o não existente. Não pretende o existente ser mais do que o aparente; ser, mais do que simples evidência, aquilo para o qual busco evidência, no sentido de testemunho? Não será o existente, então (que, de seu próprio ponto de vista, ou fisicamente é mais do que o aparente), cognitivamente de meu ponto de vista, menos que o aparente? Não necessita êle de testemunhas para comprovar-lhe o ser? E o que pode recomendar-me tais testemunhos senão sua eloquência intrínseca? Não serei cético se não transferir imediatamente toda a minha confiança da existência comunicada para a aparência que a comunica, e substituir a evidência de meus sentidos pela evidência do advogado. Esquecerei os crimes e confusões de que se falou no tribunal, e atentarei para o juiz, com sua toga encarnada debruada de arminho; com suas pálidas feições de velha rapôsa sob a peruca grisalha; para o júri na sua impassibilidade; para a testemunha que gagueja; para o advogado oficialmente insolente, que não pensa no que está dizendo mecânicamente, mas que sussurra algo que de fato o interessa num aparte, quase bocejando, e olhando o relógio para ver se está na hora do almoço; e para a torrente de luz que das altas janelas cai obliquamente sobre toda a cena. Não será o quadro instável, em meu transe desperto, a realidade efetiva? É todo o mundo da existência e da atividade não será apenas uma fábula perpétua, que êsse transe mantém? (*Ceticismo e Fé Animal*).

SCHELER

(1874-1928)

VIDA E OBRAS

Aos 22 de agosto de 1874, nasce Max SCHELER em Munique (Alemanha).

Em Iena foi discípulo de EUCKEN, cuja influência marcou suas primeiras tendências filosóficas. Lá, em 1901 (com 27 anos de idade), consegue sua habilitação, apresentando seu primeiro trabalho filosófico significativo: *O Transcendental e o Método Psicológico*.

Passa depois a colaborar com o grupo chefiado por HUSSERL: o Círculo Fenomenológico de Munique. Da aplicação do método fenomenológico à Ética nasce uma das suas obras principais: *O Formalismo na Ética e a Ética Material dos Valores*, escrito de 1913 a 1916.

De Munique passa para Göttinga e depois da Primeira Guerra Mundial, em 1919, com 45 anos de idade, vai para Colônia, onde será professor titular.

Aos 49 anos (1923), escreve outra das suas obras mais notáveis: *Essência e Formas da Simpatia*. Seus trabalhos profundamente cristãos, da época que precedeu esta obra, levaram TROELTSCH a chamá-lo de "NIETZSCHE católico". Neste mesmo ano de 1923, porém, após sete anos de ostensivo comportamento católico, afastou-se da igreja por causa de certos acontecimentos pessoais. Daqui para frente o pessimismo e o desespero vão caracterizar seu pensamento.

Em Francfort passará os últimos anos da sua curta existência. Ainda lecionará um pouco, para logo abandonar a cátedra. A morte colhe-o lá com apenas 54 anos de idade, aos 19 de maio de 1928.

O Lugar do Homem no Cosmos (1928) será uma das suas obras póstumas.

PENSAMENTO

Três etapas caracterizam o seu pensamento filosófico: a primeira é a da sua adesão à filosofia de EUCKEN; a segunda é a fase fenomenológica; e a terceira a fase pessimista e desesperada.

A sua grande contribuição é, sem dúvida, no campo da ética e dos valores em geral. Os valores são "qualidades" para as quais o homem tem um "sentimento" especial. Os valores são algo objetivo e não relativo como NIETZSCHE propugnava.

No campo psicológico preocupou-se com as emoções, que o levam a estudar a essência e as formas da simpatia.

Na filosofia antropológica sua contribuição é bastante valiosa. A pessoa e o espírito humano são para ele objeto de longa análise.

FONTES

HIRSCHBERGER, o.c., pg. 169 ss.

SCHELER, *La esencia de la Filosofía*. Editorial Nova. Buenos Aires, 1958.

SCHELER, *Le formalisme en éthique*. Gallimard. Paris, 1955 (2ª ed.).

SCHELER, *El puesto del hombre en el Cosmos*. Editorial Losada. Buenos Aires, 1967.

TEXTOS

O problema da Filosofia

O problema da essência da Filosofia apresenta inúmeras dificuldades, não por incapacidade humana, mas por causa da natureza mesma do assunto. Tais dificuldades não são comparáveis àquelas que costumam aparecer quando se trata de determinar com precisão os objetos das diferentes ciências positivas. É difícil separar claramente, p.e., a Física da Química (momento desde que existe uma química física), ou dizer o que seja a Psicologia. Em tais casos, porém, é objetivamente possível, pelo menos, o recurso, na dúvida, a conceitos básicos, esclarecidos filosoficamente, como matéria, corpo, energia ou "consciência", "vida", "alma", isto é, a conceitos cuja última significação é filosoficamente indiscutível. A Filosofia entretanto, tendo que se constituir *a si mesma* partindo da pergunta sobre sua essência, não pode agir de forma semelhante à das outras ciências, na medida em que não se refere a um particular conteúdo doutrinário de uma determinada espécie da essência da filosofia por ela buscada, isto é, a uma *teoria* filosófica determinada ou a um "sistema" denominado filosófico — pelo qual cai numa espécie de círculo. Pois mesmo que tal conteúdo doutrinário seja filosófico — não só verdadeiro e capaz de suportar a crítica — isto pressupõe que se sabe *antecipadamente* o que

é a filosofia e qual seu objeto. (*A Essência da Filosofia*, no início).

Os valores

Todos os valores (compreendendo tanto o "bom" quanto o "mau") são qualidades materiais, que estão relacionadas entre si por uma ordenação hierárquica determinada; e isto independentemente da forma-de-ser que possam tomar, e do fato de que, p.e., possam apresentar-se a nós como qualidades puramente objetivas, ou como partes de estruturas-axiológicas (por exemplo o ser-gradável, o ser-belo de alguma coisa), ou ainda como elementos-parciais relacionados com tais bens, ou finalmente como o valor que "tem uma coisa".

Esta independência que atribuímos ao valor em relação às coisas, aos bens e às estruturas-reais, segue-se claramente de uma série de fatos. (*O Formalismo na Ética*, I, 1, no meio).

Diferença essencial entre o homem e o animal

Sustento que a essência do homem e o que se poderia chamar o seu lugar singular ficam muito *por cima* do que se chama inteligência e faculdade de escolher, e não poderiam ser atingidas por estas, mesmo que as imaginássemos aumentadas quantitativamente até o infinito. Da mesma forma seria um erro imaginar êsse *quid* novo, que faz do homem um homem, simplesmente como outro grau essencial das funções e faculdades da esfera *vital*, outro grau que se superporia aos graus psíquicos já estudados — impulso afetivo, instinto, memória associativa, inteligência e escolha — e cujo estudo pertenceria à *Psicologia*. Não. O *novo princípio* que faz do homem um homem, é *alheio* a tudo o que podemos chamar de *vida*, no seu mais amplo sentido, tanto no psíquico interno como no vital externo. O que faz do homem um homem é um princípio que, como tal, é irreduzível à "evolução natural da vida", e se tiver de ser reduzido a alguma coisa o teria de ser somente ao fundamento supremo das coisas, ou seja, ao mesmo do qual também a "vida" é uma manifestação parcial. Já os gregos defenderam a existência desse princípio chamando-o de "razão". Nós preferimos empregar, para designar este X, uma palavra mais compreensiva, uma palavra que, junto com a razão ou o pensar idéias, compreende também uma determinada espécie

de intuição, a intuição dos fenômenos primários ou essenciais e, além disso, uma determinada espécie de atos emocionais e volitivos, que ainda devemos caracterizar: por exemplo, a bondade, o amor, o arrependimento, a veneração etc. Essa palavra é *espírito*. E chamaremos de *pessoa* ao *centro ativo* onde o espírito se manifesta dentro do campo do ser finito, *diferenciado* rigorosamente de todos os centros funcionais "da vida" que, considerados no seu íntimo, chamam-se também de centros "anímicos". (*O Lugar do Homem no Cosmos*, II, no início).

ORTEGA Y GASSET

(1883-1955)

VIDA E OBRAS

Aos 9 de maio de 1883, nasce em Madri (Espanha) José ORTEGA Y GASSET. Cursa o Colégio com os Jesuítas em Miraflores del Palo (Málaga). Estuda depois Filosofia e Letras na Universidade de Madri, onde se licenciou em 1902, com 19 anos de idade. Dois anos depois doutora-se na mesma Universidade com a tese: *Os Terrores do Ano Mil; Crítica de Uma Lenda*.

Dos 22 aos 24 anos de idade (1905-1907), estuda na Alemanha, em Leipzig, Berlim e Marburgo.

Aos 27 anos (1910), conquista a Cátedra de Metafísica da Universidade Central de Madri, renunciando a ela 26 anos depois (1936).

Em 1923, funda a *Revista de Occidente*, de relevante conteúdo intelectual.

Em 1931, é eleito deputado para a Assembléia Constituinte da II República Espanhola.

A partir de 1936, até 1945 (dos 53 aos 62 anos de idade) reside na França, Holanda, Argentina e Portugal, onde ministra cursos e pronuncia conferências, ao mesmo tempo que prossegue na sua atividade de escritor.

Em 1948, novamente na Espanha, funda em Madri, junto com Julián MARIAS, o "Instituto de Humanidades". Continua sua atividade como conferencista e escritor até o fim da sua vida.

Aos 18 de outubro de 1955, com 72 anos de idade, morre em Madri.

Do seu grande número de trabalhos publicados, indicamos alguns mais relacionados com a Filosofia:

O Tema do Nosso Tempo (1923); *As Atlântidas* (1924); *Kant* (1924-1929); *A Rebelião das Massas*, e *Missão da Universidade* (1930); *Guilherme Dilthey e a Idéia da Vida*, e *Em Torno de Galileu* (1933); *Ensimesmamento e Alteração*, e *Meditação da Técnica* (1939); *Idéias e Crenças*, e *Anotações Sobre o Pensamento* (1940); *O Homem e a Gente* (1957); *A Idéia de Princípio em Leibniz e a Evolução da Teoria Dedutiva; Que é Filosofia?*; *Meditação do Povo Jovem* (1958).

É um filósofo da vida, de uma vida que é um fazer-se, mas um fazer-se concreto, histórico. Resume bem seu pensamento neste particular a sua frase já célebre: "Eu sou eu e minha circunstância".

O homem é um ser histórico, e a realidade dependerá do ponto de vista concreto, humano, da qual é observada.

Na ética é valorista, sugerindo inclusive uma nova ciência para a percepção dos valores, a "Estimativa", diferente da gnosologia.

Seu pensamento sofre inúmeras influências: neokantismo, historicismo de DILTHEY, relativismo de SIMMEL, intuicionismo de BERGSON, vitalismo de NIETZSCHE.

Filósofo e escritor, sua leitura amena e seu brilhante estilo literário valorizam suas análises filosóficas.

De resto, não possui qualquer sistema filosófico definido. Dir-se-ia que é, simplesmente, um pensador eclético, que nem sequer evita as contradições, fáceis no ecletismo.

FONTES

SCIACCA, o.c., III, pg. 218 ss.

ORTEGA Y GASSET, *Obras Completas*. Revista de Occidente. Madri. 1962.

TEXTOS

5. O conhecimento dos valores é absoluto e quase matemático.

Alguna beleza de linguagem contribuirá ao esclarecimento da questão. Disse que é inevitável distinguir entre as coisas — que são realidades — e os valores — que são virtualidades. Pois bem: ao tomarmos alguma coisa com as suas propriedades materiais e ainda com seus valores, chamamos essa coisa de "bem" se os valores são positivos e de "mal" se negativos. Uma tela de Velázquez, com suas linhas e cores é só uma coisa; se nela percebermos além disso a graça austera do seu cromatismo, a nobre disposição das suas figuras, a comovente vitalidade do seu ambiente — isto é um "bem". Dir-se-ia que cada coisa, acima do conjunto das qualidades que fazem dela tal ser, possui como que uma auréola de qualidades de valor que definem seu perfil estimativo.

Convém determinar bem os termos aonde nos leva esta pesquisa. Todo valor, por ter a característica de uma qualidade, exige ser relacionado a algo concreto. A brancura será sempre brancura de alguma coisa. A bondade, bondade de alguém. Acontece, às vezes, percebermos a qualidade sem conhecer bem seu substrato, isto é, a coisa que a possui e quem ela é. Na irrequieta planície marinha podemos ver alguma brancura sem sabermos se pertence à vela de algum iate, a uma rocha ou à longínqua espuma. No caso dos valores a independência ainda é maior. "Sentimos" com clara perfeição a justiça perfeita, e até agora não sabemos qual a situação real em que ela se poderia realizar exatamente.

Daí que a experiência dos valores é independente da experiência das coisas. E além do mais de índole bem diversa. As coisas, as realidades, são pela sua natureza "opacas" para nossa percepção. De maneira nenhuma conseguimos ver alguma vez de forma total o que seja uma maçã; temos que virá-la, abri-la, dividi-la, e jamais conseguimos percebê-la integralmente. Nossa experiência a seu respeito será cada vez mais completa, porém nunca perfeita. Pelo contrário, o irreal — um número, um triângulo, um conceito, um valor — são naturezas "transparentes". Vemo-las de uma só vez na sua integridade. Sucessivas análises podem nos proporcionar noções mais pormenorizadas das mesmas, porém desde o primeiro olhar entregaram-nos toda sua natureza. Nosso trabalho mental posterior constrói-se sobre esse primeiro olhar, ou um outro que só reitere aquele. Nossa experiência do número, do corpo geométrico, do valor, é, pois, absoluta. Daí que a matemática seja uma ciência *a priori* de verdades absolutas. Pois bem: a Estimativa ou ciência dos valores será também um sistema de verdades evidentes e invariáveis, de tipo semelhante ao da Matemática. (*Obras Completas*, vol. VI, *Introdução a Uma Estimativa*).

Ensimesmamento e alteração

São três os momentos diferentes que se repetem cíclicamente ao longo da história humana de maneiras cada vez mais complexas e densas: 1º, o homem sente-se perdido, naufrago das coisas; é "a alteração". 2º, o homem, mediante um enérgico esforço, retira-se ao seu íntimo para formar idéias sobre as coisas e o possível domínio sobre as mesmas; é o "ensimesma-

mento", a "vita contemplativa" que diziam os romanos, o *teoreticos bios* dos gregos, a *theoria*. 3º, o homem torna a mergulhar no mundo para nêle agir conforme um plano prefixado: é a "ação", a "vida ativa", a *praxis*.

Assim sendo, "sòmente pode-se falar de ação na medida em que esteja dirigida por uma contemplação prévia; vice versa, o ensimesmamento é só planejar uma futura ação."

O destino do homem é, pois, primariamente "ação". Não vivemos para pensar, antes pelo contrário: pensamos para poder sobreviver. Isto é algo essencial, ao meu ver, onde urge opor-se radicalmente à tradição filosófica e determinar-se a negar que o "pensamento", sob qualquer sentido ou significação que fôr tomado, tenha sido dado ao homem de uma vez por tôdas, de tal maneira que pode encontrá-lo, sem mais, ao seu dispor, como uma faculdade ou potência perfeita, pronta para ser usada e posta em ação, como ao pássaro foi dado o poder voar ou ao peixe o poder nadar. (*Obras Completas*, vol. VII, *Ensimesmamento e Alteração*, no meio).

O viver

Viver é o que fazemos e o que nos acontece — desde pensar, sonhar, comovermo-nos, até um jôgo na Bôlsa ou ganhar batalhas. Bem entendido, porém, nada do que fazemos seria nossa vida se não tivérmos consciência disso. Êste é o primeiro aspecto com que topamos: viver é essa realidade estranha, única, que tem o privilégio de existir para si mesma. Todo viver é viver-se, sentir-se viver, saber-se existindo — onde o saber não implica em conhecimento intelectual nem em sabedoria de qualquer espécie, mas é essa presença surpreendente que a própria vida tem para cada um: sem êsse saber-se, sem essa consciência da dor, os dentes não nos doeriam. (*Obras Completas*, vol. VII, *O Que é Filosofia?*, Lição X, no meio).

Circunstância

Nossa vida decide-se a si mesma, antecipa-se. Não nos é dada feita — como o trajeto de uma bala de que falei ontem. Consiste em decidir-se, pois que viver é encontrar-se em um mundo não fechado, antes que oferece inúmeras possibilidades. O mundo vital constitui-se a cada instante para mim de um poder fazer isto ou aquilo outro, não de um ter de fazer força-

damente isto e só isto. De outro lado, tais possibilidades não são ilimitadas — nesse caso não seriam possibilidades concretas, mas indeterminação pura, e em um mundo de absoluta indeterminação, onde tudo é igualmente possível, não é possível optar por nada. Para que possa haver opção tem de existir ao mesmo tempo limitação e fôrça, determinação relativa. Isto signífico eu com a categoria "circunstâncias". A vida encontra-se sempre em determinadas circunstâncias, uma disposição em tórno — *circum* — das coisas e das outras pessoas. Não se vive em um mundo vago, antes o mundo vital é constitutivamente circunstância, é êste mundo, aqui, agora. Circunstância é algo determinado, fechado, e ao mesmo tempo aberto, folgado internamente, como um buraco ou cavidade onde se pode movimentar, onde tomar as decisões; a circunstância é como um leito fluvial que a vida vai criando dentro de uma bacia inexorável. Viver é viver aqui, agora — e êste aqui e êste agora são rígidos, introcáveis, porém amplos. (*Obras Completas*, vol. VII, *O Que é Filosofia?*, Lição XI, no meio).

JASPERS

(1883-1969)

VIDA E OBRAS

Aos 23 de fevereiro de 1883, nasce Karl JASPERS em Oldemburgo (Alemanha). Fêz seus primeiros estudos na sua cidade natal.

Com 18 anos (1901), entrou para a Faculdade de Direito e depois para a de Medicina, onde consegue a licenciatura aos 24 anos de idade (1907) e no ano seguinte (1908) o Doutorado.

Com 30 anos (1913), obtém habilitação em Psicologia. O que mais o atrai, porém, é a Filosofia, conseguindo aos 38 anos (1921) a cátedra de Filosofia de Heidelberg. Dois anos antes (1919) tinha escrito a *Psicologia das Concepções do Mundo*.

A leitura de KIERKEGAARD e o conhecimento de WEBER e HUSSERL influenciaram-no bastante. Sua obra principal viu a luz quando ele tinha 49 anos (1932), a *Filosofia*, dividida em três volumes: I. *Orientação Filosófica no Mundo*; II. *Esclarecimento da Existência*; III. *Metafísica*. Nela estão recolhidas as linhas mestras do seu pensamento filosófico.

A partir de 1948 (com 65 anos de idade), leciona em Basiléia.

Já estávamos com esta antologia bem adiantada quando, aos 26 de fevereiro de 1969 a morte o acolheu com 86 anos de idade.

PENSAMENTO

O existencialismo de JASPERS pode ser contraposto ao de SARTRE, pelo seu cunho religioso, sem chegar contudo ao sentido sobrenatural de KIERKEGAARD.

A limitação da existência é a prova mais válida do infinito. Na existência limitada sente-se a transcendência, sente-se também Deus. A transcendência esclarece a existência.

O pensamento, na sua procura para abrir os horizontes do ser, fracassa, e é no próprio naufrágio do pensamento que ele percebe a transcendência.

Vida é existência e existência limitada.

A ciência deve visar o esclarecimento da existência.

Na comunicação, o ponto final é o silêncio.

FONTES

JOLIVET, *As Doutrinas Existencialistas*, o.c., pg. 265 ss.

JASPERS, *Filosofia*. (2 volumes). Revista de Occidente. Madrid. 1958.

JASPERS, *Balance e Perspectiva*. Revista de Occidente. Madrid. 1953.

JASPERS, *La fe filosófica*. Editorial Losada. Buenos Aires. 1953.

TEXTOS

Existência e transcendência

Transcender não é algo que se dá ao mesmo tempo que a existência empírica, mas uma possibilidade de liberdade nela. O homem é a existência empírica na qual aparece a possível "existência"; o homem não só está aí, como pode ou não transcender livremente.

A *existência empírica*, que só fica satisfeita pelo impulso para alongar essa existência e pelo cuidado da própria conservação da existência, como vida fechada e satisfeita no seu mundo, carece de transcendência. Como consciência sabe que pode acabar e morrer; sabe isto, porém, sem sobressalto. Vive como se a morte não existisse. O aniquilamento pega-a de surpresa; de fato não é algo que existe por si mesmo. Falta ainda a essa existência a consciência daquilo que, como um impulso, a penetra. A existência empírica na sua finitude somente se torna claramente visível retrospectivamente desde o transcender. Se estou plenamente nela, sou capaz, certamente, do gozo cego, da presa brutal, mas também fico perplexo na perdição, vazio na fatura, inconstante de um dia para outro.

O *transcender* existe como *movimento na existência real*. Este movimento jamais existe sem pensamento. Filosofar é originariamente este pensar presente em todo o transcender. Ao desligar-se este pensamento de "existência" concreta, transformando-se em enunciados gerais com o intuito de procurar a comunicação e o intercâmbio de "existência" para "existência", origina-se a *filosofia como resultado fixado em palavras*, mas ela só possui a verdade quando traduzida em transcender concreto ou em algo dele procedente. (*Filosofia*, vol. I, Terceira Parte, n. 2).

As provas da existência de Deus

O *máximo que se pode pensar* é um pensamento possível. Se é possível tem de ser também real. Pois se não fôsse real

poderia ser pensado algo maior do que o "máximo que se pode pensar", o que também seria real e envolveria uma contradição. Entretanto, isto último, mesmo só como pensamento é irrealizável; assim como não posso pensar no maior número, também não posso pensar em alguma outra coisa máxima, pois teria de transgredir no pensamento qualquer limite; não posso transformar o máximo, como algo completo e perfeito, no conteúdo do pensamento. O "máximo que se pode pensar" porém não é um pensamento vazio e impossível, mas um pensamento cheio e por conseguinte necessário, no qual devo pensar enquanto estou realmente no ser.

Penso na idéia de *infinitude*. Sou eu mesmo um ente finito que, na existência empírica, só encontra o finito. O fato de existir em mim tal idéia e de eu ser consciente da minha finitude deve ter um fundamento que não pode ser baseado na minha finitude. Deve existir um fundamento adequado para a imensidade de tal idéia. Isto é, a infinitude que eu penso tem de existir, pois só assim é que posso pensar que a penso.

Estas e outras modificações do pensamento de Kant chamou de *prova ontológica de Deus* deixam a "existência" falar e, por isso, pese à sua racionalidade objetiva, que já não se impõe, impedem seu caráter de prova. (*Filosofia*, II, Terceira Parte, no início).

O fracasso

O fracasso é o último termo; assim o prova a inflexível orientação intramundana, tão realista. Ainda mais: o fracasso é em tudo o último termo que, geralmente, se apresenta ao pensamento. No lógico fracassa a valorização por causa da relatividade; o conhecimento é colocado no seu limite perante antinomias ante as quais estremece sua capacidade de pensar sem contradições; por cima da ciência emerge, então, como que superando-a a verdade não racional. Para a orientação intramundana fracassa o mundo como realidade empírica, pois jamais se transforma em algo fechado, compreensível, nem o processo do conhecimento consegue um arremate ou perfeição global. No esclarecimento da "existência" fracassa o ser-si-mesmo-em-si da "existência": ali onde sou eu mesmo não sou só eu mesmo. Na transcendência fracassa o pensamento por causa da paixão e da noite. (*Filosofia*, II, Quarta Parte, no início).

HEIDEGGER

(1889-)

VIDA E OBRAS

Aos 26 de setembro de 1889, nasce Martin HEIDEGGER em Messkirch, pequeno município do então Grande Ducado de Baden (Alemanha).

Estuda Filosofia na Universidade de Friburgo, na Brisgóvia (Alemanha), onde permanece como "Privat-Dozent" dos 27 aos 34 anos de idade (1916-1923). Logo depois é nomeado professor em Marburgo, e é lá que conclui sua obra mais importante e até hoje inacabada: *O Ser e o Tempo*, cuja primeira parte publica em 1927.

Em 1928, com 39 anos de idade, volta para Friburgo como professor ordinário e sucessor de HUSSERL. Publica, então, *Da Natureza do Fundamento* (1929), contribuição à homenagem feita a HUSSERL por seus discípulos. Em seguida publica, no mesmo ano, *Kant e o Problema da Metafísica*, onde interpreta KANT de maneira original. Em 1930, publica: *O Que é a Metafísica?*, texto da aula inaugural que tinha pronunciado.

Em 1933, com 44 anos de idade, é nomeado Reitor da Universidade da Friburgo. Era o ano em que Hitler se apoderava do governo alemão. Pronuncia, então, um discurso notável: *A Auto-afirmação da Universidade Alemã*. Poucos meses depois, ao que parece por incompatibilidade com o regime, abandona o cargo, reprovando a partir de então o nacional-socialismo. De qualquer maneira foi prejudicado pela aceitação do cargo de reitor e, assim, ao término da Segunda Guerra Mundial foi afastado do ensino, apesar dos seus protestos.

Após longo silêncio, em 1942 (com 53 anos de idade), publica *A Teoria Platônica da Verdade* e, no ano seguinte, *Da Essência da Verdade*. Trabalhos que marcam uma nova orientação no seu pensamento.

Somente em 1950, com 61 anos de idade, foi reintegrado ao ensino. Lecionou um ou dois anos e, então, considerando que tinha sido reparada sua dignidade docente, solicitou e obteve a aposentadoria.

Ainda em 1950 publica *As Sendas do Bosque*. Em 1953 aparece sua *Introdução à Metafísica*, em 1954 *Que Significa Pensar?*, e em 1956 *O que é Isto, a Filosofia?*.

No momento em que escrevemos estas linhas é um homem com 80 anos de vida e um grande saldo intelectual.

PENSAMENTO

Não é a *essência* das coisas que devemos procurar sua explicação ou interpretação, mas na *existência* das mesmas.

O papel da Filosofia é exatamente este: explicar a existência, cujo ser é um *estar* (*dasein*, ser-aí).

O existente é um ser *jogado* no mundo e como a existência é possibilidade de ser, o homem, existindo, deve procurar realizar esta possibilidade. O mundo é pura historicidade e temporalidade às quais o ser transcende.

A angústia é o que nos liberta da inconsciência (como para KIERKEGAARD) e nos leva para uma existência autêntica.

A morte encerra o processo do *estar*, que é um ser-para-a-morte. Não existe, porém, oposição entre o ser e o nada. Isto é só contraditório na lógica e na aparência. O nada, como realidade, coincide com o ser.

FONTES

R. JOLIVET, *As Doutrinas Existencialistas*. Livraria Tavares Martins. Porto.

HEIDEGGER, *El Ser y el Tiempo*. Fondo de Cultura Económica, México. 1968 (3ª ed.).

HEIDEGGER, *Que Significa Pensar?*. Editorial Nova. Buenos Aires.

TEXTOS

É necessário retornar expressamente à pergunta que questiona o ser

Tal pergunta está hoje esquecida, muito embora seja considerado atualmente um progresso o retorno a uma afirmação da "metafísica". Consideramo-nos, entretanto, dispensados do esforço que exigiria o desencadear de uma nova *γίγαντομαχία περί τῆς οὐσίας*. Não querendo dizer com isto que a mencionada pergunta seja uma pergunta como outra qualquer. Ela provocou o meditar de Platão e Aristóteles, muito embora tenha permanecido muda, desde então, *como pergunta explícita de uma pesquisa eficiente*. O que ambos conquistaram conservou-se através de diversas modificações e "reto-

ques" até a mesma "lógica" de Hegel. E aquilo que outrora foi arrancado dos fenômenos em um esforço supremo do pensamento, tornou-se coisa trivial por longo tempo.

E não é só isso. Sobre o terreno grego inicial de exegese do ser, desenvolveu-se um dogma que, não só declara supérflua a pergunta que questiona o sentido do ser, como ainda aprova a omissão dessa pergunta. Diz-se: "ser" é o mais universal e vazio dos conceitos. Enquanto tal, resiste a toda e qualquer tentativa de definição. Por ser o mais universal dos conceitos e indefinível, também não há mister de definição. Todos o usamos constantemente e compreendemos muito bem o que queremos dizer e significar com ele em cada caso. Assim, aquilo que provocou e manteve a inquietude filosófica na antiguidade, transformou-se em algo tão claro e compreensível como o Sol, até o ponto de ser julgada metodologicamente errada qualquer tentativa de continuar a fazer tal pergunta. (*O Ser e o Tempo*, Introdução, Cap. I, § 1, no início).

O "estar" (*)

O "estar" é um ser que não se limita a colocar-se diante, entre outros seres. É, antes de mais nada, um ente onticamente marcado, porque no seu ser "vai" este seu ser. A esta constituição do ser do "estar" é inerente possuir o "estar", no seu "ser relativo a este seu ser", uma "relação de ser". Isto, por sua vez, significa que: o "estar" compreende-se no seu ser, de maneira mais ou menos explícita. A este ser é-lhe peculiar ser-lhe, com seu ser e por seu ser, aberto este para ele mesmo. *A compreensão do ser é ela mesma uma "determinação do ser" do "estar"*. Aquilo onticamente marcado do "estar" consiste em que este é ontológico.

"Ser ontológico" ainda não quer aqui dizer: desenvolver uma ontologia. Se reservarmos a título de ontologia para perguntar de forma explicitamente teórica pela significação dos entes, será necessário dizer que este "ser ontológico" do "estar" é algo "pré-ontológico". Isto não significa, porém, tão só ser onticamente, mas ser no modo de um compreender o ser.

(*) Traduzimos o *dasein* por o "estar", que julgamos mais exato e menos confuso do que o "ser-aí". Estar é existir concreto em algum "lugar". O que "está" "é-aí", "existe-aí". A rigor, o substantivo de estar seria o "estante", como o de ser é o "ente".

O ser mesmo relativamente ao qual pode conduzir-se e se conduz sempre, de alguma maneira, o “estar”, chamamo-lo “existência”. Pois que a definição da essência dêste ente não pode ser dada indicando um “quê” de conteúdo material, mas como sua essência não pode menos de ser seu ser, em cada caso, como seu ser, escolheu-se para designar êste ente o termo “estar”, que é um termo que exprime puramente o ser. (*Ibidem*, Cap. I, § 4).

O ser no mundo

A mesma expressão “ser no mundo” indica já o seu sentido, apesar de ser uma expressão composta; significa-se com ela um ser *dotado de unidade*. É preciso olhar, na sua integridade, êste fenômeno. A impossibilidade de resolver essa estrutura nas suas peças componentes, não exclui uma multiplicidade de elementos constitutivos. O fenômeno indicado com essa expressão, com efeito, permite-nos olhá-lo sob três aspectos. Percorrendo-o, após verificar sua integridade, destacam-se:

1. O *no mundo*, que nos leva a questionar o que seja a estrutura ontológica do “mundo” e a definir a idéia de “mundanidade” como tal (cfr. o cap. III desta Seção).
2. O *ente* que é, em cada caso, o modo de “ser no mundo”. Aquilo que se procura quando perguntamos: “quem?”. Trata-se de determinar fenomenologicamente quem é o “estar” no modo da quotidianidade do termo médio. (cfr. o cap. IV desta Seção).
3. O *ser em* como tal; trata-se de evidenciar a constituição ontológica do “em”. (cfr. o cap. V desta Seção). (*Ibidem*, Primeira Parte, Primeira Seção, Cap. II, § 12).

O “ser para a morte”

A morte é uma possibilidade de ser que tem de tomar sobre si, em cada caso, o “estar” mesmo. Com a morte, é iminente para o “estar” êle mesmo no seu “poder ser” *mais* peculiar. Nesta peculiaridade está em jôgo para o “estar” o seu “ser no mundo” da forma mais absoluta. Sua morte é a possibilidade de “já não poder estar”. ...

O “ser para o fim” não aparece por meio de uma atitude, nem como uma atitude que surge às vezes, mas como essencial-

mente inerente ao “estado de jogado” do “estar”, que se manifesta de uma ou de outra maneira no encontrar-se (o estado de espírito). O “saber” ou “não saber” de fato, dominante no “estar” em cada caso, do mais típico “ser para o fim”, é só expressão da possibilidade existencial de permanecer de maneira diversa neste ser. Se de fato muitos não sabem de imediato e normalmente da morte, isto não significa que o “ser para a morte” não seja inerente “universalmente” ao “estar”, mas significa só que se encobre imediatamente e regularmente o mais típico “ser para a morte”; que foge perante êste ser. (*Ibidem*, Primeira Parte, Seção Segunda, Cap. I, § 50).

ROMERO

(1891-1962)

VIDA E OBRAS

Francisco ROMERO nasce em Sevilha (Espanha) no ano de 1891. Sendo ele ainda criança, sua família emigra para a Argentina.

Dos 19 aos 21 anos (1910-1912), estuda no Colégio Militar, colando grau de subtenente de Engenharia. Sua verdadeira vocação, porém, não era a vida militar e sim a docência e a filosofia, ou ainda o estudo filosófico do homem.

Com 37 anos (1928), é nomeado professor suplente na Universidade de Buenos Aires e no ano seguinte na de La Plata.

Em 1931, substitui seu mestre e amigo KORN na cátedra da Universidade de Buenos Aires. No mesmo ano é reformado no exército argentino com o cargo de major.

Com 47 anos (1938), publica sua *Lógica* e dois anos depois um estudo sobre *Alejandro Korn*. Em 1944 aparece sua *Filosofia da Pessoa*.

Com 55 anos (1946), é demitido dos seus cargos, porque suas opiniões não estavam de acordo com o regime ditatorial do governo de Perón. Somente retorna a suas funções nove anos depois (1955) quando da queda da ditadura.

Deste período são suas obras: *O Homem e a Cultura* (1950); *Teoria do Homem* (1952); *O Que é a Filosofia?* (1953); e a *Ubicacão do Homem* (1955).

Foi diretor do Instituto de Filosofia e Presidente da Sociedade Filosófica Argentina. Formou um grupo de alunos com o propósito de desenvolver a produção filosófica hispano-americana.

No mês de outubro de 1962, com 71 anos de idade, faleceu em Buenos Aires, onde tinha passado a maior parte da sua vida.

PENSAMENTO

Seu pensamento sofre as influências de seu mestre KORN e de ORTEGA Y GASSET, DILTHEY, MAX SCHELER e N. HARTMANN.

Para ele a Filosofia não é algo feito, mas uma grande tarefa.

Nos seus trabalhos, além da pesquisa e da criação própria, há uma preocupação notável pela divulgação do pensamento filosófico em geral e do pensamento filosófico hispano-americano em particular.

Destacam-se suas contribuições nas análises do pensamento filosófico contemporâneo e no desenvolvimento de uma antropologia filosófica.

Procura avançar na reflexão dos problemas, sem contudo desvincular-se do pensamento tradicional europeu, numa atitude bastante realista.

FONTES

ROMERO, *Teoria del hombre*. Editorial Losada. Buenos Aires. 1949.

ROMERO, *Qué es la filosofía*. Editorial Columba. Buenos Aires. 1957.

TEXTOS

A Filosofia em geral

Tentou-se muitas vezes uma definição única e satisfatória da Filosofia; tais tentativas não chegaram a formulações que fossem universalmente aceitas, capazes de descrever adequadamente todas as formas da atividade filosófica reconhecíveis ao longo da história.

Dentre as características da Filosofia mais comumente aceitas assinalamos a de ser um saber último e total. A Filosofia é ciência, conhecimento adquirido pela reflexão crítica; nisto distingue-se da crença religiosa, que se submete à revelação, à tradição e à autoridade e cujo maior impulso vem de um sentimento de reverência, acatamento e dependência perante o princípio divino. Muito embora a Filosofia aceite, muitas vezes, a existência e ainda a superioridade desse princípio divino, seu comportamento perante tal princípio, se for verdadeira filosofia, não é de subordinação reverencial, mas de meditação independente, de investigação crítica; se assim não for não é filosofia ou o é só pela metade.

Desde os tempos antigos assinala-se como a origem da Filosofia o impacto do novo, do inusitado. Pois, de fato, a simples presença das coisas e seu contacto diário só podem provocar certo interesse cognoscitivo em relação aos seus modos

e comportamentos; a radicalização porém dêsse interêsse até o ponto de converter-se em típica atitude filosófica só é possível quando as coisas, as mais habituais e corriqueiras até, nos causem admiração e surpresa, persuadindo-nos de que assim como são poderiam não ser, de que seus modos e atributos poderiam não ser, de que seus modos e atributos poderiam ser diferentes do que são. Em resumo, um problematizar radical, um questionar tudo, é a condição inicial do filosofar. (*O Que é a Filosofia*, V, no início).

A consciência intencional

Temos de pensar no psiquismo originário como numa sucessão indivisa de estados, espécie de repercussão psíquica da vida. Em tal psiquismo não existe distinção entre sujeito e objeto, nem é possível falar de uma consciência propriamente dita. A vida é registrada psiquicamente, ecoa e duplica-se em uma psique nebulosa. Esse psiquismo é, por assim dizer, imanente à vida desde seus começos, eco direto dela e órgão que serve ao ser vivo para sua conservação interna e seu procedimento externo. Sobre este baseamento edifica-se a psique superior ou intencional, na qual é peculiar a direção objetiva das ações, e ainda, mais tarde, o espírito, princípio pelo qual o homem ultrapassa o âmbito do material.

No que diz respeito ao psiquismo animal, só interessa deixar aqui assentado o seu caráter não intencional, sem que isto impeça outorgar a algumas espécies animais uma certa intelectualidade rudimentar. A verdadeira intencionalidade leva consigo necessariamente a capacidade para a denominação e a comunicação objetiva, e prepara, como veremos, essa inversão do interêsse na qual consiste o espírito. Se o animal agisse de fato com uma consciência intelectual, manifestar-se-ia numa linguagem de conteúdos objetivos, originaria um início de consciência de si e esse ser não seria já um animal, mas uma primícia de homem. Aceitamos provisoriamente as conclusões de Max Scheler sobre o psiquismo animal, no que diz respeito ao impulso afetivo (que já se mostraria nos vegetais), ao instinto e à memória associativa. Não compartilhamos, entretanto, suas opiniões em relação ao que ele chama de inteligência prática. (*Teoria do Homem*, c. I, no início).

Dualismo humano: intencionalidade e espiritualidade

Mesmo sem o espírito, o homem já é alguma coisa a mais, ou ainda melhor dizendo, muito mais do que o animal. É um sujeito que, pela continuidade de sua atividade subjetiva, converte-se em um eu; contempla e concebe um mundo de objetividades que se expande no espaço e no tempo, e que o estimula a viver tendo em consideração o presente, o acontecido e o previsível, em função, por conseguinte, do passado e do futuro; aproveita o precioso depósito de objetivações da comunidade, que recebe através da linguagem significativa, e cria e utiliza a cultura, a qual, nas suas formas elementares, não pressupõe necessariamente o espírito. Nada semelhante a isso encontra-se no reino puramente animal. O homem natural ou sem espírito é um ser já bastante diferenciado de qualquer outra espécie orgânica, porque enquadra e conforma sua vida orgânica em moldes intencionais, de conformidade com a situação geral que apontam todos os elementos indicados e cuja natureza extra-orgânica parece-nos evidente. (*Teoria do Homem*, c. VIII, no início).

SÉCULO XX

SARTRE

(1905-)

VIDA E OBRAS

Aos 20 de junho de 1905, nasce Jean Paul SARTRE em Paris, filho de pai católico e mãe protestante. De compleição raquítica e aparência pouco agradável, ficou órfão de mãe com poucos anos de idade.

Formado em Filosofia, foi professor de História e de Filosofia no Liceu Le Hane. Influenciado pelo pensamento filosófico alemão, escreveu alguns tratados de Psicologia que só interessaram a alguns especialistas.

Desde 1931 (com 26 anos de idade) lecionou no Instituto Francês de Berlim, passando depois para o Liceu Pasteur de Paris.

Em 1938 (com 33 anos de idade), escreveu *A Náusea*, e um ano depois (1939), escreveu um volume de contos *O Muro*, onde se misturam suas convicções filosóficas com teorias psicanalistas e tendências antifascistas. Este livro foi rejeitado pelo Júri de um Prêmio Literário, como "muito desagradável".

Chamado às armas no mesmo ano, 1939 (II Guerra Mundial), foi dispensado logo por defeito na vista. Feito prisioneiro pelos alemães no ano seguinte, conseguiu evadir-se da Alemanha no mesmo ano (1940) e passou a participar ativamente da chamada resistência intelectual francesa.

Sua obra literária é mais numerosa do que a filosófica propriamente dita, muito embora suas idéias filosóficas sejam difundidas através das suas peças literárias, em particular as teatrais.

Seu principal trabalho filosófico é constituído pelo livro *O Ser e o Nada*, publicado em 1943, quando contava 38 anos de idade. Outro volumoso trabalho filosófico é a *Crítica da Razão Dialética*.

Desde 1945, dirige a revista cultural *Os Tempos Modernos*, fundada por ele mesmo e mantida com a colaboração de um pequeno grupo de amigos.

Preocupou-se, ultimamente, com a possível reconciliação entre o seu existencialismo e o marxismo. Desta preocupação nasce,

entre outros, o livrinho *O Existencialismo é um Humanismo*, publicado em 1946.

Agraciado pelo Prêmio Nobel, rejeitou-o.

Atualmente, embora ainda ativo, não é mais tão grande sua influência como o foi no primeiro decênio de após guerra.

Ao escrevermos estas linhas, já completou os 64 anos de idade.

PENSAMENTO

O *desespêro* e a *angústia* de KIERKEGAARD, o *absurdo* de NIETZSCHE, o *naufrágio* de JASPERS, o *ser jogado* e *para a morte* de HEIDEGGER, escoam na *náusea* e no *nada* de SARTRE.

O ser é um absurdo, pois não há qualquer razão ou causa ou necessidade para ele.

Tudo o que existe é fenômeno. Existe, entretanto, a consciência que percebe o fenômeno, e existe também o ser do fenômeno, que não pode ser "puro ser-percebido". Critica HUSSERL por não ter sabido levar adiante sua fenomenologia e chegar ao ser do fenômeno. Isto obriga-o a admitir uma ontologia.

A consciência é o "ser-para-si". O "ser-em-si" é o dado da consciência. Dêle a consciência é o fenômeno, é o "em-si", é o fenômeno dêste fenômeno. Logo só há: *nada*.

O homem quer ser Deus inútilmente, pois Deus é também um absurdo.

Diante de tudo isto só resta a *náusea* e a inutilidade de tudo.

No social tenta uma aproximação do existencialismo e do marxismo.

FONTES

H. PIRES, o.c., pg. 289 ss.

SARTRE, *L'être et le néant*. Gallimard. Paris. 1943.

SARTRE, *A Náusea*. Publicações Europa-América. Lisboa. 1964.

SARTRE, *O Existencialismo é um Humanismo*. Editorial Presença. Lisboa. 1964.

TEXTOS

O fenômeno do ser e o ser do fenômeno

A aparição não está sustentada por algum ser diferente dela mesma: ela tem seu *ser* próprio. O primeiro ser que encontramos nas nossas pesquisas ontológicas é, pois, o ser da aparição. Será ele mesmo uma aparição? Inicialmente assim

parece. O fenômeno é aquilo que se manifesta e o ser manifesta-se a todos de alguma maneira, pois podemos falar dêle e temos dêle uma certa compreensão. Assim sendo, deve haver um *fenômeno do ser*, uma aparição do ser, descritível como tal. O ser nos será desvendado por algum meio de acesso imediato, o tédio, a náusea etc., e a ontologia será a descrição do fenômeno do ser tal como ele se manifesta, isto é, sem intermediários. Por conseguinte, convém colocar para toda ontologia uma questão preliminar: o fenômeno do ser assim entendido é idêntico ao ser dos fenômenos, isto é: o que se desvenda para mim, que me *aparece*, é da mesma natureza que o ser dos existentes que me *aparecem*?

Considerando *não o ser* como condição do desvendamento, mas o ser como aparição que pode ser fixada em conceitos, teremos compreendido de uma vez por todas que o conhecimento não pode por si só explicar o ser, isto quer dizer que o ser do fenômeno não se pode reduzir ao fenômeno do ser. Numa palavra, o fenômeno do ser é "ontológico" no sentido em que se chama *ontológica* a prova de santo Anselmo e Descartes. É um chamado do ser; ele existe, enquanto fenômeno, um fundamento que seja transfenomenal. O fenômeno do ser exige a transfenomenalidade do ser. Isto não quer dizer que o ser se encontra escondido *por trás* dos fenômenos (vimos já que o fenômeno não podia encobrir o ser) — nem que o fenômeno seja uma aparição que nos remete a um ser diferente. (*O Ser e o Nada*, Introdução, IV).

O ser em si

O fenômeno do ser não é o ser, como já dissemos. Mas ele indica o ser e o exige.

O fenômeno do ser, como todo fenômeno primeiro, é desvendado imediatamente à consciência. Nós temos a cada instante aquilo que Heidegger chama de compreensão pré-ontológica, isto é, que não vai acompanhada de fixação em conceitos nem de esclarecimentos. Trata-se, pois, para nós, no momento, de consultar êsse fenômeno e de tentar determinar por êste meio o sentido do ser. É preciso notar entretanto:

1º que êste esclarecimento do sentido do ser só vale para o ser do fenômeno. O ser da consciência, sendo radicalmente outro, precisará de um esclarecimento particular, partindo da revelação-revelada de um outro tipo de ser, o ser-para-si, que definiremos depois e que se opõe ao ser-em-si do fenômeno;

2º que o esclarecimento do sentido do ser em si que vamos tentar aqui será algo provisório. Os aspectos que nos serão revelados implicam em outras significações que teremos de tomar e fixar depois. (*O Ser e o Nada*, Introdução, VI).

A origem do nada

Daí a pergunta que se nos apresenta e coloca diante de nós com uma urgência especial: se o Nada não pode ser concebido nem de fora de si nem a partir do ser em si, sendo por outro lado não-ser, não pode tirar de si a força necessária para "niilizar-se", *donde então surge o Nada?*

Se quisermos aprofundar mais no problema, será necessário inicialmente reconhecer que não podemos atribuir ao nada a propriedade de "niilizar-se". Pois, mesmo que a palavra "niilizar-se" tenha sido concebida para tirar do Nada qualquer aparência de ser, é preciso convir que só o Ser pode niilizar-se, já que, seja como fôr, é necessário ser para niilizar-se. Ora, o Nada não é.

O Nada não é, o Nada "foi"; o Nada não se niiliza, o Nada "é niilizado". Resta pois pensar na existência necessária de um Ser — que não seria o ser em-si — e que tem a propriedade de niilizar o Nada, e de suportá-lo com seu próprio ser, de escorá-lo perpétuamente com sua própria existência, *um ser através do qual o nada chega às coisas*. (*O Ser e o Nada*, Primeira Parte, Cap. I, V).

ÍNDICE ONOMÁSTICO *

Abelardo, 12, 21
Adler, 207
Agostinho, 21, 81, 82, 83, 84, 85, 151
Alberto Magno, 95, 96
Ambrósio, 81
Amélio, 75
Amônio Saccas, 75
Anaximandro, 27
Anaximenes, 27
Anselmo, 21
Aristóteles, 21, 37, 53, 75, 96, 119, 120, 123, 128, 290, 256
Averróis, 21, 89, 90, 104
Avicena, 12, 21

Bacon (F.), 122, 123, 131, 154
Batalha, 23
Bergson, 231
Berkeley, 158, 170
Brentano, 227
Brugger, 23
Bruno, 195

Cícero, 81
Comte, 21, 201, 202, 216
Copérnico, 127, 128
Crátilo, 27
Cruz Costa, 23
Cusa (N. de), 110

Demócrito, 21, 39, 41, 42, 58
Descartes, 21, 82, 131, 132, 135, 136, 141, 142, 146, 150, 151, 154, 163, 164, 180, 232
Dewey, 236, 237
Diderot, 169, 173
Dilthey, 248, 260
Diógenes L., 58, 191
Durant, 23

Eliot, 215
Engels, 211, 212
Epicuro, 21, 58, 59
Epiteto, 64, 69, 70
Escoto (E.), 12, 21
Eucken, 243
Erasmus, 109, 110

Feuerbach, 212
Fichte, 184, 185, 188, 189, 192, 193, 197, 222
Filon, 12, 21
Franca, 23

Galilei, 127, 128, 131, 154
Goethe, 197

Hartmann (N.), 260
Hecrateu, 28
Hegel, 188, 192, 197, 208, 211, 213, 257
Heidegger, 119, 255, 268, 269
Heráclito, 21, 27, 30, 45
Hesíodo, 28, 29
Hirschberger, 23
Hobbes, 131, 154, 174
Humboldt, 185
Hume, 21, 169, 170, 180, 182
Husserl, 227, 243, 252, 255, 268
Huxley, 215

Ibn Khaldun, 21, 103, 104
Ibn Tufail, 89

James, 218, 219, 237, 240
Jaspers, 252, 268

Kant, 21, 179, 180, 184, 185, 188, 254
Keppler, 127, 128

* Os números em grifo correspondem à página onde se inicia o estudo sobre o autor.

Khaldun (cfr. Ibn Khaldun)
Kierkegaard, 22, 207, 208, 252,
256, 268
Korn, 260

Leibniz, 21, 154, 163, 164, 180
Leucipo, 39
Locke, 21, 116, 146, 159, 160,
163, 164, 170
Maimônides, 89, 90
Malebranche, 150
Marco Aurélio, 21, 64, 69, 70
Marias, 247
Marx, 22, 104, 211, 212
Meliso, 30, 41
Messer, 23
Mondolfo, 23
Montaigne, 21, 115

Newton, 163, 164
Nicolao de Cusa (cfr. Cusa,
N.)
Nietzsche, 22, 198, 208, 222,
223, 244, 248, 268

Ortega y Gasset, 247, 260

Padovani, 24
Panfilio, 58
Parmênides, 21, 27, 30, 37, 41,
45
Peirce, 219, 237
Pestalozzi, 184
Pires, 24
Pitágoras, 21, 28, 29, 45
Platão, 21, 27, 30, 37, 39, 44,
45, 53, 58, 111, 119, 120, 191,
240, 256
Plotino, 75
Porfírio, 75
Proudhon, 211

Ptolomeu, 128
Ranke, 222
Romero, 260
Rousseau, 22, 104, 116, 169,
173, 174

Saint-Simon, 201
Santayana, 240
Sartre, 22, 252, 267, 268
Scheler, 243, 260, 262
Schelling, 188, 192, 193
Schlegel, 192, 222
Schleirmacher, 185, 197
Schopenhauer, 197, 198, 222
Sciacca, 24
Sêneca, 21, 63, 70, 111, 112
Simmel, 248
Sócrates, 12, 21, 39, 44, 45, 48,
49, 50, 53, 128, 191
Spencer, 215
Spinoza, 21, 141, 142, 184, 213
Stuart Mill, 215
Suárez, 21, 118, 119

Tales de Mileto, 27, 191
Thomas e Thomas, 24
Tomas de Aquino, 21, 95, 96,
118, 120
Troeltsch, 243
Tyndall, 215
Vita (L. W.), 24
Vives, 21, 109
Voltaire, 163, 164, 174

Weber, 252

Xenócrates, 58
Xenófanes, 27, 28, 30
Zenão de Citio, 37, 64
Zenão de Eléia, 21, 30, 37

★

Este livro foi composto e impresso na
EDITORA PENSAMENTO S/A.
Rua Domingos Paiva, 60 - SÃO PAULO

Outras obras de interesse:

ENSINAMENTOS BÁSICOS DOS
GRANDES FILÓSOFOS —
S. E. Frost Jr.

DIALOGOS — Platão

A FILOSOFIA DE SANTAYANA

OS FILÓSOFOS PRÉ-SOCRÁ-
TICOS

A FILOSOFIA DE DIDEROT

ESTÉTICA, PSICOLOGIA E
RELIGIÃO — L. Wittgenstein

ESTRUTURALISMO E FILO-
SOFIA — François Wahl

ESTÉTICA E TEORIA DA ARTE
— Harold Osborne

A ARTE DE VIVER ENSINA-
DA PELOS CLÁSSICOS

Lançamentos da
EDITORA CULTRIX

A FILOSOFIA ATRAVÉS DOS TEXTOS

Alexandre Caballero

Uma antologia do pensamento filosófico ocidental, para uso nos cursos introdutórios de Filosofia. Excertos representativos de 53 filósofos, de Heráclito a Sartre, sendo cada excerto acompanhado de nota biográfica do autor e sumula didática do seu pensamento. O volume inclui um texto introdutório sobre o conceito de Filosofia, as áreas em que pode ser dividido o pensamento filosófico, e os rumos principais pelos quais a reflexão filosófica evoluiu ao longo de vinte e cinco séculos de História.

EDITORA CULTRIX

